

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Maria Betânia Moreira Carvalho Silva

Práticas Museais e Cidadania: Tensões, Ações e Narrativas de Inclusão em Museus

Uberaba - MG
2025

Maria Betânia Moreira Carvalho Silva

Práticas Museais e Cidadania: Tensões, Ações e Narrativas de Inclusão em Museus
Brasileiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Fundamentos e Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Pedro Donizete Colombo Junior.

Uberaba - MG
2025

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

S581p Silva, Maria Betânia Moreira Carvalho
Práticas museais e cidadania: tensões, ações e narrativas de inclusão em
museus/ Maria Betânia Moreira Carvalho Silva. -- 2026.
211 f. : il., fig.

Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade Federal do Triângulo
Mineiro, Uberaba, MG, 2025
Orientador: Prof. Dr. Pedro Donizete Colombo Júnior

I. Museus. 2. Cidadania. 3. Integração social. 4. Participação social.
I. Colombo Júnior, Pedro Donizete. II. Universidade Federal do Triângulo
Mineiro. III. Título.

CDU 069



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Uberaba - MG

ATA DE DEFESA E QUALIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO			
Evento:	DEFESA DE TESE			
Data:	19/12/2025	Início em:	13h45	Término em: 17h45
Número de matrícula aluno:	2022.1004.8			
Nome do aluno:	Maria Betânia Moreira Carvalho Silva			
Título do trabalho:	Práticas Museais e Cidadania: Tensões, Ações e Narrativas de Inclusão em Museus			
Área de concentração:	Educação			
Linha de Pesquisa:	Fundamentos e Práticas Educativas			
Projeto de pesquisa vinculado:				

Reuniu-se na sala virtual <https://meet.google.com/bmz-myys-sce> a Banca Examinadora, homologada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM, para a defesa de tese de doutorado de: Maria Betânia Moreira Carvalho Silva. O presente ato de defesa é parte integrante do processo para a obtenção do título de Doutora, porém não final, devendo a discente apresentar versão corrigida, segundo recomendações da banca e orientador e atender às demais exigências de conclusão do curso, estabelecidas pelo Programa em seu Regulamento. A banca foi composta pelos seguintes docentes: 1º Membro (Presidente/Orientador): Pedro Donizete Colombo Junior (UFTM); 2º Membro (Titular): Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini (UFTM); 3º Membro (Titular): Cláudia Regina Bovo (UFTM); 4º Membro (Titular-Externo): Vinícius Melquíades (UFPI) e 5º Membro (Titular-Externo): Martha Marandino (USP). Ao iniciar os trabalhos, o presidente da sessão apresentou a Comissão Examinadora, a Candidata e o título da tese. O presidente agradeceu a participação dos examinadores e concedeu a palavra à discente para exposição do trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do PPGE. A seguir, o presidente concedeu a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Concluídas as arguições, que se desenvolveram dentro dos termos regimentais, o presidente da sessão solicitou que a candidata se retirasse da sala e voltasse em 10 (dez) minutos. Permaneceram na sala apenas os examinadores. Em seguida, a banca deliberou e atribuiu o resultado. A candidata retornou à sala e o presidente realizou a leitura da ata, que registrou o resultado da deliberação da banca, que considerou a candidata:

RESULTADO: APROVADA



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Melquíades dos Santos, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA REGINA BOVO, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DONIZETE COLOMBO JUNIOR, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARTHA MARANDINO, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMBERG APARECIDO LOPES FERRACINI, Professor do Magistério Superior**, em 22/12/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 215, de 16 de julho de 2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.uftm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1670686** e o código CRC **640B1654**.

A memória de Leandro Mendes da Silva (1986-2025) que contribuiu não apenas com esta pesquisa, mas também com a vida de inúmeras pessoas das periferias, valorizando suas histórias e suas lutas cotidianas...

AGRADECIMENTOS

“E agora é hora de agradecer...” Um ciclo se finda porque muita gente se envolveu, torceu, esteve comigo e auxiliou para que aqui estivesse...

Agradeço primeiramente a Deus, a quem me sustentou e possibilitou que esse momento chegasse, mesmo diante de tantas intempéries, situações inesperadas, dias de vontade de desistir e desanimar.

Agradeço aos meus pais e irmão por ser um pedaço de mim, meu alicerce, possibilitando que eu chegasse aqui. Sem vocês, sei que não seria possível.

As minhas filhas, Pietra e Luísa, e meu esposo Igor que viveram todo o processo comigo. Dias de dificuldades, de distância, que o doutorado me cobrou mais que eu poderia dar e vocês não me deixaram desistir... “A mamãe está ocupada”; “Igor, fique com as meninas”, foram frases que eu mais falei nestes últimos anos. Amo vocês infinito, obrigada novamente”.

A minha sogra, Vera, que abdicou dos seus sonhos para que eu vivesse os meus... Café, comida, companhia, cuidados com a casa, atravessar o Atlântico para levar minhas meninas, cuidar de mim nos dias de febre, viroses... não existem palavras para expressar minha gratidão...

Aos meus familiares, tios, primos que torceram, rezaram, revigoraram minhas forças no nosso quintal, em nossas rodas de samba. Sobre tudo Lívia, Eliane, Eduardo, Patrícia, Juninho, tias Lourdes, Fátima e Regina esse título é tão meu quanto de vocês.

Aos meus amigos, aqueles que estão sempre comigo: meus amigos da antiga 39 (William, Alana, Carlla, Suelen); as minhas nutricionistas (Franciele, Lozinha, Thalitiha); aos meus amigos do Icene (Rutiely, Rejane, Renata, Luciana, Fernanda, Bárbara, Alessandro, Rúbia); aos meus amigos de comunidade (Pe. Fabiano, Breno, Renata Quirino, Zilda, Heloísa, Mariana, Carol, Urânia, Wendel, Priscila). Vocês tornam os nossos momentos especiais e eu ter certeza que juntos a vida é muito melhor.

Ao meu grupo de pesquisa Genfec que a partir dos nossos estudos, pesquisas e trocas foram importantes para a escrita e desdobramento desta tese. Todo o meu carinho aos meus amigos que a vida acadêmica me deu Bruno, Mônica, Luana e Heloísa.

O doutorado me levou a caminhos dos quais nunca imaginei ser possível... realizar o doutorado sanduíche no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) foi um deles, por isso meus agradecimentos a Capes pelo financiamento, a oportunidade de alargar os horizontes e olhar o mundo por outras lentes.

Agradeço a oportunidade de ter sido supervisionado por Marta Lourenço, diretora do MUHNAC, sua sensibilidade, seu respeito e apreço aos alunos, sua disponibilidade em ajudar, seu desembaraço para a vida a faz única. Obrigada por tanto.

Aos amigos de estudo que fiz no museu, David, Santa, Arimilde; aos que me acolheram quando participei como ouvinte do doutoramento em Sociomuseologia na Universidade Lusófona, sobretudo, Adel, Dalva, Vinicius, Tai, Milena, Drica; aos que fez meus dias em Portugal mais brasileiros Tamires, Solange, Kênia, Jonh.; e também a professora Marília Cury e Wiliam do Museu Santo Antônio que sentou comigo e tanto me ensinou.

Preciso agradecer as minhas queridas primas, Ketellin e Rayane, que foram me visitar em Lisboa e fizeram dos meus dias naquele lugar mais felizes.

Preciso ainda mostrar a minha gratidão aos professores que passaram na minha vida e contribuíram para a minha formação, e aqui um carinho especial aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Um orgulho danado de ter caminhado neste programa.

Agradeço aos meus amigos, ex chefias do curso de Licenciatura em Educação do Campo que compreenderam minhas ausências e me estimularam a alçar sempre voos maiores, Rodrigo, Tânia, Verônica e Daniel, vocês são a minha inspiração!

Agradeço também aos professores membros da banca de qualificação, professores Cláudia, Martha, Rosemberg, Vinicius, pelo olhar cuidadoso, me indicando caminhos e possibilidades, sem vocês esse trabalho não seria concretizado.

Aos colaboradores dessa pesquisa, profissionais dos museus, que me situaram, compartilharam suas visões e me ensinou a beleza e a potência dessa instituição, apesar de tantos apesares. Gratidão define nossos momentos de partilha.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor Pedro, que sabe a medida exata do que preciso dele a depender do momento: alavancar, voltar ao chão, distância, presença, um elogio, um puxão de orelha... Como diz Zeca Pagodinho: “Eu não teria chegado sozinho/ a lugar nenhum se não fosse você”.

Somos os sonhos mais loucos dos nossos
ancestrais.
(Marcio Jose Barbosa)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar como as ações desenvolvidas pelos museus participantes da pesquisa revelam caminhos, tensões e possibilidades na promoção da cidadania, na perspectiva da inclusão social, a partir de olhares e percepções de seus profissionais. Participaram da pesquisa quatro museus de diferentes tipologias, sendo o Museu Afro Brasil Emanuel Araujo (tipologia: museu de artes), Museu das Favelas (tipologia: museus comunitários), localizados na cidade de São Paulo; Museu da Vida (tipologia: museu de Ciências), Museu Histórico Nacional (tipologia: tradicional), localizados na cidade de Rio de Janeiro. Utilizamos a conversa como metodologia para construção dos dados, e a partir delas construímos as narrativas, ponto central do nosso trabalho. Utilizamos dos fundamentos da Sociomuseologia, das novas abordagens museológicas interdisciplinares: museologia engajada, museologia colaborativa e museologia crítica, e dos estudos decoloniais, apoiando nas leituras de Arias (2012); Krenak (2019); Santos (2013). Investigamos como as ações realizadas pode promover a cidadania, enxergando-a enquanto formulações e práticas situadas sociohistoricamente que reconhece as pessoas e suas experiências sociais e se opera nas lutas e disputas sociais. As ações narradas que caminham para a inclusão social foram sistematizadas a partir de três eixos: (I) Acessibilidade Material/Simbólica; (II) Participação Social; (III) Epistemologias plurais. E a partir dessa organização, criamos duas dimensões de análise a posteriori: Dimensão I- Práticas de Inclusão: acessibilidade, participação e epistemologias plurais; Dimensão II- Desafios e disputas na efetivação das ações de inclusão social. Ações anunciadas neste trabalho apontam que, sim, os museus têm se afirmado como ferramentas sociais na promoção da cidadania, a partir da inclusão social, apesar das contradições e disputas que atravessam o campo. Ainda que não transformem, por si só as estruturas desiguais da sociedade, os museus estão promovendo experiências que sensibilizam, educam e mobilizam, contribuindo para a justiça social.

Palavras-chaves: inclusão social; cidadania; Acessibilidade Material/Simbólica; Participação Social; Epistemologias plurais.

ABSTRACT

This work aims to investigate how the actions developed by the museums participating in the research reveal paths, tensions, and possibilities in the promotion of citizenship, from the perspective of social inclusion, based on the views and perceptions of their professionals. Four museums of different typologies participated in the study: the Museu Afro Brasil Emanuel Araujo (typology: art museum), Museu das Favelas (typology: community museums), both located in the city of São Paulo; Museu da Vida (typology: science museum) and the Museu Histórico Nacional (typology: traditional museum), located in the city of Rio de Janeiro. We used conversation as the methodology for data construction, and from these conversations we built the narratives, the central point of our work. We drew on the foundations of Sociomuseology, new interdisciplinary museological approaches: engaged museology, collaborative museology, and critical museology, and decolonial studies, supported by the works of Arias (2012); Krenak (2019); Santos (2013). We investigated how the actions carried out can promote citizenship, understanding it as sociohistorically situated formulations and practices that recognize people and their social experiences and operate within social struggles and disputes. The narrated actions that move toward social inclusion were systematized into three axes: (I) Material/Symbolic Accessibility; (II) Social Participation; (III) Plural Epistemologies. Based on this organization, we created two dimensions of analysis a posteriori: Dimension I-Inclusion Practices: accessibility, participation, and plural epistemologies; Dimension II- Challenges and disputes in the implementation of social inclusion actions. The actions described in this work indicate that, indeed, museums have asserted themselves as social tools in promoting citizenship through social inclusion, despite the contradictions and disputes that traverse the field. Although they do not, by themselves, transform society's unequal structures, museums are promoting experiences that sensitize, educate, and mobilize, contributing to social justice.

Keywords: social inclusion; citizenship; Material/Symbolic Accessibility; Social Participation; Plural Epistemologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Museu de Favela/MUF: percurso, casas telas e exposições
- Figura 2 – Morador auxiliando na reforma das réplicas de Dinossauros que estão no jardim do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis, Uberaba/MG.
- Figura 3 – Imagens da exposição “*Para além da Escravidão: construindo a liberdade negra no mundo*”, em cartaz no Museu Histórico Nacional.
- Figura 4 – Ramificações de abordagens museológicas: novas abordagens, novos olhares
- Figura 5 – Classificação dos museus em relação à temática:
- Figura 6 – Classificação dos museus em relação aos acervos:
- Figura 7 – Diversidade de tipologias, diversidade de caminhos para a inclusão
- Figura 8 – Outros horizontes de cidadania
- Figura 9 – Museu Afro Emanuel Araújo em imagens.
- Figura 10 – Vistas do Museu das Favelas: uma janela exterior e uma moldura no interior.
- Figura 11 – Museu da Vida e seus múltiplos espaços.
- Figura 12 – Museu Histórico Nacional e algumas poses.
- Figura 13 – Ave Sanfoka, logomarca do Museu Sanfoka localizada na Rocinha/Rio de Janeiro Brasil
- Figura 14 – À mesa com os museus
- Figura 15-Fluxos das ações: dos cursos do rio ao mar da inclusão social.
- Figura 16-O tempo dos museus.
- Figura 17-Desafios das ações de inclusão social no eixo da acessibilidade material e simbólica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Museus analisados na cidade de São Paulo: tipologias, localização e parceiros da pesquisa.

Quadro 2 - Museus analisados na cidade do Rio de Janeiro: tipologias, localização e parceiros da pesquisa.

Quadro 3 Ações do Museu Afro Emanuel de Araújo organizadas a partir dos eixos da inclusão social.

Quadro 4 Ações do Museu das Favelas organizadas a partir dos eixos da inclusão social.

Quadro 5 Ações do Museu da Vida organizadas a partir dos eixos da inclusão social.

Quadro 6 Ações do Museu Histórico Nacional organizadas a partir dos eixos da inclusão social para a promoção da cidadania.

Quadro 7 Sínteses das ações de inclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAB- Associação Museu Afro Brasil Emanuel Araujo

CRIA - Centro De Referência, Pesquisa e Biblioteca do Museu das Favelas/SP

EUA- Estados Unidos da América

GENFEC- Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Ensino de Ciências

GPEM- Grupo de Pesquisa “Educação Museal: Conceito, História e Políticas”

IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

ICOM- Conselho Internacional de Museus.

MINOM- Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MRS- Mesa Redonda de Santiago

MUHNAC- Museu Nacional de História Natural e da Ciência

MUF- Museu de Favela

MVF- Museu da Vida Fiocruz

PNEM- Política Nacional de Educação Museal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ULHT- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

Me chamo Maria Betânia, nome recebido em homenagem à cantora de MPB Maria Bethânia, da qual minha mãe é fã. Dentre as várias músicas da cantora que cresci ouvindo, guardo a música “*Reconvexo*”, que versa sobre o movimento de retorno a si, da fusão do sagrado, cotidiano e do olhar daquilo que nos compõe da nossa ancestralidade. De certa forma, esses elementos atravessam a forma que compreendo o mundo, a as experiências da vida e a trajetória dessa tese.

Venho de uma família que teve uma matriarca visionária, minha avó. Em uma época que negro não estudava, ela quis dar estudo aos filhos. Dessa loucura, os meus tios ficaram conhecidos como os pretos estudados de Uberlândia.

Dos doze filhos que ela teve, quatro concluíram o ensino superior e isso é muito para a época (décadas de 1970/ início dos anos 1980) e as condições deles. Um dos meus tios levou 9 anos para sair da faculdade de Economia na Universidade Federal de Uberlândia. Entre as dificuldades de conciliar trabalho e estudo, boicotes, racismo, ele contava com gratidão a força que a minha avó dava para ele e os ensinamentos de silenciar frente a muitas situações para conseguir concluir o tão sonhado diploma.

Minha mãe também se formou!!!! Foi professora alfabetizadora da rede estadual e municipal de Minas Gerais/Uberlândia por mais de 25 anos, e sempre repetindo a frase “Sou apaixonada por educação e por tudo que a envolve”. Foi ela que me deu toda a oportunidade de estudar em condições tão melhores do que ela teve e também acreditar em tudo que a educação pode realizar. Meu pai não teve oportunidades de estudar, mas sabia da importância, por isso, empreendeu nessa jornada junto a minha mãe.

Frente a tudo isso, me formei em bacharel em Nutrição (2009) e bacharel/ licenciatura em História (2010). O trabalho como nutricionista me fez desencantar pela profissão, e passar em um concurso como técnico administrativo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em 2017, me despertando a vontade de voltar a estudar e aspirar pelo mestrado. Em 2018, fui aprovada no mestrado em Educação nesta instituição!

Me encontrei com o museu enquanto meu lugar de estudo neste processo. Foi encontro... conexão... paixão.... indagação.... reflexões... Naquilo que unia meu percurso formativo -historiadora, apaixonada pelos estudos de patrimônios e de história social- e o do meu orientador - físico e investigador na área de educação em espaços não formais - nossa intercessão foram os museus.

Durante os anos de mestrado pesquisei o Museu dos Dinossauros, localizado no bairro rural de Peirópolis, Uberaba/MG e o compartilhar do território com o entorno, investigando a história, pertencas e disputas que envolvem as relações entre o museu e a comunidade. Dessa pesquisa resultou na dissertação intitulada “Museologia Social: a relação museu-comunidade a partir das vozes que construíram e constroem o Complexo Cultural e Científico de Peirópolis”.

Ao ingressar no doutorado em 2022, quis continuar os estudos dos museus. Não queria me desprender dele, pois sabia que como a onda que se produz rumo ao exterior ao jogar uma pedra em uma água, assim poderia ser o avançar nos estudos sobre os museus. Mas preciso aqui lembrar do meu lugar, historiadora gerada nos estudos da História Social, e hoje dentro da pós-graduação em Educação. Isso vai ser fator potencial e limitante nos meus estudos e investigações referentes aos museus.

Depois de dúvidas e muitas mudanças em relação ao objetivo da pesquisa, propusemos (meu orientador e eu) que a pesquisa relacionaria os museus, especialmente, e suas ações para a promoção da cidadania.

Mesmo com inseguranças de origens metodológicas, de roteiros de perguntas, dentre outros, fui a campo. Na concepção de que “o tempo tem que ser experimentado para ser real” (Carlos Drummond de Andrade) encontrei os museus, sobretudo os profissionais dos serviços educativos, o desenvolvimento de ações e práticas museológicas, e que partilham a “estranha mania de acreditar” nas ações que ali acontecem como fundamentais para a sociedade.

O ir a campo nos fez vislumbrar os museus, enquanto corpos vivos, que transformam, amadurecem, diversificam, mas também tem suas dores, sombras e contradições. A ideia de humaniza-los nos auxilia a entender os afetos, escutas e processos que acontecem nesses espaços. Enquanto organismos que respiram e são contemporâneos ao seu tempo se transformam, assumem diferentes caminhos e funções, ao passo que também carregam suas cicatrizes e violências sócio-históricas.

As experiências que encontramos, e aqui elencamos, são as manifestações de um corpo (os museus) que constroem a representatividade, a justiça social através das suas narrativas e expografias, mas que escancaram exclusões e silenciamentos de grupos sociais. Nessa dicotomia o museu vai acontecendo!!!!

As vivências dessas entidades nos alertaram sobre a vibração que ecoa dos museus da realidade social. A secundarização da cultura e consequentemente investimentos para área, desvalorização da carreira, mercantilização e privatização que envolve muito desses espaços e patrimônios culturais que contam com ações que tentam perdurar seu caráter elitista, conservador e discriminatório.

Prova dessas dificuldades? No despertar de 2025, Trump toma posse enquanto presidente dos Estados Unidos (EUA) e anuncia no pacote das primeiras medidas a rescisão das políticas de igualdade, equidade e inclusão das duas principais instituições culturais de Washington, a National Gallery of Art e a Smithsonian Institution (que contempla uma rede de mais de 21 museus) (Nguyen; Scribner; Capps, 2025). E esse não é um evento isolado! Ele acontece em todos os territórios, por diferentes pressões e intenções. Afinal, museu não é um espaço de neutralidade! Museu é um espaço de poderes!

Neste sentido, chamamos a atenção neste trabalho para dois tipos de poderes dos museus. O primeiro, está relacionado com o poder dos museus na constituição de narrativas e objetos museológicos homogeneizantes, excludentes, elitistas, que não criam laços de identificação, pertencas e socialização de conhecimentos à grande parcela da sociedade (Chagas, 2009; Tolentino, 2022). É o poder dos museus na manutenção das desigualdades sócias, política, culturais e de saberes.

O segundo poder está em promover a inclusão a partir do fortalecimento dos diferentes atores sociais, trazendo na gestão, discursos, e exposições, pautas relacionadas a representatividade, participação social e reflexões que culminam em melhores decisões para a sociedade. Relaciona-se também com a preocupação com aspectos de acessibilidade, transporte, ingressos, gestão comunitária, desenvolvimento local, popularização da ciência, pertencas e afetos. É o poder dos museus em transformar as pessoas e elas a sociedade.

É nessa não confluência que se encontra a cidadania, conceito em disputa, que se dá na contradição, nas lutas por representatividade e reconhecimento, nesse lugar plural e fragmentado.

Dessa forma, chamamos atenção para o poder dos museus, que se opera nas tensões e contradições, conforme foi nos provocado na 20ª Semana Nacional dos Museus, promovido pelo Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram, 2022, p. 4):

Instituições capazes de se reinventar em momentos de crise, ao longo dos tempos históricos, ao qual podemos perceber seu poder de auxiliar as sociedades a se reconhecerem e transformarem as suas realidades. Se, por um lado, é possível falar no Poder dos Museus e seu caráter emancipador; por outro, é possível também reconhecer os Museus do Poder e seu caráter controlador, domesticador. [...] O Poder dos Museus habita em sua potência polifônica, política, poética e pedagógica. Em tempos de pandemia, o Poder dos Museus foi reafirmado e refinado. Não foram poucos aqueles que atuaram de modo decisivo a favor da saúde, da cura (assumindo outras curadorias); não foram poucos aqueles que exercitaram o poder terapêutico, o poder de produzir arte, cultura, alegria, amor e mais vida.

Já não mais falamos de um museu passivo, neutro e despido de intencionalidades. Consideramos o museu o local das relações, das aprendizagens e das experiências com seu público. Nessas interações com as exposições, com os profissionais dos museus, e entre os visitantes é que germinam os saberes, encantos, reflexões e posicionamentos para enfrentamentos dos problemas sociais. Mas também se opera as exclusões, os silenciamentos, e os discursos discriminatórios.

Ao sentarmos à mesa com os museus nos propusemos refletir seu interior, os caminhos percorridos para a promoção da cidadania, mas também suas sombras e espertezas. Do avesso desses territórios encontramos ações de valorização das múltiplas histórias, saberes e memórias dos grupos sociais, por outro lado caminhos tortuosos de ausências e convivência com a desigualdade social. Foi preciso chamar os museus para conversar várias vezes, os diálogos que pretendíamos requer tempo, sensibilidade e discernimento.

Para aprimorar a nossa conversa, algumas discussões foram fundamentais, dentre eles destacamos os realizados nos grupos de pesquisa/estudos GENFEC (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Ensino de Ciências), onde as leituras e discussões sobre os museus me abriram perspectivas para o trabalho com os museus; o GPEM (Grupo de Pesquisa “Educação Museal: Conceitos, História e Políticas”), em que conheci profissionais e educadores museais incríveis que predispõem a articular pesquisa, teoria e práticas em prol do fortalecimento do campo; o grupo Estudar no MUHNAC (Museu de História Natural e das Ciências) que reúne os estagiários e estudantes do museu e junto a supervisora/diretora do espaço se dispõe a refletir temas sensíveis e necessários à realidade museal; o grupo de amigos Sulbersivxs que a partir do encontro em Lisboa nos colocamos a refletir questões do campo museal; e os professores presentes na banca de qualificação que provocou ventania, chuvas e florescimento de algumas questões.

Após a avaliação de qualificação, retirei oitenta e três páginas, corte dolorido, de incertezas, mas que como canta a música de Jorge Vercillo, *Fênix* (2002), é do breu que se nasce a constelação. Nesse processo, compreendi que dessa luz que nasce da escuridão, é preciso reelaborar, rever o que precisava permanecer e que no enxugar é que a resposta se apresenta. Nesse intervalo, entre o apagar e o reacender, que percebi que olhar para as contradições, para o terreno movediço e situado, que as ações de cidadania se perfazem. Reconhecer o inacabamento e a instabilidade como partes constitutivas da análise tornou-se também um gesto de pesquisa.

Preciso registrar antes de encerrar esta apresentação das oportunidades que o doutorado me deu de aproximar de tantos lugares e territórios, realizar um estágio doutoral no Museu

Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) em Lisboa, supervisionado pela professora Marta C. Lourenço. Este período de 6 meses realizado entre os meses de novembro de 2024 a abril de 2025, foi de redescoberta pessoal, e também de me aproximar de outras leituras e possibilidade de um fazer museal que se propõe a inclusão social. No contato com vários movimentos civis que lutam pelo fim do racismo, xenofobia, e condições de vida digna em Portugal, com profissionais de museus e artistas e em conversas com o grupo de estudos do museu observei a vitalidade dos grupos em pressionar as instituições a alertarem para as questões sociais e mobilizar transformações nestes espaços. Estas são pequenas, pontuais, mas movem os museus. Além disso, elas são negociadas, causam reações, animosidades, tensões, mas sempre se operam nessa lógica da controvérsia.

O doutorado também me deu a oportunidade de conhecer mulheres, algumas pessoalmente, outras a partir do contato com seus escritos, que procuram fazer da área das ciências, das pesquisas, dos museus, mais inclusivos e facilitadores de transformação social. Maria Célia Teixeira Santos, Fernanda Castro, Marielle Costa Gonçalves, Martha Marandino, Camila Silveira, Marta Lourenço, Judith Primo, Ana Carolina Gonzalez, Maria Antonia, Tereza, Marcele Pereira, Inês Brandão, Marília Xavier Cury, Qeli, dentre tantas outras.

Ouvi de algumas delas a importância de falar desse papel de mulher na academia dividida entre os afazeres do trabalho profissional, doméstico, da maternidade. A pesquisa repercute essa realidade, escrita em meio aos chamados de mamãe, entre os intervalos do trabalho a buscar as meninas (minhas filhas) na escola, na dificuldade em estar distante delas aproveitando a oportunidade de um doutorado sanduíche, nos trabalhos extras da vida que fui me propondo para conseguir trazer aquilo que acredito que preciso fazer para minhas filhas.

Essa questão se coloca não como desculpas, mas como espelho de uma realidade de uma academia que ainda precisa conhecer a humanização dos seus pesquisadores, especialmente pesquisadoras, além da produtividade e uma “injusta” meritocracia.

Aqui trago o leito do rio para que se possa compreender as águas que permeiam este texto. São escritas que, muitas vezes, me fizeram lembrar e tentar traduzir pensamentos que vinham em forma de canções e imagens. Eu, que nunca soube desenhar, recorri a amigos para que dessem forma a rabiscos que estavam na minha cabeça, não para florear a pesquisa, mas, para sustentar pensamentos, dar corpo ao que às vezes escapa pelas margens das palavras. Esses traços, ainda que incompletos, concretam ideias que permanecem em movimento, como o próprio curso do rio.

Assim, reconheço que esta pesquisa se faz também nesse fluxo de incompletude: entre o que se escreve e o que escorre. É nesse movimento que ela encontra seu sentido, mas também

liquidez como correnteza que segue, levando consigo fragmentos, memórias e novas possibilidades de travessia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 TECENDO CAMINHOS: A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	31
1.1 Mas, Onde? Quando? Por que?.....	32
1.1.1 Museus pesquisados, suas tipologias e colaboradores da pesquisa.....	35
1.2 ENTRE VOZES E CAMINHOS: AS NARRATIVAS COMO CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	37
1.3 UM MUSEU A SER ESCUTADO: OS DISCURSOS, DORES E CONTRADIÇÕES QUE O MUSEU ENUNCIA!	39
1.4 DIMENSÕES DE ANÁLISE: ECOS DAS NARRATIVAS E DAS ENUNCIACÕES MUSEAIS	41
2 MUSEUS EM TRAVESSIA: DESLOCAMENTOS DA MUSEOLOGIA E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	43
2.1 MUSEUS EM PERSPECTIVAS SOCIALMENTE COMPROMETIDAS: EMERGÊNCIAS DE UM TEMPO, CAMPOS EM DISPUTA.....	44
2.2 ABORDAGENS E DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS: REFLEXÕES E PRÁTICAS.....	54
2.3 DIVERSIDADE DE TIPOLOGIAS, MÚLTIPLOS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO	63
2.4 EDUCAÇÃO MUSEAL: PRÁTICAS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES	66
3 CIDADANIAS EM FLUXOS: TENSÕES, PARADIGMAS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	72
3.1 CIDADANIA: PERCURSOS E CONCEITOS	73
3.2 DO UNIVERSAL AO PLURAL: OUTROS HORIZONTES DE CIDADANIA	80
3.3 MUSEUS E CIDADANIA PLURAL.....	83
3.4 INCLUSÃO SOCIAL NOS MUSEUS EM FOCO: acessibilidade material/SIMBÓLICA, participação ativa e reconhecimento das epistemologias plurais	86
4 Com a palavra: os profissionais dos museus!	88
4.1 MUSEUS SITUADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO	89
4.1.1 Museu Afro Brasil Emanuel Araujo	90
4.1.2 Museu das Favelas	95
4.2 MUSEUS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	102

4.2.1 Museu da Vida/ Fiocruz	102
4.2.2 Museu Histórico Nacional	107
4.3 APRENDIZADOS A PARTIR DAS NARRATIVAS.....	111
4.4 À MESA COM OS MUSEUS: ESCUTAS E SILÊNCIOS.....	114
5 ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: AS DIMENSÕES DE ANÁLISE.....	118
5.1 DIMENSÃO I – PRÁTICAS DE INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE, PARTICIPAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS PLURAIS	119
5.2 CAMINHOS DA INCLUSÃO: IDENTIFICANDO AS AÇÕES REALIZADAS PELOS MUSEUS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA NOS ESPAÇOS INVESTIGADOS	134
5.2.1 Eixo 1- Acessibilidade material/simbólica: abrindo caminhos para o acesso e o pertencimento nos museus.....	134
5.2.2 Eixo 2 Participar é disputar: a participação social nos museus	141
5.2.3 Eixo 3 das epistemologias plurais: território de encontro entre mundos e saberes	147
5.3 DIMENSÃO II – DESAFIOS E DISPUTAS NA EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL	159
5.3.1 Os desafios presentes no eixo I da acessibilidade material/ simbólica	159
5.3.2 Desafios do eixo II- participação social.....	166
5.3.3 Desafios do eixo III- das epistemologias plurais.....	172
6 ENTRE PERSPECTIVAS E ECOS: CONTEXTOS, DÚVIDAS E DESDOBRAMENTOS”	179
REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICE A - ROTEIRO DE MOTIVAÇÃO PARA CONVERSAS COM OS COLABORADORES DA PESQUISA, PROFISSIONAIS DOS MUSEUS.....	206
ANEXOS.....	207

INTRODUÇÃO

Constantes mudanças atravessam a sociedade, redimensionando as estruturas e suas funções, problematizando relações e produzindo novas demandas que desafiam pessoas e instituições. Os museus, uma dessas instituições sociais, acompanham esses fluxos sendo tensionados a responder a novos desafios e a se reinventarem diante das transformações históricas. Esses espaços se destacam como espaços da memória e do patrimônio, se veem interpelados por debates sobre inclusão, diversidade e justiça social (Sandell, 2007).

Neste movimento de transformações, em que tudo é fluido e continuamente revisitado, o próprio conceito de museu também se modificou, culminando em uma nova definição no ano de 2022, definida na 26ª Conferência Geral do ICOM, em Kyoto (Brulon Soares, 2024).

Este foi construído em um processo cooperativo, buscando escutar as práticas locais e privilegiar a política das comunidades (movimento de escuta de diferentes contextos), forjando um conceito que trouxessem as funções e os valores indissociáveis a todo espaço museal (Brulon Soares, 2024). Dessa forma, a definição que emergiu do debate apresentou o museu enquanto

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleta, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Aberto ao público, **acessível** e **inclusivo**, os museus promovem a **diversidade** e a **sustentabilidade**. Eles operam e comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, fruição, reflexão e compartilhamento de conhecimento (ICOM, 2022, *grifos nosso*).

Destacamos algumas expressões presentes no conceito, - acessível, inclusivo, diversidade, sustentabilidade, - que posicionam da necessidade dessas instituições se integrarem ao contexto social e oferecer diversas experiências para que as pessoas se apropriem, aprendam e modifiquem a realidade social, que outrora não eram considerados aos museus (Brulon Soares, 2024). Como apresenta Brulon Soares (2024, p. 20) :

Na atual definição, ganhamos um entendimento do museu comprometido com a agência social; isto é, um museu que amplia e expande o seu *modus operandi* para reconhecer, na partilha de autoridade, a possibilidade de fazer com em vez de fazer para, de compartilhar saberes e operar em colaboração. [...]. Em outras palavras, o dilema da participação social (em seus diferentes níveis) é trazido para o centro da operação e da comunicação do museu.

E essas questões (a de acessibilizar o acervo, promover práticas participativas e horizontais, caminhar rumo a construção de uma cidadania plural, possibilitar as aprendizagens a partir das experiências imersivas, afetivas, representativas), tem sido um clamor e movimento político destinado a todos os museus, independente da tipologia.

Precisamos estar cientes que a tipologia dos museus, orientadas pela natureza do acervo (características, a natureza dos bens presentes no espaço), forma de gestão (considera os órgãos entidades que administram e fazem a gestão do espaço), abrangência, finalidade precípua (artes, história, ciência, comunitário, ...), o germen impulsionador da sua criação, influencia nas formulações e possibilidades de atuação do museu (Costa, 2006).

Nesta pluralidade de perspectivas, os museus podem acenar para a construção da cidadania e de uma sociedade com mais respeito e valorização das suas diferentes histórias, se partirem do pressuposto da não neutralidade desses espaços e da sua “responsabilidade constitutiva” em formular suas ações em prol da construção da justiça social, apesar de uma série de resistências e pressões internas e exteriores (Sandell, 2007).

Acreditando neste encontro entre museus e promoção de cidadania, resolvemos ir a campo e verificar como os museus de diferentes tipologias tem atuado e reverberado em suas práticas: acessibilidade, inclusão, diversidade, sustentabilidade. Buscamos compreender como esses pilares tem sido manifestada nas mediações, planejamentos e atividades dos museus.

Assentamos nossas discussões nos estudos das mudanças dos papéis do museu ao longo da história e como os diferentes movimentos sociais encaminharam para lutas que problematizam a ausência da pluralidade de públicos, representatividades e saberes nos espaços museais (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024).

A Sociomuseologia, as novas abordagens museológicas interdisciplinares que têm apontado para um museu comprometido com as mudanças sociais, aqui sinalizamos para a museologia engajada, museologia colaborativa e museologia crítica, e os estudos da cidadania foram aportes teóricos que nos auxiliaram a realizar a ponte entre a nossa pesquisa de campo, conversando com os profissionais, com as reflexões teóricas e posteriormente construção das nossas análises.

Nos estudos sobre a função social dos museus, destaca-se um evento-chave na história da museologia: a Mesa Redonda de Santiago (MRS), realizada em 1972, no Chile (Sarmento; Julião; Bruno, 2024). A partir das discussões e práticas museológicas que já vinham ocorrendo na época, o encontro reivindicou a proposição de uma Nova Museologia, defendendo que o museu deve se conectar à sua realidade social por meio de suas diferentes áreas assumindo um papel ativo na sociedade e na promoção de transformações sociais. Primo (2014) ao refletir sobre a Nova Museologia evidencia que

O Movimento de Nova Museologia (que surgiu na última metade do século XX), com os novos modelos de educação para a cidadania, os processos de transformação política, social e cultural que ocorreram na generalidade dos países ocidentais. Essas

transformações contribuíram para que os museus seguissem o caminho para a sua aproximação do modelo de fóruns, sites de encontros, de diálogos, de debates e de ações museológicas comprometidos com a memória, com o património e com a mudança social (Primo, 2014, p. 7).

O deslocamento de um museu que apenas coleciona e preserva para um museu que questiona a tessitura social e as possibilidades de inclusão, não ocorre de maneira linear. Ele é atravessado por tensões, avanços e retrocessos, passos e descompassos. Questões sociopolíticas externas, aliadas à inconsistência de ações que se apresentam como decoloniais e/ou voltadas ao desenvolvimento comunitário, mas não é de fato, apontam a necessidade de refletir criticamente sobre as práticas anunciadas pelos museus na promoção da cidadania.

Em relação às questões externas, em um cabo de forças, de um lado está a instrumentalização da cultura, o ressurgimento recorrente das ideias conservadoras e excludentes que limitam a inclusão social, restrições orçamentárias, dentre outros. Do outro lado, acompanhamos o fortalecimento de políticas públicas e legislações que incentivam, financiam ações e projetos de inclusão, a pressão dos movimentos sociais, sobretudo dos grupos minoritários, o desenvolvimento dos debates acadêmicos que tratam da temática (Lima, 2014; Primo, 2014; Motta; Mangas; Saraiva, 2024).

No escopo dos pontos internos, trazemos a descontinuidade dos projetos, escassez de recursos, pouco profissionais diante das demandas, falta de estrutura física para gestão do acervo e disputas internas sobre curadoria e narrativas, a herança colonial nos acervos (Alves, 2023). Em contrapartida, acompanhamos a presença de curadorias colaborativas, as iniciativas individuais ou de uns grupos pequenos dentro dos museus, que investem tempo na capacitação e atualização das práticas museológicas mais colaborativas, investimentos nas áreas de educação e comunicação museológica valorizando o museu enquanto espaço do diálogo (Cury, 2014).

Essas são algumas nuances que nos auxiliam a refletir o campo de tensões e negociações das contraditórias intencionalidades e práticas que envolvem o museu. O museu se faz a partir das não confluências, das disputas dos projetos e da dinamicidade da sociedade.

Essas diferentes experiências e demandas da sociedade, historicamente situadas, manifestam-se nos museus e se traduzem em releituras de acervos e narrativas, bem como em novas formas de comunicação e de fazer educação museal, ao passo que as estratégias de dominação, narrativas estereotipadas e que destituem da pluralidade vão se articulando para outras maneiras de reexistir e manter nestes espaços (Mendonça; Ribeiro; Wichers, 2024).

Neste sentido, ao aproximarmos as palavras museus e cidadania, observamos a necessidade de situá-los em um tempo histórico-social, analisarmos os diferentes interesses e

jogos de poder aos quais estão inscritos, nos posicionarmos de quais aspirações metodológicas e políticas estamos demarcando.

A luz destas reflexões, essa pesquisa teve como objetivo geral investigar como as ações desenvolvidas pelos museus participantes da pesquisa revelam caminhos, tensões e possibilidades na promoção da cidadania, na perspectiva da inclusão social, a partir de olhares e percepções de seus profissionais.

Participaram da pesquisa quatro museus de diferentes tipologias, a saber: Museu Afro Brasil Emanuel Araujo (São Paulo), Museu das Favelas (São Paulo), Museu da Vida (Rio de Janeiro), Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro). Buscamos responder a seguinte questão de pesquisa: **quais ações desenvolvidas pelos museus investigados apontam e contribuem para a promoção da cidadania, em um enfoque da inclusão social, na percepção de seus profissionais?**

Cabe ressaltar que, propusemos a ir ao encontro dos museus, preconizando estados do Brasil reconhecidos pelo alto número de museus e que tivéssemos um retorno de aceite em participar da nossa pesquisa. Em primeiro momento, escolhemos o eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em muitos locais não recebemos retorno e consideramos que isso pode ser um reflexo da situação que museus se encontram de poucos profissionais para uma demanda excessiva de funções, do distanciamento da pesquisa e museus, ou outras possibilidades que desconhecemos. Frente ao não retorno dos museus do estado de Minas Gerais, investigamos museus localizados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro¹.

Como desdobramentos do objetivo geral delineado, refletimos também alguns objetivos específicos:

- Identificar as atividades realizadas pelos museus que tem caminhado na promoção da cidadania nos espaços investigados;
- Analisar a partir das narrativas dos colaboradores da pesquisa quais as possibilidades e os desafios que eles têm observado para a promoção da inclusão social nos museus;
- Desvelar de que modo a tipologia de cada museu constitui molduras que condicionam e, ao mesmo tempo, oferecem caminhos para a atuação cidadã e a tessitura de novas narrativas e práticas museológicas;

¹ Neste texto, apesar de reconhecermos a importância de investigarmos os motivos da não participação de alguns museus, não debruçamos sobre esses, mas deixamos os questionamentos para novos estudos e reflexões que posteriormente viermos a realizar.

Seguidos pelo ideal de ir à campo, buscamos observar as práticas e fazeres museais que caminhassem na promoção da cidadania, conversando com os profissionais dos museus investigados, nossos colaboradores de pesquisa, e nos colocamos no exercício da escuta dos espaços e da sua dinâmica. Tecemos a pesquisa, conforme os pressupostos apontados por Carvalho (2015, p. 84), na qual “as metas são traçadas durante o caminhar, assim, o pesquisador vai ao campo interessado em algumas questões, mas desprovido de uma atitude interesseira. Leva consigo uma ideia aberta, suficiente somente para partir”.

O setor educativo dos museus foi nossa primeira intenção, compreendendo que as práticas educativas são propulsoras de mobilizar as pessoas que frequentam os museus a aprender e refletir a partir/no/ e para além do espaço museal. Além desses profissionais, tivemos a oportunidade de dialogar também com aqueles que estão na gestão, compreendendo a sua importância por nos apresentar uma visão holística do espaço, as diversas nuances que compõem o espaço, os acordos e tratativas presentes nesta arena.

Assim, nossos colaboradores da pesquisa foram profissionais do educativo, ou aqueles que estavam à altura do nosso encontro com a gestão dos espaços, porém com experiência nos setores educativos, ou ainda tivemos a nos receber dois ou mais profissionais um da coordenação/direção e um do educativo. Reservamos um momento ao longo do texto, na seção 1.1 “Mas, Onde? Quando? Por que? ”, para a apresentação e caracterização dos nossos colaboradores na pesquisa.

O caminho que foi se formando no campo, nos mostrou que cada colaborador da pesquisa ao se apresentar, já falava dos seus sonhos, de possibilitar outras realidades, dos desafios, nos prazeres em enxergar outros rostos, afetos e exposições nos museus. Ao longo da pesquisa, almejamos como forma de reconhecimento manter os nomes originais, entretanto, como nosso Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não trazia essa autorização, em atendimento aos aspectos éticos, não colocamos, mas evidenciamos a centralidade das experiências individuais e dos percursos singulares de cada um e o quanto isso ressoa em suas atividades profissionais, formas de esperar em relação a realidade museal.

Utilizamos a conversa como metodologia para construção dos dados, desses encontros em que a palavra foi partilhada, áudio gravamos para que depois fossem transformadas em narrativas que nos ajudariam a responder à questão da pesquisa.

As narrativas foram a nossa base teórica metodológica, atribuindo os sentidos a partir do seu contexto pessoal, de formação e da vivência no universo profissional dos museus. Consideramos a força da experiência, da escolha do que narrar e como narrar, assim como nos aponta Rabelo (2011, p.3), “O que se transmite com as narrativas é o grupo de regras

pragmáticas que constitui o vínculo social, encontrando a matéria desse vínculo não só na significação dos relatos, mas no próprio ato de sua narração”.

Outros profissionais da área dos museus e associações/organizações que trabalham em parceria com os museus também nos permitiram a compor esse texto e todas as discussões aqui realizadas. As perguntas que foram surgindo na construção desse estudo, nos levavam a refletir juntos com essas pessoas a trilha dos museus que tem desembocado na construção da inclusão social.

Sendo as narrativas, a voz dos colaboradores desta pesquisa, ponto central deste trabalho, a produção das análises emergiu do refletir e estudar os sentidos que elas traziam. As narrativas indicavam: a importância de olharmos as diferentes tipologias museais, pois a finalidade da sua criação, seu acervo e as temáticas que eles tratam vão dizer sobre os caminhos para a inclusão social que o museu tem percorrido; compreender a inclusão social realizada pelo espaço museal a partir de três vias: a acessibilidade matéria/simbólica, a participação ativa e o reconhecimento das epistemologias plurais; por fim, elas também sinalizam para que nos atentássemos para o campo de disputas e tensões que a cidadania se inscreve nas práticas museológicas, de forma instável e mutável. E foi a partir desses caminhos, entrelaçados e em movimento, que estruturamos nossas análises, tecendo reflexões e aguçando a sensibilidade para captar o que os museus podem efetivamente promover em termos de cidadania e presença social.

A fim de refletir também as contradições, barreiras e as disputas que envolvem práticas museológicas que promovem a inclusão social, consideremos importantes ouvir/sentir o museu. Sabemos que as narrativas dos profissionais nem sempre expõe o cotidiano em sua complexidade. Muitas vezes, elas se configuram como discursos elaborados que mais performam uma realidade desejada do que descrevem uma experiência concreta. Neste sentido, nos apropriamos da teoria "*sentipensar*" desenvolvido por Orlando Fals Borda e Arturo Escobar e retomado por Arias (2012), que nos convida a conhecer o mundo com o corpo inteiro, unindo razão e emoção, pensamento e sensibilidade. Essa postura metodológica possibilitou compreender o museu não apenas como instituição, mas como espaço vivo, permeado por afetos, contradições e ações comprometidas e negociadas.

O olhar para o contexto, presente nos artigos, eventos, notícias, redes sociais e estudos que abordavam discussões relacionadas à nossa temática, sobretudo dos museus pesquisados, tornou-se elemento para nossas reflexões. Esses materiais nos ajudaram a compreender os impasses, as negociações e os entrelaçamentos econômicos, políticos e hierárquicos que

compõem as ações apresentadas nas narrativas, situando-as em uma realidade multifacetada (Barros, 2005).

Por fim, importa pontuar que, escrever no coletivo essa tese é reforçar o fazer coletivo, que passa pelas reflexões e inquietações orientanda-orientador, além de ser construída também a partir das referências textuais e por um coletivo que me forjou e me constituiu. É na lógica de uma escrita que se faz

no esforço de enfrentar o desmantelamento de laços comunitários, que é uma das tônicas da estruturação política da colonial/Modernidade. Essa desarticulação do coletivo se dá por estratégias tanto políticas como epistêmicas, seja centrando o conhecimento na instância do individual e recusando ou reduzindo a importância da produção coletiva do conhecimento, seja criando a sensação política de que não há muito a fazer além de uma adequação ao mundo tal como ele se apresenta hoje, numa sensação de sem saída (Filice, 2024, p. 6).

Defendemos a tese que vem sendo desenvolvidas pelos museus, ações que têm contribuído para a promoção da cidadania, na perspectiva da inclusão social. E é importante mapeá-las e apresentá-las dentro do complexo que as envolve, considerando suas potencialidades e tensões. Sabemos que o momento histórico tem sido marcado pelas pressões de grupos sociais marginalizados e pelas teorias decoloniais, que reivindicam voz, visibilidade e participação nas formulações estratégicas na sociedade, a fim de se sentirem representados e de contarem suas histórias e memórias por si mesmos. Essa conjuntura tem afetado diretamente o cotidiano dos museus, impulsionando novas ações que caminham rumo a práticas mais participativas, revisitando seus posicionamentos e tensionando suas lógicas coloniais (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024).

Organizamos a tese trazendo, na primeira seção, “*Tecendo caminhos: a construção teórico-metodológica da pesquisa*”, em que apresentamos como este trabalho, de metodologia qualitativa e natureza exploratória, foi realizado a partir da seleção dos espaços, das conversas realizadas com os colaboradores dos museus investigados, da opção pelas narrativas e da apresentação das dimensões de análise que construímos enquanto caminho de mergulho interpretativo, buscando responder a questão de pesquisa e costurar as reflexões teóricas com a nossa pesquisa de campo pelos museus.

No segundo tópico, “*Museus em travessia: deslocamentos da museologia e os caminhos para a construção da cidadania*”, trazemos um panorama das transformações ocorridas no campo da Museologia, sobretudo aquelas que aproximaram os museus de suas funções sociais. Estudamos o surgimento e o fortalecimento da escola de pensamento da Sociomuseologia e

destacamos a Museologia Colaborativa, a Museologia Crítica e a Museologia Engajada como referenciais que inspiram reflexões e possibilidades de ação museológica inclusivas.

Nessa perspectiva, compreendemos que a função social dos museus se constitui em um âmbito dinâmico, permeado por tensões e capaz de incorporar múltiplas estratégias de engajamento, aprendizado e reflexão crítica. Consideramos, ainda, que as diferentes tipologias museais possibilitam práticas de inclusão social em formas diversas, influenciadas pelo contexto de criação do museu, pelas temáticas abordadas e pela natureza de seus acervos. Dessa forma, observar as tipologias nos oferecem indícios sobre as ações desenvolvidas pelos museus. Por fim, abordamos a Educação Museal como uma dimensão teórico-prática essencial, que contribui para a formulação de ações voltadas à inclusão, ao diálogo e à ampliação do acesso nos espaços museológicos.

Na terceira seção, *“Cidadanias em fluxos: Tensões, Paradigmas e Perspectivas de Inclusão Social”*, discutimos a cidadania enquanto conceito dinâmico, plural e em constante disputa. Partimos da compreensão de que a cidadania não é uma estrutura fixa ou monolítica, mas um campo de forças atravessado por disputas históricas, políticas e sociais. Problematicamos o paradigma eurocêntrico que fundamentou a noção moderna de cidadania, evidenciando seus limites excludentes, coloniais e ditos “universais”. Em diálogo com perspectivas decoloniais, apresentamos alternativas conceituais que emergem de outras cosmovisões: a *florestania*, a *afrodiasporicidade* e o *ubuntu*, que propõem modos de ser e coexistir pautados na coletividade, no cuidado e na interdependência das pessoas com o território, incluindo a natureza, que as integra.

Refletimos, ainda, sobre as implicações dessas concepções para o campo museal, compreendendo os museus como potenciais espaços de produção e articulação da cidadania no plural. Nesse contexto, a inclusão social é refletida a partir de três dimensões integradas: a acessibilidade material/simbólica, que dinamiza o acesso físico e simbólico aos espaços museais; a participação ativa, que reconhece os diferentes grupos sociais nas decisões, práticas curatoriais e cotidiano dos museus; e o reconhecimento das epistemologias plurais, que valoriza saberes, memórias e narrativas historicamente marginalizadas.

Na quarta seção, intitulada *“Com a palavra: os profissionais do museu!”*, apresentamos as narrativas construídas a partir dos encontros com os colaboradores dos museus investigados. Buscamos trazer as ações museológicas que os museus têm desenvolvido que promovam a inclusão social. A partir dessas narrativas, refletimos sobre as possibilidades e os desafios que os museus enfrentam neste trilhar. Além disso, fundamentados pela teoria sentipensante (Arias,

2012), refletimos o museu e o que ele externaria em um diálogo conosco, considerando nossa vivência e presença nesses espaços.

Na quinta seção *“Entre práticas e reflexões: as dimensões de análise”*, discutimos as narrativas a partir das reflexões teóricas a fim de mapear as atividades realizadas pelos museus que tem caminhado na promoção da cidadania plural nos espaços investigados, bem como observamos os desafios e potencialidades que essas práticas museológicas têm esbarrado, procurando frestas e suscitando a transformação social. Delineamos duas dimensões de análises: Dimensão I – Práticas de Inclusão: acessibilidade material/simbólica, participação ativa e epistemologias plurais e, Dimensão II – Desafios e disputas nas ações de efetivação da inclusão social.

Na sexta seção, *“Entre perspectivas e ecos: contextos, dúvidas e desdobramentos”*, buscamos retomar a pergunta de pesquisa e o percurso que realizamos para respondê-la. Além disso, delineamos os desdobramentos que emergem deste trabalho, mapeando as experiências e reflexões construídas ao longo da pesquisa.

Trouxemos nesta seção, as aprendizagens e resultados relevantes desse estudo, bem como as dúvidas e questionamentos que permanecem, reconhecendo a complexidade de observar os fenômenos sociais pelo próprio movimento e as multiplicidades de caminhos possíveis. Mais do que encerrar, este espaço propõe indicativos para as outras possibilidades e trajetórias futuras.

Pontuamos a importância do período de Doutorado Sanduíche realizado em Lisboa, junto ao Museu Nacional de História Natural e da Ciência, entre novembro de 2024 e abril de 2025, com fomento de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes. Essa experiência suscitou pesquisas e investigações em diferentes museus portugueses, com o objetivo de compreender questões relacionadas à inclusão social, às práticas e aos movimentos envolvidos nos processos de decolonização desses espaços, bem como a relevância dos ativismos da comunidade negra, de países colonizados por Portugal, e profissionais de museus que demandam a produção de novas narrativas e leituras sobre os objetos presentes neste ambiente.

Tais vivências contribuíram para pensar, discutir e dialogar sobre as contribuições dos museus para a promoção da cidadania, ao percebermos as inúmeras questões que envolvem o tema, desde da restituição do acervo ao respeito e ética envolvidos em exposições de temáticas sensíveis. A inclusão em museus toma conta de um debate internacional e perceber as diferentes perspectivas de dois países, no caso Brasil e Portugal, não em âmbito de comparação em fita

métrica, mas para amplificar nosso olhar sobre o tema e nos convidar a formular estratégias de cooperação e trabalhos em parceria para melhora do campo museal.

Neste estágio tive a oportunidade de conhecer as ações de diferentes museus portugueses, como Museus dos Lagos, Museu Municipal Santos Rocha, Museu Santo Antônio Museu do Aljube, ... Em que se considere essa rica vivência, estudo e aprendizado, e, considerando a necessidade de um aprofundamento analítico e de um recorte que uma tese de doutorado requer, atendemos as orientações da banca de qualificação, de modo que os dados de pesquisa que foram construídos em museus portugueses fomentarão publicações futuras, por meio de artigos científicos e afins, de modo a refletir aproximações e (afastamentos) entre os museus brasileiros e portugueses frente a formação para a cidadania no plural, em contextos distintos. No entanto, cabe enfatizar que muito das análises aqui realizadas e apresentadas derivam de contribuições da participação em reuniões, grupo de pesquisa e conversas, eventos vivenciados no doutorado sanduíche, os quais foram fundamentais para a madurecer nossas análises dos dados construídos em museus brasileiros.

1 TECENDO CAMINHOS: A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

Se por alguns segundos eu observar/ E só observar
 A isca e o anzol, a isca e o anzol/
 A isca e o anzol, a isca e o anzol
 Ainda assim estarei/Pronto pra comemorar
 Se eu me tornar menos faminto/E curioso, curioso
 O mar escuro trará o medo/Lado a lado, com os corais
 Mais coloridos

O Rappa

Os caminhos metodológicos percorridos fazem parte da nossa posicionalidade²! Isso é um ponto a ser demarcado, pois nossa escrita, escolhas de autores para dialogar e o encontro com os museus e seus profissionais parte das nossas perspectivas, limitações e utopias. Assim como apresenta a epígrafe desta seção, toda a construção do nosso estudo requereu observar as estruturas e as intencionalidades, apreendendo a coexistência dos desafios e da potência, e ao mesmo tempo, vislumbrando possibilidades de mudança e de transformação social com essas ações (Museu de Arte Sacra, 2025).

A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualitativa, considerando que a construção dos dados da pesquisa se deu no contato e nas trocas com os colaboradores da pesquisa; na análise e interpretação dos materiais desenvolvidos pelos museus; e na construção das discussões apresentando as compreensões e sentidos que surgiram ao longo da pesquisa (Chizzotti, 2003)

Ou ainda, como evidencia Marcelino e Moraes (2024, p.106):

abordagem qualitativa valoriza múltiplas percepções, esclarece significados, verifica a recorrência de observações e interpretações, percebe distintas realidades, atribui maior riqueza de informações e amplia a complexidade do estudo. Além disso, a pesquisa qualitativa dá voz aos participantes, com o objetivo de construir uma teia de significados sobre o fenômeno de interesse.

A partir da metodologia traçada, margeamos nossa pesquisa a partir das indagações “onde, quando e por que estão [estamos] construindo conhecimentos? ” (Battestin; Dariva; Lima, 2023, p. 5). Alicerçados nessas perguntas, já colocamos que nossa pesquisa não atende o princípio da universalização e é uma investigação geo/historicamente situada que trilhou

² Trazemos o conceito de posicionalidade enquanto “às condições e contextos que moldam a identidade e as experiências de um indivíduo. Envolve fatores como origem étnica, gênero, classe social, raça e até mesmo o ambiente cultural em que alguém cresce. A posicionalidade destaca que cada pessoa ocupa um lugar único na sociedade, influenciando suas perspectivas, oportunidades e desafios” (Noel, 2018).

alguns caminhos escolhidos para apresentar ações e trabalhos em museus, que não pretendem resumir uma realidade generalizável.

Demarcar geograficamente e temporalmente a pesquisa demonstra uma opção de apresentar as singularidades dos processos museais e dos seus profissionais e o entendimento da inesgotabilidade das ações que estão ocorrendo e não temos ciência.

Realizamos um estudo exploratório investigando o fenômeno dentro do sistema e das relações que os envolvem, conforme buscamos compreender os museus dentro das teias sociais e da lógica situada a que eles estão colocados (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023).

Quanto a pesquisa dialógica ela se faz nesta troca, e na construção compartilhada de sentidos, questões que colocaram essenciais a nossa pesquisa. Conforme apresenta Tuzzo, Santos e Braga (2024, p. 8) a pesquisa dialógica se estrutura

[...] na expressão das possibilidades de dialogar com diferentes tipos de pesquisa e com sua própria essência, seu modo de existir e de funcionar. Do ponto de vista prático, é a pesquisa qualitativa que organiza o diálogo entre os resultados e a teoria de referência; é a mesma modalidade de pesquisa que de modo dialógico identifica no mundo social referências práticas para explicar o mundo do conhecimento e em um sentido invertido, constrói o conhecimento tendo como referência o mundo social e seus atores.

1.1 MAS, ONDE? QUANDO? POR QUE?

Iniciamos nossa pesquisa a partir do acompanhamento das redes sociais e sítios institucionais, motivados sobretudo, por interesses pessoais, observando as diversas ações e eventos realizados em museus no Brasil nos anos de 2022 e 2023 que tratavam sobre a abertura desses espaços para as diferentes narrativas e representatividades. Nessas iniciativas, temáticas como inclusão, justiça social, enfrentamento as desigualdades sociais e ao racismo entravam em pauta a partir de eventos, exposições, *lives* despertando a nossa atenção. A partir dessas observações, estruturamos a pesquisa para visitar diferentes museus e dialogar com seus profissionais, com o objetivo de compreender de que forma essas instituições vinham promovendo ações voltadas à cidadania, na perspectiva da inclusão social.

Para a seleção dos museus foi definido a priori que entraríamos em contato museus de diferentes tipologias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas regiões foram escolhidas pela quantidade vasta de museus, (segundo o site do Instituto Brasileiro de Museus, fevereiro/2024, São Paulo consta com 688 museus; Rio de Janeiro 332 museus e Minas Gerais 472 museus) e também por nossas limitações orçamentárias (Rio de Janeiro e São Paulo

são estados limítrofes ao estado que moramos, Minas Gerais, o que leva a gastos menores) e de possibilidade de tempo e análise (se ampliarmos muito não seria possível analisar os materiais construídos ao longo do caminho).

Dessa forma, entramos em contato por e-mail com os museus de pelo menos 8 museus de cada estado selecionados a partir da busca de museus presentes nos sites do IBRAM, filtrando por museus de diferentes tipologias e alguns que já estávamos acompanhando os trabalhos pelas redes sociais e tínhamos interesse em conhecer. Em grande parte dos museus contatados, não obtivemos retorno dos espaços para contribuir com a pesquisa.

Em Minas Gerais, obtivemos retorno positivo de apenas um museu, o que nos levou a descartar a realização da investigação nesse estado e a considerar museus de outros estados, como o Distrito Federal. No entanto, após reflexões realizadas na banca de qualificação e ajustes relacionados ao aprofundamento das narrativas, consideremos que nosso estudo se concentraria nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O retorno positivo dos museus em aceitar participar da pesquisa nos alegrava e nos levava à fase de organização do cronograma e à preparação para “pegar a estrada”. Todavia, após vários não-retornos, percebemos também as dificuldades enfrentadas pelos espaços museais em conciliar tantas demandas com equipes, na maioria das vezes, reduzidas. Alguns e-mails de resposta negativa mencionavam justamente a indisponibilidade da equipe frente a tantos compromissos, enquanto na maior parte das vezes não recebíamos qualquer retorno. Sabemos que o não aceite é tão significativo quanto o aceite, pois nos leva a refletir aspectos das dinâmicas institucionais, porém não conseguimos realizar pela falta de dados consistentes dessa questão.

Outro aspecto importante a se destacar refere-se ao não retorno ou ao não aceite em participar da pesquisa de algumas instituições é que, muitas vezes, as pesquisas ainda não são suficientemente valorizadas nos espaços museais. Esses espaços nem sempre conseguem dimensionar o potencial da pesquisa para qualificar o olhar sobre uma realidade que, à primeira vista, pode parecer trivial, mas que, quando abordada a partir da alteridade e dos encontros, fornece novos horizontes e possibilidades.

Voltando as visitas... Os museus de São Paulo foram visitados em março de 2024; os do Rio de Janeiro foram visitados em abril de 2024. A nossa ida ao museu contava com uma visita guiada ao museu, uma conversa³ com algum ou vários profissionais do museu, e tempo

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, registro CAAE: 70471223.1.0000.5154, parecer 6.153.550 em 30/06/2023.

de imersão no espaço, para percorrê-lo com atenção, escutá-lo, senti-lo e realizar os registros fotográficos. As conversas foram audiogravadas, transcritas e depois realizadas as narrativas.

Realizamos um itinerário disparador com alguns tópicos considerados importantes para a pesquisa (Anexo A). Essa trilha foi pensada como uma abertura para o diálogo, permitindo que os participantes compartilhassem seus olhares sobre as diferentes ações presentes nos espaços em que atuam, especialmente aquelas que contribuem para a construção da cidadania a partir da inclusão social. Esse itinerário funcionou como um convite para explorar possibilidades de discussão, algo que só o encontro presencial permite. Em cada local, vivenciamos momentos únicos, que corroboraram para nossa compreensão da temática e, ao mesmo tempo, nos confrontaram com aspectos inesperados e não imaginados.

Estar presente nestes espaços nos possibilitou uma escuta dos espaços. Caminhar por seus corredores permitiu perceber suas contradições, seus medos, suas seletividades, suas dores e intencionalidades.

A experiência das andanças que permeou toda a investigação, antecedeu as reflexões teóricas. Essa rota, pesquisa de campo / reflexões teóricas, nos trouxe costuras e lacunas que precisavam ser tecidas, bem como desafios que só puderam ser enfrentados a partir dos olhares da banca de qualificação, das leituras de outros textos e da abertura aos pressupostos decoloniais. Essas experiências nos apontaram novas possibilidades de pesquisar, escrever e construir caminhos investigativos e reflexivos.

Os nossos primeiros passos, no primeiro museu de São Paulo já nos acenaram que a nossa questão da pesquisa seria respondida a partir das narrativas, considerando que as práticas discursivas dos participantes entrelaçavam suas histórias de vida, as vivências nos museus e os trabalhos ali desenvolvidos e as narrativas nos auxiliam a transformar as experiências encontradas em produção do conhecimento.

O contato com as ações promovidas pelos museus foi nos conduzindo à necessidade de uma aproximação com os estudos decoloniais. Esse movimento não surgiu apenas como uma escolha teórica, mas como um gesto metodológico, nascido das vivências e dos saberes situados que atravessam a pesquisa. Aproximar-se do pensamento decolonial foi também reconhecer os deslocamentos necessários: romper com a lógica da universidade, neutralidade, tanto nas vozes que colaboraram com a pesquisa quanto com as nossas próprias escolhas, intenções e posicionamentos ao longo do percurso (Dulci; Malheiros, 2021).

Os estudos decoloniais se mostram pertinentes também diante da própria genealogia colonial dos museus e, sobretudo, das práticas que buscam promover a inclusão e trazer outras narrativas. Essas práticas nos conduzem às fissuras e brechas que os museus vêm abrindo em

suas estruturas, ao romper com um histórico das práticas coloniais e ao possibilitar a presença de memórias, rituais e objetos narrados pelos grupos subalternizados, antes invisibilizados ou objetificados nas salas de exposição.

Por fim, anterior a detalharmos outros pontos importantes do desenho metodológico desta pesquisa, precisamos voltar ao porquê da realização deste trabalho e da construção dessa investigação. Antes de qualquer outra explicação mais condizente com um trabalho acadêmico, precisamos dizer que essa pesquisa foi pulsante e vivida, aberta a escuta das experiências que os museus vêm realizando atentando a aquilo que foi avançado no processo de incluir e visibilizar as pessoas e aos desafios que por vezes paralisam os museus de irem mais. O nosso posicionamento político acredita nestas pequenas e potentes ações na promoção de um mundo com mais igualdade.

A pesquisa nos colocou diante de profissionais que foram modificando suas percepções de vida e começando a observar as possibilidades de, a partir da sua realidade, os museus, promover dignidade e justiça social. Além de estudar as diferentes forças, intencionalidades, jogos de disputas e interesses que demarcam e estão no bojo das ações e escolhas dos museus.

Além do mais, o terreno da cidadania e das possibilidades de atuação dos museus é sempre arenoso e movediço, abalado pelas conjunturas sociopolíticas e por todas as tensões e interesses divergentes que atravessam essas questões. Por isso, é fundamental pensá-las, considerá-las e registrá-las, reconhecendo o importante serviço que esses espaços vêm realizando.

1.1.1 Museus pesquisados, suas tipologias e colaboradores da pesquisa

Ao longo da pesquisa, realizamos visitas a diferentes museus e conversamos com diversos profissionais das instituições, buscando atender aos objetivos propostos pelo estudo. Contudo, observamos que incluir todos os espaços inicialmente visitados não contribuiria para a análise. Assim, optamos por selecionar e apresentar apenas aqueles que, pelas suas especificidades e experiências, dialogam de modo mais direto com as reflexões desenvolvidas nesta investigação.

Utilizamos como critérios de inclusão dos museus na pesquisa:

- Diversidade de tipologias museais e de territórios: selecionamos museus de diferentes tipologias (comunitários, artes, ciências, tradicionais), localizados em diferentes territórios, São Paulo e Rio de Janeiro;

- Relevância social e política: instituições em que foi possível observar diferentes práticas voltadas à construção da cidadania, considerando a diversidade de tipologias;

- Viabilidade analítica: museus que apresentavam narrativas que permitiram o aprofundamento das análises e reflexões que colaboraria com as discussões da pesquisa.

Dessa forma, trouxemos os seguintes museus localizados em São Paulo para a pesquisa, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Museus analisados na cidade de São Paulo: tipologias, localização e parceiros da pesquisa

Instituições museais	Tipologia	Quantitativo de Colaboradores que participaram da nossa conversa:	Função
Museu das Favelas	Comunitário	2	- Coordenador do educativo - Educador museal
Museu Afro Emanuel Araújo	Artes	3	- Núcleo educativo; - Núcleo educativo; - Núcleo de pesquisa;

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Nota: Dados de pesquisa dos museus em que realizamos as conversas com os profissionais no período em março de 2024.

No quadro seguinte, quadro 2, constam os museus do Rio de Janeiro que visitamos e trouxemos para a realização desta investigação:

Quadro 2 - Museus analisados na cidade do Rio de Janeiro: tipologias, localização e parceiros da pesquisa

Instituições museais	Tipologia	Quantitativo de Colaboradores que participaram da nossa conversa:	Função
Museu da Vida/ Fiocruz	Ciências	1	- Diretoria do museu (educadora museal)
Museu Histórico Nacional	Tradicional	1	- Chefia da divisão técnica (educador museal)

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Nota: Dados de pesquisa dos museus em que realizamos as conversas com os profissionais em abril de 2024.

Inicialmente, a tipologia dos museus não recebeu atenção especial, sendo considerada apenas uma característica descritiva das instituições investigadas. No entanto, as discussões no exame de qualificação da Tese e, as reflexões desenvolvidas ao longo das análises, nos mostraram que a tipologia constitui um ponto de partida para compreender a inserção social e

a atuação dos museus em relação a inclusão social. Por isso, enfatizar a tipologia e estudar os critérios de classificação e como elas se operam tornou-se importante.

Os nomes dos colaboradores da pesquisa não foram apresentados em consonância com o TCLE que trazia que a eles estariam garantidos o anonimato. No tecer das narrativas, fomos percebendo que a identificação pelos nomes, em nosso caso, codinomes, foi diluída no texto, perdendo a centralidade. Ainda que as subjetividades estão presentes no narrar, o eixo organizador vai ser os olhares e experiências compartilhadas e os codinomes não se tornam necessários para a expressividade da narrativa (Clandinin; Connelly, 2015). Houve um movimento orgânico em que a voz do colaborador da pesquisa foi a voz do museu, entrelaçando colaborador e museu.

Trouxemos a função de cada participante, pois ela nos apresenta uma pista importante: reconhecer de onde parte os olhares, falas e conhecimentos de cada colaborador dentro do contexto institucional. O quantitativo e a definição dos colaboradores que representaram a instituição foi opção de cada instituição que os designaram a partir do nosso convite e o aceite.

1.2 ENTRE VOZES E CAMINHOS: AS NARRATIVAS COMO CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

As narrativas produzidas a partir do encontro com as pessoas que participaram desta pesquisa são resultados das conversas realizadas nos museus em que nos colocamos a ouvir, aprender e compreender como elas apresentavam os museus e as ações desenvolvidas naqueles espaços que caminhavam na promoção da cidadania.

Acreditamos nestes momentos de conversa enquanto uma metodologia de pesquisa, que nos possibilitou não um cenário de perguntas e respostas, mas explorar campos dos quais não estavam previstos, trocar a ordem do itinerário ou omitir alguns pontos que eram dispensáveis naquele momento em específico, ou seja,

[...] As nossas conversas são muito mais uma postura de ouvir, respeitando os percursos de pensamento e as demandas daquele (a) que buscamos para desenvolver o nosso processo de pensamento, do que um passo a passo de perguntas e respostas que buscam direcionar o (a) interlocutor (a) para um dado resultado. Uma conversa se permite não saber qual será o seu fim. Aliás, conversa boa nunca tem fim (Souza; Gurgel; Andrade, 2019, p. 2).

As conversas foram nos dando pistas de que as experiências de vida de cada pessoa faziam sentido serem escutadas, pois traziam sobre seus posicionamentos, suas ações e a forma

como conduziam seus trabalhos nos museus. Afinal, são nessas múltiplas dimensões que podemos registrar sentidos para a compreensão do que se vive e se constrói nesses espaços.

A conversa, enquanto metodologia de pesquisa, foi essencial nesse processo, pois nos possibilitou refletir e responder à pergunta que nos propusemos com o outro, ou seja, a partir de uma rede colaborativa que apenas o encontro, em uma relação dialógica e orgânica, pode proporcionar (Costa; Oliveira; Faria, 2021).

A imprevisibilidade e a abertura a novas temáticas trazem desafios que o trabalho com a metodologia da conversa nos apresentou. Esse movimento nos conduziu a reconstruir caminhos, repensar questões e traçar novas rotas no próprio ato de caminhar (Ferraço; Alves, 2018).

Dos encontros com os colaboradores da pesquisa que nos levaram a conversas profícuas, transcrevemos esses momentos e a partir daí realizamos as narrativas para apresentar as visões e histórias situadas em tempo espaço, fundamentais para a compreensão da pesquisa. Elas são o fruto desse processo dialógico e relacional, um “modo privilegiado de construir conhecimento, no qual as narrativas de pessoas e do pesquisador se fundem para compreender a realidade social” (Reisdoefer; Lima, 2022, p. 8).

A forma orgânica e fluída que a conversa nos proporciona nos leva a ter experiências diversas. Em alguns espaços, ela ocorreu andando pelos espaços do museu, em outras ao redor de uma mesa. Em algumas ocasiões, ela foi mais longa inter cruzando discussões diferentes sobre a temática e possibilitando narrativas mais extensas, em outras a conversa foi encerrada de forma mais breve o que gerou narrativas mais enxutas.

As narrativas foram a estratégia que utilizamos para compartilhar as experiências, os cotidianos e as percepções que os participantes dessa pesquisa foram nos trazendo enquanto um modo de produção de conhecimento que ouvir as pessoas, suas experiências, suas dificuldades, suas conquistas é o fundamental. Ou como evidenciam Silva e Amendoeira (2018, p. 31): “as narrativas constituem-se como uma fonte particular de difusão e produção de conhecimento, na medida em que nos dão testemunho de sentidos e saberes, até então ocultos, mas também permitem uma reconstrução de significados no processo intersubjetivo de partilha”.

Sabemos que quem narra não reproduz em sua fala a realidade tal qual aconteceu, ela é fruto de seleção das vivências, carregadas de intencionalidades, de quem narra escolhe compartilhar a partir da solicitação de quem o interpela. Os fatos descritos ali não são o próprio fato, mas são os acontecimentos selecionados, orientados, projetados a partir de quem viveu e no momento das conversas articularam através da fala. Essa dimensão é fundamental para compreender a construção do sentido das narrativas, evidenciando que elas não apenas

representam experiências, mas também refletem interpretações, escolhas e as relações presentes no momento da conversa entre os colaboradores e investigadores.

Trazer as narrativas é também optar por investigar a partir de experiências que nos aponta aspectos individuais e subjetivos de quem narra, mas também de uma coletividade social que está compreendida neste processo (Frison, 2016).

Por fim, destacamos também o papel do investigador na produção das narrativas que não é apenas o da transcrição tal qual foi narrada. A narrativa é uma construção que traz pontos de quem narra e de quem é narrado, cadenciada pelo objeto a que pretende um estudo, e é fruto do encontro do narrador e de quem vai narrar. Trazer a riqueza e o incômodo do encontro, o não dito, as emoções são tarefas que trazem as riquezas das narrativas, ao mesmo tempo que é desafiante.

Desse modo, as narrativas foram nossa escolha que escutou e aprendeu com os profissionais as ações que os museus que aproximamos têm realizado para a promoção da cidadania. Valorizamos as subjetividades, a sensibilidade, a dinamicidade dos processos, e a produção do conhecimento que é limitada dentro de um espaço e tempo, mas que é resultado do encontro que possibilita infinitas possibilidades a serem realizadas (Santos; Fouraux; Oliveira, 2019).

1.3 UM MUSEU A SER ESCUTADO: OS DISCURSOS, DORES E CONTRADIÇÕES QUE O MUSEU ENUNCIA!

As nossas análises foram construídas também a partir do que foi observado ao estarmos presentes nos museus. O próprio espaço do museu (considerando seu território, arquitetura, entorno, manutenção, acessibilidade simbólica e física, dentre outros), os objetos e sua disposição no ambiente, as exposições, refletem intencionalidades, disputas e escolhas institucionais das prioridades e desigualdades que estão presentes nestes espaços.

Essa leitura não se constrói unicamente pela observação, mas também pelo corpo que sente e interage com o espaço e com os objetos, afinal, Krenak (2019) nos lembra que os lugares e as coisas não estão mortos: carregam histórias, memórias e afetos, capazes de nos atravessar e produzir sentidos. Observar as impressões e essas sensações que os museus nos evocam faz parte da construção do conhecimento, dentro das leituras decoloniais⁴, que legitimam o que é

⁴ Ao longo dos nossos estudos, nos aproximamos de leituras e discussões que refletem perspectivas analíticas e proposições de ações voltadas à desconstrução do lugar hegemônico e hierárquico de produção de

vivido e sentido e estão escancaradas nas camadas das materialidades, nos arranjos espaciais, nos silenciamentos que atravessam a cena museal (Mignolo, 2017; Silva, 2022).

Nos colocamos, dessa forma, em um exercício de escuta, nos questionando: se sentássemos à mesa com o museu, quais dores, espertezas e estranhezas ele nos contaria, para além do discurso pronto e introdutório? Os objetos, as ausências e a materialidade do espaço atuam como vozes que orientam a leitura de suas narrativas, mostrando que o museu é, antes de tudo, um território de produção social permeado de intencionalidades e sentidos, memórias e potenciais de resistência.

Refletir a partir do reconhecimento do museu enquanto espaço vivo nos auxilia para a compreender as ações dos museus na promoção da cidadania não apenas diante daquilo que é falado pelos seus profissionais, mas também a partir do que está impregnado no espaço e é possível de sentir e constatar ao estar presente no museu.

No momento da escrita deste nos questionamos: de tudo o que vimos, sentimos e observamos, o que o museu nos diria se nos sentássemos à mesa? O que seria possível compreender dos objetivos da pesquisa se nos colocassem a ouvir o museu em suas vozes múltiplas e fragmentadas? Diante disso, nos propusemos a alinhar essas reflexões que emanavam dos sentidos e reflexões das nossas visitas aos museus no texto.

Embasamos esta possibilidade dentro das discussões decoloniais, na perspectiva que somos seres *sentipensantes*⁵, ou seja, não somos pessoas apenas racionais, ou ainda o sistema cognitivo não é superior aos demais que compõem o ser humano, assim como o paradigma europeu quer nos situar, mas também temos sensibilidades atuantes que enriquece e fortalece nossa visão de mundo (Arias, 2012).

conhecimento, de valorização de histórias, memórias e formas de se relacionar produzidas no contexto do colonialismo, marcado pela dominação europeia sobre países americanos, asiáticos e africanos. Toda a lógica imposta por essa dominação se reflete e encontra novas formas de se perpetuar ao longo do tempo, mantendo silenciamentos de outras formas de compreensão do mundo, dos conhecimentos de diferentes povos, a exclusão de grupos racializados e as violências epistêmicas e simbólicas. As leituras decoloniais propõem que esses grupos, até então apagados e afastados dos discursos oficiais, sejam colocados no centro do debate, estimulando um giro decolonial, ampliando o horizonte de sentidos e saberes e pavimentando o chão para que mudanças sociais de fato aconteçam. Essas leituras foram fundamentais para estudarmos a inclusão social e a promoção da cidadania plural, pois as mudanças no campo museal passa pela problematização dessas desigualdades simbólicas, estruturais e de discursos que compõe os museus (Mignolo, 2017; Ballestrini, 2013; Brulon, 2020).

⁵ A concepção de *sentipensante* desenvolvida por Fals Borda (*apud* Arias, 2012) expressa uma junção intencional entre razão e afeto, sentimento e pensamento. Ela simboliza a integração de dimensões que, na lógica ocidental moderna, foram artificialmente separadas, evidenciando que os saberes advêm não apenas do pensamento racional, mas também do corpo, dos sentidos e das experiências vividas—daquilo que tocamos, ouvimos, cheiramos e sentimos. Trata-se de uma perspectiva decolonial, pois destitui a concepção eurocêntrica que privilegiou a fragmentação entre corpo e mente, propondo uma reintegração dos sentidos como parte do saber (Arias, 2012; Brulon, 2020).

Em nosso texto esse conceito, sentipensante, também se vinculou a imagens e as músicas que surgiam traduzindo pensamentos e sensações que a escrita trazia e que escapava da alçada da palavra. Esses elementos transmitem afetos e sentidos, que favorecem a nossa investigação.

1.4 DIMENSÕES DE ANÁLISE: ECOS DAS NARRATIVAS E DAS ENUNCIÇÕES MUSEAIS

A partir da imersão nas narrativas e nas enunciações que as visitas aos museus investigados estavam trazendo, construímos dimensões de análises que trouxeram caminhos na resposta ao objetivo da pesquisa.

Ao falar das dimensões precisamos pontuar que são construções situadas, atravessadas por subjetividades e pelas leituras sócio políticas dos autores, sem nenhuma pretensão de serem universalistas. Outros olhares trariam outras possibilidades e perspectivas de análises.

As dimensões que reverberam nas nossas análises foram em busca de pistas e rastros para responder o objetivo da pesquisa, dessa forma projetamos duas dimensões de análises para organização da análise: Dimensão I – Práticas de Inclusão: acessibilidade, participação e epistemologias plurais e, Dimensão II – Desafios e disputas na efetivação das ações de inclusão social.

Essas dimensões, construídas *a posteriori*, nasceram da reflexão sobre as narrativas, das discussões da banca de qualificação da tese, das leituras da Sociomuseologia, dos pressupostos decoloniais e do próprio conceito de museu de 2022. Elas buscam evidenciar que as ações de inclusão de que estamos tratando podem percorrer as trilhas da acessibilidade material e simbólica, da participação social e das epistemologias plurais. Essas têm sido a essência de um olhar situado para os museus que se constituem como agentes da presença de diferentes grupos, saberes, formas de pertencimento e narrativas que retroalimentam esses diálogos.

Assim, estamos evidenciando ações concretas que têm mobilizado e retroalimentado os campos da Sociomuseologia, da decolonialidade em museus e fomentado o próprio entendimento sobre o que o museu pode ser e sobre o que se concebe enquanto tal.

Dessa forma, se estamos enxergando os museus como instituições sociais nas quais permeiam as demandas, pressões e contradições presentes na sociedade, os desafios são inerentes a esse processo, pois não se trata apenas de incluir algumas ações que se autodenominam inclusivas, mas de modificar a própria lógica de poder e funcionamento desses espaços.

Na primeira dimensão, analisamos as ações museológicas que têm se concretizado na prática a partir de diferentes ramificações, destacando aqui a acessibilidade material/simbólica, a participação social e o reconhecimento das epistemologias plurais. Observamos como diferentes tipologias museais propõem estratégias para acolher públicos diversos, criar espaços de diálogo e valorizar distintas formas de conhecimento. Nesta perspectiva, a inclusão não se restringe à eliminação de barreiras físicas, mas se expande para múltiplas possibilidades que contribuem para a transformação social.

Já na segunda dimensão, analisamos os tensionamentos e disputas que atravessam as práticas de inclusão nos museus. Reconhecemos que a efetivação da função social dessas instituições não ocorre de forma linear, mas é permeada por negociações políticas, institucionais e simbólicas. São desafios que envolvem desde a manutenção de estruturas hierárquicas e coloniais até as dificuldades de sustentar práticas participativas de fato. Ao trazer essas contradições à tona, buscamos compreender os limites e as possibilidades dos museus enquanto espaços de construção de cidadania.

2 MUSEUS EM TRAVESSIA: DESLOCAMENTOS DA MUSEOLOGIA E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Minha casa não é minha/ E nem é meu este lugar
Estou só e não resisto/ Muito tenho pra falar

Solto a voz nas estradas/ Já não quero parar
Meu caminho é de pedras/ Como posso sonhar

Sonho feito de brisa/ Vento vem terminar
Vou fechar o meu pranto/ Vou querer me matar

Vou seguindo pela vida/ Me esquecendo de você
Eu não quero mais a morte/ Tenho muito que viver

Fernando Brant e Milton Nascimento

Pretendemos nesta seção discutir os museus enquanto agentes ativos na sociedade, atravessados por diferentes paradigmas ao longo do tempo e influenciados por movimentos sociais que foram transformando suas práticas e horizontes. Refletimos a Sociomuseologia e a decolonidade enquanto formulações teóricas práticas importantes para o reconhecimento da pluralidade das narrativas se fazerem presentes nos museus.

A educação museal também corrobora para a nossa discussão, pois ela pode ser ponto central nas discussões sobre a inclusão social a qual investigamos que neste trabalho que se desdobra em acessibilidade material/simbólica (entradas, comunicação, políticas de acesso, mediação); participação ativa (cocuradoria, fóruns participativos, conselhos consultivos com a participação da vizinhança, movimentos sociais,...); reconhecimento das epistemologias plurais (valorização dos saberes, memórias e identidades dos diferentes grupos sociais).

Os colaboradores dessa pesquisa, os quais conversamos ao falar sobre os museus e a promoção da cidadania, foram nos enumerando as ações educativas que realizam e que possibilitam os museus serem de fato um espaço de valorização das diferenças e assim de transformação social. Nesse sentido, a educação museal não se restringe a um setor ou a um conjunto de atividades pontuais, mas como prática transversal e política, capaz de tensionar narrativas, valorizar diferentes formas de conhecimento e abrir o museu para experiências mais democráticas, inclusivas e decoloniais.

Diante dessas primeiras sinalizações de como estabelecemos o debate entre museus e cidadania, abrimos espaço para problematizar as raízes das museologias engajadas e ativistas, quais contextos as fazem pulsar e como elas estão envolvidas nas tramas sociais marcadas por impasses, contradições e dinamicidade.

2.1 MUSEUS EM PERSPECTIVAS SOCIALMENTE COMPROMETIDAS: EMERGÊNCIAS DE UM TEMPO, CAMPOS EM DISPUTA

Os museus são instituições sociais construídas ao longo dos séculos XVI e XVII operando como gabinete de curiosidade a princípio, e foram modificando sua forma de atuações orientadas pelas demandas sociais, políticas e culturais (Ovigli, 2010). Esses espaços carregam em sua trajetória a potência de se refazer diante das dicotomias do tempo, em negociações constantes entre tradição e inovação, entre memória e esquecimento, entre silenciamentos e vozes emergentes (Janes, 2022; Chagas, 2002). Essas diferentes perspectivas se coexistem e se tensionam, movimentando-se em espiral, em que mudanças circulam, retornam e se renovam, não trilhando linearmente.

A genealogia dos museus está alicerçada às ciências modernas eurocêntricas marcada pela produção do conhecimento universalista, fragmentado e dicotomizado entre o ser humano e objeto (Brulon, 2020; Siqueira, 2020). O colonialismo, sistema de opressão e dominação constituído para exploração de territórios, desumanização dos povos a partir de uma lógica violenta e de destruição de massacres, conforme evidencia Fanon (2022), utilizou de inúmeras instituições, inclusive, os museus para legitimar a superioridade de algumas nações em detrimento das outras. Nesse sentido, a criação dos museus precisa ser enxergada nessa lógica de aparato de controle simbólico e manutenção de narrativas hegemônicas (Vergès, 2023).

Através da descontextualização de objetos saqueados das colônias, formulações de narrativas hegemônicas, invisibilização de memórias e histórias de grupos sociais e uma suposta ideia de guardião de objetos/artefatos universais, os museus europeus foram se forjando (Vergès, 2023). Essa foi a lógica estruturante que espelhou para além Europa, com representações assimétricas de memórias e práticas sociais, silenciamentos dos grupos marginalizados e reproduções de violências simbólicas sociais (Vergès, 2023).

Esses espaços ficaram caracterizados por serem de contemplação e exibição das riquezas e do poder a uma parcela erudita da população, construindo assim um padrão de postura, comportamento e dissociação entre a pessoa e o objeto, entre a mente e o corpo (Brulon Soares, 2020). Os manuais de conduta desses espaços pressupunham/pressupõem o silêncio, a contemplação, as passadas lentas e discretas por entre os corredores desprovidos de cor, afeto e sentidos (Brulon Soares, 2020, p. 10).

Estes museus universalistas, ao longo do século XIX e início do século XX, passam a ser reconhecidos para além do seu caráter contemplativo, enquanto espaços com potencial educativo, constituindo-se, assim, lugares de instrução, aparentemente neutros,

descontextualizados e fomentadores de uma história única. Essa lógica de cientificismo fundamentou não apenas as representações das ciências naturais e biológicas nos museus, mas também constituiu as bases das ciências históricas e sociais, àquela altura interessada no fortalecimento dos projetos de nação e na demonstração da superioridade das metrópoles (Brulon Soares, 2020).

Esse pensamento museal, expandiu para além das metrópoles chegando às colônias, com estas mesmas inclinações. No Brasil, por exemplo, o Museu Nacional, criado em 1818 no Rio de Janeiro, refletia os interesses cientificistas e de instrução do período, ao mesmo tempo em que reproduzia um padrão eurocêntrico de organização e interpretação do conhecimento, trazendo para o contexto local uma visão marcada pela valorização das referências europeias em detrimento das tradições e saberes locais. Como apresenta Brulon Soares (2020, p. 15):

A musealização nesses museus nacionais herdeiros de nosso passado colonial realiza a assepsia dos fatos históricos que, como narrado por Oliveira, inviabilizava a produção de contradiscursos mais fiéis à própria experiência dos indígenas. A ação museal é, portanto, temível, pois exerce o poder de classificar os vivos e docilizar a experiência vivente.

Assim como evidenciamos, os museus são fruto do seu tempo, e as conjecturas sociais vão sempre tensionar para que novas respostas e possibilidades sejam emitidas pelos espaços dentro de um campo de disputas de paradigmas. Neste espectro, na segunda metade do século XX, sobretudo, a partir das décadas de 1960/1970, os espaços museais foram questionados sobre a sua real finalidade (Varine; Chagas, 2014).

O contexto mundial fervilhava com a Revolução socialista Cubana (1959), a efusão dos movimentos operários (como o maio de 1968 na França), as lutas pelas independências dos países africanos e pelos direitos civis em muitos países da América Latina que viviam ditaduras militares. Paralelamente a esses movimentos, a Revolução Técnico Científica favorecia o modo de produção capitalista, e levava a um consumo exacerbado dos recursos naturais, depreciando o patrimônio ambiental e cultural (Balthazar; Milioli, 2025).

Esse contexto político-social tencionava os museus a uma postura comprometida com o desenvolvimento sustentável, e com ações que respondessem às demandas sociais. Experiências museológicas fundamentadas por uma outra lógica, a não ser pela finalidade da guarda e conservação de objetos para os museus já surgiam, como o Museu de Vizinhança de Anacostia, nos Estados Unidos, em 1967, voltado a valorização da memória negra, a promoção da cultura africana e discussões dos desafios urbanos; na França, foi criado o Ecomuseu

Creusot-Montceau, em 1971, que propunham uma gestão participativa do patrimônio, integrando dimensões culturais, sociais e ambientais (Balthazar; Milioli, 2025).

Essas movimentações movimentaram as discussões da IX Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) que aconteceu na França, em 1971, em que se discutiu-se "O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro: O Papel Educativo e Cultural", e na Mesa Redonda realizada em Santiago (MRS) / Chile, em 1972, sob o título "A importância e o Desenvolvimento dos Museus no Mundo Contemporâneo" (Teixeira, 2022).

As questões ali debatidas propunham a participação efetiva dos museus para o desenvolvimento social e a reestruturação dos museus para serem articulados à sociedade, na perspectiva de práticas museais mais inclusivas, representativas e comunicativas com públicos plurais (Santos, 2009).

Segundo Siqueira (2020, p. 22), "a Mesa de Santiago foi um momento dialético de denúncia (de uma prática museal alheia aos problemas do continente) e, simultaneamente, de anúncio (da possibilidade de um museu indutor da transformação social)". As questões ali debatidas propunham a participação efetiva dos museus para o desenvolvimento social e a reestruturação dos museus para serem integrais e integrados à sociedade, na perspectiva de uma Nova Museologia, mais inclusiva, representativa e comunicativa com públicos plurais (Santos, 2009).

Os debates ali propostos tiveram influências das ideias educacionais de Paulo Freire que anunciava a importância de apreender as experiências e os contextos dos educandos, reconhecendo as leituras de mundo que cada pessoa já possui (Varine; Chagas, 2014). Concebendo a educação como prática de liberdade, essas reflexões iluminaram os debates sobre as novas possibilidades museológicas, ao orientar os museus a observarem seu entorno, examinarem e incorporarem as diferentes práticas sociais, vivências e experiências que os diferentes grupos sociais têm a oferecer (Varine; Chagas, 2014).

Essa perspectiva de um espaço que considera sua integração com as demandas sociais, articulando as noções de cultura, natureza e sociedade, dá origem ao conceito de Museu Integral. Este, cunhado em caráter coletivo na MRS, se coloca como uma possibilidade de os museus contemplarem a totalidade dos desafios da sociedade, dialogando com suas múltiplas nuances, (espaço, tempo, cultura, economia e política) em contraste com a produção de um conhecimento fragmentado e distante da realidade social. Esse enfoque ganhou destaque no evento, considerado um evento impar ao enfatizar a necessidade de integração dos museus com a sociedade e os territórios (Souza, 2020).

Todo esse cenário desencadeou uma série de experiências museais diversificadas, ecomuseus, museus de vizinhança, museus comunitários, além da proposição de um Movimento Internacional intitulado Nova Museologia (MINOM), organização afiliada ao ICOM (Conselho Internacional de Museus) (MINOM, 2025). Este movimento que surgiu em Lisboa, no ano de 1985, durante o II Atelier Internacional de Nova Museologia, teve como objetivo unir as discussões e iniciativas de uma museologia crítica e socialmente engajada entre profissionais e usuários de diferentes contextos (MINOM, 2025; Moutinho, 1995).

Um ponto de tensionamento relevante nesse novo movimento dizia respeito à forma como a Nova Museologia se definiria: se estaria restrita apenas às tipologias insurgentes (museus de vizinhanças, ecomuseus, ...) ou se as novas práticas museológicas que aproximam o museu à função social, deveriam abranger todas as tipologias (Moutinho, 1995). A ideia de que uma nova postura deveria conduzir museus de diferentes tipologias ficou mais latente e ganhou repercussão e discussões para além do movimento internacional da nova museologia.

Refletindo sobre este movimento, Siqueira (2020, p. 22) destaca que “apesar de sua relevância, o movimento permanece minoritário, como pensamento e como prática, no campo museal. Convém lembrar que o termo Nova Museologia se referia à práxis social e não a um campo científico, que estava estruturado”.

Em uma outra análise realizada sobre o MINOM, Brulon Soares (2020, p. 18) evidencia os avanços e possibilidades enxergadas por esse movimento a partir da visibilidade e valorização dos laços identitários e práticas comunitárias. Contudo, ele aponta os imbróglis e contradições do movimento destacando que

a Nova Museologia manteve como premissa a separação ontológica entre sujeito e objeto, entre o pensamento e a realidade material passível de ser apropriada e dominada. Nas novas formas de museus preconizadas, as hierarquias e lógicas de poder características dos museus tradicionais ainda podem ser observadas como análogas àquelas instauradas desde a colonização, e os museus ditos “comunitários” ou “sociais” por vezes contribuem para reificar o lugar marginal do subalterno em vez que romper com o processo de subalternação (Brulon Soares, 2020, p. 18).

A proposição de fazeres museais mais críticos, pautados pela interdisciplinaridade e pela valorização de diferentes saberes, marcou as experiências museais da década de 1990. Nesse período, muitos países estavam redemocratizando-se e consolidando suas democracias, e um número expressivo de museus surgiram para visibilizar denúncias de regimes totalitários, preservar memórias daqueles que resistiram e promover os direitos humanos (Fruchtengarten, 2021).

Contudo, a década também foi marcada por políticas neoliberais que buscavam balizar produções e agendas culturais, determinando, a partir de uma ótica de lucro e controle, quais memórias seriam exibidas nos museus. Essas tensões, características do processo museal, permanecem em constante movimento. Como observa Chagas (2011, p. 13). “é por serem tensão e processo, é por estarem em movimento que os museus – casas de sonho, de criação, de educação e de cultura – interessam aos movimentos sociais [...]”. Assim, os diferentes movimentos sociais que começaram a questionar sua invisibilidade nos museus na década de 1990, intensificam essa pressão no século XXI.

Ainda na década de 1990, uma escola de pensamento forjou-se fundamentada em todos esses eventos (Mesa Redonda de Santiago, Movimento Internacional de Nova Museologia) e contextos políticos, sociais e epistemológicos, a Sociomuseologia. Essa corrente chama atenção para que o museu bem como suas práticas sejam orientadas a partir da escuta as comunidades, à valorização da memória coletiva e ao enfrentamento das desigualdades históricas (Primo, 2006; Chagas, 2003).

As correntes teóricas sociais que permearam as décadas de 1980 e 1990, com os estudos culturais, com autores como Homi Bhabha (1998), Edward Said (2007) colaboraram nas discussões a respeito das políticas de representação e as disputas simbólicas e assimetrias sociais e políticas que atravessam a discussão (Silveira; Baptista, 2020). Essa perspectiva tensionou práticas museológicas centradas em uma narrativa única e universalizante, abrindo espaço para a valorização da diversidade, da memória coletiva e das vozes historicamente marginalizadas. Nesse sentido, a museologia, e em particular a Sociomuseologia, apropriou-se dos referenciais dos Estudos Culturais para repensar o papel do museu como um espaço de mediação cultural, de reconhecimento das diferenças e de questionamento das hierarquias impostas pela colonialidade (Silveira; Baptista, 2020).

A Sociomuseologia amparou-se também nas ideias de Paulo Freire, evocando os conceitos de uma ação/educação/musealização dialógica, emancipatória e libertária para suas práticas e experiências museológicas. Concebendo a ideia freiriana da violência da opressão e invisibilização das populações que encontram a margem da sociedade, ressaltou-se a importância de agregar a estes ambientes as diferentes experiências e vivências, além das múltiplas formas de ocupar e comunicar (Primo; Moutinho, 2021).

Os estudos da Sociologia dos Museus desempenharam papel fundamental no desenvolvimento da Sociomuseologia. Pesquisadores desse campo analisaram a função dos museus, destacando a importância desses espaços na construção de representações sociais, no estudo dos públicos e nas relações estabelecidas no ambiente museal. Essas investigações

contribuíram para deslocar o escopo teórico da museologia, para além da conservação de acervos, incorporando dimensões sociais, culturais e interativas (Primo; Moutinho, 2021).

Dentro das áreas da Sociologia, Primo e Moutinho (2020, p. 30) apontam que tanto a Sociologia Pública, teorizada por Burawoy que concebe a construção da sociologia a partir da abertura e compartilhamento com a comunidade, quanto a Sociologia Profissional desenvolvida pelos e para os sociólogos foram importantes para o desenvolvimento da Sociomuseologia, considerando que esta se reconhece “como parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea, e por outro lado, como a construção de um diálogo para lá da museologia profissional, também feita por e para museólogos”.

Todas essas discussões foram pavimentando a escola de pensamento da Sociomuseologia, pretensa a se fortalecer enquanto campo interdisciplinar das Ciências Sociais (Tolentino, 2024). Como em um movimento de simbiose, a Sociomuseologia se abastecia das práticas museológicas participativas de valorização das memórias locais e dos territórios, assim como essas experiências se fortaleceram e se apropriaram das reflexões e análises da Sociomuseologia (Primo; Moutinho, 2020). Siqueira (2020) em um exercício de formular uma definição acerca da temática mencionou que,

Para seus estudiosos, nem toda museologia é social, no sentido em que as práticas centradas unicamente nos objetos não servem ao bem-estar humano. É pela união entre teoria e práticas que se pode reconhecer e produzir a Sociomuseologia, uma ciência aplicada. A Sociomuseologia desdobra-se então pelos interesses de seus pesquisadores não propriamente por um programa teórico previamente formulado e unificado. Sendo assim, não se debruça exclusivamente sobre processos museológicos participativos ou comunitários, expressando a complexidade do cenário museológico, com suas contradições. Em consequência, apresenta uma diversificação temática e teórica, sujeita a lacunas sempre possíveis de serem tratadas. Entre os temas recorrentes nas pesquisas estão as políticas públicas, a gestão museal, os processos de patrimonialização ou musealização, os usos da tecnologia, a comunicação e a Educação Museal, **além das colaborações voltadas à promoção do desenvolvimento local, da diversidade cultural e da cidadania**. Recentemente emergem trabalhos que tematizam os estudos decoloniais (Siqueira, 2020, p. 23, grifos nossos).

No escopo teórico, em um processo de dialética entre prática e teoria sociomuseológica, germina uma coletânea de publicações, a partir da revista *Cadernos de Sociomuseologia*, lançada em 1993 pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar trabalhos acadêmicos e experiências práticas relacionadas à Museologia Social e à Sociomuseologia. Além disso, um novo componente curricular, intitulado a priori como Museologia Social e, posteriormente, como

Sociomuseologia, passou a ser ministrado na mesma instituição. Este componente foi desenvolvendo gradualmente na ULHT, a partir do fortalecimento de sua base teórica e prática, expandido para cursos de mestrado e, mais tarde, de doutorado, se colocando como uma linha acadêmica interdisciplinar (Varine-Bohan, 2021).

Toda essa trama da constituição e do histórico dos museus nos trouxe duas questões, a primeira está relacionada à raiz de exclusão e de segregação que permeou toda a constituição dos museus, e isso explica os silenciamentos em relações as múltiplas narrativas, as práticas museais, as hierarquizações no campo da memória e forma de lidar com os objetos. E a outra questão fundamenta a relevância do nosso estudo que demonstra como a MRS, e todos os outros movimentos têm repercutido em políticas de acesso, participação dos grupos minoritários e práticas mais plurais. São processos sociais que indicam o percurso das mudanças, bem como as ações que tem propiciado ações voltadas as múltiplas representatividades, sentimento de pertença e atuação social dos museus.

Nesse movimento em que outros propósitos e dinâmicas de funcionamento são demandadas às instituições sociais, as discussões teóricas também são acionadas e assumem protagonismo na atuação dessas mesmas instituições (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024). Nesse sentido, as problematizações pós-coloniais, que tensionaram os rastros deixados pelo colonialismo e que se perpetuaram a partir das prerrogativas da colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme descritas por Aníbal Quijano (2010 *apud* Primo; Moutinho, 2021), abasteceram os debates da Sociomuseologia, problematizando as dinâmicas que alicerçam os poderes e saberes dominantes e o reconhecimento dos corpos, cosmovisões e memórias daqueles que foram marginalizados nestes espaços (Primo e Moutinho, 2021).

Assim, a Sociomuseologia foi se alimentando das bases decoloniais propostas, criticando as diferentes formas de hierarquização presentes nas teorias e práticas museológicas, das lacunas formativas nos cursos de Museologia, os efeitos do neoliberalismo nos museus, expresso nas formas de gestão institucional, nas disputas de poder e na lógica de controle exercida pelas diretorias (Bruno, 2021).

Conforme nos aponta Tolentino (2024, p. 1) “a contemporaneidade exige à Sociomuseologia o reconhecimento que seu posicionamento na sociedade não é neutro, que a construção de narrativas e leitura do mundo através dos objetos herdados é um exercício político, é uma expressão de poder”.

Urge colocar que muitas práticas e estudos museais que se apropriam dos estudos decoloniais, não se colocam no escopo do campo da Sociomuseologia. Dessa forma, as discussões acerca da decolonização dos museus transcendem a Sociomuseologia e tem “tomado

o cenário” das discussões museológicas e colocando um leque de perspectivas. Discussões a respeito da restituição e repatriação de acervos obtidos em contextos coloniais; crítica às narrativas expositivas que historicamente invisibilizam populações e experiências subalternizadas; a valorização das epistemologias locais; a reivindicação da participação ativa das comunidades na construção das práticas museológicas; a emergência de novas instituições museais decorrentes de demandas históricas de reparação; dentre outras ações, têm sinalizado que os museus estão a se movimentar a partir das pautas decoloniais (Melo; Rosa; Possamai, 2024; Brulon Soares, 2020).

Os estudos decoloniais, ao considerarem a pluralidade presente na sociedade, passam a pautar lutas antirracistas e antifascistas, além de promoverem a valorização de grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas, comunidades periféricas e movimentos LGBTQIA+ nos museus. Esses estudos evidenciam aspectos centrais para a decolonização dos espaços museais, conforme discutido por Vergès (2023): a decolonização exige ação concreta; requer um olhar holístico sobre os museus, abrangendo toda a equipe, o financiamento, os tipos de materiais presentes, a gestão, os processos de decisão, a invisibilidade de grupos sociais; e propõe uma “virada de mesa”, que não ocorre de maneira simbólica ou cerimonial, mas por meio do confronto, da ruptura com o *modus operandi* estabelecido e da revisão das epistemologias dominantes no espaço.

Essas discussões se apresentarão nas narrativas das próximas seções deste texto, evidenciando que as diferentes ações percorridas para a inclusão dos museus investigados estão atravessadas pelos debates decoloniais.

Antes de trazer reflexões para situarmos os dissensos em que se localiza algumas discussões sobre a decolonização dos museus, é necessário retomar questionamentos a respeito da Sociomuseologia, buscando problematizar seus dilemas. As tensões são inerentes aos processos, teorias e práticas, e a Sociomuseologia não constitui exceção.

Nesse sentido, problematizam-se em relação a ela, a presença (ou ausência) das diretrizes e discussões sociomuseológicas nas formações iniciais e continuadas dos profissionais, questionando se os cursos ainda privilegiam o acervo, os objetos e o patrimônio, sem abordar questões como cocuradoria, inventários participativos, valorização de epistemologias diversas e construções colaborativas com a comunidade (Bruno, 2021; Tolentino, 2024). Tolentino (2024, p. 366), inspirado em Brulon e Leshchenko (2018), observa que “a Museologia segue sendo concebida e ensinada reproduzindo as matrizes de poder colonial ocidental”.

Dentre os desafios que se colocam para o “giro sociomuseológico” dos museus está a atualização contínua da colonialidade nos espaços museológicos, por exemplo, no financiamento de exposições de sustentabilidade por empresas predatórias e de extração de recursos naturais, que reproduzem relações de poder e comprometem representações plurais; a participação das comunidades, quando prevista, muitas vezes ocorre ainda dentro de uma lógica hierárquica desigual, como aponta Brulon Soares (2025, p. 23), “Colaborar, no contexto dos museus, implica encontrar-se no mesmo lugar onde a dominação está programada para ocorrer, onde a ordem social é infligida a indivíduos e coletivos; onde a monocultura do conhecimento impede que outros conhecimentos floresçam”.

Além disso, percebemos a banalização de conceitos e práticas decoloniais quando incorporados de forma superficial, simbólica ou estética, sem provocar transformações efetivas nas estruturas de poder e nos modos de produção do conhecimento; a transformação da pauta decolonial em tendência enquanto servimento de estratégias políticas e projetos neoliberais de “mudar para que nada mude” (Vergès, 2023, p. 92).

Essa reflexão foi importante para a nossa pesquisa em tela, ao problematizar e trazer as práticas que promovem a cidadania a partir das contradições que as envolvem e de observá-las dentro das complexidades e das intencionalidades de quem narra. Essa análise permitiu perceber que tais ações geram possibilidades e impactos potenciais, mais do que em relação aos seus efeitos.

Essa compreensão se conecta à reflexão em relação a persistência do colonialismo que pulsa cotidianamente a partir do racismo estrutural e epistêmico, violência com a população, por exemplo, afro-ameríndia, na desigualdade socioeconômica, dentre outras situações que presenciamos o ranço colonial e sua perversidade. Como destaca Vergès (2023, p.22) “a colonização continua sendo atualizada ...”, ou ainda, como presente no livro de Di Filice (2024, p. 9)

Tal como o pensador quilombola Mestre Antônio Bispo dos Santos (2019), compreendemos a colonização mais como um processo do que como um fato histórico datado e devidamente superado por outros regimes políticos, como as repúblicas modernas. Temos aqui, portanto, várias histórias, memórias, reflexões sobre os atravessamentos coloniais como a raça, a etnia, o gênero, a classe, o território, o meio ambiente, entre outros, que irão, certamente, registrar marcadores de opressão, de silenciamentos e mortes, e também a identificação das autonomias, autogestões e soberanias de toda ordem, em trânsitos de negociações e daquilo que é inegociável.

As resistências às práticas decoloniais muitas vezes permeiam as entrelinhas da estrutura dos museus nos processos e seleções de artistas, curadorias e exposições que reforçam

uma histórica única, na justificativa de incapacidade técnica, financeira e institucional dos países de origem que reivindicam a restituição dos seus acervos, no silêncio institucional em relação às formas e práticas de colonialidade.

Outras vezes, o enfrentamento às perspectivas coloniais nos museus aparece de forma escancarada, como as implementadas durante o governo de Donald Trump nos Estados Unidos, que segundo o governo busca retirar dessas instituições linguagem fragmentada ou ideologicamente orientada (Zacari, 2025).

As discussões presentes nesta seção trazem as raízes e as diferentes conjecturas sócio históricas da aproximação do campo museal com a sua função social e com isso observa como as estratégias do campo vão desenhando os horizontes de participação, ações e possibilidades de trocas dos museus.

Contudo, essas aproximações não têm caráter evolucionista, tampouco linear. Elas se realizam a partir de negociações, múltiplas teorizações e ajustes de práticas, abastecidas por novos contornos e contextos sócio-econômicos, ajustando aos diferentes desafios, ora sendo sufocadas, ora encontrando brechas e caminhos inéditos.

Ao buscarmos compreender as transformações e inovações no campo museal, propomos analisar dois horizontes de reflexão que se complementam e se entrelaçam que suscitam dessa investigação. O primeiro está relacionado a compreender as vertentes contemporâneas da Museologia, que propõem deslocamentos epistemológicos e metodológicos em relação a neutralidade e passividade dessas instituições. A partir desse lugar político e de ação, os museus se apresentam enquanto instrumento transformador da realidade.

Estudar essas abordagens corrobora para a reflexão de como elas têm sido movidas pelas pautas sociais e como as ações narradas em nossa pesquisa tocam questões como o engajamento, a cooperação e o posicionamento crítico. Nesse sentido, elas têm sinalizado o “papel dos museus na luta por uma existência digna, colocando a justiça social no centro da sua missão ou, ainda, sobre sua responsabilidade no sentido de promover transformação social, servindo aos interesses de suas comunidades” (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024, p.53).

Neste horizonte, destacamos três abordagens que buscam renovar o modo de conceber e praticar a ação museológica: a Museologia Crítica, a Museologia Engajada e a Museologia Colaborativa, as quais apresentaremos e discutiremos na seção seguinte da tese. Cada uma delas, problematiza os modos hegemônicos de funcionamento dos museus, convidando à reflexão sobre o papel social dessas instituições e sobre as possibilidades de construção de ações participativas, éticas e transformadoras.

O segundo horizonte que nos suscitou se refere às tipologias museais, compreendendo que as categorizações dessas instituições apontam pistas sobre as singularidades, potencialidades e limitações que cada tipologia pode manifestar a partir da sua missão precípua. Seguimos as classificações delineadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (2022), buscando observar como estas indicam especificidades que vão impactar nas possibilidades das ações de inclusão social, a depender da tipologia.

Nas duas próximas duas subseções, discutiremos esses dois horizontes descritos a fim de olhar para as práticas e perspectivas que atravessam o campo museal contemporâneo, bem como a influência das tipologias frente as ações que promovem a cidadania.

2.2 ABORDAGENS E DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS: REFLEXÕES E PRÁTICAS

As discussões sobre as possibilidades de atuação nos museus em sua função social têm apontado vertentes múltiplas que constituem um mosaico de possibilidades de destronar a aparentemente neutralidade dos museus e apresentar possibilidades de atuações em prol da construção da cidadania e justiça social. Bruno (2021, p. 42) ao discutir a respeito dessa diversidade de abordagens museológicas apresenta que, o

[...] campo da Museologia, nas últimas décadas tem sido problematizado a partir de diversos “adjetivos” que registram distintas expectativas daqueles que operacionalizam as ações museológicas e qualificam diferentes abordagens, permitindo que o Campo evidencie um contexto multifacetado.

Na presente pesquisa, elegemos três dessas abordagens: Museologia Engajada, Museologia Colaborativa e Museologia Crítica. Reconhecemos, contudo, que há muitas outras perspectivas se consolidando no campo, constituindo horizonte de possibilidades para que os museus atuem no reconhecimento de saberes plurais e na promoção de práticas sociais comprometidas com a inclusão (Bruno, 2021). Essas vertentes se conectam e compartilham o objetivo comum de propor novos arranjos para a Museologia, reposicionando o papel dos museus na contemporaneidade.

A **Museologia Engajada**, parte das premissas que o museu deve se posicionar ativamente como articulador das mudanças em seu território e nas comunidades com as quais se relacionam (Montovani, 2014). Essa abordagem defende que o museu, ao assumir um compromisso ético e político com a realidade, mobiliza práticas voltadas à transformação social e à promoção da justiça social. Assim, as ações museológicas passam a ser orientadas por decisões comunitárias e se abrem a novos roteiros, agendas e códigos de funcionamento,

advindos de processos de diálogo, negociação e discussões com a comunidade (Montovani, 2014).

Montovani (2014) destaca alguns verbos que orientam as ações da museologia engajada, a saber: conhecer, compartilhar e mobilizar. O primeiro se relaciona à ideia de que o museu precisa despir-se da posição de “pronto e sapiente” e se dispor a aprender, dialogar e experimentar o novo, assumindo os riscos inerentes à abertura para o inédito.

O segundo, compartilhar, está relacionado ao envolvimento do território e das pessoas nas ações museológicas, por meio de curadorias e decisões coletivas. Já o verbo mobilizar parte do pressuposto de que os museus são capazes de articular movimentos coletivos, atuando na preservação de memórias que tendem a serem silenciadas, fortalecendo a autoestima comunitária, as leituras sobre os acervos e comprometendo com as transformações sociais (Montovani, 2014).

A museologia engajada pode ser incorporada a todo e qualquer tipologia, embora são mais presentes em museus comunitários, que aderem diferentes pautas e iniciativas políticas, ambientais, antirracistas e em defesa de condições dignas às populações rompendo com a inércia e a pretensa neutralidade das instituições museais e se engajando para condições de equidade na sociedade (Janes; Sandell, 2019).

Como campo de ação e de militância, a museologia engajada enfrenta inúmeros desafios e incertezas, que muitas vezes só podem ser compreendidos e enfrentados no próprio movimento de atuação. Entre esses desafios estão: os limites das pautas que os museus podem assumir; o envolvimento em causas político-partidárias; a sustentabilidade das ações e instituições; a falta e a descontinuidade de fomentos promovidas pelos programas de governo e terceiro setor; as dúvidas quanto ao impacto efetivo do ativismo museal; e as tensões internas das instituições entre gestores, profissionais e demais agentes envolvidos (Janes; Sandell, 2019).

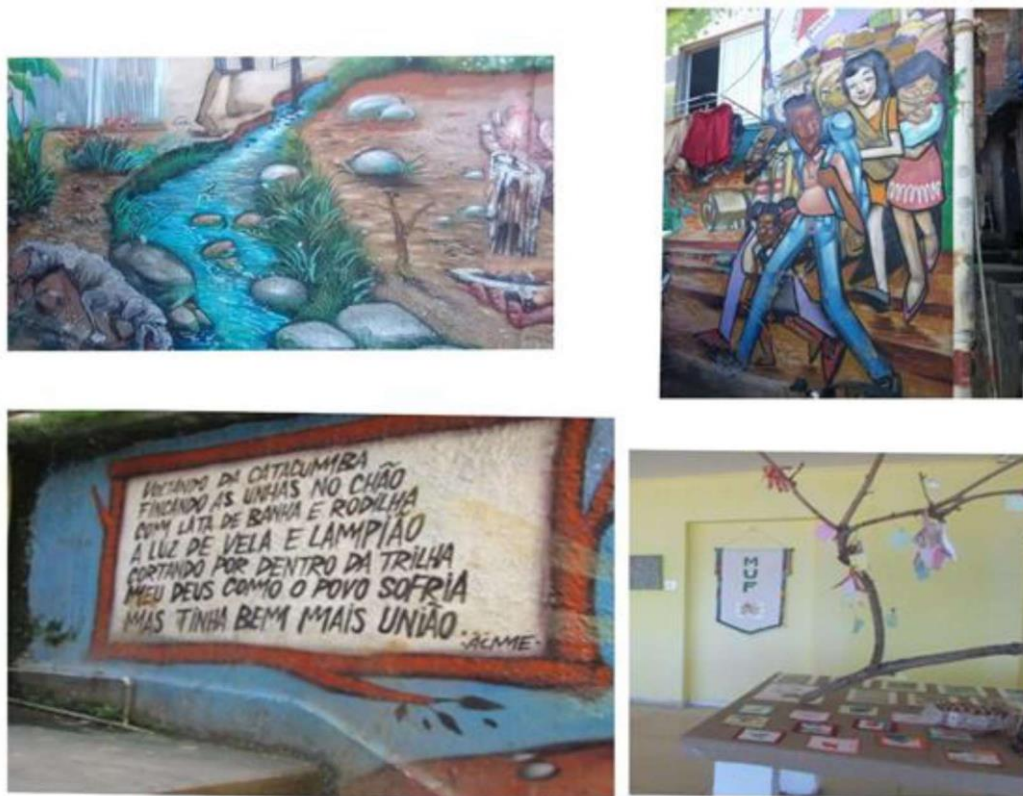
Um exemplo de museologia engajada que elencamos é o Museu de Favela (MUF), localizado nas comunidades Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, no Rio de Janeiro. O museu problematiza as estruturas de exclusão e reconhece os moradores como patrimônios vivos, valorizando suas memórias, saberes e trajetórias como parte constitutiva da história da cidade. Assim, o MUF⁶ se constitui como espaço de resistência, ativismo e valorização cultural,

⁶ No percurso desta pesquisa, muitos dos desafios e reflexões apontados pela museologia engajada também se fizeram presentes e influenciaram não apenas a escrita deste trabalho, mas o próprio olhar sobre a complexidade da temática museal. Encontramos museus comunitários fechados, como o Museu Comunitário da Estrutural (Brasília), em razão da insustentabilidade das ações; observamos as *casas-telas* do Museu de Favela deterioradas

ressignificando o conceito de patrimônio para além dos bens materiais. Trata-se de um museu de território que expressa a força das vivências comunitárias e atua como instrumento de denúncia da omissão do Estado, um “dispositivo de luta, de afirmação e de resistência das comunidades populares e tradicionais” (Leite, 2019, p. 282).

A figura abaixo, que faz parte do nosso repositório de pesquisa, apresenta imagens das casas-telas (pinturas realizadas em algumas moradias do território que narram a história e as vivências dos moradores das favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo); e de uma exposição na Base Operacional do Museu de Favela. Esses elementos apontam como um território pode se organizar e se mobilizar em um processo de valorização de histórias e memórias antes invisibilizadas, que encontram na arte, no cotidiano, em suas vielas, becos e percursos formas de se expressar e se mostrarem presentes.

Figura 1 - Museu de Favela/MUF: percurso, casas telas e exposições



Fonte: repositório da pesquisa, 2025.

e a espera da verba para entrar em manutenção; acompanhamos debates no grupo de estudos dos estudantes do MUHNAC sobre os limites institucionais para ações e exposições de temáticas de dor; acompanhamos conflitos internos entre os profissionais do museu e com a Câmara em Figueira da Foz/Portugal em uma instituição museal municipal gerados por uma exposição “Confrontar o Legado Colonial” voltada ao questionamento das coleções trazidas de países da África em um contexto de violência colonial. Todas essas situações apresetam a natureza complexa, não linear e imprevisível dos processos museológicos engajados, confirmando que estamos em território complexo e multifacetado (Leite, 2019).

A segunda abordagem que trazemos é a **Museologia Colaborativa**, formulada a partir de horizontes teóricos e práticos que deslocam a compreensão do museu para local da aprendizagem e da construção a partir da parceria e do encontro com as pessoas (Russi; Abreu, 2019, p. 21).

Verbos como “participar, colaborar, compartilhar, analisar, criticar, comentar, opinar, discordar, reivindicar” estão presentes nesta abordagem e se coloca para a possibilidade de um fazer museal com o outro, no diálogo e na possibilidade de releitura de suas ações, acervos e objetos (Russi; Abreu, 2019).

A museologia colaborativa, apesar de sua potência transformadora, enfrenta inúmeros desafios que atravessam desde o campo institucional até as relações com os grupos sociais que o museu se dispõe a dialogar. Uma das principais dificuldades está nas tensões entre as práticas tradicionais, ainda orientadas e unicamente decididas pelos profissionais dos museus, e as propostas que buscam horizontalizar os processos de decisão, dando protagonismo às comunidades (Russi; Abreu, 2019; Cury, 2022). Além disso, questões relacionadas à disputa por narrativas, ao risco de instrumentalização das vozes comunitárias e à dificuldade de garantir que a participação não se restrinja a instâncias consultivas, mas se coloque como efetiva coautoria se apresentam nesta vertente.

Também se somam a isso, os entraves burocráticos e financeiros que limitam a sustentabilidade de projetos colaborativos, bem como os dilemas éticos diante da necessidade de conciliar diferentes expectativas, memórias e valores. Tais desafios evidenciam que a museologia colaborativa é um campo de prática em constante negociação, no qual o ideal da partilha e da construção conjunta precisa lidar com contradições e resistências tanto internas quanto externas às instituições museais (Cury, 2022).

A museologia colaborativa busca ressignificar, sobretudo nos museus de etnologia, antropologia e arqueologia, da representação sobre outro, levando em conta que ela deve contar com participação direta e ativa dos que estão sendo representados e narrados no contexto do museu (Cury, 2022). Isso tem a ver com o direito ao museu, de contar suas próprias histórias, se reconhecerem e protagonizarem ações que tratam de si mesmos nestes espaços (Cury, 2022).

a colaboração como um processo de comunicação com um reposicionamento de e valorização das vozes indígenas na relação com profissionais da musealização, colocando em atenção a capacidade do museu de se adequar à participação e à autorrepresentação. [...] a colaboração não é ação simplista, ingênua ou que deve ser romantizada. Tampouco neutra e preservada de outros modos de uso colonialistas, revigorando as hegemonias no museu. A complexidade da colaboração – seus desafios, nuances e modos de uso – já vem sendo bastante discutida (por ex. Roca,

2015b), com o museu “atendendo à demanda indígena de reparação histórica e social (Cury, 2022, p. 75).

Destacamos dois pontos da citação acima: a primeira é o lugar que os profissionais dos museus têm que ocupar para que a colaboração realmente aconteça, o lugar despido dos seus preconceitos, da confiança, da ética, do interesse pelo outro e por sua identidade. Outro aspecto importante é o reconhecimento dos conflitos presentes na colaboração. Este aparece como parte intrínseca no processo que tende a ser equacionado a partir de uma relação dialógica e respeitosa. E no encontro que os conflitos são colocados e podem ser superados (Cury, 2022; Cury, 2024).

Exemplificamos essa abordagem, a partir da identificação de trabalhos que vimos serem desenvolvidos no Museu dos Dinossauros, Uberaba/MG, com a vizinhança. A relação museu e comunidade neste espaço é permeada por negociações e conflitos (Silva, 2022). A comunidade quando chamada a dialogar e participar das ações desse museu universitário se sentem valorizadas já que há laços de pertencimento com o espaço (Silva, 2022). A figura abaixo demonstra o envolvimento da comunidade na reforma e manutenção do espaço.

Figura 2 -Morador auxiliando na reforma das réplicas de Dinossauros que estão no jardim do Complexo Cultural e Científico de Peirópolis, Uberaba/MG



Fonte: Imagem cedida pelo morador de Peirópolis.

Já a **Museologia Crítica**, nossa terceira abordagem, fundamentada pela “teoria crítica” questiona que os museus, bem como os objetos presentes neste espaço, precisam ser explorados e visualizados a partir da lógica desigual da sociedade (Ferreira, 2024). Dessa forma, ela vai discutir a invisibilidade de certos públicos dos museus, o posicionamento excludente nas exposições, as políticas de representação desiguais (Ferreira, 2024; Lorente, 2021).

Suas ideias polvilharam nos países anglófonos, nos anos de 1971/ 1972, período de ebulição também da Nova Museologia, mas com algumas particularidades, conforme apontado por Ferreira (2024): a museologia crítica tem os museus tradicionais, sobretudo, os museus de artes como prioridade, mesmo não sendo exclusivos e restritos a nenhuma tipologia; outro diferencial é que ela vai se consolidar no âmbito acadêmico por meio das reflexões de docentes e pesquisadores e tem como articuladores as discussões de Antropologia e Pedagogia Crítica, tendo um caráter disciplinar que vai se expandir para as suas práticas. Na discussão a respeito da museologia crítica, Prado (2025, p. 209) apresenta que

A Nova Museologia opera a partir da máquina institucional, colaborando na criação de normas e mecanismos regulatórios, enquanto a Museologia Crítica se posiciona externamente, buscando estratégias práticas que promovam processos reflexivos e questionadores nas instituições para torná-las mais representativas de diversos grupos sociais, culturais, econômicos, étnicos e religiosos. A revisão do museu tradicional proposta pela Museologia Crítica não se concentra na regulação global dos museus, mas na análise de processos e experimentações (ou na sua falta), além da proposição de estratégias práticas para inovação social nos museus. Assim, os estudos de caso e análises críticas de exposições são prevalentes nas publicações da Museologia Crítica. A experimentação nos museus é valorizada, assim como o exercício reflexivo que provém de fora deles. Portanto, conforme Mensh destaca, enquanto a Nova Museologia reforça a dimensão comunitária dos museus de maneira positiva, a Museologia Crítica tende a enfatizar a dimensão controversa dos museus, abordando a prática colecionista e as ações museológicas em relação ao colonialismo, racismo, censura e internacionalismo.

Prado (2025) situa a Museologia Crítica enquanto abordagem que corrobora para enxergar como o museu e suas práticas reproduzem as desigualdades políticas, culturais e sociais. Dessa forma, há de se ter um olhar crítico, para que os espaços museais, enquanto instituições sociais, atuem como vetores da mudança.

A Museologia Crítica busca compreender as ações museológicas a partir da problematização de suas próprias práticas, questionando o papel dos museus enquanto instituições de produção e mediação de saberes. Em vez de oferecer respostas prontas ou soluções fechadas, essa perspectiva propõe o museu como espaço das controvérsias, de perguntas que provocam reflexão e que convidam à ressignificação de narrativas e vivências sociais que ficam marginalizadas (Lorente, 2021). Assim, pretende que as estratégias institucionais ocorram “tanto na composição da coleção, por meio de políticas específicas,

quanto no tratamento deste acervo, da preservação à exibição, e na criação de laboratórios experimentais que favoreçam a inclusão de outras vozes” (Prado, 2025, p. 213).

Os estudos pós-críticos, oriundos do campo da teoria crítica, também inspiraram o desenvolvimento da chamada Museologia Pós-Crítica, refletida na obra *Post-Critical Museology: Theory and Practice in the Art Museum* (Ferreira e Scheiner, 2023). Ao discorrer sobre os desdobramentos da Museologia Crítica a Pós Crítica, Ferreira e Scheiner (2023, p. 11) ressaltam que:

a Museologia como possuidora de um caráter diferenciado capaz de superar uma de seus maiores fatores limitadores na atualidade: a inclusão social em museus. O objetivo da mudança terminológica entre Museologia crítica e pós-crítica pode ser entendido a partir de transformações nas esferas profissionais e interações de fronteiras culturais no contexto anglo-saxão [...]. Agora o museu estaria sendo obrigado a sair da inação para se adaptar ao ambiente epistêmico mais inclusivo da pós-modernidade.

Como uma possibilidade de exemplificar a museologia crítica, trazemos a exposição “*Para além da Escravidão: construindo a liberdade negra no mundo*”, atualmente no Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, no período de 13 de novembro de 2025 a 1º de março de 2026. A mostra reflete as feridas coloniais, sobretudo as deixadas pela escravidão, e sobre as consequências que ainda hoje se manifestam no racismo estrutural, na violência policial e nas desigualdades sociorraciais (Arquivo Nacional, 2025).

Essa proposta curatorial instiga uma leitura crítica, ainda mais por ocorrer em um museu tradicional: convidando o público a repensar o período escravagista e as marcas que ele deixou na sociedade brasileira, articulando passado e presente. Além disso, provoca reflexões sobre memória e reparação, abordando temas como resistência negra e a necessidade de transformação social por meio de políticas públicas voltadas à justiça racial (Arquivo Nacional, 2025).

A exposição conta com parcerias e curadorias compartilhadas com diferentes instituições como Smithsonian National Museum of African American History and Culture (Washington, Estados Unidos), a Universidade de Pittsburgh (Pensilvânia, Estados Unidos), o Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil), enriquecendo as leituras técnicas e artística sobre a exposição.

A figura abaixo faz parte das imagens de divulgação da exposição presentes no site e redes sociais do MHN evidenciando a ligação passado e presente na discussão da escravidão e suas consequências para a sociedade.

Figura 3- Imagens da exposição “*Para além da Escravidão: construindo a liberdade negra no mundo*”, em cartaz no Museu Histórico Nacional



Fonte: Publicação do Instagram do Museu Histórico Nacional, 18 de outubro de 2025.

As abordagens aqui apresentadas estão dentro de um escopo mais amplo (museologia reflexiva, militante, como prática de resistência, dentre muitas outras) que representam adjetivações e possibilidades anunciando a função social dos museus, suas estratégias e posicionamentos na construção de uma Nova Museologia.

Elas, entretanto, correm riscos, como da fragmentação da área e a de serem “percebidas como frutos dos modismos e da ocorrência de descompromissos com a insubstituível dialética entre os macros e as microestruturas”; conforme observa Meneses (1993 *apud* Ferreira, 2024, p. 9).

Contudo, acreditamos que essas multiplicidades refletem um campo em constante movimento, que se aproxima de diferentes demandas e temáticas, abrindo brechas inesperadas. Nessa tessitura de conexões, a museologia não se perde em adjetivações; ao contrário, floresce em sua potência crítica, ressignificando-se a cada ramificação, como um território vivo de práticas, sentidos e diálogos com a sociedade.

Movidos pelo sentipensante, imaginamos essas diferentes vertentes museológicas como folhas do tronco da Sociomuseologia, que se nutre dessas práticas museais compromissadas com a inclusão, ao mesmo tempo em que formula e impulsiona as reflexões e o “adubo” teórico que as alimenta. Trata-se de “alinhar teoria e prática museológicas como indissociáveis, bem como ensino e pesquisa na construção do conhecimento” (Tolentino, 2024, p. 368). Segue a

figura que traduz nosso pensamento dessas abordagens que vão nascendo e favorecendo o florescimento de outras práticas.

Figura 4 – Ramificações de abordagens museológicas: novas abordagens, novos olhares



Fonte: elaborada por Alessandro Resende Borges, a pedido da autora (2025).

Refletir sobre essas perspectivas implica reconhecer a dinamicidade do campo museal, que se reinventa no encontro entre teoria, prática e movimentos sócios históricos. Nesse processo, questionamentos sobre o alcance real das práticas ditas inclusivas, os desafios de sua institucionalização e as resistências internas aos processos participativos despontam.

Ao longo deste estudo, percebemos que as características e a essência das abordagens museológicas tratadas nesta seção dialogam com as ações narradas pelos colaboradores (que veremos nas próximas seções), demarcando um momento que o compromisso político e de inclusão com os grupos sociais têm sido pauta cotidiana dos museus. Desde da MRS, em que se anunciava o compromisso social dos museus em incluir, e a partir de diferentes arranjos sócios históricos, tem-se incorporado novas discussões e práticas museológicas. Entre elas destacamos a Sociomuseologia e as leituras decoloniais, (Tolentino, 2024; Brulon Soares, 2024).

Salientamos que olhar para essas abordagens que se irradiam a partir desse “giro sociomuseológico” e refletir sobre as ações presentes nas narrativas nos estimula a tarefa de situá-las em seus contextos, adentrar as contradições e impasses que estão presentes indissociavelmente a elas, e nos lembra que estamos olhando para a inclusão enquanto representatividade e presença, alicerçando-a nos pressupostos da acessibilidade material; participação ativa; reconhecimento de saberes e identidades (epistemologias plurais) (Brulon Soares, 2025; Sarmiento; Oliveira; Bruno, 2024).

2.3 DIVERSIDADE DE TIPOLOGIAS, MÚLTIPLOS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Em nossas reflexões sobre as tramas que envolvem as ações que os museus estão desenvolvendo que caminham para a inclusão social, observamos que um dos pontos que as fazem ser múltiplas, são porque suas tipologias também são diversas. Por isso, olhar para os estudos referentes às classificações dos museus tornam-se importantes.

As contribuições trazidas na banca de qualificação da presente tese evidenciaram que a tipologia dos espaços investigados é essencial para compreender como os diferentes contextos e finalidades dos museus influenciam suas práticas, suas formas de lidar com o público, o conhecimento e o patrimônio.

Desta forma, sobre as tipologias⁷ dos museus, encontramos diversas dificuldades na disponibilização de materiais que apresentassem um histórico do sistema de classificação e critérios detalhados das categorias.

Consideramos as tipologias não como categorias fixas, mas como possibilidades mutáveis e que podem se deslocar a fim de acompanhar os movimentos de transformação que redefinam o papel dos museus.

Trazemos como orientação para o nosso estudo das tipologias museais, a classificação presente para o Cadastro Nacional de Museus: que tem por objetivo o preenchimento deste

⁷ A questão de tipologia é complexa e sem definições únicas. Por exemplo Museologia Integral pode ser reconhecido como uma tipologia de museu como nesse texto “É daqui, portanto, que considero possível tomar o Museu Integral não só como expressão, mas também como uma tipologia que poderia ser inovadora sob o ponto de vista epistêmico (Souza, 2021, p.229). Ou também a tipologia de base comunitária, entender que cada um dos seus desdobramentos é uma tipologia “Nesse sentido, partimos dessa análise considerando que os tempos de pandemia nos trazem duas tipologias de museus: os necromuseus, então dispostos a arriscar tudo em nome de exposições aleatórias mediante a negação da ciência que afirma não existir protocolos de segurança 100% seguros [...] e os museus pela vida, aqueles que entendem que os objetos estão em segundo plano quando postos ao lado dos profissionais da instituição e de seus visitantes e que podem, por meio de estratégias criativas, encontrar alternativas para realização de seu trabalho pautado na memória de pandemias anteriores (Baptista; Boita; Brigidí, 2021, p. 122).

cadastro para mapear e conhecer a diversidade museal brasileira e para formulação de políticas públicas (Ibram, 2022). Neste registro, os museus, de forma geral, são classificados pela temática principal e pelos acervos existentes. Seguem duas imagens adaptadas do material do Cadastro Nacional de Museus que categorizam os museus.

Figura 5- Classificação dos museus em relação à temática

Em relação a temática dos museus	
Artes, Arquitetura e Linguística	Incluem-se nesta categoria os museus de artes visuais, artes cênicas, artes decorativas, arquitetura, moda, audiovisual, literatura etc.
Antropologia e Arqueologia	Antropologia: Ligadas ao estudo antropológico e social das diferentes culturas e etnias. Ex.: museus de cultura popular, regional, indígena, afro-brasileira, imigração, folclore, crenças, religiões etc. Arqueologia: Abrigam bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos.
Ciências Exatas, da Terra, Biológicas e da Saúde	Tratam das Ciências Exatas (Estatística, Física), das Ciências Biológicas (Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia etc.), Ciências da Terra (Geologia, Mineralogia etc.), e da Saúde (animal e humana). Incluem-se aqui os aquários, oceanários, herbários, jardins botânicos, jardins zoológicos, observatórios e planetários.
História	Focam em acontecimentos, personalidades ou períodos da História. Estão incluídos nesta categoria os memoriais, museus casa, museus biográficos, museus de imigração, museus de instituições e empresas etc.
Educação, Esporte e Lazer	Museus relacionados à educação, a esportes, museus de escolas, museus do brinquedo, museus lúdicos etc
Meios de Comunicação e de Transporte	Abordam os meios de transporte (museus do automóvel, museus ferroviários, museus fluviais etc.) e veículos de comunicação (TV, rádios, jornais, revistas, internet, publicidade etc.)
Produção de Bens e Serviços	Dedicam-se ao universo da produção agrícola, animal, industrial, museus da moeda e sistemas bancários e museus de serviços urbanos.
Defesa e Segurança Pública	Museus relacionados às forças armadas, bombeiros, museus policiais e penitenciários.

Fonte: Adaptada da Cartilha do Cadastro Nacional dos Museus, Ibram, 2021, p. 28.

Figura 6- Classificação dos museus em relação aos acervos



Fonte: Adaptada da Cartilha do Cadastro Nacional dos Museus, Ibram, 2021, p. 29.

Um Museu de Ciências, por exemplo, pode promover a cidadania na perspectiva de inclusão social ao promover a popularização das ciências, projetos de itinerância e os diálogos de saberes propondo um fazer científico que se torna encontro e não hierarquização. Um museu de território já nasce enraizado na inclusão, na busca de valorização das vivências e memórias que habitam as margens. Um museu histórico, por sua vez, pode reinventar o olhar sobre o passado, trazendo à tona a pluralidade de pessoas e experiências que forjaram o país, muito além dos espaços e personagens consagrados.

Todas essas possibilidades foram narradas pelos nossos colaboradores e nos auxilia a observar que olhar para as tipologias nos permite enxergar as potencialidades e limitações dos museus, considerando também sua natureza tipológica.

Reafirmamos que as tipologias não são estanques e que os diferentes contextos e demandas sociais vão levando a construção de novas tipologias, como as Indígenas, Comunitária, LGBTQI +, ... (Brulon Soares, 2024). Além do mais, tem-se uma ideia de que cada vez mais que o museu se fortalece em sua função social, mais se desconstrói as barreiras próprias de cada tipologia. Dessa forma, há limitações para essa classificação hegemônica de museus, não sendo estas suficientes em nossa realidade e que as pautas sociais adentram os museus independente das categorias, mas elas ainda sinalizam as linhas de atuação dos museus.

A figura abaixo materializa nosso pensamento das tipologias enquanto sementes, representando que cada embrião contém a temática, a missão, os acervos e as intencionalidades dos museus vão apontar para trilhas distintas para a construção da cidadania. Algumas já nascem brotando práticas de representatividade, de luta por justiça social e visibilidade dos grupos marginalizados. Outras tipologias vão ressignificando suas práticas e construindo estratégias para a promoção da cidadania, já que, como sementes são vivas e dinâmicas, podem despontar para as ações de inclusão social, sobretudo se nutridas pelos adubos decoloniais e da Sociomuseologia:

Figura 7 - Diversidade de tipologias, diversidade de caminhos para a inclusão



Fonte: elaborada por Eduardo Bezerra Teles Moura, a pedido da autora (2025)

2.4 EDUCAÇÃO MUSEAL: PRÁTICAS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ao apagar das luzes e fechar-se as portas, o museu se reduz a um guardião dos objetos e memórias. Mas é quando as portas se abrem, quando as pessoas percorrem seus espaços, sentam-se no chão, conversam, escutam e são escutadas, sentem os cheiros e percebem os diferentes tempos se cruzarem, que o museu começa a fazer sentido e a cumprir sua função

(Silva; Costa, 2024). É da recepção às múltiplas funções internas que a educação museal se manifesta, possibilitando que o museu partilhe e construa uma forma de educação singular, propicia desse espaço (Silva; Costa, 2024).

Das ações formuladas e concretizadas pelos educativos, o museu pode encantar e promover a inclusão, ou não. Da problematização dos objetos e discursos, nas oficinas e atividades que valorizam as experiências e saberes que os públicos já trazem, na proposição da itinerância, a educação museal tem a potência de promover a cidadania e mobilizar transformações.

O reconhecimento do papel educativo dos museus adquire relevância a partir do século XIX, início do século XX a partir da criação de inúmeros museus vinculados a instituições de ensino, além de ações e exposições que aumentaram a interação dos diferentes públicos (Marandino, 2008).

A função educativa desses espaços foi se institucionalizando enquanto uma responsabilidade, a partir de profissionais, setores, atividades e políticas museológicas. No Brasil, a educação em museus tem na 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, o pioneirismo no ano de 1927 (Pereira, 2010).

A presença da educação nos processos museológicos nas décadas de 1930 a 1950, basicamente se traduziu a partir da: “educação visual; educação para o povo; projeto de nação assegurado pela instrução pública” (Faria, 2017, p. 43).

Era nítido também a influência das tendências educacionais repercutindo nas ações dos museus, a exemplo das perspectivas da escola nova, que trouxe a estes espaços atividades exploratórias e experimentais, evidenciando a importância da interação e da mediação dialógica (Pereira, 2010).

Três eventos importantes reforçam o destaque para a aura educacional⁸ e são importantes para o estudo da temática: “o primeiro aconteceu em Nova Iorque, em 1952; o segundo em Atenas, em 1954; e o último no Rio de Janeiro, em 1958” (Ibram, 2018, p.15).

⁸ Olhar as intencionalidades e conjecturas nos ajudam melhor compreender os eventos, motivações e momentos histórico. Chagas (2024, p. 132) apresenta que “Duas observações neste ponto merecem destaque: o investimento que a Unesco realizou após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, no aprofundamento dos estudos, teorias e práticas sobre museus e educação é a primeira. Esse investimento se revela, por exemplo, nos trabalhos de preparação e realização de pelo menos três seminários, na valorização dos intercâmbios e experiências concretas, na produção, publicação e disponibilização de bibliografia especializada e ainda na circulação de especialistas e concessão de bolsas de estudo. A segunda é o caráter discursivo e colonialista do Icom/Unesco que, à época, insistia em atribuir uma dimensão internacional a um seminário realizado nos EUA e outro na Grécia e uma dimensão regional a um seminário realizado no Brasil, ainda que este último contasse com ampla participação internacional. O seminário projetado pela Unesco para ser realizado em Tóquio, no Japão, em 1960, também seria

O evento ocorrido em Nova Iorque, em 1952, recebeu o título de “I Seminário Internacional sobre o Papel dos Museus na Educação”, com a participação de mais de 25 países e aprovou um documento que apontava que: “a melhoria dos métodos de ensino se favoreceria com a integração do trabalho educacional dos museus com o programa dos institutos de educação. Ao lado disso, defendia-se que a preparação para o magistério incluísse o uso dos museus e de suas técnicas” (Knauss, 2011, p. 590).

Nesse movimento de fortalecimento da relação museu - escola e olhar para a potência das ações educativas nas instituições museais a partir da formação dos professores, o evento impulsionou uma série de iniciativas para a construção do campo de educação museal.

No ano de 1954, foi realizado o “II Seminário Internacional sobre o Papel dos Museus na Educação”, desta vez em Atenas, na Grécia, dando continuidade às discussões, que já estavam mais amadurecidas a àquela altura com socialização de múltiplas experiências na área da educação em museus sendo debatidas e com essa temática já em destaque no ICOM (Ibram, 2018).

Outro marco importante foi o Seminário Regional, promovido pela Unesco/ ICOM, em 1958, na cidade do Rio de Janeiro, que discutia a função educativa dos museus, tendo como objetivos o fortalecimento dos museus, dos seus setores educativos, bem como dos seus profissionais (Pons, 2020). Em relação às discussões presentes nesse Seminário, Chagas (2024, p. 133) aponta que:

O seminário de 1958 não foi um campo tranquilo. Ao contrário, lutas e disputas estiveram em cena. Diferentes visões de mundo e diferentes perspectivas profissionais foram acionadas; o enfrentamento entre gerações e o embate entre o pensamento museal hegemônico de origem europeia e outras tendências que buscavam se afirmar, levando em conta as experiências nacionais, também estiveram presentes.

As diferentes mobilizações no contexto social, da Museologia, contemplando a Mesa Redonda de Santiago, o movimento da Internacional para uma Nova Museologia, as experiências dos ecomuseus, e da área educacional⁹ (nessa última destaque para abordagens de Paulo Freire com a importância da construção coletiva do saber) da década de 1970 e 1980 foi

chamado de regional. As expressões “regional” e “internacional” não são neutras, não são ingênuas; ao contrário, por elas circulam vontades e desejos políticos”.

⁹ Importante olharmos novas práticas e conceitos que a educação museal, enfoque desta seção, vai incorporando dentro de uma rede de rupturas e manutenções que vão coexistir. Pereira (2010 *apud* Moraes 2022, p. 40-41) vai apresentar que algumas categorias dimensionais de educação dos museus: dimensão educacional contemplativa; dimensão educacional cívica; dimensão educacional democrática; dimensão educacional escolar; dimensão educacional socioeducativa e reflete que elas coexistem e mesmo que cada uma influenciaram de forma mais evidente as práticas de educação museal, elas não se dão de forma linear e processual evolucionista, mas se entrecruzando e em processo de tensão.

forjando as discussões da educação museal conectando com as questões do território, da sociedade, e motivadoras de uma consciência crítica (Morais, 2022).

Assim, ao longo da presente pesquisa discutimos que, como aponta Moraes (2022, p. 16), “o universo da educação e, mais especificamente, o enfoque desta pesquisa, educação museal, não são neutros, e suas configurações dependem dos pressupostos teóricos, do momento histórico, da historicidade do espaço e da intenção dos sujeitos”. Nesse sentido, acompanhamos, ao longo da década de 1980, o contexto brasileiro, impulsionado pelos princípios da Nova Museologia, vivenciando um florescimento significativo na área.

Nesse período, surgiram marcos importantes, como a regulamentação da profissão de museólogo (1985), a criação do Sistema Nacional de Museus vinculado ao Ministério da Cultura e da Coordenação Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória (1986), além de eventos relevantes, como a VI Conferência Geral dos Museus Brasileiros (1986) e o I Seminário Latino-Americano de Museus (1989/1990) (Castro, 2018; Santos, 1996).

As políticas neoliberais, de privatizações e fortalecimento do terceiro setor na década de 90, trouxe a marca mercadológica para a cultura e desprovimento das políticas públicas culturais, concretizando na extinção do Ministério da Cultura e o Instituto Pró-Memória (Castro, 2018; Castro, 2013).

Dentro dessa lógica, os museus vivenciaram a falta de contratação de profissionais, a insuficiência de verbas para a realização das ações e fomentos para o setor educativo. Sendo as verbas e programas destinados à cultura, inclusive aos museus, operadas na dimensão do consumo e do mercado.

Todas essas reflexões são importantes para situarmos os debates referentes a promoção da cidadania, já que as diferentes políticas, ora ampliando o acesso e garantindo a participação, ora se firmando pela redução de investimentos e pela lógica da produtividade e resultados mensuráveis, podem fomentar, ou não, a participação social.

A educação museal se encontra presente nesta arena podendo assumir uma perspectiva crítica, indo ao encontro da sociomuseologia, da construção coletiva com os diferentes grupos sociais, com a formação de profissionais que aliam a pesquisa e abertura para aprender com as pessoas (Castro, 2018).

Diferentes políticas foram sistematizadas para o campo museal nos anos 2000, estruturando o campo e projetando ações a serem implementadas, como a Política Nacional de Museus de 16 de maio de 2003, que trouxe em seus objetivos, os museus enquanto ferramentas da inclusão e da cidadania, propondo o desenvolvimento das ações a partir de sete eixos: 1) Gestão do campo museológico; 2) Democratização e acesso aos bens culturais; 3) Formação e

capacitação de recursos humanos; 4) Informatização de museus; 5) Modernização de infraestruturas museológicas; 6) Financiamento e fomento para museus; 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos (Ibram, 2003).

Outros marcos que destacamos é a criação do Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto nº 5.264/2004; o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo/Unesco, ainda em 2004; a criação do Cadastro Brasileiro de Museus, com o objetivo de sistematizar e planejar as ações voltadas para o setor; a formação da Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro (REM/RJ), no ano de 2003, que buscava agregar experiências de profissionais, consolidar os setores educativos nesses espaços e fortalecer a construção de um arcabouço teórico (Ibram, 2004; Castro, 2018).

Conforme já apontamos neste texto, as políticas públicas se encontram em uma trama conflituosa de várias ordens, e uma delas é referente, de caráter institucional está relacionada ao lugar e as pessoas em que estão no comando das decisões, planejamentos e estratégias dos assuntos (Fonseca, 2016). Em relação aos museus, isso se exteriorizou¹⁰ com a criação do Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram) (Lei Ordinária 11906, 20 de janeiro de 2009) após um impasse entre aqueles que queriam criar um órgão próprio para o campo dos museus e os que queriam manter a área no IPHAN. A presença desse órgão alterou as políticas, as ações voltadas para o público e os serviços prestados pelos museus, além do destaque para o trabalho educativo em museus. (Santana, 2019; Ibram, 2018).

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é resultado da centralidade que a educação museal conquistou no IBRAM, consolidada por meio de mobilizações de educadores museais em todo o país. Publicada em 2017, a PNEM apresenta diretrizes e princípios para orientar as ações educativas em museus e instituições museológicas e atualmente passa por revisão, incorporando novas perspectivas e estratégias que refletem os desafios contemporâneos da área.

Dados da “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da PNEM” (OBEC e Brasil, 2023) indicam que 90,4% dos 669 museus participantes oferecem atividades educativas, sendo a mediação em visitas escolares a ação mais frequente. Contudo, apenas 32,4% possuem um setor educativo formalizado, e desses, metade conta com profissionais dedicados exclusivamente às funções educativas (Ibram, 2023,

¹⁰ Santana (2019) coloca que a criação de um novo instituto significava a perda de servidores, recursos financeiros e prestígio do IPHAN e isso fazia com que muitos não tinham interesse na criação do IBRAM.

p.3). Os principais desafios apontados foram orçamento insuficiente, escassez de profissionais e infraestrutura inadequada (Ibram, 2023, p. 4).

E se estamos apresentando que a educação museal pode ser um canal importante para o desenvolvimento de projetos educativos, de mediação e acolhimento que corroboram para a cidadania, o pequeno quantitativo de setores educativos formalizados nos indicam pistas que muitas lacunas ainda estão abertas para o campo museal. Isso também nos levou a refletir que os museus que participaram da nossa pesquisa há a presença de setores educativos, o que já os colocam em uma outra situação, sabendo da importância do setor para planejamento ações e para as estratégias e interações das pessoas no cotidiano desses espaços.

Estudos decoloniais no campo museal, aproximação da sociomuseologia com a educação museal, abordagens museológicas que requerem a dialogicidade entre as pesquisas e as práticas para que se forjem experiências de aumentar os acessos, de narrativas, de reparação. Como salientamos, os caminhos que são construídos não são definitivos, são se realizam em uma linha contínua, tampouco sem disputas, de diferentes ordens. Até mesmo estes conceitos discutidos nesta seção, por vezes, encontram-se tensionados por divergências internas. A defesa que fazemos é que o ponto de partilha e partida seja a promoção da cidadania, ancorada na valorização da multiplicidade de pessoas e de modos de vivências, para que a partir desse acordo seja negociada as diferenças (Brulon Soares, 2024).

3 CIDADANIAS EM FLUXOS: TENSÕES, PARADIGMAS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Elevador é quase um templo/ Exemplo pra minar teu sono
 Sai desse compromisso/ Não vai no de serviço
 Se o social tem dono, não vai
 Quem cede a vez não quer vitória/ Somos herança da memória
 Temos a cor da noite/Filhos de todo açoite
 Fato real de nossa história
 (Jorge Aragão)

Em abril de 2024, o ICOM realizou um evento tratando das experiências, conceitos e desafios a respeito dos museus e cidadania em Portugal. Na chamada da conferência foi destacada,

a ideia de que os museus são lugares que convocam à participação das comunidades, enquanto espaços abertos à diversidade e à liberdade. **Os tempos atuais são especialmente desafiadores para os museus na sua função de promotores da cidadania.** Barreiras à livre circulação entre e dentro de diferentes regiões geográficas estão a aumentar, ampliando os desafios enfrentados pelos migrantes; percepções do “outro” estreitamente nacionalistas e populistas estão a espalhar-se, pondo em causa valores e práticas democráticas de longa data. O envolvimento da comunidade nas políticas públicas culturais está frequentemente a enfraquecer. Além disso, as alterações climáticas estão a atingir um possível ponto sem retorno e, pela primeira vez em décadas, a humanidade é confrontada com o risco de conflitos em grande escala. **Este é o momento de refletir sobre o papel dos museus neste complexo cenário global.** É altura de apelar novamente ao envolvimento cívico da sociedade (ICOM Portugal, 2024, grifos nosso).

Na aproximação entre museus e cidadania, este trecho destacou temas como a diversidade, liberdade e instabilidades políticas sociais presentes na sociedade e que influenciam diretamente os museus. Para melhor compreendermos e investigarmos o tema, precisamos olharmos para o conceito da cidadania e suas formulações ao longo dos diferentes períodos sócio históricos.

A primeira orientação para entendermos a definição cidadania é de que se trata de um conceito dinâmico, com variações em relação ao tempo, território e modelo de sociedade, não havendo um ideal cidadão uníssono para todos os países, muito menos que não se modificou ao longo dos anos (Pinsky, 2003).

Outro ponto relevante diz respeito ao paradigma eurocêntrico que transversaliza grande parte dos estudos sobre a temática. Nesse sentido, a fim de respondermos aos objetivos desta pesquisa, organizamos esta seção trazendo um breve histórico da cidadania sob essa perspectiva eurocêntrica, bem como as críticas a este referencial de cidadania e as formulações contra-

hegemônicas que se desenvolvem a partir de outra lógica de ser, existir e se relacionar com o território.

É importante destacar que a cidadania, tal qual vem sendo compreendida neste texto, se aproxima das questões de participação social e representatividade. Ao longo da história da humanidade, inúmeros grupos foram sistematicamente excluídos dos processos de decisão e reconhecimento social. No entanto, essa exclusão nunca se deu de maneira pacífica: a cidadania sempre foi uma arena de tensões e enfrentamentos. As pessoas e coletividades marginalizadas, camponeses, mulheres, povos indígenas, populações negras, constantemente movimentam-se em busca de reivindicar o direito de existir, serem representados e de construir narrativas sobre si mesmos.

3.1 CIDADANIA: PERCURSOS E CONCEITOS

A fluidez deste conceito, leva alguns estudiosos como Karnal (2003) a compreender que há uma impossibilidade de se ter um conceito unívoco de cidadania, devido às disputas e as diferentes agendas políticas em que ele opera. Ele aponta que “se alinhássemos numa discussão hipotética clássicos defensores da cidadania como Péricles de Atenas, o Barão de Montesquieu, Thomas Jefferson e Robespierre, possivelmente eles discordariam em itens fundamentais” (Karnal, 2003, p. 137).

A metamorfose do conceito de cidadania está também na sua interdisciplinaridade. Termo basilar de campos como Ciências Políticas, Direito e Sociologia, a cidadania tem diferentes implicações e análises (Vieira, 2015). Dessa forma, por ser um conceito polissêmico, por vezes sua definição é vaga e imprecisa, tratada sem rigor analítico (Clemente, 2015).

A etimologia da palavra cidadania deriva do latim *civitas*, que significa “cidade”, simbolizando, na Grécia Antiga, aqueles que representavam politicamente a comunidade (Vieira, 2015). As raízes da cidadania estão, portanto, vinculadas à sociedade grega, ao menos sob a perspectiva ocidental, e aquela de que se tem registro mais detalhado, ao sistema constituinte da cidade e aos ideais de democracia desenvolvidos nas cidades-estado, especialmente em Atenas, Grécia. Vale destacar que, na prática, os cidadãos eram apenas homens adultos, e sua participação política se dava de forma direta; não se tratava de uma cidadania universal, sendo excluídas mulheres, estrangeiros e gregos sem riqueza material (Guarinello, 2003).

Além disso, a partir dos pressupostos teóricos aristotélicos, o conceito de cidadania passou a projetar um determinado grupo social como detentor desse status, atribuindo-lhes funções voltadas ao bem comum, que incluíam magistraturas, participação em assembleias, bem como envolvimento em questões filosóficas e educacionais (Alves; Moreira, 2004).

Na sociedade romana antiga, este conceito transcende a participação nas decisões políticas de forma direta por parte de alguns cidadãos nas cidades estados gregos e passa a ser pauta de reivindicações de camadas sociais que se sentiam à margem e desprovidos de igualdade jurídica, econômica, social, fiscal e política (Guarinello, 2003). As eleições também são passos importantes da cidadania da Roma Antiga (Funari, 2003).

Para a sociedade romana,

[...] cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito - é só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos. [...]. Se para os gregos havia primeiro a cidade, *polis*, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *ciuitas*, englobava cidade e Estado (Funari, 2003, p. 49).

Segundo Hoornaert (2003), o senso comunitário do cristianismo dos primeiros séculos foi aporte para a cidadania romana que se perfazia a partir da inclusão, da coesão e identidade entre os cristãos, da lógica do cuidado e assistência aos pobres, estrangeiros (aqueles desconstituídos da cidadania romana).

Para alguns estudiosos da temática cidadania, como Luz (2007), na Idade Média a cidadania ficou sufocada diante da hierarquização e da inquestionabilidade do poder concedido por Deus aos nobres, sendo compreendida sobretudo como sinônimo de direitos políticos. Contudo, ao refletirmos sobre a cidadania enquanto representatividade e prática social em disputa, observamos que uma parcela da sociedade medieval exercia funções sociais e era reconhecida em corporações de ofício, cumpria obrigações militares ou jurídicas e detinha direitos sobre residências em espaços fortificados (Riethdorf, 2016).

Outra questão relevante refere-se às ações, sociabilidades e formas de representatividade que tensionavam a ordem estabelecida e os grupos dominantes, destacando, por exemplo, os indivíduos rotulados como curandeiros, bruxas ou marginalizados socialmente (Riethdorf, 2016).

Na idade moderna com a consolidação gradual do capitalismo e seus princípios como meritocracia, antropocentrismo e universalismo a partir dos séculos XVIII e XIX, a ideia e status de cidadania vai se aproximar do sujeito dotado de direitos e deveres políticos com um ideal de bem comum (Vieira, 2015).

Uma diferença marcante da concepção de cidadania no período moderno com o da história antiga é que em um primeiro momento ela foi pensando enquanto atuação do homem no poder interferindo nas decisões da *polis* (cidade), já na modernidade a cidadania se estabelece enquanto o direito à liberdade do indivíduo contra poder que àquela altura estava nas mãos das monarquias absolutistas, dos colonizadores, ... (Pinsky, 2003).

A história da cidadania moderna está intrinsecamente vinculada às lutas como a Revolução Inglesa do século XVII, e as revoluções do final do século XVIII, como a Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa, em que se aspirava a legitimidade de direitos do cidadão e sua ampla participação na sociedade (Pinsky, 2003). Em tensionamento a estas revoluções, outros movimentos também buscavam a representatividade, já que essas agitações revolucionárias não os representavam, tampouco abriam brechas às suas participações e vivências.

A Revolução Inglesa, uma revolução burguesa ocorrida entre 1640 e 1688, provocou transformações significativas em diferentes esferas da sociedade. No âmbito econômico, consolidou-se a produção industrial e iniciaram-se relações trabalhistas que substituíram as relações servis; no político, manteve-se a monarquia absolutista, ainda que sob a descendência e influência da aristocracia rural; e, no social, propôs-se uma nova relação entre indivíduo e Estado, fundamentada no pensamento liberal e nos direitos dos indivíduos (Mondaini, 2003).

Esses direitos, já presentes na Carta Magna de 1215, não foram estendidos a todos os grupos sociais, que, mesmo com suas reivindicações muitas vezes sufocadas, contestavam a exclusão política e econômica imposta pelo novo modelo de poder. Movimentos como os *Diggers*, que reivindicavam “o direito de cultivo das terras comunais pelas pessoas comuns e o fim das políticas de cercamento e despovoamento, além de se posicionarem contrariamente à Coroa e à Igreja institucionalizada” (Roberge, 2017, p. 1), e os *Levellers*, que defendiam “um sufrágio masculino mais amplo, a proibição da interferência de representantes eleitos em legislar sobre questões religiosas e espirituais e o nivelamento das disparidades sociais, mas jamais o nivelamento da propriedade” (Roberge, 2017, p. 11), estiveram entre os grupos que problematizaram os limites da cidadania na época.

A Revolução Americana¹¹ que resultou na independência dos Estados Unidos da América (EUA) do colonialismo da Inglaterra em 1775 foi fervilhada por lutas por um Estado

¹¹ A Revolução Americana foi o processo de independência das 13 colônias, antes colonizada pela Inglaterra que veio se tornar os Estados Unidos da América. As causas que levaram à Independência são atribuídas ao aumento dos impostos, endurecimento na cobrança e restrição da liberdade imposto pela Inglaterra à sua colônia, já que ela necessitava aumentar os lucros devido ao aumento de gastos com a Guerra de Sete Anos (guerra entre a Inglaterra

novo e propósito de liberdade (Karnal, 2003). A Declaração de Independência dos EUA apresenta que “todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca da felicidade” (Karnal, 2003, p. 144). Nesse sentido, ela apresenta a valorização da liberdade individual, uma série de garantias ao cidadão e sua supremacia diante do estado, garantindo a intervenção mínima.

Dessa forma, a luta pela liberdade política e reivindicação pelos direitos à propriedade forjou-se uma cidadania de tendência liberal, embora, ela excluísse as mulheres, indígenas e escravizados (Alves, 2009). Ou seja, precisamos pontuar que “os fundadores da República [dos Estados Unidos] podiam falar de igualdade e liberdade em meio a seiscentos mil seres humanos escravizados” (Karnal, 2003, p. 146).

Nesta cidadania que se coloca situada entre exclusões e também disputas e resistências, a presença de grupos antiescravistas, que discursavam contra a escravidão, como os *Quakers* e as lutas das mulheres pela participação ativa na sociedade e no sufrágio desafiavam a pretensão homogênea e sem fissuras da cidadania (Re, 2020; Sorrilha, 2021).

Ao olharmos para a realidade dos museus que estão surgindo neste momento histórico, notamos que eles germinam impregnados pelos valores do individualismo, racionalismo e cientificismo destinado a uma parcela limitada de “cidadãos” e fortalecendo um imaginário social de exclusões e uma aparente neutralidade de discursos e representações. A glorificação destes valores, um espaço civilizador e a projeção de um homem universal foram as tônicas dos museus criados neste momento, que invisibilizavam ou apresentava de forma inferiorizadas mulheres, pessoas que foram colonizadas, grupos desprivilegiados da sociedade (Primo, 2014; Ribeiro, 2016).

Nesses museus iluministas, a matéria era produzida pela racionalização metódica do mundo, uma via confiável para a dominação dos imaginários, que colocava em prática uma dominação da matéria pelo pensamento, nesse momento já percebidos como ontologicamente distintos (Brulon Soares, 2020, p. 5).

No século XIX, florescem revoluções democráticas que reivindicavam a criação dos Estados independentes (em alguns casos pela separação dos impérios, outros pela unificação nacional) e a instituição da democracia enquanto sistema institucional político representativo (Coggiola, 2003).

Entretanto, o ideal de nação foi estruturado de forma a beneficiar apenas determinados grupos sociais, enquanto mulheres, pessoas negras, indígenas e setores populares permaneciam

e França) e a industrialização. Assim que os colonos começaram a reclamar ao congresso britânico da situação, a resposta armada iniciou.

excluídos de direitos e de reconhecimento político. Ao mesmo tempo, as lutas e resistências se reiventavam e produzia um espaço permanente de conflitos e permitindo que outros grupos e experiências coexistissem e reivindicassem seu lugar na sociedade.

O museu, enquanto instituição social, fomentava e narrava uma referência de nação e um padrão de cidadão político (Primo, 2013). A noção de civilizações balizadas pela superioridade de um povo sobre outros, formulados pelo olhar político colonialista, utilizou dos museus, naqueles momentos instalados em lugares suntuosos, palácios, castelos, grandes edifícios, para dominação do imaginário político e material sobre as diferentes sociedades (Brulon, 2020).

O século XX se inicia com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que provocou impactos avassaladores: cerca de 11 milhões de combatentes mortos, além de inúmeras vítimas civis, em decorrência de fome, destruição de recursos e migrações em massa (Enciclopédia Humanidades, 2023).

Destacamos duas considerações que nos ajuda nas discussões dessa pesquisa acerca da Primeira Guerra Mundial, a primeira tem a ver com a institucionalização de uma diplomacia internacional, a Sociedade das Nações, para garantir a resolução dos conflitos mundiais. Embora ela tenha fracassado, ela trouxe as centelhas para uma organização criada após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (Teixeira, 2018).

Outra questão que decorre desta guerra e está presente nas entrelinhas é a brutalização das sociedades, na expressão de George L. Mosse de que “a exposição à violência cotidiana, ao sofrimento extremo e à banalização da morte” (Teixeira, 2018) mediocrizou a vida e as relações.

A ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães na Alemanha após 1930, sobretudo, a consolidação de uma ditadura radical nazista protagonizada por Adolf Hitler na Alemanha a partir dos anos de 1934, ancorada no racismo, antissemitismo e nacionalismo trouxe importantes camadas para pensarmos a questão da cidadania àquela altura (Holocausto, 2019).

Uma delas vinculada a questão do nacionalismo e como as ideias alcançaram os muitos alemães não só presente no território alemão, mas que se encontravam migrantes em outros países a partir “da promoção do conceito de cidadania baseado no sangue e na raça, na reunião de informações sobre possíveis transações comerciais, no boicote aos judeus, na contrapropaganda e o recrutamento de voluntários em caso de guerra” (Lucas, 2011, p. 1).

A partir de uma ideia de um grupo de indivíduos unidos pela nacionalidade, raça “pura” e superior, a ariana¹², estes teriam como direito e dever de aniquilar as demais raças e grupos opositores ao regime, tendo os judeus como o principal inimigo. A necessidade de instalar uma cidadania nacionalista excludente (lembrando que o regime nazista contou com o apoio de forma indireta e direta de mais de 80% dos alemães, segundo Dronfield (2019)) levou ao extermínio de mais de 6 milhões de judeus, práticas desumanas, e um regime que ecoou na política em muitos outros países¹³, além de ser um dos motivos determinantes para eclodir a Segunda Guerra Mundial (Holocausto, 2019).

A Segunda Guerra Mundial¹⁴ (1939-1945), contou com envolvimento das potências mundiais à altura (Grã-Bretanha, Estados Unidos, União Soviética eram as lideranças do bloco dos Aliados e as potências do eixo contavam com a Alemanha, Itália e Japão) e foi sentida de formas direta ou indireta por grande parte dos países.

A fim de assegurar a diplomacia entre os países, a autodeterminação dos povos e a segurança internacional foi criado em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) em 26 de junho de 1945, 50 países assinaram a Carta das Nações Unidas (o documento foi ratificado pelos países da China Estados Unidos, França, Reino Unido, ex-União Soviética em 24 de outubro do mesmo ano (Brasil, 2017).

¹² Na ótica de Hitler, “às comunidades portadoras da causa do progresso e da civilização na contemporaneidade, basicamente, as nações ocidentais (a capaz dos maiores píncaros de excelência a alemã, a mais equilibrada a inglesa), Hitler chamava “arianos”. Os “outros”, Hitler dividia em nações “não-arianas”, mas úteis ao progresso. Eles seriam copiadores e divulgadores das obras dos “arianos” (como a nação japonesa); nações “não-arianas”, mas úteis ao progresso como mão de obra ao ser viço dos “arianos” (como as nações africanas); e átomos parasíticos incapazes de reunião em nação e propensos a vampirizar destrutivamente as obras das outras comunidades (basicamente, os judeus)” (Varajidás, 2021, p. 4). Nessa categorização, nutridos pelas ideias darwinistas de seleção natural, os arianos deveriam se colocar e prosperar nos territórios, eliminando as ameaças que promoveriam a barbaridade e a degeneração dos povos (Varajidás, 2021). Outra questão é a concepção de raça presentes nas ideias nazistas, eles acreditavam em uma raça judaica, “suposta herança predeterminada que havia levado à criação da raça judaica. Acreditavam que o mesmo havia acontecido com as demais raças, todas lutando por sua sobrevivência em um mundo de recursos finitos, às custas das demais” (Holocausto, 2019). Dentro dessa visão, os judeus alemães/ judeus austríacos perderam sua cidadania

¹³ As experiências dos regimes totalitários estiverem presentes em inúmeros países, com os quais destacamos a Itália, Espanha, Portugal, Brasil, dentre outros. Um outro importante destaque é como as ideias nazistas presentes ainda repercutem na sociedade e esses ideais ainda circulam não apenas nas células neonazistas espalhadas, mas em discursos e práticas da nova direita que ameaça à democracia e a promoção dos direitos humanos (Oliveira; Larizzatti, 2021)

¹⁴ O estopim da Segunda Guerra Mundial foi a invasão da Alemanha à Polônia, em 1939, alimentado pelo discurso nazista da perseguição de alemães em território polonês e que este estava planejando cercar a Alemanha. No mesmo ano, a União Soviética também invade a Polónia dividindo o país com a Alemanha. No outro ano, 1940, a Alemanha continua o ataque a outros países do oeste europeu e continua aumentando o número de campos de concentração e autoextermínio de judeus e dos seus inimigos políticos. A guerra por uma série de interesse políticos, econômicos territoriais foi englobando outros países e conflitos ganhando uma dimensão mundial. Outras informações em Holocausto (2019).

Em 1948, afirmando que existem direitos universais que independem de origem, etnia, raça ou localidade, a ONU publica a Declaração Universal dos Direitos Humanos, trazendo a noção de dignidade inerente a todos os seres humanos e o direito à liberdade para o campo do direito internacional (Brasil, 2017). Ainda que a ideia de direitos universais já tivesse aparecido no século XIX, as experiências traumáticas dos campos de concentração e das guerras evidenciaram o quanto esses princípios pouco se efetivaram na prática, tornando necessária a criação de um marco internacional voltado à proteção dos direitos humanos (Brasil, 2017).

Contudo, essa concepção de direitos universais, que proclama princípios globais de dignidade, liberdade e igualdade e eleva a cidadania a um estatuto mundial, coloca-se complexa, pois explicita a contradição entre a universalidade e as desigualdades concretas que persistem nas relações territoriais, sociais e políticas (Santos, 2013).

O movimento de interdependência e inter-relações entre o regional e escalas planetárias se acirram, trazendo à tona da lógica da globalização, dissolvendo as fronteiras de comunicação, cultura, econômicas. Contudo, como reflete Milton Santos (1996; 2000), essa homogeneidade aparente, mascara as profundas desigualdades e esconde uma “perversidade sistêmica” que motiva e fundamenta as desigualdades, a competitividade, e exclusões estruturais.

Dessa forma, o status de cidadão nesse contexto de globalização, se vê marcada por conflitos entre a promessa de uma comunidade mundial, assinalada pela interdependência dos povos, e a realidade de exclusões históricas e estruturais (Santos, 2013). A aparente universalidade dos direitos e das formas de participação tem que ser enxergada enquanto uma construção situada, moldada por relações de poder e invisibilização de determinados grupos sociais (Santos, 2000).

Milton Santos ao falar da construção da cidadania apresenta-a enquanto uma cidadania mutilada (Santos, 1997). Segundo o pensador: “mutiladas nas oportunidades, no acesso à educação, moradia, saúde, nas representatividades, no direito de narrar suas histórias, de atuar na sociedade. Essa mutilação traduz o caráter excludente do projeto de globalização que nega as diferenças e as fraturas estruturais” (Santos, 1997, p. 133).

O cenário museal na atualidade tem vivenciado rápidas transformações e múltiplas ocorrências da participação de diferentes grupos sociais. Sarmiento; Julião; Bruno (2024, p. 53) apresentam que tem sido visualizado nos museus e em seus processos:

um público cada vez mais diversificado; movimentos crescentes de protesto; a emergência de novos padrões de convivência; o questionamento sobre o caráter colonial e elitista; a projeção exacerbada de alguns campos de pesquisa em detrimento de outros; a submissão a imposições político-partidárias que negligenciam as autonomias institucionais; a inegável e acelerada inserção de novas tecnologias

eletrônicas em seu cotidiano; a necessidade de promover engajamentos e ativismos em questões contemporâneas, a exemplo do racismo, das migrações, das desigualdades e da sustentabilidade.

Todas essas questões têm levado a busca para outras possibilidades de se mostrarem presentes, as emergências de movimentos subalternos e plurais, no embate com práticas sociais marcadas pelo consumismo exacerbado, pela devastação ambiental e pelo aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e econômicas. São cidadanias outras que desafiam o monopólio das narrativas hegemônicas e anunciam a possibilidade da pluridiversidade de vozes que tem sido apreendido para que novas rotas sejam construídas, inclusive no cotidiano dos museus (Krenak, 2019).

Assim, tornam-se visíveis outras sociabilidades e epistemologias plurais, ancoradas em valores comunitários, espirituais, ambientais e ancestrais, contrastando o modelo universalizante de cidadania. Na pesquisa em tela destacamos como horizontes outros de cidadania, alternativas conceituais e vivenciais: *florestania*, *afrodiasporicidade*, *ubuntu*, como veremos na subseção seguinte.

3.2 DO UNIVERSAL AO PLURAL: OUTROS HORIZONTES DE CIDADANIA

Nesta subseção, em um movimento de problematização do conceito moderno de cidadania, buscamos horizontes outros, enraizados em experiências sociais e coletivas, para refletir sobre os modos de existir e conviver em sociedade que não parte da concepção eurocêntrica. As perspectivas aqui apresentadas surgem de outras leituras do mundo (africanos, afrodiaspóricos, indígenas e periféricos) e expressam cosmologias não ocidentais e experiências decoloniais de existência.

A primeira que trazemos é a noção de **florestania**, discutido pelo indígena Ailton Krenak que propõe um modo de se relacionar com os povos e com a natureza a partir da produção de afetos e sentidos, valorizando a alteridade e a possibilidade que estes encontros podem provocar (Krenak, 2022a; Krenak, 2022b).

O ativista indígena brasileiro Ailton Krenak explica que esse conceito é ancestral, enraizado na cosmovisão indígena envolvendo seres humanos, rios, plantas e animais, por meio de vínculos afetivos e espirituais. Esses laços, segundo ele, vêm se perdendo à medida que o homem se afasta da natureza e dos afetos, tornando-se consumidor e refém de uma noção de civilidade orientada pela utilidade prática. Ao abordar esse conceito, Krenak (2022 *apud* Rachid, 2023) afirma que:

Quando falo de instituir essa experiência da florestania, estou opondo isso à banalização da cidadania pelo mercado. Se o mercado banalizou a experiência da cidadania, nós estamos com gesto, com ação ativa e esperançosa de criar a possibilidade da florestania, em que o humano sai um pouquinho de cena e deixa outros mestres falarem. Que a gente aprenda a ouvir a montanha, o rio. Os rios estão secando, será que eles não estão dizendo nada pra gente? Eles estão saindo de cena, será que não estão dizendo nada pra gente? As abelhas, a floresta, as listas de espécies em extinção não dizem nada para esse humano que deu metástase? Florestania seria o devir-floresta desse lugar-cidade onde as pessoas se cansaram de correr atrás desse status de cidadania, onde sempre foram repelidas. Bilhões de pessoas nunca vão alcançar esse lugar cidadão, então, ele é uma mentira. A gente deveria questionar isso com honestidade e parar de papo-furado com essa história de educação cidadã, porque ela é para meia dúzia, ela não é para todo mundo (Rachid, 2023).

A segunda perspectiva que propomos para pensar uma construção outra de cidadania advém da **afrodiasporicidade**, compreendida como uma rede de saberes, práticas e modos de se relacionar com o mundo, advinda pelos africanos escravizados e seus descendentes que vivenciaram o tráfico transatlântico e os traumas e consequências produzidas por ele. Essa rede se constitui como espaço de resistência, enfrentamento e preservação de conhecimentos ancestrais, afirmando formas próprias de existência e coletividade diante das violências coloniais (Alves; Filice, 2021).

Atravessados pela ancestralidade, expressões culturais, religiosas, e processos identitários, a afrodiasporicidade é uma possibilidade de insurgência e alternativa para as relações com a memória, patrimônio, com a cultura, com os vínculos (Alves; Filice, 2021). Zubaran, Silva e Sobral (2023) evidenciam que os movimentos diaspóricos evocam outras formas de comunicar saberes, de tecer estratégias de resistência e de reexistir, que ganham corpo na ginga da capoeira, na devoção às entidades sincretizadas aos santos católicos e na musicalidade e corporeidade que o samba faz pulsar.

Segundo estes autores, a afrodiasporicidade

é possível compreender uma complexa trama, uma ampla rede de saberes, tecnologias e matrizes de conhecimento afrodiaspóricos. Esses elementos foram e são gestados ao longo da dispersão global da população negra e estão marcados por vivências, trocas culturais, recuperações de experiências e negociações que desnaturalizam as representações racializadas e o cárcere colonial (Zubaran; Silva; Sobral, 2023, p. 12).

A diasporicidade pode ser um horizonte de cidadania alternativo apropriado aos museus, implicando exposições e debates que vinculam o passado escravocrata ao presente marcado pela desigualdade racial e pelas formas de enfrentamento dessas questões. Esse movimento propõe uma releitura dos acervos e permite narrar e reconhecer a presença dos negros para além da dor e da tortura, apresentando seus saberes, conhecimentos, vivências. Entre outras discussões, essa perspectiva pode favorecer as formas de inclusão e atuar como catalisador de

possibilidades no enfrentamento ao racismo, ao silenciamento e à invisibilização das pessoas negras no país.

Um outro conceito que trouxemos que corrobora para enxergar a cidadania assentada em outras perspectivas é o **ubuntu**, advindo da filosofia africana. Na construção de outras vias, a ideia do ubuntu apresenta a pertença de todos, a possibilidade de criar espaços de trocas e de vivências a partir da concepção de que “nós somos porque você é e eu sou” (Global Heritages, 2016). Dessa forma, a unidade é realizada por “teias de ligações rizomáticas, que crescem pelo diálogo” (Global Heritages, 2016).

a ideia do *Ubuntu* inclui todo e qualquer ser humano como sendo valor absoluto. Ela enfatiza a importância dos outros na formação e no tornar-se humano do indivíduo. Isso mostra que, na constituição de relação, a identidade e a diferença coexistem, e os outros são constituintes do indivíduo, é a comunidade na qual se insere para se tornar humano. A comunidade e o indivíduo se constituem. A comunidade é o alicerce do pensamento e da vida dos africanos. Isso não quer dizer que o indivíduo se anule na comunidade ou renuncie a si, em prol da comunidade, mas que tudo o que fizer à comunidade, volta para si: se provocar o mal à comunidade, provoca-o a si mesmo; se buscar o bem para a comunidade, busca-o para si mesmo, beneficia-se a si mesmo. Aqui está a origem do pensamento africano, isto é, da filosofia africana (Dju; Maruro, 2021, p. 248).

Nessa ideia de pertencimento, de se compreender a partir da presença do outro que as diferentes estruturas sociais, incluindo os museus, podem se beneficiar com a visão do ubuntu. Ela propõe o reconhecimento do outro de forma integral (aspectos físicos, espirituais, modos de vida) e o senso de coletividade, a partir da interconexão que deve existir entre as diferentes pessoas.

Várias são as experiências que podem ser suscitadas dessas cosmovisões da cidadania, constituídas a partir de diferentes contextos históricos, culturais e territoriais. Elas trazem a potência de romper com a ideia de uma cidadania homogênea e universal, abrindo espaço para a valorização de formas diversas de viver, de se relacionar e de produzir sentidos sobre o mundo. Essas experiências coexistem, se tensionam mutuamente e demonstram que a cidadania não é um conceito monolítico, estando sempre em processo de construção, negociação e reinvenção.

As discussões nos auxiliam na compreensão sobre esses outros horizontes que vão sendo pavimentados para que novas práticas sejam realizadas. Essas coexistem e se estranham com a tradição e o legado colonial dos museus; porém, o que observamos é que diferentes estratégias, debates, trocas e formações têm colhido boas práticas “abrindo-se uma constelação de possíveis interpretações, significados e projeções de destino” (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024, p.9).

A Figura 8 materializa nossos imaginários sobre as alternativas de cidadania, que apresenta outros horizontes possíveis.

Figura 8 – Outros horizontes de cidadania



Fonte: elaborada por Eduardo Teles Bezerra Moura, a pedido da autora (2025).

Na próxima subseção, aproximaremos trazer alguns outros apontamentos das discussões sobre cidadania e museus, refletindo como essas instituições podem atuar como espaços de construção de direitos, de participação social e de visibilização de diferentes experiências de inclusão.

3.3 MUSEUS E CIDADANIA PLURAL

A escrita deste tópico, que discute as relações entre museu e cidadania, foi elaborada em um momento em que nos deparamos com a Carta Negra dos Museus e da Museologia do Brasil elaborada pelo Observatório Negro dos Museus e da Museologia dos Pesquisadores Museais Negros (Salvador (BA), 30 de maio de 2025). Ela colaborou para importantes reflexões que atravessam esse encontro de discussões.

Segue alguns trechos que destacamos da Carta Negra dos Museus e da Museologia do Brasil:

No Brasil, há tempos que as pessoas Negras fossem elas homens, mulheres, idosos/as, jovens e crianças, descendentes do Povo Negro de África, fruto de uma liberdade ceifada em detrimento de interesses internos e externos, plano arquitetado por colonizadores brancos e lideranças africanas, se tornaram as maiores vítimas do maior crime contra a humanidade de todos os tempos.

Relatos e marcas da brutalidade colonial e escravista sobre os povos originários e mais tarde africanos(as) escravizados(as) trazidos à força ao Brasil vão aparecendo e nos deixando tomar ciência de que a atual situação em que vivem negros, negras e negres no país, resulta de um projeto em que as mãos do Estado estão sujas de sangue, assim como se encontra a terra arada pelos grandes latifúndios herdados pelo povo branco que explorou esses corpos antes da malograda abolição de 1888, e que comanda o grande império movido pelo capitalismo global.

Diante desse cenário, constituído pelas mãos do poder em suas mais variadas facetas, com incontáveis formas de violências, em que a fome, o desemprego, a falta de moradia e de saúde de qualidade, além da insegurança alimentar e física em que vivem as pessoas Negras neste país, é que reconhecemos que nos falta tudo: **nos falta atenção, respeito, protagonismo, dignidade e direitos.**

Desde que aqui o nosso povo chegou lhe negaram a existência e sobrou-lhe a necessidade de manter-se vivo em nome de um futuro igual ainda por vir.

Sim, ainda estamos aqui! Apesar de todas, todas as instâncias de poder, públicas e privadas insistirem em virarem as costas para nós. É fato que a nós cabe apenas as sobras, ou os cargos de poder se acaso um (a) branco (a) os recusarem. [...]

Não queremos reparar um modelo de museu que nasceu racista porque sempre nos colocou nas frestas de suas sobras. Somos os (as) sujeitos (as) que foram recusados (as) a consumirem o que eles definem como cultura. Esses lugares são irreparáveis!

Precisamos nos ver como brasileiros e brasileiras para recontarmos os passos que foram deixados para trás, em África, pelas mãos covardes de quem manipulou a história e a memória como ferramentas também de opressão e como parte do projeto de cegar as gerações futuras ao ponto de desconhecem o passado do seu povo que foi apagado pelos (as) mesmos (as) descendentes brancos (as).

A consequência de lembranças ocultadas, apagadas, silenciadas e esquecidas reverbera na baixa autoestima do nosso povo que se desconhece diante do próprio espelho.

Sim, quem nos excluem são os corpos que historicamente descendem de colonizadores e escravistas e espoliadores de bens materiais e da alma do povo livre que foi escravizado pelos (as) mesmos (as) descendentes não negros (as) que enriqueceram a custo do empobrecimento do Povo Negro e indígena do Brasil.

Os grupos que torturaram e enterraram corpos e memórias ainda vivas em seus quintais, deixaram como legado aos seus e suas além da riqueza oriunda dos espólios e saques, a reprodução da prática de apagamento de corpos negros e indígenas para que se perdessem dos registros de memórias de seus e de suas descendentes, pois, bem sabe a branquitude o quão de valor tem quem pode mover com as memórias desse país...

Como são importantes para as gerações de pessoas não negras que chegam depois de 1800 terem seu passado condecorado por lembranças fabricadas para enaltecer seus falsos heróis!

Mas, como seria se as pessoas Negras nascessem lendo nos livros e vendo nesses espaços de memória a grandiosa história de luta por coexistência do seu Povo Negro de África e em Diáspora no Brasil?

Acreditamos que poderíamos pensar em nosso passado como resquício desse presente em dor e de um futuro em abundância.

Diante disso, a Carta Negra dos Museus e da Museologia é um grito transcrito que sai das mãos dos (as) que descendem desse povo que foi silenciado, que teve seus direitos fundamentais negados e vão sendo recusados (as) dia a dia do direito de ir e vir e impedidos (as) de virem a Ser. [...]

Com este Manifesto, queremos que a sociedade brasileira compreenda que também nesses lugares a memória que é guardada no Brasil, também não é negra.

Diante do exposto, na contramão do projeto da branquitude, o Observatório Negro dos Museus e da Museologia, atento às questões raciais, climáticas e ambientais, tensiona abandonar o véu da “democracia racial” e do discurso colonial nessa instituição e aponta para um projeto político e democrático que assegure equidade e igualdade racial com o protagonismo de profissionais negras (os) (es) no campo dos museus e da museologia do Brasil.

Salvador (BA), 30 de maio de 2025.
Observatório Negro dos Museus e da Museologia

A primeira questão que precisamos evidenciar é que o museu, enquanto instituição social, imprime, reflete as disputas e tensões presentes na sociedade. Em seu *modus operante* se manifestam as lutas simbólicas, de representação, identitárias e de acesso que atravessam o campo da cidadania, demonstrando que toda prática museal está inserida em complexas disputas de poder e de intencionalidades (Chagas, 2009).

Como afirma Mário Chagas (1999, p. 19), “há uma gota de sangue em cada museu”, lembrando-nos de que cada acervo carrega marcas de dor, resistência e luta, e que reconhecer essas presenças é condição essencial para a construção de práticas museológicas mais éticas, plurais e comprometidas com a cidadania (Chagas, 2015).

Outra questão importante que a carta apresentada e as discussões neste trabalho nos instigam é relacionada a efervescência dos movimentos sociais e das múltiplas mobilizações que têm interpelado os museus, reivindicando espaços, representações e legitimidades. Como nos lembra Marília Xavier Cury, trata-se de um movimento sem volta (Cury; Noronha; Martins, 2024). Os museus passaram a incorporar novos repertórios, grupos sociais e narrativas, não de maneira pacífica ou isenta de tensões, mas como parte de um processo histórico de disputa e transformação.

A educação museal se torna uma âncora importante para o pensamento crítico sobre os estudos e o contato das pessoas com temáticas, exposições, sobretudo em relação aos públicos minoritários, colocando essas questões no centro do debate, e não apenas como apêndices, de modo que suas ações contribuam para a diminuição dos estereótipos e preconceitos.

A partir dessas discussões, avançamos para aprofundar as questões da inclusão social, compreendida como um componente essencial da cidadania, a partir dos delineamentos que pretendemos realizar neste trabalho.

3.4 INCLUSÃO SOCIAL NOS MUSEUS EM FOCO: ACESSIBILIDADE MATERIAL/SIMBÓLICA, PARTICIPAÇÃO ATIVA E RECONHECIMENTO DAS EPISTEMOLOGIAS PLURAIS.

Uma das possíveis definições de inclusão social é “pôr ou estar dentro, inserir em ou fazer parte” (Aurélio, 2010, *apud* Costa; Ianinni, 2018, p. 75). A partir desse horizonte, buscamos observar como as diferentes instituições sociais, incluindo os museus, têm agenciado a invisibilização de grupos historicamente marginalizados e a manutenção das desigualdades sociais. Ressaltamos, no entanto, que as resistências, estratégias de afirmação e reivindicação de presença sempre margearam essa relação entre apagamento e lutas por visibilidade.

Compreendendo a inclusão a partir do reconhecimento, da visibilidade e da participação nos espaços, identificamos três dimensões centrais a partir de nossas andanças e das discussões teóricas: acessibilidade material/simbólica, participação ativa e reconhecimento das epistemologias plurais. Cada dimensão funciona como ramificação de um mesmo organismo: a inclusão. Elas se realizam na multiplicidade de relações, práticas e narrativas, e em um processo dinâmico alargando sempre a partir de novas práticas e experiências.

Essa teia de palavras dialoga com a nova definição de museus, aprovada em 2022, na qual as reivindicações das dimensões mencionadas acima marcaram o processo social de escolha (Brulon Soares, 2024). Nesta, a inclusão aparecesse destacada e enfatizada por meio das múltiplas expressões que compõem o conceito, como acessibilidade, inclusão, diversidade, e sustentabilidade, evidenciando a força da participação e da presença múltipla dos modos de vivenciar o mundo. Esses elementos reafirmam o compromisso de que o museu comunique de forma ética e promova reflexão, aprendizagens e o compartilhamento de saberes (Melo; Santana; Brito, 2024).

Urge apontar que inclusão que buscamos destacar neste estudo se dá a partir das experiências observadas e das percepções colhidas durante nossas visitas aos museus, reconhecendo os limites desse percurso. Aprofundar mudanças estruturais, os impactos reais

sentidos pelos colaboradores da pesquisa e também pelas pessoas que visitam esses espaços seriam, na maioria dos casos, impossíveis diante do curto tempo de estadia em cada instituição.

Nossas análises se apoiam majoritariamente nas narrativas dos colaboradores, as quais, carregam inevitavelmente esquecimentos, intencionalidades e escolhas sobre o que é compartilhado ou omitido. Reconhecer essas limitações não diminui a relevância das reflexões apresentadas; pelo contrário, reforça que a perspectiva de inclusão aqui discutida traz o que ouvimos, sentimos e percebemos, colocando a investigação na experiência concreta do estar presente no espaço museal.

4 COM A PALAVRA: OS PROFISSIONAIS DOS MUSEUS!

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 Brasil, meu denço
 A mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500
 Tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato
 (História para ninar gente grande, Mangueira, 2019)

Para responder à questão de pesquisa, (“Quais ações desenvolvidas pelos museus investigados apontam e contribuem para a promoção da cidadania, em um enfoque da inclusão social, na percepção de seus profissionais?”), foi preciso se aproximar dos museus participantes do estudo, de modo a ouvir seus profissionais e sentir o pulsar do museu, o que não se compreende a partir dos dados (número de visitantes, exposições, publicações institucionais, missão do espaço, dentre outras) presentes nos sites e artigos que analisam esses espaços. Neste processo, escutamos, nos encantamos, e problematizamos algumas questões que encontramos no caminhar por estes espaços.

As narrativas então são frutos das conversas que fomentaram a busca por resposta à nossa questão de pesquisa. Priorizamos a participação dos profissionais que atuam em setores educativos, mas também outros profissionais foram envolvidos a partir da compreensão e disponibilidade do museu que na data agendada e com a nossa chegada ao espaço enviava uma pessoa ou uma equipe para nos atender e dialogar. Ao longo das análises, observamos também que compreender o lugar de atuação destes profissionais nos indicam pistas, motivações das falas, e das escolhas de contar de determinadas ações em detrimento de outras.

Para a construção desta pesquisa, trazemos as visitas e diálogos com profissionais de museus localizados em diferentes territórios, a saber: São Paulo e Rio de Janeiro, observando suas práticas e ações voltadas à promoção da cidadania, na perspectiva de inclusão social. Estas visitas foram realizadas nos meses de março (São Paulo) e abril (Rio de Janeiro) de 2024, previamente agendadas com os espaços por e-mail, no qual informávamos o objetivo da pesquisa, as possíveis datas em que estaríamos na cidade e a disponibilidade de o museu participar com algum profissional do educativo ou outro que considerasse pertinente à pesquisa.

Buscamos, ao entrar em contato com os museus, considerar as diferentes tipologias, reconhecendo que a pluralidade institucional se expressa também nas múltiplas formas de nascer, atuar e (re) existir.

Nesse sentido, apresentaremos as narrativas que emergiram das conversas realizadas nesses espaços com os colaboradores da pesquisa. Elas são a forma e a produção de significados que encontramos para apresentar nossas conversas e os sentidos ali presentes. Trazem, junto às ações elencadas, o posicionamento político, ético e poético, bem como as contradições apresentadas pelos colaboradores.

Para a elaboração das narrativas, áudio gravamos nossas conversas e as transcrevemos, de modo a construir as narrativas. Consideramos como elementos importantes o contexto que as envolveu, buscando preservar a maneira como cada colaborador contou e interpretou aquilo que considerava relevante para diálogo com o objetivo central de investigar as ações do museu para a promoção da cidadania, com enfoque na inclusão social.

Com base nessas questões, apresentamos as narrativas dos museus localizados no estado de São Paulo, a saber Museu das Favelas e Museu Afro Emanuel, e no estado do Rio de Janeiro, que foram os Museu da Vida/Fiocruz e Museu Histórico Nacional. Pontua-se, no entanto, como indicado na apresentação da presente tese que as análises beberam muito das vivências que tivemos em outros museus brasileiros que não trouxemos para este trabalho e também no estágio realizado em Portugal, entre novembro de 2024 e abril de 2025, com fomento de bolsa de Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes. Somadas as orientações no curso do doutoramento, a experiência em outro contexto permitiu um novo olhar para os dados da pesquisa, visto que nos munuiu de outros olhares, diálogos e contatos.

4.1 MUSEUS SITUADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo é localizada no estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil, sendo a cidade com maior número de habitantes do país 11.451.999, segundo o censo IBGE, 2022 (IBGE, 2023). Ela é reconhecida por sua expressividade e diversidade de museus espalhados pela cidade.

Nós enviamos nove e-mails para diferentes instituições museais que estão na cidade de São Paulo (devido ao pouco tempo e recurso nos concentramos apenas na cidade de São Paulo). A escolha dos locais foi realizada por alguns museus em que já estávamos acompanhando os trabalhos nas redes sociais, além da pesquisa no site do IBRAM buscando museus de diferentes tipologias na localidade.

Dos nove museus inicialmente contatados, cinco confirmaram disponibilidade para as datas previstas de visita, dias 18 e 19 de março de 2024. Contudo, devido ao período curto de permanência em São Paulo, foi possível realizar visitas presenciais a quatro deles (o Museu Afro Brasil Emanuel Araújo; o Museu da Vacina/ Instituto Butantan; Museu de Microbiologia/Instituto Butantan; o Museu das Favelas). Entre essas experiências, optamos por concentrar a análise no **Museu Afro Brasil Emanuel Araújo e no Museu das Favelas**, considerando que ambos apresentam, de modo evidente, ações e narrativas que dialogam com as dimensões da inclusão aqui discutidas, especialmente aquelas relacionadas à representatividade, à participação ativa e à valorização de epistemologias plurais, além de tensionamentos mais latentes.

Essa escolha não desconsidera a relevância dos demais espaços visitados, mas busca aprofundar a reflexão a partir de dois contextos de diferentes tipologias e que as práticas favorecem as nossas discussões de pesquisa.

4.1.1 Museu Afro Brasil Emanuel Araújo

O Museu Afro Brasil Emanuel Araújo leva em seu nome a referência de um renomado artista negro que sonhou e viabilizou a criação de um museu afro para expor o patrimônio cultural, sobretudo afro-brasileiro e africano, e nos levar a refletir as múltiplas nuances da presença afrodiaspórica no Brasil a partir de diferentes obras, esculturas e artefatos, sendo mais de oito mil peças presentes no espaço (Museu Afro Emanuel Araújo, 2025).

O museu é localizado no centro de São Paulo, em uma área nobre da cidade, no Parque Ibirapuera e é administrado por uma organização social, a Associação Museu Afro Brasil, que é uma instituição pública vinculada à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (Museu Afro Emanuel Araújo, 2025).

O artista Emanuel Araújo que esteve à frente da direção e curadoria do museu até a sua morte em 07 de setembro de 2022, definiu o museu da seguinte forma:

O Museu Afro Brasil é, portanto, um museu histórico¹⁵ que fala das origens, mas atento a identificar na ancestralidade a dinâmica de uma cultura que se renova mesmo na exclusão. Um centro de referência da memória negra, que reverencia a tradição que os mais velhos souberam guardar, mas faz reconhecer os heróis anônimos de grandes

¹⁵ A tipologia do museu vem sendo problematizada pela gestão do museu desde 2023, a partir das discussões para o plano museológico. Devido a maioria da sua coleção e objetos presentes têm sido vislumbrados mais próximo a um museu de artes.

e pequenos combates, e os negros ilustres na esfera das ciências, letras e artes, no campo erudito ou popular. Um museu que expõe com rigor e poesia ritos e costumes que traduzem outras visões de mundo e da história, festas que evidenciam o encontro e a fusão de culturas luso-afro-ameríndias para formar a cultura mestiça do Novo Mundo, mas que também registra as inovações da cultura negra contemporânea na diáspora. Um museu de arte, passada e presente, que reconhece o valor da recriação popular da tradição, mas reafirma o talento negro erudito, nas artes plásticas e nas artes cênicas, na música como na dança (Museu Afro Emanuel Araujo, 2024)

Nossa ida ao Museu Afro Brasil aconteceu no dia 07 de março de 2024 e nosso diálogo ocorreu em uma roda de conversa com três colaboradores da pesquisa, uma do núcleo de pesquisa do museu, e duas do núcleo de educação do museu, e três pesquisadores (doutoranda, orientador da pesquisa e outra pesquisadora, todos membros do grupo de pesquisa do GENFEC). Em uma roda em que a circularidade está enquanto elemento presente na dimensão humana, abastecendo o conhecimento na continuidade¹⁶, foram discutidos os desafios de se trabalhar com a educação antirracista, a promoção da cidadania a partir da acessibilidade em relação aos públicos, as contradições e tensões presentes no cotidiano do museu.

Durante muitos anos, o museu foi conduzido quase integralmente pela figura de seu idealizador e diretor, Emanuel Araújo, em que presença imprimia uma direção centralizada às ações e às narrativas institucionais. Após seu falecimento, em 2022, o museu passa por um processo de abertura e reinvenção, em que outras vozes e perspectivas vêm sendo incorporadas para repensar suas práticas, suas formas de gestão, dentro de um ambiente permeado por tensões e negociações. Segue a narrativa:

Museu Afro Brasil Emanuel Araujo

O museu nasce em 2004 a partir do desejo do artista reconhecido Emanuel de Araujo que já tinha passado por diferentes museus e era uma referência para o campo de museologia. Ele inicia como um museu municipal e com aproximadamente mil peças. Depois de anos com alguns problemas de repasse de verbas com a prefeitura municipal, Emanuel consegue que o museu seja colocado junto ao estado de São Paulo, no ano de 2009.

Ao longo dos anos, o museu vai recebendo muitas doações devido às articulações do artista Emanuel com diferentes instituições e artistas, além de realizar a compra de algumas peças. Dentre a diversidade de peças que o museu foi recebendo, Emanuel em um olhar ousado e autêntico para as artes coloca para dialogar diferentes trabalhos e produções, a exemplo, o trabalho do artesão com um de artista renomado, reafirmando que as diferentes pessoas têm formações diferentes, mas ambos estão comunicando as múltiplas experiências de vida.

¹⁶ Discussões presentes na cosmovisão africana da ideia do diálogo que circula e que se movimenta. Ver mais em Ferreira, 2019.

O museu foi inaugurado um ano após a lei 10639/2003¹⁷. Então, ele tem um papel quando da criação de ser como um caminho para que as escolas cumpram a lei, levando os alunos para conhecer a cultura afro brasileira, a partir dos artefatos, práticas sociais e história. Tanto que até nos dias atuais, os agendamentos das visitas escolares são muito maiores no mês de novembro enquanto uma “ação” cumpridora do mês de novembro, mês da consciência negra. E atualmente, vamos refletindo como potencializar as ações nesses espaços para que a visita seja de fato promotora de uma educação antirracista para além de cumprimento de uma agenda preconizada por lei.

As escolas particulares são o grande público que frequenta o espaço e muitas delas vêm acompanhadas de guias contratados, isso revela muito.... **Qual é o lugar que o museu situa?** Ele está inserido no Parque Ibirapuera, região nobre da cidade e rodeada dos bairros mais luxuosos de São Paulo. Existem dificuldades de as escolas periféricas conseguir estar no museu pela distância, transporte. Pensando na gratuidade do museu, é em uma quarta feira, totalmente inviável para as famílias conseguirem visitá-lo. Além disso, a região não tem transporte coletivo por perto, devido a uma questão de como a cidade é ocupada. Tudo isso são desafios a serem refletidos para pensar em relação à inclusão...

O museu pode trazer discussões muito importantes para pensar como o racismo é bem elaborado e atravessa diversas nuances.... Considerando o olhar para técnicas de artistas negros que é descredibilizada e reduzida a arte popular, não a das artes; a representatividade do negro nas obras artísticas ao longo dos anos (estereótipo do homem negro, inferior, com traços étnicos exóticos e limitados); e o não lugar de protagonismo desses artistas para a constituição da arte brasileira...

Outra questão que se destaca é a relação da arte negra unicamente vinculada a dor e a escravidão, o que levou o museu a refletir sobre a exposição dos objetos sensíveis, símbolos de tortura e opção por retirá-los das exposições.

O museu, então, contribui com a cidadania levando a refletir a mão afro ao longo de toda a constituição da sociedade brasileira contribuindo com tecnologia, desde da época dos engenhos, nas artes, literatura, na espiritualidade e nas ciências. E é preciso visibilizar tudo isso....

A questão das religiões de matrizes africanas também Apresentá-la demonstrando a riqueza e diversidade dos cultos e retirando-as do lugar do folclórico e algo importante e da inclusão que propomos a realizar. Pessoas são desrespeitadas, morrem pelo fato de professar sua fé nas religiões de matrizes africanas. A cidadania pressupõe respeito ao outro, as suas opções para uma sociedade melhor, e o direito de se verem representadas de forma digna nos espaços... E o museu tem esse papel a realizar!

Por falar em cidadania... em inclusão, o museu conta com o Programa Singular Plural que busca integrar e transversalizar todo o museu buscando aprimorar e fortalecer uma política de acessibilidade para que pessoas com deficiências tenham um amplo acesso à instituição, a partir de múltiplas possibilidades, como materiais em Braille e relevo, audiodescrição, legendas, intérpretes de Libras e oficinas acessíveis.

¹⁷ A lei 10639/2003 “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências” (Brasil, 2003, p. 1).

Para melhorar seu trabalho e atuação, o museu tem contado com parcerias com cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) para olhar para suas peças e oportunizar discursos museológicos mais inclusivos e propulsores de uma educação antirracista.

Após a morte do seu diretor, ocorrida em 07 de setembro de 2022, o museu tenta se reinventar e embora complete aniversário de 20 anos no ano de 2024, lida com problemas de um museu ainda jovem. Neste momento, o espaço revisita suas coleções, refletindo o teor racista que estão presentes em algumas obras e como isso pode ser ressignificado e trazido para uma reflexão e efetivação de uma educação antirracista; constrói pontes e se propõe a uma escuta ativa, abrindo a artistas, a militância e coletivos que se debruçam na questão do racismo e da presença/ invisibilidade afro-brasileira desde da formação do país até os dias atuais; cria estratégias de formação interna dos profissionais presentes do museu e das possibilidades formativas para educadores, interessados na temática e público em geral a fim de construir experiências museológicas participativas.

Em março de 2024, o novo diretor artístico do museu foi designado: o antropólogo, curador e pesquisador Hélio Menezes que assumiu com a responsabilidade de aproximar da comunidade, abrir o museu para seja um espaço de visualização de artistas e produção negras, e colaborar na promoção da justiça social no campo das artes (Goto, 2024).

O ano de 2024 reservou ao museu Afro Brasil como presente dos seus 20 anos três importantes exposições temporárias: 1ª “Uma História do Poder na África: um olhar profundo sobre a centralidade africana”. A exposição: “inspirada nas ideias do pensador senegalês Cheikh Anta Diop (1923 -1983), [...] coloca em primeiro plano a relevância da África na formação das civilizações mundiais, reconhecendo o Egito antigo como parte integrante do continente africano” (Educação e Território, 2024); 2ª “Popular Populares”. A exposição “Popular Populares oferece uma nova perspectiva sobre o que se considera arte popular, rompendo com definições tradicionais e explorando a pluralidade das expressões de artistas negros e indígenas” (Educação e Território, 2024); E, a 3ª “Uma História do Poder na África”, com curadoria de Vanicleia Silva Santos¹⁸. A exposição busca evidenciar a influência das tradições africanas no desenvolvimento artístico global, ao mesmo tempo em que reconhece as contribuições da diáspora africana” (Educação e Território, 2024).

¹⁸ Vanicleia Silva Santos é uma importante referência nos estudos africanos, curadoria da arte africana e afrodiasporica. Atualmente, encontra-se na Universidade da Pensilvânia e desenvolve parcerias com diferentes museus com o objetivo de apresentar exposições que trazem a riqueza das identidades africanas e afrodiasporica (Santos, 2025).

Precisamos destacar também a exposição temporária “Singular Plural: Rubem Valentim,” que buscou a partir das reproduções táteis tridimensionais, bidimensionais e mapa tátil das obras do artista articular formas geométricas e signos religiosos afro-brasileiros na comemoração dos 13 anos do programa “singular Plural”, expandindo os recursos de acessibilidade material promovendo a inclusão a partir de outras linguagens e apropriação do museu (Museu Afro Emanuel Araujo, 2024).

Conscientes dos seus desafios, mas também da sua potência em ser referência das produções de artistas afro brasileiros, o museu Afro Brasil segue se reinventando, somando forças para a luta contra o racismo e na efetivação da cidadania. Evidenciando a presença negra ao longo de toda a história do Brasil e como a escravidão e todo o colonialismo promoveu efeitos nefastos vivenciados ainda todos os dias na sociedade. Além disso propõe outras representações e destaque das experiências e narrativas do povo afro-brasileiro (Magalhães, 2022).

Em meio a disputas internas e externas, após um ano e cinco meses, o diretor Hélio Menezes foi desligado da direção do Museu Afro. Segundo a direção do museu, houve uma “falta de consenso quanto aos termos da atuação do diretor” (AMAB, 2025). Já o ex-diretor, publicou um texto em suas redes sociais:

Ao lado de uma equipe renovada e altamente comprometida, e a partir de diretrizes técnicas e éticas, criamos protocolos e fluxos de trabalho inéditos à instituição; produzimos mais de uma dezena de exposições temporárias; realizamos o primeiro inventário da história do Museu, dando a saber, após 20 anos, quais e quantas peças compõem seu acervo e em que condições se encontram. Criamos a Rede de Acervos Afro-brasileiros, conectando dezenas de espaços culturais negros Brasil adentro; reestruturamos inteiramente os núcleos de Comunicação, Acervos, Pesquisa e Curadoria, e transformamos, por meio de parcerias institucionais e muita escuta, os de Educação, Produção e Programação Cultural, condições Programa de Exposições, Documentação e Arquivo, e a Biblioteca Carolina Maria de Jesus. Como resultado, vimos crescer o número de visitantes, a repercussão crítica das exposições, a presença na imprensa e nas redes, o interesse renovado pelo acervo, o retorno de investidores e a recuperação e fortalecimento da imagem institucional em nível nacional e internacional. Mas enfrentar estruturas decisórias consolidadas por práticas marcadas pela informalidade, pessoalismo e pouca transparência, ainda majoritariamente compostas por perfis alheios à diversidade e ao protagonismo negro que o Museu representa (ou deveria representar), sem envolvimento com o mundo das artes plásticas visuais, revelou-se uma coreografia impossível de habitar. Se nossos trabalhos criativos, nossas articulações políticas, estéticas e intelectuais não conseguem atingir o tutano do poder institucional, por que prosseguir? [...] (Menezes, 2025).

Todas essas discussões são importantes para refletirmos sobre as tensões presentes no espaço museal. As intencionalidades e os interesses que adentram o espaço museal se negociam, se enfrentam e constitui mudanças, por vezes em que se destaca a abertura a narrativas plurais,

de maior acesso e participação de grupos minoritários, em outros momentos, interesses institucionais, políticos ou econômicos, coexistindo e se colocando em disputa esse conjunto de forças.

Abaixo seguem alguns registros do Museu Afro que realizamos na nossa visita: a entrada do museu (1); escultura localizada na entrada do espaço de autoria de Emanuel Araújo (2); e imagem da Exposição Permanente Trabalho e Escravidão. As discussões e reflexões sobre as narrativas serão realizadas na próxima seção.

Figura 9 – Museu Afro Emanuel Araújo em imagens



Fonte: repositório de pesquisa, 2025.

4.1.2 Museu das Favelas

Um Museu para ser ponto de encontro da produção do conhecimento, das artes, das pessoas que residem na favela. Centralizar, não apenas a discussão das favelas, mas também onde acontecer isso, o centro de São Paulo, em um palácio (antiga sede do governo paulista). Com isso, afirma-se uma política de reparação, em um local que em um passado não muito distante as pessoas saíram pela porta dos fundos.

A nossa conversa, aconteceu no dia 07 de março de 2024, com o coordenador do educativo, e um educador museal, colaboradores da pesquisa, e os três pesquisadores (doutoranda, orientador da pesquisa e outra pesquisadora, todos membros do grupo de pesquisa do GENFEC). Conversamos sobre a ressignificação do olhar para o conceito e as experiências da favela, a questão da cidadania e o viver na favela, dentre outras pautas.

O Museu das Favelas, inaugurado 2022, iniciou a partir de uma demanda da sociedade civil e se apresenta a partir de um manifesto de sua criação que apresenta:

Eu me construo a partir de um caminho tortuosamente aberto pelos que vieram antes de mim, para somar àqueles que resistiram para quebrar barreiras, tornando-se protagonistas da História. Uma **construção dinâmica e plural, que se constitui a partir de memórias vivas, de múltiplas experiências de lutas e conquistas, que atravessam as favelas fortalecendo o Brasil**. Sigo esse caminho abrindo um novo espaço para que cada uma dessas memórias seja compartilhada e que as múltiplas histórias, carregadas de intensa visceralidade, sejam reconhecidas e cuidadas. Estou junto a mais de 17 milhões de pessoas, em mais de 13 mil favelas no Brasil, na esperança que se canta em muitas vozes, no poder de acordar os ancestrais com a sola dos pés, nas cores que pintam o céu através das brincadeiras das crianças, nas memórias que se atualizam pela fala dos mais velhos, no eco do grito de revolta dos que perdem seus filhos e na resistência dos punhos que se erguem na busca por justiça. E afirmo: **não existem futuros possíveis que não passem pelas favelas**, por suas manifestações culturais e pela potência dos que ali resistem, inovam e criam. Por isso, sou um ponto de encontro entre diferentes territórios e comunidades; um conector da multiplicidade que celebra e reverbera para diversos públicos, a força, a pulsação, o trabalho e a ginga que nos compõem. Eu sou o Museu das Favelas e abro os caminhos para que cada pessoa que construiu o chão que hoje pisamos, entre nesse Palácio pela porta da frente e me conte suas histórias, pois apenas dessa forma, seguirei construindo a minha (Museu de Favelas, 2024).

O Museu das Favelas se autorrepresenta no manifesto de sua criação enquanto um museu que fala, denuncia e se opera pela e para a resistência e para expor as múltiplas memórias das pessoas que vivem nas favelas (produzindo conhecimentos, arte, sonoridades e economia diante da realidade que vivenciam) Ele se coloca no lugar do protagonismo da periferia e da mobilização para que mudanças sociais se realizem. Assim como Menezes (2024, p. 9) descreve o lugar social do museu:

O museu, é claro, pode desenvolver qualquer tipo de ação social. Mas isso é obrigação de cada cidadão. Já o museu precisa ir além: induzir terceiros à prática. Essa é que é sua verdadeira vocação e ele tem enorme potencial, portanto, enorme compromisso de aprofundar, estimular visões de mundo e suscitar mudanças. Essas muito além das obrigatórias e indispensáveis políticas de inclusão, descolonização, antirracistas etc.

Apresentamos a narrativa, construída na sala de reunião do museu/palácio e nas passadas pelas exposições do espaço:

Museu das Favelas

O Museu das Favelas é inaugurado no dia 25 de novembro de 2022, comemorando seu primeiro ano de (re) existência em novembro de 2023. No ano de 2022 a equipe chega aqui para pensar o museu, fruto de muitas demandas da sociedade civil. O museu é implantado formalmente, a partir de um contrato de gestão com a Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa do estado de São Paulo. A Secretaria de Cultura tem uma rede de 25 Organizações Sociais do terceiro setor, 25 organizações sociais que administram vários equipamentos culturais. O Museu das Favelas surge a partir desse contrato de gestão, muito próximo aos dois outros museus na cidade de São Paulo, com contratos muito semelhantes, que é o de Culturas Indígenas e o da Diversidade Sexual. Que são três museus que têm uma característica diferente da grande parte dos museus e surgem sem acervo e com toda uma estrutura a definir. Pensando em composição de equipes, então, uma das primeiras coisas que acaba acontecendo no museu é a contratação, na sua maioria, de pessoas negras, periféricas e intelectuais, das expografias, do design, departamento pessoal, financeiro, os educadores, e também isso vai transbordar para os prestadores de serviço. Grande parte da equipe aqui dos museus, não necessariamente tem experiência em museus, vem de experiência em produção cultural, área do serviço social, das artes, de diversas áreas e não necessariamente de museus. E isso numa perspectiva, inclusive, de furar um pouco a bolha de São Paulo, das pessoas que transitam esses espaços serem pessoas brancas que estão ocupando esses lugares. Então, quando a gente pensa essa ideia do acervo, é muito comum nos museus você ter um centro de documentação ou centro de documentação/centro de referência. Aqui no museu, a gente se organiza como um centro de referência, que é a área que vai cuidar exatamente de reunir informações, vídeos e demais referências da favela. Temos então o CRIA [Centro De Referência, Pesquisa e Biblioteca]. O CRIA está conectado a essa ideia de mapear (indo até as bibliotecas comunitárias, museus de territórios), organizando bibliografias sobre o tema e autores negros, pensando parcerias, e trabalhando na perspectiva de compreender como o museu pode contribuir para esses lugares de memória.

As favelas, elas já produzem conhecimento, já produzem artisticamente, historicamente, e elas, inclusive, guardam a sua memória nos seus espaços. Então, quer dizer, o Museu das Favelas, ela se torna um lugar de ponto de encontro. Um lugar onde essas pessoas possam a se encontrar, se articular... articular muitos coletivos, muitos artistas, muitas pessoas; o museu enquanto espaço conector. Tanto em uma perspectiva de ocupação do palácio. E também de referenciamento e construção de redes. E a gente vai pensar também nessas pessoas que não conhecem a favela e que precisam ressignificar o seu olhar pela favela. E daí pensamos por que em um palácio? Tem um vídeo-manifesto da criação do museu construído a muitas mãos que vai falar dessa ideia do palácio sendo, sim, esse espaço que vai ser ocupado pela favela numa perspectiva, inclusive, de reparação. Em um espaço em que as histórias contam que nesse palácio a população periférica negra sempre saiu pela porta de trás e que aqui ela tem um destaque, ela tem uma centralidade e vai entrar pela porta da frente.

A gente teve um seminário aqui promovido pelo CRIA, que se chama Favela é o Centro. Que foi para discutir conceitualmente favela. Uma das mesas foi com a equipe do IBGE, que veio aqui numa prévia de um seminário que o IBGE fez em Brasília, para rediscutir o conceito de favela. Então, quer dizer, o museu, ele teve uma participação no ciclo de debates na nova definição do que é favela. Um outro núcleo que tem no museu é o Centro de

Empreendedorismo, Trabalho e Renda que vai pensar como o museu pode promover a inclusão, que vai reverberar na cidadania. Articulamos territórios ligados a ideia de formação para geração de rendas e a gente tinha as jornadas empreendedoras com uma série de encontros aos sábados. Uma vez por mês a gente tem um evento aqui que se chama Festa de Favela. Que é uma festa no jardim. E aí, a gente faz uma feira/ Barraquinhas. São as pessoas que expõem seus produtos. Temos também a jornada cultural, que é para pensar em editais para fomentos de projetos culturais nas favelas. As exposições dos museus são pensadas pelos diversos núcleos do museu que se reúnem para discutir exposições e a programação do museu.

Antes da abertura do museu teve uma série de seminários sobre ser favela, mas dividido por temáticas: morar na favela, mulher na favela, dentre outros e a gente sempre entendeu que a discussão era “de lá para cá”. Porque é isso, a favela é muito diversa. A favela produz muita coisa, ela é plural. Acho que a gente também aqui, estando aqui, a gente também descobre muita coisa. E a gente fica assim, nossa, que legal que isso está acontecendo. É expor esse movimento é promover a cidadania. Então, acho que esse museu tem um papel, assim, muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade. O público majoritariamente do museu é das escolas públicas. Um dos grandes desafios é pensar na inclusão dos públicos, sobretudo, os que moram mais distantes, nas periferias. Já houve alguns projetos como Passaporte Favela, mas por problemas logísticos estão parados no momento. Hoje tem uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Diadema.

Dessa forma, o museu vai se articulando com secretarias ou organizações para conseguir esse transporte. Uma das grandes curiosidades é a não procura de escolas particulares. O que se coloca como um desafio para o museu que pretende dialogar com toda a sociedade, quebrar estereótipos. Acho que o ponto alto desse museu é que muitos museus tradicionais podem falar de favela, mas quem está no centro do debate promovendo aquela discussão enquanto um museu, e quem tem que estar no centro promovendo memórias, referências, discursos tem que ser a favela. E aí quando eu digo a favela é pensar essa equipe que precisa ser mantida e essa rede tecida com as diferentes redes nas favelas. Isso faz pensar a questão que tem sido discutida nos museus hoje, que é a questão da decolonidade, a produção do conhecimento tecidas e expostas por outros grupos que até então não protagonizavam suas narrativas. Além de pôr onde o conhecimento vem também, porque eu acho que isso é uma outra questão também. Porque favela não é só território. Favela não vai se constituir somente pelo território. Existe esse corpo que também transita. Então quando a gente olha no centro da cidade de São Paulo, onde a favela está, ou quando chega um grupo aqui e um educador pergunta gente, onde está a favela? Aqui, nesse palácio.

*Onde vocês veem favela nesse palácio? E aí é muito bonito quando uma educadora chega e fala **à favela sou eu**, é como eu me visto, é essa música que está tocando, ela expande essa relação. E aí a experiência com a favela é outra. **Não é só territorial**. Mas é esse corpo, é essa música que toca, é esse modo de ser, se vestir de falar e tal. Então, quando eu falo que quando eu estou trazendo aqui que a música é um dos elementos de um projeto dentro do campo de educação, é porque é isso. A gente percebe quando a gente pega um som grande aqui à tarde e põe no jardim para tocar, pega umas cadeiras de praia, o povo está passando, senta, o povo já se junta e fica à vontade. Aqui se torna um espaço de convivência. Porque museu é silencioso. Mas pensamos a favela não é silenciosa. Então, quer dizer, ela é um elemento conceitual dentro do Museu das Favelas. Pôr um som na entrada, sobe para o Museu das Favelas. Isso não estaria dentro de outro museu, entende?*

Só para destacar uma questão acho que esse espaço é importante para as quebradas, como tem sido. Mas eu fico também pensando como é importante esse museu para a sociedade, coloca esse museu no centro, de como esse museu impacta a sociedade nesse lugar, de a gente sentar e conversar sobre favela, que é inclusive uma das coisas trazidas pelo Manifesto, como a gente pode falar de futuro se a gente não perpassar por esses lugares, com a gente no centro conversa. Então eu acho que é essa chamada da sociedade mesmo, acho que é um grande desafio que estamos caminhando tanto em uma perspectiva de identificação, então, quem é periférico, quem é favelado, pode chegar aqui e se identificar e conhecer essa diversidade, mas quem não conhece aquilo também será provocado em outras camadas a olhar, observar, mas também compreender, porque eu acho que isso é uma outra discussão, quando a gente fala favela é potência, uma fase que fica bem assim, tem um motivo, não é só mostrar que a favela é superpotente, mas isso é resultado de alguma coisa, que é uma discussão que eu trago muito na educação. Se hoje a gente está mostrando que a favela se articula, se organiza, ela só faz isso por quê? Pela ausência do estado. Então a partir do momento que a gente está evidenciando as suas potencialidades, a gente também fala da falta.

Então tem uma função social nessa perspectiva, não é simplesmente só aqui, mas é falar da falta também. Se ela resiste, ela resiste porque tem algo que ela precisa. Ela precisa resistir à falta. É o primordial, que é a falta, é a ausência.

O ano de 2024 reservou ao Museu das Favelas uma importante transformação: desde setembro deste ano ele passou a ocupar uma nova sede, instalada no marco zero da cidade de São Paulo, no Largo Páteo do Colégio (Centro Histórico de São Paulo) (Museu das Favelas, 2024). Essa mudança, marcada por tensões, imbróglis e negociações estampa a realidade dos museus e como pensar a promoção da cidadania nestes espaços é enxerga-las nestas dicotomias e disputas a partir de diferentes interesses sejam eles institucionais, territoriais, políticos, econômicos (Brulon Soares, 2024).

A presença do Museu das Favelas em um espaço historicamente elitizado provoca debates sobre pertencimento e representatividade, de um lado, há quem questione a adequação de um museu voltado às favelas ocupar um território central; de outro, reconhece-se a dificuldade de acesso e de circulação quando essas instituições permanecem restritas às bordas da cidade. Essas disputas e negociações ajudam a formular o próprio campo museal, evidenciando que ele é atravessado por contradições, disputas simbólicas e contínuos processos de reexistências.

No carnaval de 2025, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro, levou à avenida um samba que exaltava a força do povo e a história de resistência das favelas, territórios majoritariamente negros, marcados por longos processos de invisibilização,

marginalização e objetificação de seus corpos, desde a chegada forçada ao Brasil até as expressões contemporâneas do racismo cotidiano e da exclusão de direitos básicos. Tanto o carnaval quanto o Museu das Favelas, dentre outros agentes culturais têm se afirmado como espaços de visibilidade e reivindicação, favorecendo as vozes e as lutas por uma cidadania efetiva e plural.

Essas confluências apresentam o ativismo se fazendo a partir de aparatos culturais: uns que trazendo a identidade cultural de um povo, o samba, as festividades do Carnaval; outros, de espaços que estão sendo apropriados e pressionados por grupos sociais a dar visibilidade e voz a práticas antirracistas, de valorização das memórias subalternizadas e de promoção da justiça social, como os museus.

Sou a voz do gueto, dona das multidões
 Matriarca das paixões, Mangueira
 O povo banto que floresce nas vielas
 Orgulho de ser favela [...]
 Forjado no arrepio
 Da lei que me fez vadio
 Liberto na senzala social
 Malandro, arengueiro, marginal
 Na gira, jogo de ronda e lundu
 Onde a escola de vida é zungu
 Fui risco iminente
 O alvo que a bala insiste em achar
 Lamento informar
 Um sobrevivente
 Meu som, por você criticado
 Sempre censurado pela burguesia
 Tomou a cidade de assalto
 E hoje, no asfalto
 A moda é ser cria
 Quer imitar meu riscado
 Descolorir o cabelo
 Bater cabeça no meu terreiro

Fonte: Samba enredo da Mangueira, 2025 com o título “À Flor da Terra – No Rio da Negritude entre Dores e Paixões”. Escrito por Lequinho, Júnior Fionda, Gabriel Machado, Júlio Alves, Guilherme Sá e Paulinho Bandolim.

A figura abaixo apresenta duas fotos por nós registradas do Museu das Favelas, as quais trazem palavras que atravessam os significados e sentidos das discussões a que se pretende o Museu das Favelas: caminho, ocupação, afetividade, centro, entre outras. Na próxima seção, discutiremos as ações de inclusão social que permeiam esta narrativa e estas palavras, a partir das nossas dimensões de análise.

Figura 10 – Vistas do Museu das Favelas: uma janela exterior e uma moldura no interior



Fonte: repositório da pesquisa, 2025.

4.2 MUSEUS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As nossas pesquisas nos museus na cidade do Rio de Janeiro aconteceram entre os dias 3 a 5 de abril de 2024. O Rio de Janeiro conta com uma população de 6.211.223 pessoas, segundo o IBGE 2022 (IBGE, 2023). A cidade conta com o segundo maior PIB do Brasil e apresenta uma diversidade cultural, que contempla museus, centros culturais e 231 bens tombados (IBGE, 2023; Iphan, 2025).

Segundo o IBRAM (Ibram, 2024), a cidade do Rio de Janeiro tem 128 cadastrados na Rede Nacional de Identificação de Museus. Entramos em contato com 10 museus e recebemos o retorno de 5 museus, que foram: Museu de Favela; Museu da Vida/ Fiocruz; Museu de Ciências da Terra; Instituto Pretos Novos; Museu do Samba; Museu Histórico Nacional.

Apresentamos, a seguir, as narrativas do Museu da Vida/Fiocruz e do Museu Histórico Nacional. Optamos por trazer esses espaços pela viabilidade analítica e por aumentarem nosso leque de tipologias museais. São experiências que, de modos diversos, contribuem para compreender como os museus se constituem como arenas sensoriais, como apresenta Menezes (2024, p.8), por serem lugares do encontro, do confronto, das perguntas, da comunicação privilegiada pela sensorialidade: “É por intermédio da percepção multissensorial que o ser humano [...] sai da gaiola da sua interioridade e se comunica com a natureza externa, seus semelhantes e até mesmo o transcendente”.

4.2.1 Museu da Vida/ Fiocruz

O museu da Vida é um complexo dentro da Casa Oswaldo Cruz (COC/ Fiocruz) que contempla diferentes espaços, dentre eles a Pirâmide¹⁹, a Cavalaria²⁰, o Parque da Ciência, Borboletário, a Tenda Ciência (Fiocruz, 2024). Ele é um museu de ciências criado em 1999, “dedicado à preservação da memória da Fiocruz e às atividades de divulgação científica, pesquisa, ensino e documentação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil” (Fiocruz, 2024).

¹⁹ Conforme definição do site Fiocruz (2025) a pirâmide é “uma câmara escura onde se pode observar um modelo de olho humano gigante, os visitantes participam de diversos experimentos e atividades sobre as vidas micro e macroscópica, além de terem acesso a jogos”.

²⁰ É um prédio antigo construído nos anos de 1904/1905 para abrigar os cavalos que eram utilizados para a produção do soro na época para a peste bubônica, atualmente abriga uma exposição permanente (Fiocruz, 2025).

O museu busca ser ativo aliando arte, educação e itinerância tratando das temáticas de divulgação científica; saúde pública; mulheres na ciência; vacinação; a questão das mulheres na ciência, dentre outros (Fiocruz, 2025).

A nossa visita ao espaço foi no dia 04 de abril de 2024, contando com a presença da pesquisadora e de uma colaboradora do museu, uma educadora museal e que, à época, estava à frente da direção do museu. Um diálogo de mais de duas horas, em que falamos sobre a itinerância, sobre um museu que precisa escutar e aprender para ser espaço de transformação social. Segue nossa narrativa que evidencia um olhar para as ações que rumam para a inclusão social sob as perspectivas de um museu de ciências.

Museu da Vida Fiocruz

O Museu da Vida Fiocruz completa 25 anos esse ano [2024]. É um museu de ciências que une aspectos de diferentes dimensões de museus. Então a gente tem acervo, acervo museológico, reserva técnica, tem uma pinacoteca, espaços interativos, como o Parque da Ciência. E a gente tem exposições de longa duração instaladas em prédios tombados no núcleo histórico arquitetônico de Manguinhos, e exposições temporárias. Nós somos um museu espalhado pelo campus Manguinhos da Fiocruz. O Museu da Vida nasce com essa vocação muito grande de fazer arte e ciência. Então nós também temos um teatro que integra o nosso espaço. E pela nossa localização, que é uma coisa que nos diferencia também. A gente está num território que reúne os maiores complexos de favela do Rio de Janeiro, com índice de desenvolvimento humano bem baixo. A gente tem muitas vezes a oportunidade de ser a primeira vez para muitas dessas pessoas. A primeira vez visitando um museu, a primeira vez assistindo um espetáculo teatral. E muitas vezes nós somos as primeiras vezes para fora daqui também. Porque o Museu da Vida tem um compromisso muito sólido em ampliar essas fronteiras da popularização da ciência e desenvolver atividades que extrapolem os nossos muros.

A gente tem uma metodologia de trabalho com territórios socialmente vulnerabilizados, que a gente chama de ações territorializadas. Então fazemos atividades de educação científica, de popularização da ciência nas escolas das periferias, das favelas. E depois nós temos um programa em que a gente tenta trazer a escola para visitar aqui também, fazendo uma mão dupla. E a partir do trabalho do Serviço de Itinerância, a gente leva o Museu da Vida, seja a partir da Ciência Móvel, seja a partir das Exposições Itinerantes, para todas as cidades do país e com algumas experiências internacionais também, preferencialmente tentando chegar em municípios que têm baixa oferta cultural. Carregamos com muito esmero esse compromisso de olhar a educação museal e olhar a popularização da ciência como um compromisso de enfrentar desigualdades, de buscar a inclusão social, de buscar desenvolvimento social e realizar a cidadania.

Então o Museu da Vida é um mundo que tenta abraçar essas diferentes perspectivas de atuação, e levar esse museu para fora dos muros nos levam a ver que a ciência é promotora de encontros completamente ricos

que fazem mudar a nossa percepção do mundo, a nossa percepção de nós mesmos, da nossa relação com o outro, com o nosso ambiente de trabalho, com o nosso ambiente familiar, com o nosso profissional. Então eu acho que a divulgação científica faz com que a gente enxergue um mesmo elemento a partir de múltiplas linguagens e dimensões. E isso muda o nosso fazer profissional e muda a nossa posição cidadã nesse mundo. Então seja porque eu trabalhei com arte e ciência, e aí eu enxergo outras leituras de mundo, eu enxergo o quanto de cultura há na ciência e o quanto de ciência há na cultura.

Seja porque eu tive o imenso privilégio de percorrer o Brasil e aprender com sotaques e saberes que muitas vezes a academia não reconhece enquanto conhecimento, mas é conhecimento. Eu fui me revisitando na minha própria formação. Na minha própria trajetória e nos meus próprios desejos de futuro. **Quando olhamos a inclusão, a interação do museu percebemos que ele tem que partir de um compromisso social, um compromisso político, uma leitura de mundo.** E eu vejo muitas vezes que algumas instituições apresentam projetos e resultados de ciência-cidadã que se você for explorar os meandros e os caminhos, eles não são verdadeiramente ciência-cidadã.

Eles foram construídos de uma forma verticalizada, a partir de um conhecimento canônico, de quem sabe para quem não sabe, então em um modelo de déficit. Ele não tem uma perspectiva de engajamento, de participação, de uma coisa cíclica de avaliação conjunta e de publicação de dados, de reconhecimento de autoria da sociedade. Então, assim, acho que quem se compromete a fazer projetos e ações de ciência-cidadã tem que conhecer quais são verdadeiramente ciências cidadãs. Porque os cidadãos precisariam estar incluídos em todas as etapas que são pertencentes a um processo de produção de conhecimento.

Do nascimento à realização, à avaliação, à publicação. Se a sociedade não está incluída em todas essas etapas, a gente não está falando de ciência-cidadã. E eu acho que museus e seus educadores, na perspectiva de uma formação humanizante, devem ouvir, acolher e apresentar outras perspectivas de debate. Então, aqui o que nós fazemos é, preparar os nossos materiais e preparar os nossos educadores para acolher, ouvir, conversar e apresentar outras possibilidades de leitura de mundo. Certamente negacionistas que visitam o museu não vão sair daqui e vão falar nossa, mudei de ideia, agora eu sei que funciona, agora eu sei o que é verdade. Mas possivelmente eles vão sair daqui um pouco incomodados, a gente brinca que não é uma pulga atrás da orelha, é um camelo atrás da orelha, e aí a pessoa pode depois procurar um livro, procurar outras fontes de informação e ir paulatinamente mudando a sua percepção. A gente sabe que hoje os negacionistas eles têm diferentes perfis e motivações para se tornarem negacionistas. **Então eu acho que como os museus são esses espaços que eu iniciei falando, são grandes fóruns de conversa, de olho no olho, de escuta,** porque tem esse tempo que é permitido, de você trocar uma ideia a partir de uma exposição, a partir de uma atividade educativa, permite que eu vá construindo outras relações com aquele visitante e fazendo com que ele traga outros pensamentos que não passaram por ali. Então não é o nosso papel dizer você está certo, você está errado. Mas colocar, e se a gente pensar diferente? E por que será que acontecia aquilo, aquilo, aquilo? Então a gente tem podcasts sobre isso, a gente tem eventos sobre isso, a gente tem publicações sobre isso para formação de profissionais, para que cada vez mais a gente possa trabalhar nessa forma de, é uma luta coletiva, para a gente melhorar esse enfrentamento da desinformação.

Humanizar as ciências e promover o encontro dela com a sociedade isso é o ponto para a inclusão e para favorecer a ação dos museus. Por exemplo, já a algum tempo nós temos discutido os nossos processos de

elaboração de exposições ou de atividades. E cada vez mais o nosso desejo é criar atividades com, em vez de criar para pensar em trabalhos compartilhados, colaborativas. Um dos grandes desafios que temos são que a maioria nós profissionais dos museus somos formados canonicamente, em modelos de transmissão de conhecimento de verticalização que não estão comprometidos com aspectos de desenvolvimento de pensamento crítico de tomada de decisão de autonomia. O nosso trabalho e ações tem que ser promotores de cidadania.

A grande potencialidade da gente verdadeiramente atingir o objetivo de incluir, aproximar do público é quando o educador se coloca na função de aprendiz também. Eu acho que quando o educador se coloca na função de detentor de conhecimento que precisa fazer uma transmissão de quem sabe para quem não sabe não é possível construir cidadania. E isso implica e aí é um outro desafio nos processos de formação de educadores. Precisamos pensar e promover a cidadania a partir da circularidade no compartilhamento de saberes que é completamente diferente de quem vai ter um modelo prescritivo de capacitação porque não é nem formação, não é nem educação é tecnicismo.

A luta de contrapor um tecnicismo para promover a cidadania social a partir dos espaços dos museus é uma luta que tem que começar a olhar para a formação dos educadores para as bases desses educadores e como eles vão atuar e se enxergar enquanto aprendentes durante toda a vida e isso faz uma nova conexão com a minha trajetória porque a Ana Carolina biomédica da biologia molecular detinha todo o conhecimento técnico daquilo que fazia foi jogada num projeto nacional de divulgação científica com coisas que pareciam brinquedos coisas muito simples para tratar conteúdos de ciência e chegou nos lugares e vai falar sobre energia numa escola da zona rural que não tem energia elétrica, como é que eu vou falar de consumo de energia com essas pessoas? Não dá vai chegar num lugar para falar sobre as forças do mecanismo de roldanas que a gente tem um equipamento sobre isso e a menina olhou para mim e falou: não menina, eu tiro água do poço com isso. Chama roldanas? Eu não sabia que chamava roldanas Não precisa chamar roldanas, ela domina exatamente aquele conhecimento, o aprendiz sou eu. Eu viajei com um planetário e a gente tinha um roteiro de apresentação das constelações eurocêntricas e a gente apresentava escorpião, apresentava Órion, fazíamos algumas contações de história e eu lembro como se fosse hoje a gente estava em um atendimento noturno era um grupo que tinha vindo de uma zona rural de Caruaru e a gente estava lá fazendo atividade e eu lembro de um senhor que falou assim: Como que chama esse desenho? (Não me lembro qual era) Ele falou não menina, quando esse desenho aparece no céu eu sei que está na hora de eu plantar esse desenho está no céu, eu já junto tudo já vou abrir minhas coisas, minhas rochas e já vou plantar pensei, o que eu estou fazendo? Eu estou aprendendo aqui porque ele pegou a ciência das constelações que foram dominadas e nomeadas por uma cultura que não é a nossa e ele fez aquilo funcionar para o dia a dia dele ele, aplicou totalmente o conhecimento e fez a vida dele funcionar, ele que estava fazendo educação cidadã comigo não era eu que estava fazendo divulgação científica para ele. Ele estava me formando enquanto cidadã, porque enquanto cidadã é meu dever entender que não interessa que aquela constelação foi nomeada por um país europeu daquele jeito, a importância é que aquilo rege o ciclo de alimentação dele, entendeu? Ele me ensinou alguns pilares básicos de cidadania.

A via da inclusão dos museus passa por essa abertura ao novo, ao contraditório, ao incômodo, aos deslocamentos têm que estar presente em quem se lança e assume o desafio de promover ou se envolver em processos.

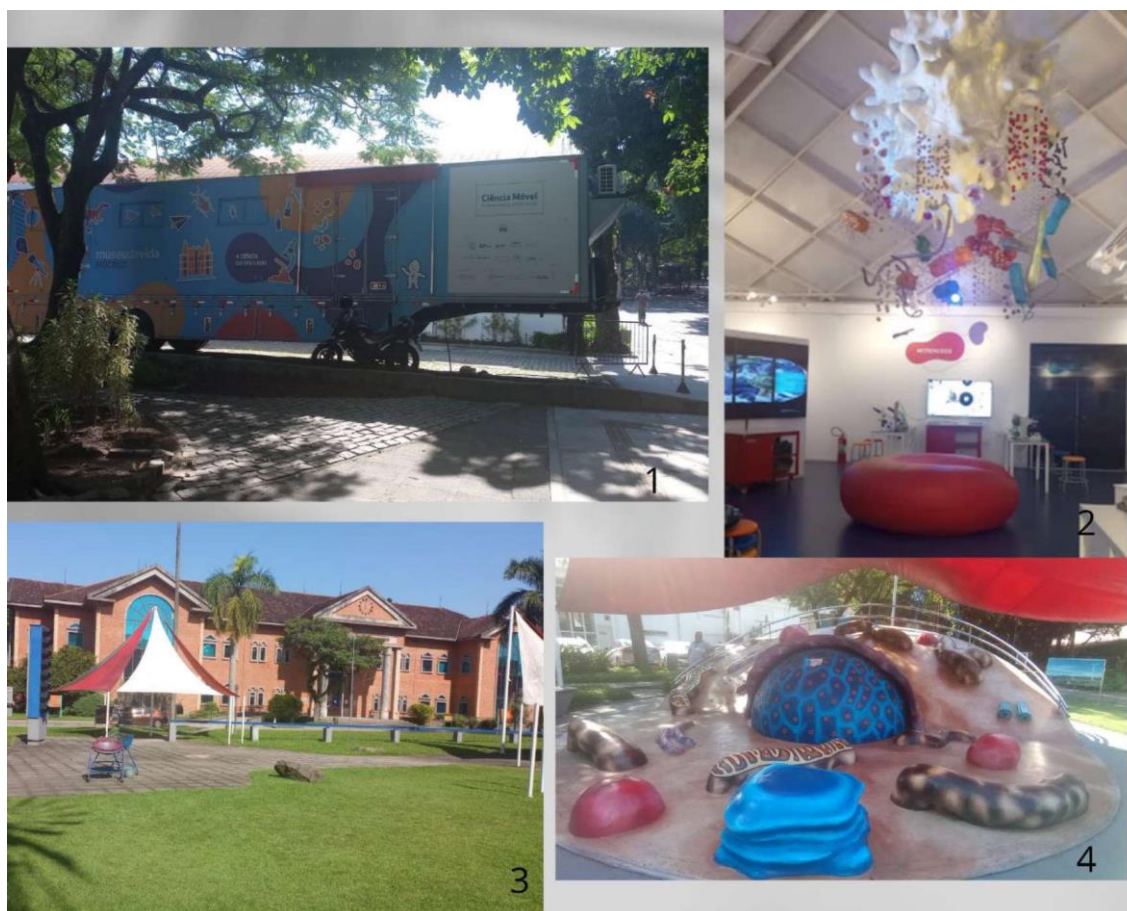
O Museu da Vida consegue abrir aos públicos, para inclusão a partir da gratuidade para quem vem, mas o museu não se contenta com isso a gente vai para muito longe levando atividades do museu só que esse ir para muito longe pra além da gente levar esse empacotamento desse conhecimento no que a gente leva quando esse empacotamento se abre lá os encontros e as trocas que acontecem contribuem pra a cidadania do museu e das pessoas.

A Ciência Móvel na data do dia 28 de abril de 2024 comemorou 1 milhão de visitantes estacionada em frente a quadra de Samba da Escola da Mangueira expressando que a ciências devem se mover, dialogar e não se conformar em apenas transmitir seu conhecimento, mas escutar e se permitir a se resignificar. Um dos caminhos viáveis para a promoção da cidadania foi apontada nesses trajetos da ciência móvel, em que o diálogo, o deslocamento e o abrir-se para que as pessoas se sintam partícipes foi estruturado. Gonzalez (2024) colocou sobre o evento que:

As estradas e os encontros transformam a todos, principalmente a nós, que nos colocamos em movimento e cruzamos tantas fronteiras reais e simbólicas. Os inúmeros "outros" nos ensinam muito. As pessoas e seus territórios. É o próprio exercício de alteridade. Precisamos reconhecer o poder desse aprendizado porque quando as pessoas aprendem, as instituições também aprendem (e melhoram!)

A figura abaixo (Figura 10) são fotos de alguns dos diferentes espaços que contemplam o Museu da Vida: objetivamos mostrar a potência da itinerância, questão destacada na narrativa, com o caminhão da ciência móvel (1); uma imagem da parte interna da pirâmide em que várias atividades, jogos e experimentos educativos são possíveis de serem realizados (2); a sede administrativa do campus, o Pavilhão Mourisco (3); e a célula gigante que fica no Parque da Ciência, área externa (4). Todas essas imagens demonstram propostas de popularização da ciência, de apresentação das Ciências enquanto dialógica e percebida de forma multissensorial, como coloca Menezes (2024).

Figura 11 – Museu da Vida e seus múltiplos espaços



Fonte: repositório da pesquisa, 2025.

4.2.2 Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional (MHN) é um dos museus mais tradicionais do país, fundado em 1922, pelo Gustavo Barroso (Moraes; Monteiro; Silva, 2024). Segundo Abreu (1995 *apud* Moraes; Monteiro; Silva, 2024, p. 25):

[...] a ideia de sua criação partia muito de uma visão ligada ao processo civilizatório que entendia o museu como instrumento para servir o modelo adequado de civilização para as “massas rudes e barulhentas”, que, em última instância, deveriam ser atraídas para aquela casa da “civilização” e do “bom gosto”.

O museu ocupa o “complexo arquitetônico formado por três edifícios do período colonial brasileiro: o Forte de Santiago, a Casa do Trem e o Arsenal de Guerra” (Museu Histórico Nacional, 2024). É um museu que completou cem anos recentemente, e que lida com toda sua tradicionalidade de acervos, buscando se reinventar e propiciar a participação ativa e outras formas narrativas, afinal contar a história desse país faz necessário incluir as diferentes pessoas, vivências e reivindicações.

Encontramos com o colaborador da pesquisa, um educador museal, a altura da nossa conversa a frente da divisão técnica, no dia 05/04 /2024. A nossa conversa, pesquisadora e colaborador da pesquisa, aconteceu no pátio do museu e foi destacada os desafios pós pandêmicos e como as ações que conduz a inclusão social estão sendo refeitas e replanejadas na pós pandemia em que essas foram desestruturadas.

Museu Histórico Nacional (MHN)

O Museu Histórico Nacional, um dos museus mais antigo do país, foi fundado em 1922, por Gustavo Barroso. Ele foi uma figura importante na criação de museus no país, na museologia, com o curso de museus que se iniciou aqui, e depois foi ser o curso de museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o primeiro curso, e também servindo de embrião para a educação museal a partir dos seus projetos. Então, a gente tem hoje um museu que completou cem anos, recentemente, e que lida com toda essa sua tradicionalidade, é um museu tradicional, um museu de história, mas, ao mesmo tempo, tentando se reinventar e pensar novas formas de atuação nas nossas sociedades.

Pensando nas ações e serviços que o museu realiza que contribui com a cidadania eu acredito que o museu conseguiu, nos últimos anos, ser um espaço com objetivos claros e definidos para a educação. E esses princípios educativos a gente aplica nas visitas e nos projetos. Sejam temas como acessibilidade, diversidade, inclusão, tudo isso orienta todas as nossas ações educativas aqui. Então, acho que o grande, o grande potencial do museu é hoje ter essa clareza de que, além de ser, ter um potencial educativo, ele tem que ter objetivos educativos claros, tem que ter consciência do seu papel junto à sociedade e ter a consciência dessa formação cidadã, dessa formação integral dos visitantes, de pensar o público na sua diversidade que merece toda atenção, ações, projetos específicos, abertura para o diálogo, se sentirem acolhidos, com direitos e deveres que lhes conferem enquanto cidadãos.

O primeiro panorama que eu tenho que dar para falar das nossas ações e projetos é que desde a pandemia, tudo que a gente construiu ruiu, então, a gente teve que começar do zero. Porque a pandemia trouxe diversos problemas, um deles foi, aqui no museu a gente trabalhava com uma equipe de servidores e uma equipe de terceirizados. A equipe de terceirizados foi desmantelada, a equipe de servidores foi se desmembrando, uma pessoa saiu, depois a Fernanda e a equipe foi sendo reduzida.

Então a gente está num momento, inclusive a gente está construindo um plano museológico esse ano, e uma das coisas que a gente está fazendo é reestruturar todos os projetos, repensando de acordo com a realidade que a gente tem hoje, com equipe reduzida. Então, é uma coisa muito ruim, porque você tem uma oscilação muito grande dos projetos, das ações, mas esse é o momento que a gente está. Anteriormente a pandemia tínhamos um trabalho incrível de parceria com uma vara do Tribunal de Justiça (TJ), que tinha como objetivo trabalhar com jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, e uma das ações era trabalhar junto aqui no museu em que eles visitavam o museu, e desenvolviam uma série de atividades. Havíamos um projeto com a Academia de Estudos Educativos de trazer os diferentes públicos com acesso ao transporte, e agora a gente retomou o projeto em

parceria com o Instituto Phoenix, com a ideia de trazer idosos, pessoas com deficiência, com vulnerabilidade a estar no museu, estar nesse espaço.

A questão da gratuidade no ano do centenário e também acolher e abraçar os diferentes públicos. Mesmo com a gratuidade, somos cientes das dificuldades. Então, pensando no público escolar, o transporte público do Rio de Janeiro não é gentil... então imagina um professor pegando o metrô com 20 crianças.... Uma família também, por mais que o museu tenha uma política de entrada gratuita, uma família de renda baixa se você colocar da zona norte ao centro da cidade só na passagem ela já gastou um dinheiro dispendioso. São muitos desafios que precisam ser levados em questão para falar do não público e da inclusão...

Mas pensando no nosso acervo e como isso pode ser promotor da cidadania, a gente tem uma diversidade de tipologia de acervo muito grande, então temos de acervo arqueológicos, objetos modernos passando por objetos ligados ao período colonial brasileiro, período imperial, tem uma carruagem, um canhão, uma máquina de escrever, uma boneca então acho que as pessoas percebem que existe uma diversidade muito grande o que o museu tem trabalhado é para ter uma diversidade não só do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista de representação de grupos, de diversidade, de novos atores sociais. A ideia é que o público saia com essa ideia da diversidade da história do país, de ser uma diversidade que permeia toda a história do Brasil; da pluralidade do país. Que o público consiga perceber a ousadia do museu de querer contar a história do Brasil; é algo altamente ousado e então isso se torna um desafio.

Eu acho que a pessoa sai com essa ideia que a história do país é um pouco mais longa é um pouco mais diversa, ela é complexa, envolve diversos atores, diversas fases e isso é o fundamental que a pessoa sai daqui é o que a gente espera que a pessoa sai daqui se questionando às vezes não entendendo para tentar entender depois, causando curiosidade, um incômodo de compreender que a história do Brasil passou por diferentes atores sociais e todos importantes para a história do Brasil.

Ressignificar nosso acervo, trazer outras leituras. Trazer a presença indígena, negra, do cidadão comum para a constituição da sociedade brasileira é entender a importância ao acesso de direitos de forma igualitária que todos os cidadãos devem ter, e o museu tenta fazer a sua parte. Temos nesse sentido organizado nossas exposições dentre de umas outras estratégias, tendo as cocuradorias e a participação dos diferentes grupos sociais presentes. A exposição “Íandé: aqui estávamos, aqui estamos” que fala dessa presença indígena e sua importância na formação do país, até nos dias atuais foi realizado com a participação e com curadoria dos grupos indígenas. Esse projeto nos auxiliou a repensar os discursos e as narrativas presentes no museu e a importância das parcerias e das colaborações para a construção de práticas museológicas mais dialógicas.

A contribuição do museu para a cidadania então está em fazer com que as pessoas entendam a história do país a partir dessa multiplicidade de narrativas e enredos que contemplam o país. **O sentimento de reconhecimento, pertencimento e as diversas nuances fazem parte da história do país e precisa ser contada e problematizada com e pelo público.**

O Museu Histórico Nacional, enquanto “guardião” da memória e da identidade nacional, carrega contradições que refletem tensões entre memória oficial e experiências plurais; a preservação do patrimônio e outras possibilidades de leitura e afetos com o acervo; a

problematização crítica da nossa história e os desafios de contar “a história que a história não conta” conforme canta o samba enredo da Mangueira de 2019, que trouxéssemos na epígrafe dessa seção. Essas contradições são importantes para compreender o papel do museu na promoção de cidadania, ações que se fazem nas tensões e nas iniciativas de profissionais compromissados com a mudança política e social.

A Figura 12, que trazemos abaixo, mostra algumas das inúmeras exposições e acervos presentes no MHN e nos fazem refletir sobre o esforço do museu em trazer a heterogeneidade que nos compõe enquanto nação brasileira: a foto 1, em que está o mural da exposição *Cidadania*, apresenta esse conceito enquanto múltiplo, dinâmico e em constante disputa ao longo da história do país; a segunda foto traz uma parte da exposição de longa duração “*Íandé: aqui estávamos, aqui estamos*”, realizada sob os princípios da museologia colaborativa, contando com a participação ativa dos indígenas, como indicado na narrativa, resultado dos “(des)encontros, controvérsias e inovações que emergiram dessa experiência e tensionaram as práticas institucionais, impondo novas relações, fluxos e soluções criativas ao museu” (Moraes; Monteiro; Silva, 2024, p. 12); e a foto 3 é parte do acervo do Brasil do período imperial, nos levando a refletir as diferentes temporalidades que marcam o museu e como este está negociando a coexistência desses múltiplos movimentos.

Figura 12 – Museu Histórico Nacional e algumas poses



Fonte: repositório da pesquisa, 2025.

4.3 APRENDIZADOS A PARTIR DAS NARRATIVAS...

Inicialmente reiteramos a necessidade de situar territorialmente e temporalmente as narrativas presentes em nosso estudo. Elas expressam o olhar de profissionais dos museus dentro de um marco, estrutura e contexto, o que nos possibilita atentar que as narrativas apresentadas acima, já apresentam diferenças entre elas, não nos permite afirmar que estes olhares estampam a realidade dos demais museus, e pode ser que no momento da escrita dessa subseção essas ações e práticas museológicas citadas nas conversas já não mais aconteçam.

Temos acompanhado um momento em que “a maioria das instituições ainda está adaptando suas práticas em resposta a um papel social renovado e mais proativo, que foi relegado aos museus em todo o mundo por meio de recentes reivindicações sociais” (Moutinho; Brulon Soares, 2025, p. 5). Nesse sentido, as formações e publicações que discutem a

decolonialidade²¹, a criação em 2024 do Comitê Internacional do ICOM para a Museologia Social, as ações que se apropriam de uma museologia engajada, colaborativa e crítica, bem como os esforços de atualização das políticas de educação museal, a fim de reduzir barreiras e a fortalecer o diálogo com movimentos sociais (povos indígenas, comunidades quilombolas, territórios periféricos, movimento negro, entre outros) indicam a efervescência da pauta no momento²² (Moutinho; Brulon Soares, 2025; Chagas, 2022). Esses movimentos trazem deslocamentos estruturais na atuação dos museus e propõe possibilidades de trabalho em que o compromisso com o incluir tem norteado a ação institucional.

Assim, observamos que as ações museológicas têm propiciando a participação ativa de grupos historicamente marginalizados, estimulando metodologias de cocriação, de políticas de acesso que nos leva a apontar que “os museus podem ser um lugar para colorir o pensamento”, conforme aponta o indígena ticuna Diodato Aiambo, citado por José Bessa Freire (2009, p. 251).

Neste horizonte, a possibilidade de “cores” rompe com a história única, que, como alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2019), é perigosa por refletir estruturas de poder, hierarquizar experiências e construir narrativas definitivas e incompletas sobre o outro. Além disso, a noção de cor instiga o imaginário museal, abrindo espaço para outras maneiras de ser museu, outras práticas museológicas, a presença de novos públicos, debates e experiências sensoriais diversificadas (Chagas, 2025).

Das narrativas, depreendemos que os museus têm promovido cidadania por meio da problematização do território em que estão inseridos e das estratégias de aproximação com diferentes públicos; pela reflexão sobre a exposição e encaminhamentos de objetos sensíveis e seus impactos sobre visitantes e comunidades; pela valorização da memória de negros, moradores da periferia e outros grupos historicamente invisibilizados, mostrando sua presença

²¹ Citamos alguns eventos para exemplificar a relevância da temática no momento: “Seminário Internacional Decolonizando Museus”, ocorrido de 27 a 30 de outubro de 2025, na Casa Forte, Recife/PE; 6º Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS); com a temática “Museus, Museologia e Inserção Social”, ocorrido entre os dias 24 e 28 de março de 2025, na Universidade Federal do Piauí; 5º Seminário Museus em Diálogos e Conexões (SEMIDEC), Tema: “Semear Futuros -Museus agentes de inclusão e transformação”, promovido pelo museu de Arte Sacra, nos dias de 22 a 25 de janeiro de 2025. E dossiês como o organizado pela revista Memória em Rede, da Universidade de Pelotas, em 2024, Decolonizar Museus e Patrimônios: teorias e práticas. Esses são alguns das múltiplas ações que tem fomentado o diálogo, as trocas e as visibilidades de experiências de decolonizar os museus, trazer as múltiplas narrativas sociais, incluir material e simbólico os diferentes grupos, bem como os desafios que estão relacionados a tudo isso.

²² Por escolhas teóricas escolhemos sustentar as ações de inclusão social que promovem a cidadania a partir dos pressupostos da Sociomuseologia, da Educação Museal, e das abordagens da museologia colaborativa, engajada e crítica, contudo, somos cientes que há muitos outros aparatos teórico práticos que tem sustentado e orientado essas práticas.

social e produção de saberes; e ainda, pela construção de propostas de humanização da ciência, propondo seu diálogo com o cotidiano das pessoas, dentre outras ações que pretendemos discutir na próxima seção das dimensões de análise.

Ao mesmo tempo, as narrativas apresentam desafios significativos: insuficiência de recursos para implementação de projetos, descontinuidade de políticas públicas, desprestígio das ações culturais e carência de profissionais qualificados.

Em uma tese que em um dos seus braços estão presentes a teoria sentipensante, a imagem do pássaro Sankofa, nos alcançou e foi uma forma de representar nossas reflexões. A ave africana (figura 13) que, embora siga voando para frente, mantém a cabeça voltada para trás, reconhece todo o caminho percorrido e preservando as memórias acumuladas. O ovo que carrega em seu bico representa a germinação de possibilidades futuras, lembrando que o museu deve continuamente contribuir para a inclusão e fazer sentido na vida das pessoas (Chagas, 2025).

Assim, as ações dos museus na promoção da cidadania se situam nessa articulação interseccional dos tempos: olhando para o passado, para reparar os silenciamentos, processos de invisibilizações e exclusões; atuando no presente, por meio de práticas concretas a fim de construir um espaço de diálogo, trocas, apesar das contradições e negociações; e projetando o futuro, construindo possibilidades de transformação social. Enquanto espaço vivo e dinâmico, é nessa dialética dos tempos, que o fazer museal deve atuar no seu cotidiano.

Figura 13 – Ave Sanfoka, logomarca do Museu Sanfoka localizada na Rocinha/Rio de Janeiro Brasil



Fonte: Museu Sanfoka, 2025.

4.4 À MESA COM OS MUSEUS: ESCUTAS E SILÊNCIOS

Se sentássemos à mesa com os museus investigados, o que seria possível dialogar a partir das nossas visitas, dos passos pelos seus corredores e pelas exposições? O que foi possível apreender das suas dores, espertezas e estranhezas frentes ao público, gestão e projetos presentes no museu?

Se sentássemos à mesa com os museus, talvez o primeiro gesto fosse o silêncio. Um silêncio com várias dimensões... Silenciado pelo constrangimento das suas exclusões, das histórias não contadas, pela sua natureza contemplativa, pelo seu “manual de uso” que solicita descrição, contemplação e desintegração corpo, mente, afeto e pensamento crítico (Brulon, 2020).

O museu, hesitante, nos olharia nos olhos antes de falar, buscando as palavras para expressar a complexidade de ser uma instituição social que transita entre diferentes tempos, tentando, por meio de seu discurso, movimentar memórias, relações, sentidos e aprendizagens. Conciliar o que já foi, o que é e o que ainda pode se tornar, ao mesmo tempo em que lida com as tensões de se manter relevante, inclusivo e vivo diante de múltiplos públicos e desafios, é sua tarefa constante.

Ao narrar sua história, os museus contam como surgiram... O Museu Afro Brasil, por exemplo, relata a ambição de um artista negro, Emanuel Araújo, que “fura a bolha” e adentra um universo majoritariamente branco das artes, conquistando respeito e admiração pelo seu talento. Sonhava consolidar um museu que juntasse diferentes histórias, momentos e artistas negros, enfatizando a presença negra para além da invisibilidade e subvalorização que marcaram a história do negro no Brasil. Esse propósito se reflete na quantidade de acervos acumulados, nas doações recebidas e na disposição polifônica e desestruturada do idealizador e ex-diretor em organizar e proteger o acervo, trazendo sua visão altruísta e controladora na constituição do museu.

Diferentes motivações e conflitos tentam ser sufocados, mas se escapam na presença majoritária de escolas particulares elitistas que o visitam, na demissão do seu ex-diretor que denuncia a falta do protagonismo negro em um museu que trata da temática racial.

O Museu das Favelas apresenta uma trajetória marcada pelos tensionamentos enfrentados pelos grupos periféricos, que sentiram a necessidade de tornar visíveis suas produções de saberes e valorização das suas memórias. Desde sua criação, lidou com pressões para ser reconhecido, apoiado e financiado pelo Estado, bem como com o desafio de conquistar um espaço físico. Se fez em um palácio, entrou pela porta da frente.... Os desconfortos e

tensões, exigiu uma mudança de sede.... Alguns meses fechados e o retorno aconteceu na vontade de fortalecer as identidades periféricas, de fazer o museu existir, reexistir e ficar de pé em um outro espaço!!! As dificuldades sempre estão presentes...

O museu busca desconstruir a imagem romantizada da favela, que a coloca dentro de estereótipos, e por vezes é consumida pelo “asfalto” (cabelos descoloridos, batidas do rap, ostentação do funk) desimpregnada do seu contexto. Com o compromisso de enaltecer a resistência, a criatividade e as produções simbólicas que borbulham desse território, o museu articula seu papel social e denuncia a omissão do estado, da criminalidade e violência. Há vida e saberes, e vida e saberes em abundância, nas favelas!

Enaltecer e musealizar a história das Ciências, sobretudo, a história da saúde no Brasil, foi o que germinou o Museu da Vida Fiocruz, espaço museal de preservação, divulgação e reflexão sobre a história das práticas científicas e sanitárias no país.

Em uma possibilidade de comunicar as ciências para além dos muros do Brasil, a itinerância tornou-se um símbolo de inclusão ao qual o museu se propôs. Sentir os diferentes percursos, intercruzar os conhecimentos, descolonizar os saberes tem sido um eixo importante para o Museu.

A trajetória do Museu da Vida que no ano de 2024 completou 25 anos apresenta um jovem adulto que no seu percurso se faz a partir de tensões entre ciência e poder, centralização institucional e descentralização, preservação de acervo técnico-científico e democratização de saberes, “problemas museológicos” que ecoam. O museu tem se olhado no espelho e visto a necessidade de debater sobre o racismo nas ciências e nas instituições museais, refletir sobre a relação com o entorno e o fortalecer os amigos do museu para serem focos potentes de consulta, diálogo e gestão compartilhada.

Por fim, o Museu Histórico Nacional contaria do seu nascimento, da sua função de criar uma narrativa a respeito da nação, constituindo enquanto um museu dedicado a tratar da memória nacional, falar sobre a história do Brasil. Sendo assim parte de acervo e gestão inclina para ser um instrumento de legitimação do Estado em uma perspectiva branca, elitista e dentro de um paradigma eurocêntrico.

As diversas mudanças históricas sociais, trouxe questionamentos em diferentes aspectos. Como trazer as múltiplas identidades que constitui o país? Como contar as histórias que a História não conta dentro de um espaço erguido para exaltar o mito da unidade nacional e o heroísmo branco? Como um museu histórico pode se tornar um espaço de afeto, pertencimento real e diálogo com públicos historicamente afastados da institucionalidade cultural? Muitos pontos de inflexão, muitas dúvidas permeiam esse museu tradicional.

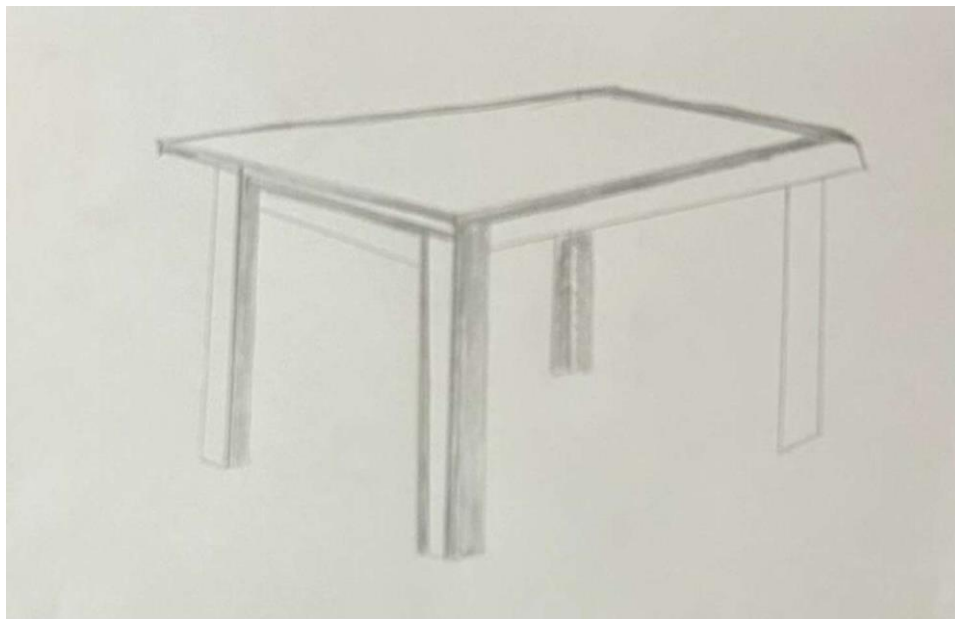
Escutar a história de criação desses museus nos ajuda a compreender a impossibilidade de olhar os caminhos de inclusão que esses espaços tentam caminhar sem olhar suas origens, de onde brotam. O ponto de partida dos museus anuncia o desenho, mas também as barreiras de suas inclusões. Revisitar o próprio chão que sustenta suas paredes é revisitar as forças que os ergueram e as exclusões que os moldaram, reconhecendo que a inclusão, antes de ser um gesto, é um processo não linear e de reconstrução constante.

À mesa, os museus também falam das suas dores, como marcas silenciosas. Dores da falta de recursos para o desenvolvimento dos projetos, da insuficiência de profissionais, da impossibilidade de estender os dias gratuitos, o seu horário de funcionamento; dores de ter que acatar decisões de cima para baixo sem consultar as pessoas que estão cotidianamente nesses espaços serem consideradas; dores de ver que muitas vezes as pautas de inclusão são meros cumprimentos da pressão, que não se dão em projetos participativos; dores de não conseguir atingir públicos diversos e ser um espaço carregado de estereótipos e de repulsas por uma parte da população; dores e feridas de ver os objetos e artefatos permanecerem silenciosos, sem serem problematizados e possibilitar diálogos com sociedade, multiplicidade de vidas e histórias que percorrem os territórios que os museus ocupam. Essas dores contemplam os limites institucionais, as pressões externas e internas, mas também o esforço contínuo de se reinventar e de criar caminhos que, mesmo que parciais, apontem para inclusões.

À mesa com os museus, ele sorri, com a cara de menino travesso, e compartilha suas espertezas. Fala das estratégias que consegue driblar o sistema, das atitudes individuais de profissionais que não se contentam com o mínimo, que fazem mais do que deveriam e tornam as coisas possíveis. Conta sobre aqueles que encontram brechas, editais, recursos, que não se cansam e seguem criando, articulando, construindo coletivos, dialogando com diferentes pessoas. Relata como esses profissionais se aproximam de movimentos sociais, cruzam fronteiras invisíveis de marginalização, territórios e grupos excluídos, tensionando espaços para que as ações realmente aconteçam. Fala das exposições engajadas, ativistas, colaborativas, dos projetos que popularizam a ciência, que dialogam com literatura, contação de histórias e iniciativas inovadoras, articulando conhecimento, cultura e experiência para transformar o cotidiano das pessoas. É nisso que as possibilidades e os desafios da inclusão têm se perfazida.

À mesa, os museus falam da fome: fome de futuro, de sentido, de pertencimento. E que a sua permanência não dependa apenas de conservar objetos, mas de reinventar laços, de fazer do encontro uma política do cuidado, do se sentir incluído, e encontrando estratégias, estudos, diálogos para a cidadania. A figura abaixo (Figura 14) procura representar nosso diálogo, o encontro com os museus.

Figura 14 - À mesa com os museus



Fonte: elaborada por Eduardo Teles Bezerra Moura, a pedido da autora (2025)

Naquela mesa ele sentava sempre
 E me dizia sempre o que é viver melhor
Naquela mesa ele contava histórias
Que hoje na memória eu guardo e sei de cor
 Naquela mesa ele juntava gente
 E contava contente o que fez de manhã
 E nos seus olhos era tanto brilho
 Que mais que seu filho
 Eu fiquei seu fã

Letra de música: “Naquela Mesa”, Canção de Nelson Gonçalves e Raphael Rabello

No contexto da música, um pai é um símbolo do legado, de histórias que perpassam gerações; vemos luta, conquistas, desafios etc. De caráter processual, que se opera junto a um movimento teórico-político das práticas sociais, os museus se transformam com vistas a incluir, a partir de suas ações de integração, diálogos e de se colocarem como aprendizes e realizar nas suas práticas cotidianas os giros sociomuseológicos (Brulon Soares, 2025; Educação para Ciência, 2025).

5 ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: AS DIMENSÕES DE ANÁLISE

Todos os dias quando acordo/**Não tenho mais o tempo que passou**
 Mas tenho muito tempo/Temos todo o tempo do mundo
 Todos os dias/**Antes de dormir**
 Lembro e esqueço como foi o dia/Sempre em frente
 Não temos tempo a perder/... Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
 E tão sério/E selvagem
 Selvagem/Selvagem
 ... Veja o sol dessa manhã tão cinza
A tempestade que chega é da cor dos teus olhos/Castanhos
 ... Então me abraça forte/**Me diz mais uma vez que já estamos**
 Distantes de tudo
 Temos nosso próprio tempo/Temos nosso próprio tempo
 Temos nosso próprio tempo/... Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes/Acesas
 Agora/O que foi escondido é o que se escondeu
 E o que foi prometido, ninguém prometeu/Nem foi tempo perdido
 Somos tão jovens/Tão jovens
 Tão jovens

Do nosso peregrinar na pesquisa, é preciso organizar o que nela se destacou. É nesse movimento de ouvir, pensar e trazer sentidos que a pesquisa encontra o seu caminho, ainda que disforme e processual. Nesta perspectiva, o debruçar sobre as narrativas nos suscitou a desenhar duas dimensões de análise, ramificações que se entrelaçam e se alimentam mutuamente:

- **Dimensão I** – Práticas de Inclusão: acessibilidade, participação e epistemologias plurais;

Neste eixo, trazemos excertos das narrativas que apresentam as práticas de inclusão, buscamos canalizá-las a partir dos eixos da acessibilidade material/simbólica, participação social e epistemologias plurais. São a partir destes eixos analíticos que enxergamos como a inclusão tem se efetivado nos espaços museais. Somando as discussões da Sociomuseologia e das leituras decoloniais observamos quais são as ações realizadas, os impactos que elas provocam ou deveriam suscitar e como elas promovem a inclusão social, descompactando com as propostas de cidadania monolítica e elitistas.

- **Dimensão II** – Desafios e disputas na efetivação das ações de inclusão social;

Observamos os desafios inerentes às ações de inclusão apresentada, ainda sobre os eixos citados na dimensão acima, compreendendo que os desafios e disputas são indissociáveis às ações e que estas se operam nas negociações e brechas que vão aparecendo no processo. Refletir os desafios nos ajuda a identificar os pontos de exclusão, e compreender que a inclusão é processual, contínua, não linear e acontece de diferentes formas.

Cada uma delas se abre como um campo de reflexão e sentidos, a fim de pensar esses museus em movimento, em busca de produzir ações que favoreçam a inclusão, ora potencializados, ora minados por um campo de forças internas externas.

Nosso olhar para compreender a voz do museu em seus diferentes espaços também se mostrou fundamental. As informações disponibilizadas pelos museus, especialmente em suas redes sociais e sites institucionais, e em demais canais que trazem notícias e estudos referentes aos museus, auxiliaram nossa compreensão durante a pesquisa, oferecendo subsídios que extrapolaram as conversas e visitas realizadas.

5.1 DIMENSÃO I – PRÁTICAS DE INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE, PARTICIPAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS PLURAIS

A nossa presença nos museus teve como objetivo compreender as ações de inclusão social que os museus constroem a partir do fazer cotidiano de seus profissionais. Durante as visitas, após uma breve apresentação, falávamos dos nossos objetivos e da nossa despreensão de seguir um roteiro. A conversa assumia o tom, o ritmo e as questões sobre o assunto que os colaboradores dessa pesquisa enfatizassem.

Nosso interesse era escutar o colaborador, conhecer o que ele tem a dizer sobre o espaço, qual a “cara” do museu que o seu profissional quer apresentar, suas formas de se relacionar com o público e de construir cidadania por meio de práticas de inclusão. Essas conversas se tornaram o ponto central para refletirmos sobre as ações museológicas que promovem acessibilidade, a participação e mobiliza o museu a outros funcionamentos a partir de outras pessoas e suas vivências.

Para que fosse possível analisar de forma sistematizada as ações realizadas nesses espaços que caminham na promoção da cidadania, elaboramos um quadro que organiza as observações a partir de cada museu, elencando-as nos eixos de inclusão que priorizamos considerar.

O primeiro eixo que trazemos é o da acessibilidade material/simbólica. Este eixo tem como balizador as estratégias formuladas pelos museus em viabilizar estratégias, projetos e atividades que propicie a presença e permanência dos públicos no museu. Pois, como apresenta Sarraf (2022, p. 27) a partir da perspectiva do Movimento Internacional de Inclusão Social, a acessibilidade em museus “não se restringe a garantir o direito de ir e vir. O benefício das práticas e linguagens acessíveis deve colaborar para que os indivíduos se sintam acolhidos,

tenham o desejo de permanecer, participar e considerá-los como opções de lazer e cultura indispensáveis em sua agenda” (Sarraf, 2022, p. 27).

As práticas de acessibilidade material perspassam desde medidas que rompem barreiras econômicas, como a gratuidade dos ingressos, dias de visita livre e alargamento das políticas de meia-entrada. Inclui, também, estratégias voltadas a facilitar o deslocamento e aproximar dos territórios, com parcerias com escolas, prefeituras e movimentos sociais que garantem transporte gratuito ou subsidiado, permitindo que comunidades periféricas, rurais, sem veículos próprios ou meios de deslocar cheguem até o museu. A dimensão material abarca, ainda, adaptações físicas e comunicacionais que assegurem o acolhimento de diferentes públicos, contemplando rampas, elevadores, sinalização tátil, audiodescrição, legendas e tradução em Libras (Queiroz; Costa, 2024; Sarraf, 2022).

Inserimos também a presença das ações extramuros, a itinerância que expande o conceito de acessibilidade material, demonstrando que o acesso não depende apenas de adaptações físicas ou mobilização do transporte, mas também do movimento institucional e sensibilidade territorial de sair dos seus muros e se colocar disponível ao encontro, à escuta e à construção coletiva.

A acessibilidade simbólica tem a ver com a incorporação de outras referências culturais, linguagens, narrativas e diálogos no sentido de modificar a imagem e função dos museus do lugar “sagrado”, para um público seletivo e que requer uma única forma de estar, ser lido, se apropriar (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024; Educação para ciência, 2025; Brulon Soares, 2020). Ela está relacionada com a ideia do museu se fazer múltiplo, para considerar as diferentes realidades e fazer sentido para as pessoas.

A participação ativa, segundo eixo ao qual estamos analisando a questão da inclusão social nos museus, está relacionado à abertura desses espaços para o diálogo com a sociedade e à construção coletiva das suas práticas e significados. Ela se concretiza quando o museu deixa torna-se um espaço de escuta, de partilha e de produção compartilhada de conhecimento. Dessa forma, ela envolve a presença ativa de diferentes pessoas (artistas, educadores, estudantes, militantes, moradores do entorno, povos tradicionais e coletivos culturais) na definição de ações, curadorias e programas.

A participação social se apresenta nas práticas colaborativas que reconhecem o público não apenas como visitante, mas como coautores das práticas em museus, alguém que contribui para a reinterpretação e ressignificação das memórias e narrativas ali expostas. Nesse sentido, ela também se coloca como princípio político e educativo, que favorece a cidadania e fortalece o compromisso do museu com a transformação social. Ao valorizar os vínculos e as vozes

diversas, o museu se reafirma como território vivo de construção democrática e de inúmeras possibilidades de sentido (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024).

Nesse panorama, norteamos como ações de participações ativas: as curadorias compartilhadas; a criação de conselhos consultivos e fóruns participativos, que a democratização dos processos de decisão institucional; e as ações educativas colaborativas, nas quais visitantes, estudantes e professores tornam-se coautores de projetos e exposições.

Junto a essas práticas a escuta do território, realizada por meio de rodas de conversa, grupos de diálogo e atividades que aproximam o museu das demandas locais, tem sido um dos caminhos (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024). A participação também se expressa na produção coletiva de temáticas e registros de memória, em formatos diversos, como catálogos, vídeos, performances, e nas ações simbólicas de reparação e ressignificação de acervos.

Importante situar também que as discussões desse eixo são visualizadas a partir das questões da não neutralidade e das intencionalidades presentes nas decisões do museu, assim como apresenta Moraes, Monteiro e Silva (2024, p. 17, grifos nossos):

Destaca-se, entretanto, que as dinâmicas participativas não são isentas de interesses, parcialidades ou limitações, podendo gerar reverberações bastante variáveis aos fluxos institucionais, conforme a realidade específica. Reconhecer esses interesses, parcialidades e limitações é, então, um elemento importante para que os museus se relacionem com seus públicos e se posicionem diante de lutas e expectativas sociais. Afinal de contas, **em favor de quê/ quem o museu deve atuar?**

O terceiro eixo que compõe esta análise diz respeito às epistemologias plurais, que nos convidam a reconhecer a diversidade de modos de produzir, transmitir e legitimar conhecimentos no espaço museal. Pensar o museu a partir dessa perspectiva significa questionar as hierarquias entre os conhecimentos, valorizando as múltiplas formas de expressão e de compreensão do mundo que podem ser estampadas nas vivências, memórias e cosmologias de mundo das pessoas que o habitam (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024).

As epistemologias plurais desafiam a lógica eurocêntrica que historicamente esteve presente nos museus, propondo práticas que reconhecem o saber como experiência situada, relacional e política. No contexto museal, isso se traduz na abertura a outros repertórios (afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, periféricos), na incorporação de linguagens, narrativas e sensibilidades que ampliam o horizonte de pertencimento e de representação, na política de gestão do espaço e das possibilidades discursivas do acervo (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024). Trata-se, portanto, de compreender o museu não apenas como espaço de contemplação, mas de engajamento e ativismos, o que aproxima com a definição de museus, apresentada em Kyoto, sobretudo com expressões como diversidade e inclusivo.

Inúmeras iniciativas vêm sendo desenvolvidas nos museus, em um movimento de autorreflexão propondo que é necessário “questionar e delimitar suas próprias narrativas para reconhecer os limites de sua própria episteme e, assim, começar a ouvir outras vozes” (Lovay, 2022, p. 107).

Em alguns eixos, mais de um excerto das narrativas foi agrupado, considerando a similaridade entre eles e a possibilidade de aprofundar a compreensão das ideias que expressam. Essa junção permite visualizar de forma integrada como determinadas ações se articulam e se complementam, oferecendo uma leitura mais coesa do que se manifesta em cada eixo.

Por vezes, um dos limites deste trabalho é a dificuldade de mensurar o impacto real das ações. Por isso, apresentamos a ação e o impacto/ impacto em potencial, ou seja, o efeito que tais iniciativas podem gerar e que nos permite compreender de que forma elas são capazes de atuar e transformar as práticas museais, não sendo necessariamente o que delas tem reverberado, mas suas potencialidades.

O quadro 3 apresenta as ações que conseguimos apreender do Museu Afro Emanuel de Araujo, as ações contemplam desde da gratuidade em alguns dias até a revisão curatorial que o museu vem trabalhando para decolonizar este espaço. Segue a nossa organização esquemática referente a este museu:

Quadro 3 Ações do Museu Afro Emanuel de Araujo organizadas a partir dos eixos da inclusão social

Eixos da inclusão	Ação realizada	Excerto das narrativas	Impactos/impactos
I	Gratuidade nos museus	<i>“Pensando na gratuidade do museu, é em uma quarta feira, ...”</i>	-Diluição das barreiras -Democratização cultural -Ampliação do acesso e resistência afro-brasileira
I	Programa Singular Plural (acessibilidade física, comunicacional e sensorial)	<i>“Por falar em cidadania... em inclusão, o museu conta com o Programa Singular Plural que busca integrar e transversalizar todo o museu buscando aprimorar e fortalecer uma política de acessibilidade para que pessoas com deficiências tenham um amplo acesso à instituição, a partir de múltiplas possibilidades, como materiais em Braille e relevo, audiodescrição, legendas, intérpretes de Libras e oficinas acessíveis.”</i>	-Possibilitar que as pessoas usufruam e aprendam atividades no museu; - Fomentar a diversidade reconhecendo as diferenças e usufruir e relacionar-se - Estimular a formação com atuações em educação e práticas comunicacionais amplas e que atendam - Promoção da justiça e senso de pertencimento e acesso;
II	Criação de espaços de escuta e trocas.	<i>Constrói pontes e se propõe a uma escuta ativa, abrindo a artistas, a militância e coletivos que se debruçam na questão do racismo e da presença/invisibilidade afro-brasileira desde da formação do país até os dias atuais</i>	- Ampliação do diálogo narrativo e estético -Reparação ao oportuno negro e pessoas negras

			cocriações; com intelectualidade negra - Deslocamento da situando-o em u representatividades p - Modificações do c história africana e do
II	Estabelecimento de parcerias com as universidades;	<i>Para melhorar seu trabalho e atuação, o museu tem contado com parcerias com cursos de graduação e pós-graduação da UNB e UNIFESP para olhar para suas peças e oportunizar discursos museológicos mais inclusivos e propulsores de uma educação antirracista.</i>	- Fortalecimento das das discussões museol ensino, pesquisa e ext - Aproximação da teo retroalimentação; - promoção da educaç ampliação de olhares de ensino;
III	Promoção dos saberes, culturas e resistência afro brasileira;	<i>Então, ele tem um papel quando da criação de ser como um caminho para que as escolas cumpram a lei, levando os alunos para conhecer a cultura afro brasileira, a partir dos artefatos, práticas sociais e história.</i> <i>O museu pode trazer discussões muito importantes para pensar como o racismo é bem elaborado e atravessa diversas nuances... considerando o olhar para técnicas de artistas negros que é descredibilizada e reduzida a arte popular, não a das artes; a representatividade do negro nas obras artísticas ao longo dos anos (estereótipo do homem negro, inferior, com traços étnicos exóticos e</i>	- Enfrentamento do estratégias e projetos - Mobilização de ou brasileira no país, rec dos conhecimentos, n no Brasil; - Empoderamento d histórias, memórias espaços museais;

		<i>limitados); e o não lugar de protagonismo desses artistas para a constituição da arte brasileira...</i> <i>O museu, então, contribui com a cidadania levando a refletir a mão afro ao longo de toda a constituição da sociedade brasileira contribuindo com tecnologia, desde da época dos engenhos, nas artes, literatura, na espiritualidade e nas ciências. E é preciso visibilizar tudo isso....</i> <i>A questão das religiões de matrizes africanas também... Apresenta-la demonstrando a riqueza e diversidade dos cultos e retirando-as do lugar do folclórico e algo importante e da inclusão que propomos a realizar.</i>	
III	Revisão curatorial	<i>Outra questão que se destaca é a relação da arte negra unicamente vinculada a dor e a escravidão, o que levou o museu a refletir sobre a exposição dos objetos sensíveis, símbolos de tortura e opção por retirá-los das exposições.</i>	- Outras narrativas que e que desloque da dis - Não promover o ma e humilhação para os - Destacar as artes e brasileira no país

Fonte: dados construídos na pesquisa, 2025.

A partir das nossas investigações, conseguimos depreender que o Museu Afro Emanuel Araujo apresenta duas ações do eixo da acessibilidade material/ simbólica: gratuidade dos museus; programa Singular Plural; duas ações do eixo de participação social: Criação de espaços de escuta e trocas; estabelecimento de parcerias com as universidades; e duas ações do eixo das epistemologias plurais: Promoção dos saberes, culturas e resistência afro brasileira; Revisão curatorial. Enquanto um museu de artes, sobretudo, da arte e das experiências sócio culturais negras, o museu afro tem como potencialidades enfrentar o racismo estrutural da sociedade, trazendo outras histórias e memórias sobre a diáspora e a presença negra no Brasil, a partir das suas exposições e da abertura a militância e movimentos negros, reconhecendo outras estéticas, além das políticas de gratuidade, de acessibilidade física e sensorial.

Isto se torna importante, pois estamos falando de uma tipologia de museus, a de artes, que carrega um fardo colonial e elitista, distante de grande parte da população por suas linguagens curatoriais, comportamento contemplativo, e unicidade de elementos estéticos. O Museu Afro Brasil Emanuel Araujo ainda enfrenta outros desafios como o seu território que impõe barreiras invisíveis de acesso a pessoas que moram nas periferias. Nesse enredo de enfrentamento aos estereótipos e subvalorização da arte negra contrastando com as exclusões e barreiras presentes, que a inclusão no museu de artes, Emanuel Araujo, que a inclusão se coloca.

O quadro a seguir, quadro 4, apresenta a sistematização das ações do Museu das Favelas. Enquanto um museu de tipologia comunitária, ele apresenta particularidades importantes de serem refletidas considerando a promoção da cidadania.

Quadro 4 Ações do Museu das Favelas organizadas a partir dos eixos da inclusão social

Eixos da inclusão	Ação realizada	Excerto das narrativas	Impactos/impactos
I	Parcerias com empresas para acessibilizar o transporte até o museu;	<i>Hoje tem uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Diadema. Dessa forma, o museu vai se articulando com secretarias ou organizações para conseguir esse transporte.</i>	-Ampliar os questionamentos sobre os museus, incluindo as questões de como o público não chega a esses espaços, questão do deslocamento, questões de acesso; - Trabalho em parceria com instituições públicas e privadas para ações simbólicas; -Desloca a noção do que é espaço público, para um museu que busca garantir o transporte público, sem condições de acesso;
II	Criação do museu	<i>O ano de 2022 a equipe chega aqui para pensar o museu, fruto de muitas demandas da sociedade civil.</i>	- A abertura do espaço para grupos sociais marginalizados para visualizar suas memórias musealizadas; -Valorização das representações das vivências e experiências;
II	Museu enquanto potencializador do desenvolvimento sócio econômico	<i>E aí, a gente faz uma feira/ Barraquinhas. São as pessoas que expõem seus produtos. Temos também a jornada cultural, que é para pensar em editais para fomentos de projetos culturais nas favelas.</i>	-Formação em relação ao espaço público periférico por meio do Museu das Favelas, 2025). - O museu enquanto espaço de criação, renda e desenvolvimento econômico;

II	Envolvimento de todos os núcleos para pensar o museu	<i>As exposições dos museus são pensadas pelos diversos núcleos do museu que se reúnem para discutir exposições e a programação do museu.</i>	- Construção coletiva de museológicas em que são consideradas para
III	Promoção dos saberes e cultura periférica	<i>As favelas, elas já produzem conhecimento, já produzem artisticamente, historicamente, e elas, inclusive, guardam a sua memória nos seus espaços. Então, quer dizer, o Museu das Favelas, ela se torna um lugar de ponto de encontro. Um lugar onde essas pessoas possam a se encontrar, se articular... articular muitos coletivos, muitos artistas, muitas pessoas; o museu enquanto espaço conector. A favela produz muita coisa, ela é plural. Acho que a gente também aqui, estando aqui, a gente também descobre muita coisa. E a gente fica assim, nossa, que legal que isso está acontecendo. É expor esse movimento é promover a cidadania. Então, acho que esse museu tem um papel, assim, muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade. acho que esse museu tem um papel, assim, muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade.</i>	- Espaço de referência periférica; - Lócus das trocas e ações à margem, colocando dos olhares e valorizando Mendonça; Witchers,
III	Espaço de denúncias	<i>Se hoje a gente está mostrando que a favela se articula, se organiza, ela só faz isso por quê? Pela ausência do estado. Então a partir do momento que a gente está evidenciando as suas potencialidades, a gente também fala da falta. Então tem uma função social nessa perspectiva, não é simplesmente só aqui, mas é falar da falta também. Se ela resiste, ela resiste porque tem algo que ela precisa. Ela precisa resistir à falta. É o primordial, que é a falta, é a ausência.</i>	- Museu enquanto desigualdades sociais - A museologia engaja desigualdades sociais e a mesma;

III	Equipe majoritariamente negra e favelada	<i>Pensando em composição de equipes, então, uma das primeiras coisas que acaba acontecendo no museu é a contratação, na sua maioria, de pessoas negras, periféricas e intelectuais – da expografia, do design, departamento pessoal, financeiro, os educadores - e também isso vai transbordar para os prestadores de serviço.</i>	- O cotidiano do museu dos cargos de direção pessoas que vivem proporcionando um m - Novas narrativas p protagonismo dos grup de decisão do museu (
III	Insurgência e resistência da população periférica	<i>E daí pensamos por que em um palácio? Tem um vídeo-manifesto da criação do museu construído a muitas mãos que vai falar dessa ideia do palácio sendo, sim, esse espaço que vai ser ocupado pela favela numa perspectiva, inclusive, de reparação. Em um espaço em que as histórias contam que nesse palácio a população periférica negra sempre saiu pela porta de trás e que aqui ela tem um destaque, ela tem uma centralidade e vai entrar pela porta da frente.</i>	- Reocupação de um lu lugar de reconheci - Subverter a lógica d população periférica, discutir a produção de
III	Protagonismos comunitários	<i>Acho que o ponto alto desse museu é que muitos museus tradicionais podem falar de favela, mas quem está no centro do debate promovendo aquela discussão enquanto um museu, e quem tem que estar no centro promovendo memórias, referências, discursos tem que ser a favela. E aí quando eu digo a favela é pensar essa equipe que precisa ser mantida e essa rede tecida com as diferentes redes nas favelas.</i> <i>Porque favela não é só território. Favela não vai se constituir somente pelo território. Existe esse corpo que também transita. Então quando a gente olha no centro da cidade de São Paulo, onde a favela está, ou quando chega um grupo aqui e um educador pergunta gente, onde está a favela? Aqui, nesse palácio. Onde vocês veem favela nesse palácio? E aí é muito bonito quando uma educadora chega e fala a favela sou eu, é como eu</i>	- o enredo, os processo pensados e orientados tratam (Ribeiro; Mend - Remodelação do mus outras narrativas e pro da transformação soc (2024);

		<i>me visto, é essa música que está tocando, ela expande essa relação.</i> <i>Porque museu é silencioso. Mas pensamos...a favela não é silenciosa. Então, quer dizer, ela é um elemento conceitual dentro do Museu das Favelas. Pôr um som na entrada, sobe para o Museu das Favelas.</i>	
--	--	---	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

Da nossa conversa com o Museu das Favelas, conseguimos observar uma ação do eixo I acessibilidade m empresas para acessibilizar o transporte até o museu; três ações do eixo II, participação social: Criação do museu do desenvolvimento sócio econômico; Envolvimento de todos os núcleos para pensar o museu; cinco ações do Promoção dos saberes e cultura periférica; Espaço de denúncias; Equipe majoritariamente negra e favelada; insu periférica; protagonismos comunitários. Ao debruçarmos sobre essas ações, observamos que a tipologia co comunitário já se coloca mais próximo das pautas de inclusão e políticas sociais, insurgindo enquanto uma respos e de uma cidadania forjada nas concepções eurocêntricas.

Outras possibilidades de estar, acessar e se envolver com o museu é estimulada no Museu das Favelas carrega no seu cotidiano desafios para lidar nesse território que não foi pensado para eles e muitas das vezes a quista, mas ele vai resistindo, se transformando e buscando ser elemento transformador da sociedade.

O quadro a seguir, quadro 5, apresenta o Museu da Vida Fiocruz, um museu de tipologia das ciências, que humanizar as ciências e colocá-las para dialogar e aprender com outros saberes.

Quadro 5 Ações do Museu da Vida organizadas a partir dos eixos da inclusão social

Eixos da inclusão	Ação realizada	Excerto das narrativas	Impactos/impactos
I	Gratuidade nos museus	<i>O Museu da Vida consegue abrir aos públicos, para inclusão a partir da gratuidade para quem vem, ...</i>	-Diluição das barreiras -Democratização cultu - Aproximação do pú partir do acesso a ex ciência, materiais edu promovidos pelo espaç
I	Itinerância	<i>A gente tem uma metodologia de trabalho com territórios socialmente vulnerabilizados, que a gente chama de ações territorializadas. E a partir do trabalho do Serviço de Itinerância, a gente leva o Museu da Vida, seja a partir do Ciência Móvel, seja a partir das Exposições Itinerantes, para todas as cidades do país e com algumas experiências internacionais também, preferencialmente tentando chegar em municípios que têm baixa oferta cultural. Mas o museu não se contenta com isso a gente vai para muito longe levando atividades do museu só que esse ir pra muito longe pra além da gente levar esse empacotamento desse conhecimento no que a gente leva quando esse empacotamento se abre lá os encontros e as trocas que acontecem contribuem pra a cidadania do museu e das pessoas.</i>	- Expansão dos horizo do espaço físico; - Inversão de direção científico, em uma lóg do museu que se deslo
I	Democratização do conhecimento científico	<i>[...] popularização da ciência como um compromisso de enfrentar desigualdades, de buscar a inclusão social, de buscar desenvolvimento social e realizar a cidadania.</i>	- Promoção do conheç o pensamento crítico cotidiano (Menezes; B

			- Popularização das reduzir desigualdades (Menezes; Bevilaqua;
I	Acolhimento do entorno	<i>A gente está num território que reúne os maiores complexos de favela do Rio de Janeiro, com índice de desenvolvimento humano bem baixo. A gente tem muitas vezes a oportunidade de ser a primeira vez para muitas dessas pessoas. A primeira vez visitando um museu, a primeira vez assistindo um espetáculo teatral.</i>	- Fazer do compartilhamento formativo, cultural para públicos marginalizados; - Conjugando ciências e artes para possibilitar o acolhimento estético dessas ações em contextos de desigualdades sócio, c
II	Enfrentamento do negacionismo científico	<i>Certamente negacionistas que visitam o museu não vão sair daqui e vão falar nossa, mudei de ideia, agora eu sei que funciona, agora eu sei o que é verdade. Mas possivelmente eles vão sair daqui um pouco incomodados, a gente brinca que não é uma pulga atrás da orelha, é um camelo atrás da orelha, e aí a pessoa pode depois procurar um livro, procurar outras fontes de informação e ir paulatinamente mudando a sua percepção. A gente sabe que hoje os negacionistas eles têm diferentes perfis e motivações para se tornarem negacionistas. Então eu acho que como os museus são esses espaços que eu iniciei falando, são grandes fóruns de conversa, de olho no olho, de escuta, porque tem esse tempo que é permitido, de você trocar uma ideia a partir de uma exposição, a partir de uma atividade educativa, permite que eu vá construindo outras relações com aquele visitante e fazendo com que ele traga outros pensamentos que não passaram por ali.</i>	- Estabelecimento do museu enquanto espaços do diálogo e das formulações de perguntas (Menezes, 2024); - O museu enquanto lugar que desloca o público
III	Divulgação científica em trânsito e em duas vias	<i>a ciência é promotora de encontros completamente ricos que fazem mudar a nossa percepção do mundo, a nossa percepção de nós mesmos, da nossa relação com</i>	- O posicionamento possível de ser dialógico e dinamizado;

		<i>o outro, com o nosso ambiente de trabalho, com o nosso ambiente familiar, com o nosso profissional. Então eu acho que a divulgação científica faz com que a gente enxergue um mesmo elemento a partir de múltiplas linguagens e dimensões.</i>	- As ciências enqua sociais e de melhorias o “outro”;
III	Humanização da ciência a partir da construção coletiva	<i>Humanizar as ciências e promover o encontro dela com a sociedade isso é o ponto para a inclusão e para favorecer a ação dos museus. Por exemplo, já a algum tempo nós temos discutido os nossos processos de elaboração de exposições ou de atividades</i>	- Valorização da part construção das prátic conhecimento científico
III	Diluição da noção de uma ciência universal e hierárquica	<i>A luta de contrapor um tecnicismo para promover a cidadania social a partir dos espaços dos museus é uma luta que tem que começar a olhar para a formação dos educadores para as bases desses educadores e como eles vão atuar e se enxergar enquanto aprendentes durante toda a vida e isso faz uma nova conexão com a minha trajetória[...] Eu viajei com um planetário e a gente tinha um roteiro de apresentação das constelações eurocêntricas e a gente apresentava escorpião, apresentava Órion, fazíamos algumas contações de história e eu lembro como se fosse hoje a gente estava em um atendimento noturno era um grupo que tinha vindo de uma zona rural de Caruaru e a gente estava lá fazendo atividade e eu lembro de um senhor que falou assim: Como que chama esse desenho? (Não me lembro qual era) Ele falou não menina, quando esse desenho aparece no céu eu sei que está na hora de eu plantar esse desenho está no céu, eu já junto tudo já vou abrir minhas coisas, minhas rochas e já vou plantar... pensei, o que eu estou fazendo? Eu estou aprendendo aqui porque ele pegou a ciência das constelações que foram dominadas e nomeadas por uma cultura que não é a nossa e ele fez aquilo funcionar para o dia a dia dele ele, aplicou totalmente o conhecimento e fez a vida dele funcionar, ele que estava fazendo educação cidadã</i>	- Posicionamento do (Gonzalez, 2022); -Museu enquanto es horizontais) entre os p possibilitam a tessitur mundo;

		<i>comigo não era eu que estava fazendo divulgação científica para ele. Ele estava me formando enquanto cidadã, porque enquanto cidadã é meu dever entender que não interessa que aquela constelação foi nomeada por um país europeu daquele jeito, a importância é que aquilo rege o ciclo de alimentação dele, entendeu? Ele me ensinou alguns pilares básicos de cidadania.</i>	
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

Os nossos estudos, nos levou a enxergar a partir da narrativa do Museu da Vida Fiocruz, quatro ações d simbólica: gratuidade nos museus; itinerância; democratização do conhecimento científico; acolhimento do participação social: Enfrentamento do negacionismo científico; três ações do eixo das epistemologias plurais: D em duas vias; Humanização da ciência a partir da construção coletiva; Diluição da noção de uma ciência uni apontam para um museu que tem se comprometido a estar com as pessoas e favorecer a comunicação, o acolhim

A tipologia do museu, de ciências, oferece singularidades em ações de inclusão que passa primeiramente supremacia e inacessibilidade das ciências. A inclusão social desses museus passa pela humanização, diálogo, reconhecimento dos outros saberes e cosmovisões. Neste caso, observamos como a tipologia de ciências coloca inclusão vai acontecer neste espaço.

Segue abaixo a organização analítica do Museu Histórico Nacional, quadro 6, contemplando as ações q das narrativas:

Quadro 6 Ações do Museu Histórico Nacional organizadas a partir dos eixos da inclusão social para a promoção

Eixos da inclusão	Ação realizada	Excerto das narrativas	Impactos/impactos
I	Gratuidade nos museus	<i>A questão da gratuidade no ano do centenário e também acolher e abraçar os diferentes públicos.</i>	-Diluição das barreiras -Democratização cultu - Conhecimento do históricos e atores soci
I	Parcerias com empresas para favorecer a mobilidade de diferentes grupos sociais até o museu	<i>[...] e agora a gente retomou o projeto em parceria com o Instituto Phoenix, com a ideia de trazer idosos, pessoas com deficiência, com vulnerabilidade a estar no museu, estar nesse espaço. ”</i>	- Fazer museal a par empresas e instituições -Desloca a noção do público, para um muse de garantir o transpo público, sem condiçõe
II	Curadorias colaborativas	<i>A exposição “Íandê: aqui estávamos, aqui estamos” que fala dessa presença indígena e sua importância na formação do país e até nos dias atuais foi realizado com a participação e com curadoria dos grupos indígenas. Esse projeto nos auxiliou a repensar os discursos e as narrativas presentes no museu e a importância das parcerias e das colaborações para a construção de práticas museológicas mais dialógicas.</i>	- “[...] reparação histó indígenas foram hegemônicas” (Mora - Aprendizagem dos compartilhada, se participativos; - “Esgarçamento do di museus” (Mora; Mor
II	Diversificação dos públicos	<i>Anteriormente à pandemia tínhamos um trabalho incrível de parceria com uma vara do Tribunal de Justiça (TJ) [...] com jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas</i>	- Museus enquanto reintegração social e d - “combate aos estig exclusão, ampliand oportunidades em co

			sobre políticas públicas com vistas à reintegração
III	Revisão e ampliação das narrativas museológicas	<i>Mas pensando no nosso acervo e como isso pode ser promotor da cidadania, a gente tem uma diversidade de tipologia de acervo muito grande [...] o museu tem trabalhado é para ter uma diversidade não só do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista de representação de grupos, de diversidade, de novos atores sociais.</i>	- Revisão das narrativas, propiciando processos de diversas memórias e lutas por muito tempo nos museus - Criação de laços de múltiplos públicos ao
III	Ressignificação do acervo	<i>Ressignificar nosso acervo, trazer outras leituras. Trazer a presença indígena, negra, do cidadão comum para a constituição da sociedade brasileira é entender a importância ao acesso de direitos de forma igualitária que todos os cidadãos devem ter, e o museu tenta fazer a sua parte. Temos nesse sentido organizado nossas exposições dentro</i>	- Visibilização das histórias e sentido de empoderamento - Situar este passado em reportórios, enfoques sociais;

Fonte: elaboração própria, 2025.

Trazemos da narrativa do Museu Histórico Nacional, duas ações do eixo I acessibilidade material/si-
parcerias com empresas para favorecer a mobilidade de diferentes grupos sociais até o museu; duas ações do eixo
colaborativas; diversificação dos públicos; duas ações do eixo III, epistemologias plurais: Revisão e ampliação
Ressignificação do acervo. Elas apresentam como um museu de tipologia tradicional tem revisado suas narrativas
da necessidade de diversificar o acervo, as narrativas para que as múltiplas identidades se reconheçam neste esp

A partir das sistematizações nos quadros acima (Quadros 3, 4, 5 e 6) nos quais organizamos os excertos das narrativas para analisar os impactos/impactos potenciais para a inclusão social, realizamos um movimento de concentração das ações em um outro quadro (Quadro 7), para refletir as recorrências, os atravessamentos e as conexões entre as práticas de inclusão observadas.

Quadro 7- Sínteses das ações de inclusão

Eixo de Inclusão	Ações Realizadas
(I) Acessibilidade Material/Simbólico	• Gratuidade nos museus • Programa Singular Plural (acessibilidade física, comunicacional e sensorial) • Parcerias com empresas para acessibilizar o transporte até o museu • Itinerância • Democratização do conhecimento científico • Acolhimento do entorno • Parcerias com empresas para favorecer a mobilidade de diferentes grupos sociais até o museu
(II) Participação Social	• Criação do museu • Estabelecimento de parcerias com universidades • Criação de espaços de escuta e trocas. • Museu enquanto potencializador do desenvolvimento sócio econômico • Envolvimento de todos os núcleos para pensar o museu • Enfrentamento do negacionismo científico • Curadorias colaborativas • Diversificação dos públicos

(III) Epistemologias Plurais	• Promoção dos saberes, culturas e resistência afro brasileira; • Revisão curatorial • Promoção dos saberes e cultura periférica • Equipe majoritariamente negra e favelada • Espaços de denúncias • Insurgência e resistência da população periférica • Protagonismos comunitários • Divulgação científica em trânsito e em duas vias • Humanização da ciência a partir da construção coletiva • Diluição da noção de uma ciência universal e hierárquica • Revisão e ampliação das narrativas museológicas • Ressignificação do acervo
-------------------------------------	---

Fonte: elaboração própria, 2025. Dados de pesquisa.

Imaginamos como a partir dos diferentes eixos, que por vezes se aproximam, por vezes tem suas especificidades, elas alimentam o rio da inclusão. A figura 14 busca expressar o encontro desses eixos como canais de rio que, mesmo com pedras e desafios no caminho, deságuam em um mesmo mar: o da inclusão social.

Figura 15 Fluxos das ações: dos cursos do rio ao mar da inclusão social



Fonte: elaborada por Eduardo Teles Bezerra Moura, a pedido da autora (2025).

5.2 CAMINHOS DA INCLUSÃO: IDENTIFICANDO AS AÇÕES REALIZADAS PELOS MUSEUS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA NOS ESPAÇOS INVESTIGADOS

As discussões que seguem buscam dar forma ao caminho percorrido nesta pesquisa, respondendo ao objetivo de compreender como os museus investigados têm construído práticas voltadas à promoção da cidadania na perspectiva da inclusão social. A partir das narrativas dos colaboradores e das observações realizadas, identificamos três eixos que organizam as ações analisadas: acessibilidade material e simbólica, participação social e epistemologias plurais. Esses eixos foram refletidos a partir das nossas percepções e com as discussões teóricas que sustentam o estudo, em um movimento de entrelaçar narrativas-estudos-percepções, formando o tecido interpretativo que orienta as análises a seguir.

5.2.1 Eixo 1- Acessibilidade material/simbólica: abrindo caminhos para o acesso e o pertencimento nos museus

Refletir sobre a acessibilidade dos museus é delinear estratégias para que as pessoas consigam atravessar os muros (visíveis e invisíveis) e ali se sintam partícipes. Neste sentido, o reconhecimento dessas barreiras, sejam elas estruturais, simbólicas ou financeiras torna-se o primeiro passo para a superação.

Nesse eixo, reunimos práticas que apresentam tanto a acessibilidade material, expressadas em estratégias como a gratuidade, o transporte, inclusão de outras leituras e linguagens no museu (recursos sensoriais, libras, piso tátil, etc), quanto a acessibilidade simbólica, que se expressa nos gestos de acolhimento, escuta e reconhecimento. São movimentos que, juntos, trazem o museu como espaço de inclusão. Objetivamos então, a “tensionar percepções simplistas que reduzem a acessibilidade a adaptações físicas ou tecnológicas”, conforme nos aponta Bernardino (2024, p.170) e discutir essa ampliação do que é incluir as diferentes estratégias que os museus tem buscado.

Em relação à acessibilidade material, destacamos a questão da gratuidade como uma estratégia para favorecer o acesso e possibilitar a inclusão de diferentes públicos. Conscientes das desigualdades sociais que atravessam a sociedade, os museus reconhecem que o ato de abrir as portas gratuitamente, de forma geral ou em determinados dias, torna-se um gesto político de democratização do acesso (Teixeira; Silva, 2023).

Entre os museus investigados, o Museu Afro Emanuel de Araujo, por exemplo, apresenta em sua narrativa que *“Pensando na gratuidade do museu, é em uma quarta feira, ...”*, demonstrando que a democratização do acesso passa pela gratuidade a partir de um dia da semana. Contudo, problematiza a dificuldade das pessoas de frequentá-lo em dia útil, em que muitos trabalham e não conseguem estar no museu.

Já o Museu da Vida/Fiocruz narra que *“O Museu da Vida consegue abrir aos públicos, para inclusão a partir da gratuidade para quem vem, ...”* e o Museu Histórico Nacional também pontua que *“A questão da gratuidade no ano do centenário e também acolher e abraçar os diferentes públicos”*, associando a gratuidade universal a uma política de aproximação com os públicos. Essa ação retira uma das barreiras imediatas, o custo de entrada, que muitas vezes impede o acesso ao museu.

A gratuidade dos museus apresenta-se como uma compreensão ao contexto de desigualdades sociais, efetivação do direito à cultura, e uma ação de acolhimento, boas-vindas das instituições. Colocar-se de “portas abertas” é uma das formas de possibilitar o alargamento dos públicos e demonstrar-se disponível.

Porém, a gratuidade não elimina outras barreiras de acesso, e tem uma conjuntura sócio econômica territorial que precisa ser refletida. O MHN é ciente dessas barreiras e discorre em sua narrativa que *“Mesmo com a gratuidade, somos cientes das dificuldades. Então, pensando no público escolar, o transporte público do Rio de Janeiro não é gentil... então imagina um professor pegando o metrô com 20 crianças.... Uma família também... por mais que o museu tenha uma política de entrada gratuita, uma família de renda baixa se você colocar da zona norte ao centro da cidade só*

na passagem ela já gastou um dinheiro dispendioso. São muitos desafios que precisam ser levados em questão para falar do não público e da inclusão... ”

Essa questão acena para as barreiras materiais/ simbólicas que persistem mesmo com a gratuidade. Bina (2020 *apud* Goes, 2020 p.2-3) coloca que,

Os estudos têm mostrado que a gratuidade efetivamente funciona para atrair mais visitantes, mas não para democratizar a cultura, já que os frequentadores, nessas oportunidades, costumam ser aqueles que já têm essas práticas culturais como hábito [...] o interesse e a fruição do patrimônio ainda é socialmente restrito (...) limitado às classes médias e altas. sobretudo urbanas e bem qualificadas [...] Considerando que a gratuidade é um fator de atratividade, parece importante associá-la a outras propostas para ser uma efetiva ferramenta de “democratização cultural”.

Dessa forma, a inclusão social se estrutura por meio da democratização do acesso, favorecida pela gratuidade, mas precisa estar articulada a estratégias capazes de enfrentar as demais barreiras simbólicas e culturais. Tais estratégias ampliam o interesse, a percepção de pertencimento e vínculos de afetos com os museus, a valorização das diferentes memórias e saberes, princípios fundamentais que a Nova Museologia vem apresentado para o cumprimento da função social dos museus (Goes, 2020).

Nesse sentido também que a Sociomuseologia tem considerado as questões sociais como elemento importante para compreendermos as práticas e o cotidiano museológico. As formas com que os museus vão problematizar e agir diante da estrutura desigual da sociedade é um ponto importante, partindo de um contexto atual que o pressiona a responder com materialidade as lutas por justiça social (Brulon Soares, 2024; Sarmento; Julião; Bruno, 2024).

Uma outra prática citada nas narrativas é a busca de parcerias para o transporte gratuito, sabendo que o chegar até o museu é uma fronteira a ser superada. O MHN, aponta que “[...] e agora a gente retomou o projeto em parceria com o Instituto Phoenix, com a ideia de trazer idosos, pessoas com deficiência, com vulnerabilidade a estar no museu, estar nesse espaço” trazendo a discussão das viabilidades e inviabilidades de se chegar no museu.

A locomoção, as distâncias e os custos de transporte mostram-se como fatores importantes na discussão da inclusão social, são obstáculos materiais relacionados ao deslocamento físico e a mobilidade. A lógica da cidade, muitas vezes pensada “como espaço de atração e acumulação para as redes corporativas globais”, desconsidera problematizações fundamentais relacionadas ao acesso e à mobilidade urbana (Bocayuva, 2018, p.135). Nesse contexto, os custos de deslocamento, o tempo de percurso e a falta de viabilidade para aqueles que não possuem locomoção própria ou condições de arcar com serviços de transporte (como carros de aplicativos, táxis, entre outros) tornam-se barreiras concretas à inclusão.

Sobre essa temática, ainda precisamos discutir as sensações de um museu que vive na corda bamba entre a gratuidade plena e a necessidade de sustentabilidade. A sensação de cansaço de manter-se aberto e promotores de transportes com projetos sazonais e parcerias descontinuadas, da pressão do baixo recurso e da urgência de conservar, restaurar e valorizar, inclusive a si mesmo, o que exige altos investimentos.

A cultura e o território, por vezes transformados em mercadoria, entram em confronto com a perspectiva do desenvolvimento social versus a lógica do lucro e das estratégias de mercado. Essa ambiguidade se manifesta não apenas na gestão e nas práticas, mas também nas experiências afetivas e simbólicas daqueles que fazem o museu existir e lutam para a democratização do acesso.

E se estamos falando de acesso, de um museu que abre suas portas pela gratuidade e pelo transporte, é preciso também pensar nas articulações e estratégias de um museu que se move e vai ao encontro das pessoas. Um museu que não espera o público chegar, mas que atravessa fronteiras e promove a itinerância como ação de inclusão.

Ao narrar sobre essa temática, o Museu da Vida/Fiocruz, escreve que *“A gente tem uma metodologia de trabalho com territórios socialmente vulnerabilizados, que a gente chama de ações territorializadas. [...] E a partir do trabalho do Serviço de Itinerância, a gente leva o Museu da Vida, seja a partir do Ciência Móvel, seja a partir das Exposições Itinerantes, para todas as cidades do país e com algumas experiências internacionais também, preferencialmente tentando chegar em municípios que têm baixa oferta cultural. [...], mas o museu não se contenta com isso a gente vai para muito longe levando atividades do museu só que esse ir para muito longe pra além da gente levar esse empacotamento desse conhecimento no que a gente leva quando esse empacotamento se abre lá os encontros e as trocas que acontecem contribuem pra a cidadania do museu e das pessoas”*.

Esse excerto apresenta o museu para além do seu espaço físico e que se propõe a aprender na caminhada, incorporando afetos e aprendizagens nas relações que vão acontecendo. Ao mover-se, ele amplia o alcance de suas ações, expandindo seus limites institucionais e se reinventando a partir dos encontros que estabelece nos diferentes contextos em que atua (Gonzalez, 2022). O território passa, então, a ser construído nas trocas, nas experiências e nas vozes que se cruzam durante essas ações itinerantes (Gonzalez, 2022).

Trata-se de uma territorialidade viva e dinâmica, que reconhece a potência dos territórios periféricos e do campo como lugares de produção de conhecimento e memória. Nessa dinâmica, o museu deixa de ser um destino e se torna caminho (Gonzalez, 2022).

A itinerância, se articula com as discussões até aqui realizadas e compreendemos que ela se aproxima das alternativas dos horizontes da cidadania, e aqui destacamos a Ubuntu que

se propõe a leitura de mundo e a constituição das experiências sociais a partir da convivência, escuta e reciprocidade. Assim, como evidenciamos a cidadania *Ubuntu* propõe “um movimento itinerante do museu que não apenas expande seu alcance geográfico, mas também sustenta teias de ligações rizomáticas, que crescem pelo diálogo” (Global Heritages, 2016).

O museu que se desloca também se transforma, sendo afetado por outras paisagens e cosmovisões, sofrendo o desconforto de se desconstruir e reconstruir com a troca de saberes e experiências, reconhecendo que está levando conhecimentos e aprendizagens, no caso do Museu da Vida, a promoção do conhecimento científico, mas também está incorporando saberes e práticas sociais promovido pelo o que o encontro desperta e move (Gonzalez, 2022).

E se estamos discutindo um museu que precisa valorizar as diferentes histórias e pessoas para se colocar acessível, o acolhimento dos públicos, sobretudo do seu entorno, se torna essencial. A narrativa do Museu da Vida Fiocruz apresenta que “*a gente está num território que reúne os maiores complexos de favela do Rio de Janeiro, com índice de desenvolvimento humano bem baixo. A gente tem muitas vezes a oportunidade de ser a primeira vez para muitas dessas pessoas. A primeira vez visitando um museu, a primeira vez assistindo um espetáculo teatral*”.

Esse excerto da narrativa traz o papel sensível e político do museu como espaço que inaugura experiências e desperta pertencimentos. Ser “a primeira vez” para tantas pessoas carrega uma potência simbólica: o museu torna-se um articulador e ponte de diferentes contextos, um lugar em que se cruzam memórias, afetos e possibilidades antes negadas ou não possíveis. A acessibilidade, sob esse prisma, se coloca em um gesto de abrir as portas, se apresentar acessível e acolhedor, rompendo com a lógica elitista que historicamente determinou e inscreveu exclusões e silenciamentos (Menezes, 2024; Brulon Soares, 2024).

O acolhimento, portanto, é também uma forma do museu se apresentar como elemento de justiça social, sendo elo convidativo para seus espaços sejam adentrados e ocupados pelos diferentes grupos sociais (Ibram, 2024). Esta ação se coloca na lógica da reparação histórica e do giro sociomuseológico, em que a noção do cuidado aos grupos sociais e a pauta do compromisso com a inclusão tornam-se norteadoras das ações museais, coadunado com os princípios da Sociomuseologia (Brulon Soares, 2025).

Neste prisma, Brulon Soares (2025, p. 30) reflete que

Os museus devem ser vistos como locais onde o cuidado é abordado não apenas como um tema, mas como um método para orientar as relações pessoais e reparar feridas. Assim como na “clínica do sujeito”, no museu, a curadoria de fricções e conflitos, envolvendo o acolhimento de diferentes tipos de comunidades, pode ser alcançada por meio de uma abordagem de cuidado.

Dentro das inclusões organizadas no eixo das acessibilidades material/simbólica, está também a popularização das ciências, compreendida aqui como um pilar de comunicação, encantamento e aproximação entre a sociedade e o conhecimento científico (Meneghelli et al, 2023). Essa dimensão está inserida neste eixo por constituir uma forma de romper distâncias simbólicas, tornando o saber acessível e significativo para diferentes públicos.

O Museu da Vida Fiocruz, narrou que *“o Museu da Vida tem um compromisso muito sólido em ampliar essas fronteiras da popularização da ciência e desenvolver atividades que extrapolem além dos nossos muros. [...] popularização da ciência como um compromisso de enfrentar desigualdades, de buscar a inclusão social, de buscar desenvolvimento social e realizar a cidadania”*.

Conforme este excerto traz, a popularização da ciência não se limita à divulgação de conteúdos científicos, mas constitui uma estratégia de democratização do conhecimento e de enfrentamento das desigualdades que historicamente afastaram determinados grupos sociais desses espaços. Tornar a ciência acessível implica traduzir linguagens, reconhecer saberes diversos e construir pontes entre o museu e os territórios que o cercam (Gonzalez, 2022; Meneghelli, 2023).

Esse movimento de popularizar as ciências está na lógica da decolonização dos museus de ciências que encontram dificuldades por conta desse lugar histórico de hierarquização e aparente neutralidade das ciências, com dificuldade de diálogo e de se colocar em uma construção colaborativa.

Assim, o compromisso com a popularização da ciência assume também uma dimensão ética e política: comunicar é incluir, e incluir é reconhecer que o direito à ciência e à cultura é parte fundamental da cidadania. O museu, ao expandir suas formas de comunicar, expande também as possibilidades de pertencimento e de participação social.

A discussão sobre a popularização das ciências também nos conduziu a refletir sobre o impacto direto entre a tipologia do museu e as possibilidades de inclusão social, a fim de promover a cidadania. Como já discutimos ao longo do texto, compreender a classificação dos museus é essencial para perceber quais práticas inclusivas emergem de sua natureza e missão institucional. Essa tipologia, voltada à experimentação, à curiosidade e à comunicação científica, propicia a criação de estratégias de comunicação acessível, de pertencimento e dialogicidade (Gonzalez, 2022; Marandino; Kauano; Martins, 2022).

O Museu da Vida Fiocruz, nosso representante entre os museus de ciências, foi o único a abordar de maneira direta essa questão, destacando que os museus de ciência devem assumir o compromisso de democratizar o conhecimento científico, aproximando a pesquisa, a educação e a vida cotidiana das pessoas. Além de constituir estratégias de decolonizar seus

espaços e se posicionar no enfrentamento das desigualdades estruturais e de acesso (Brulon Soares, 2025).

Nessa perspectiva, os museus de ciência apresentam uma função social que ultrapassa a simples transmissão de conteúdo: eles se tornam mediadores entre a ciência e a sociedade, ampliando os modos de compreender, sentir e dialogar com o conhecimento. Essa dimensão educativa e comunicacional fortalece a ideia de um museu que aprende com o outro, que traduz a complexidade do mundo em experiências compartilhadas, que se abre ao encontro entre saberes populares e científicos (Gonzalez, 2022). É nesse movimento de escuta e tradução que o museu se torna, de fato, acessível.

Por fim, destacamos também enquanto ação do eixo da acessibilidade material/simbólica abordada nesta seção a implementação da acessibilidade física, comunicacional e sensorial, narrada pelo Museu Afro Emmanuel, que expõe que *“Por falar em cidadania... em inclusão, o museu conta com o Programa Singular Plural que busca integrar e transversalizar todo o museu buscando aprimorar e fortalecer uma política de acessibilidade para que pessoas com deficiências tenham um amplo acesso à instituição, a partir de múltiplas possibilidades, como materiais em Braille e relevo, audiodescrição, legendas, intérpretes de Libras e oficinas acessíveis.”*

O programa “Singular no Plural, expressa em suas ações o compromisso de tornar o espaço acessível em múltiplos sentidos, na forma de comunicar, acolher, criar pertencimento e vínculos, para além das modificações na estrutura física (Museu Afro Brasil, 2024).

Embora o Museu Afro Emmanuel tenha sido o único a mencionar de forma explícita a questão da acessibilidade física e as soluções encontradas para romper barreiras por meio de seu programa, não temos informações suficientes para afirmar se essa dimensão está presente ou em desenvolvimento nos outros museus participantes da pesquisa. No entanto, sabemos que o tema vem sendo amplamente discutido e incentivado em âmbito nacional, a partir de políticas e orientações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que coloca a acessibilidade como um princípio estruturante da atuação museológica (Ibram, 2023).

Segundo o IBRAM, “a adequação dessas instituições visando à acessibilidade universal é uma importante demanda para garantir o direito de todos ao acesso a ambientes mais acolhedores e inclusivos, livres de barreiras de acesso físico, comunicacional, intelectual e de atitudes” (Brasil, 2023). A partir dessa diretriz, a inclusão nos museus não pode ser reduzida a iniciativas pontuais, mas deve se inscrever no planejamento e na prática cotidiana das instituições, orientando desde a arquitetura e a comunicação até as formas de mediação, recepção e construção de sentido.

As diversas formas de acessibilidade discutidas ao longo desta subseção demonstram o quanto os museus têm buscado, por diferentes caminhos, criar espaços de encontro e pertencimento. São ações que, embora instáveis e dependentes de projetos ou parcerias que são por vezes descontinuadas, carregam uma potência transformadora: tensionam estruturas, ampliam vozes e respondem às demandas de uma sociedade que reivindica o direito de estar, pertencerem e ter visibilidade.

5.2.2 Eixo 2 Participar é disputar: a participação social nos museus

A participação social nos museus é um dos principais frutos dos movimentos por uma Nova Museologia e das abordagens museológicas contemporâneas, que passaram a compreender as trocas e os diálogos como prioritário. Nesse horizonte, o museu é problematizado a ser território de convivência, escuta e produção coletiva de sentidos, mesmo diante das contradições e disputas.

A abertura para as vozes do território e das pessoas que o compõem, faz o museu assumir uma postura de não-neutralidade, de compromisso político, mas o coloca em meio a disputas de discursos e práticas problematizando a serventia, o lugar social e os atores que o compõe (Brulon Soares, 2024).

A primeira discussão que destacamos a partir do eixo da participação social, tem a ver a criação dos museus comunitários, enquanto fruto das reivindicações de grupos sociais que não se sentiam representados nos museus já consolidados. Tais iniciativas ampliam a compreensão da função dos museus, situando-as como lugar da valorização de diferentes memórias e vivências, bem como de denúncia e de afirmação de pautas sociais. Nesse sentido, as sementes de algumas tipologias museais já anunciam a promoção de uma cidadania plural e inclusiva.

O Museu das Favelas, de tipologia comunitária, expressa um exemplo desse enraizamento social constitutivo de sua criação, nutrido por demandas coletivas propensas a atravessar e derrubar estereótipos, agregar experiências e visibilizar a produção de conhecimento presente nas favelas. Como afirma o colaborador Leandro, *“no ano de 2022 a equipe chega aqui para pensar o museu, fruto de muitas demandas da sociedade civil”*

A tipologia museal, nesse caso, já traz um caminho de inclusão social, tecido pela participação ativa das pessoas que fomentam um espaço de articulação entre o território e as práticas culturais cotidianas. Esses museus impulsionados pelos ventos da Mesa Redonda de Santiago e pelas ideias da Sociomuseologia (que também se retroalimenta dessas experiências),

tem encontrado legitimidade no cenário museal operacionalizando práticas museológicas a partir de outras representatividades, memórias e pessoas que estão na tomada de decisões.

Nesse horizonte, as discussões da Sociomuseologia, como apontam Tolentino (2024) e Brulon Soares (2024), oferecem um importante aparato para repensar os modelos de gestão, acervo e atuação dos museus, deslocando-os de uma perspectiva institucional e normativa para experiências vivas, participativas e sensíveis aos territórios. Essa abordagem favorece a criação de museus-movimento, nos quais o corpo, o som, a música e as práticas culturais tornam-se também formas legítimas de expressão patrimonial.

Tais perspectivas dialogam e abrem espaço com a cidadania da Afrodiasporidade, que propõe uma integração entre ancestralidade, novos saberes e fazeres, afirmando as experiências e resistências de populações periféricas, majoritariamente negras, que reivindicam o direito de significar seus próprios mundos e conhecimentos. Assim, o museu comunitário das Favelas se apresenta como espaço político de reexistências, em que a prática museal se entrelaça à luta por reconhecimento e justiça social.

Essas experiências se colocam na perspectiva decolonial sinalizando o acolhimento das memórias e representatividades insurgentes; a presença de outros acervos, saberes e sensações que estes devem evocar; a presença de outros grupos nas tomadas de decisões e gestão do museu, de acordo com Ribeiro; Mendonça; Wichers (2024, p.30).

Contudo, precisamos considerar que essas questões ocorrem no campo das negociações, dos ajustes constantes e de acordos que nem sempre se concretizam. Os museus, especialmente aqueles de base comunitárias, convivem com as tensões entre o ideal e o possível, enfrentando pressões políticas, econômicas e institucionais que muitas vezes inviabilizam suas práticas e até mesmo sua permanência. São espaços que resistem em meio à escassez de recursos, à falta de reconhecimento e às burocracias que atravessam o campo cultural, o que os obriga, por vezes, a encerrar suas atividades, mudar de endereço ou reinventar seus modos de existir.

É e justamente nesses movimentos de ruptura e ressignificação que se reafirma a força desses museus, nascidos das comunidades desprivilegiadas sócio- historicamente, e que são alimentados por estratégias de fuga, apreendidas com a ancestralidade e outras lentes de leitura do mundo e das experiências sociais.

O Museu Afro Emanuel Araújo, por exemplo, nos apresentou ações museais de inclusão, organizadas neste eixo da participação social, como a *"Criação de espaços de escuta e participação [...] constrói pontes e se propõe a uma escuta ativa, abrindo a artistas, a militância e coletivos que se debruçam na questão do racismo e da presença/invisibilidade afro-brasileira desde da formação do país até os dias atuais"*.

Essa questão se coloca não apenas no acesso físico ou dos programas do museu, mas também na escuta e na construção do espaço museal como um território de encontro, reconhecimento e reparação. A abertura para as militâncias e grupos sociais suscita ao museu implementar um movimento de aprendizagem e fortalecimento da instituição de fora para dentro, impulsionado por motivações, inspirações e experiências externas que trazem outras práticas museológicas. A museologia colaborativa surge então como um paradigma que articula participação, autoria compartilhada e negociação de saberes nos processos museais, ilustrando como esse engajamento coletivo pode ressignificar acervos, curadorias e práticas expositivas (Cury, 2022).

Essa abordagem encontra suporte nas reflexões de Cury (2022, p. 73), que argumenta que a museologia colaborativa pressupõe “novos procedimentos museológicos baseados na cocuradoria, auto representação e diálogos entre instituições e comunidades”. Esse movimento, portanto, não expande o museu enquanto espaço físico, mas refaz sua razão de existir, e os atores do fazer e da reinvenção museal.

A museologia colaborativa também foi citada nas conversas com o colaborador do Museu Histórico Nacional, que apresentou que *“A exposição ‘Íandé: aqui estávamos, aqui estamos’ que fala dessa presença indígena e sua importância na formação do país e até nos dias atuais foi realizado com a participação e com curadoria dos grupos indígenas. Esse projeto nos auxiliou a repensar os discursos e as narrativas presentes no museu e a importância das parcerias e das colaborações para a construção de práticas museológicas mais dialógicas”*. Esse excerto apresenta a potência das autorias compartilhadas, das narrativas multivocais e da representatividade na promoção da cidadania.

Deste movimento, surge (des) encontros, controvérsias e inovações que tensionam as práticas institucionais, impondo novas relações, fluxos e soluções criativas ao museu centenário. Precisamos não esquecer que a construção da cidadania perpassa pelos impasses, negociações e a pulverização de olhares (Moraes; Monteiro; Silva, 2024).

Essa colaboração, por vezes, não ocorre apenas em processo de aberturas com as comunidades, mas pode se manifestar também internamente, no trabalho colaborativo entre os profissionais do próprio museu, que compartilham diferentes visões e experiências. O trabalho coletivo entre os diversos setores do espaço museal alarga perspectivas e favorece experiências enriquecedoras, pautadas pela troca e na construção conjunta.

A narrativa do Museu das Favelas apresenta que *“As exposições dos museus são pensadas pelos diversos núcleos do museu que se reúnem para discutir exposições e a programação do museu”*. Esse processo torna ainda mais expressivo ao considerar a equipe que compõe o museu, pessoas

que cotidianamente vivencia a realidade da favela. *“Pensando em composição de equipes, então, uma das primeiras coisas que acaba acontecendo no museu é a contratação, na sua maioria, de pessoas negras, periféricas e intelectuais – da expografias, do design, departamento pessoal, financeiro, os educadores – e também isso vai transbordar para os prestadores de serviço. Grande parte da equipe aqui dos museus, não necessariamente tem experiência em museus, vem de experiência em produção cultural, área do serviço social, das artes, de diversas áreas e não necessariamente de museus”*.

A participação social, neste caso, começa pelos profissionais e pelas perspectivas que eles trazem consigo, em diálogo com a proposta de inclusão que o museu defende. O Museu das Favelas traceja seu caminho para a cidadania a partir da composição de uma equipe consciente de que a valorização da favela passa pela presença e pela voz de quem vive, sente e compreende esse território.

Essa prática se conecta com outras noções de cidadania, perfazida por outras cosmovisões. Aqui evidenciamos a *florestania*, que compreende o ser humano na sua articulação e integração com o meio ambiente, e com todos os elementos presentes no território que ele experimenta e vivencia.

Essa noção foi importante para pensarmos a importância social dos Museus das Favelas, em uma dinâmica que o território se integra as pessoas enquanto elemento vivo (tanto aquilo que o constitui, quanto as faltas: falta de área verde, água potável, etc....), e coloca a lógica do lucro, das melhores condições do acesso aos recursos, considerando-os mercadoria, para quem tem melhores condições financeiras.

O museu, nesse caso, pode ser o espaço em que o corpo, o movimento e os sons das periferias são incorporados como parte do saber e do fazer museológico (Rachid, 2023). Como reflete Krenak (*apud* Rachid 2023), “se o nosso corpo é nosso território, então a língua do território, a linguagem do território, a fala do território, deveria nos guiar para uma transformação”.

O Museu das Favelas ainda nos coloca outra discussão no eixo da participação social, ao se apresentar como instrumento do desenvolvimento socioeconômico e articulador das “demandas silenciosas das comunidades às quais os museus pertencem” (Argenta, 2013, p. 151). Dessa forma, a narrativa traz que *“E aí, a gente faz uma feira/Barraquinhas. São as pessoas que expõem seus produtos. Temos também a jornada cultural, que é para pensar em editais para fomentos de projetos culturais nas favelas”*.

Essa ação se conecta com os pressupostos da Sociomuseologia que como apresentada por Candido (2017, *apud* Perrone; Pires, 2025, p. 261) é um “recurso para o desenvolvimento

social e econômico, atuando em sintonia com os problemas contemporâneos das comunidades, consolidando ações que liguem patrimônio a iniciativas de cidadania”.

O Museu das Favelas atua na valorização da produção local e como catalisador de recursos para o desenvolvimento socioeconômico, acreditando na força da economia criativa. Envolvido em sua missão comunitária, o museu se torna possibilitador de geração de renda e impulsionador de ações coletivas, se colocando na vertente da museologia engajada, comprometida com a valorização das vivências e produções da periferia e dos seus moradores.

Além da presença dos grupos sociais nos espaços museais, a participação social também se manifesta nas parcerias institucionais que os museus estabelecem com universidades e centros de pesquisa. A presença universitária no Museu Afro, por exemplo, traz um movimento de abertura para outros repertórios de conhecimento, em um processo que se aproxima do tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa interlocução amplia o olhar museológico, inserindo o museu em redes de formação e produção de saberes que fortalecem sua função educativa e crítica (Bruno, 2021).

Além disso, ao aproximar da academia, sobretudo, dos cursos de graduação e pós-graduação em museologia, problematizações a respeito da comunicação museológica e estratégias de inserir e olhar para as demandas sociais, como o racismo estrutural, exclusões, a organização sócio territorial não inclusiva do contexto urbano, dentre outras, busca outros panoramas e referências, aproximando a museologia e outras formações pertinentes ao museu a realidade dos museus, princípios da Sociomuseologia (Bruno, 2021).

A narrativa do Museu Afro menciona que *“Para melhorar seu trabalho e atuação, o museu tem contado com parcerias com cursos de graduação e pós-graduação da UNB e UNIFESP para olhar para suas peças e oportunizar discursos museológicos mais inclusivos e propulsores de uma educação antirracista”*.

Essa parceria entre museu e universidade não apenas contribui para a qualificação técnica, mas também favorece novas informações, que valorizam o conhecimento situado e a produção compartilhada de sentidos sobre o patrimônio, a memória e a história. Nesse contexto, o museu se torna um espaço de aprendizagem mútua, em que teoria e prática se cruzam na construção de uma formação e práticas museológicas comprometida com a justiça social (Bruno, 2021).

Como reflete Bruno (2021), os museus universitários, e outros que se apropriam dessa relação museus e universidades, atuam como espaços de formação e experimentação, em que se testam novas linguagens, abordagens e mediações. Nessa direção, as parcerias com a academia contribuem para fortalecer o caráter social e educativo dos museus, em sintonia com

o que propõe a Museologia Crítica, ao compreender o museu como um campo de disputa simbólica e política, tensionados caminhos, temáticas e ações educativas a fim de tornar esses espaços mais plurais.

Os caminhos das reparações históricas podem ser beneficiados pela pesquisa e estudos de iniciativa dos estudantes e cursos universitários, “repensando a ontologia das coisas”, para dar acolher outras narrativas (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024, p. 30).

E se estamos discutindo um museu que vai se transformando, o papel do museu como agente formador de conhecimento e provocador de reflexão crítica é importante. Nesse sentido, a participação social não se limita à presença física do público, mas se estende à interação e ao diálogo que o museu promove, abrindo horizontes para que diferentes perspectivas e questionamentos possam emergir.

A narrativa do Museu da Vida contribui diretamente para essa compreensão, ao apresentar o museu como um espaço de resistência ao negacionismo e de construção gradual de sentidos: “*Certamente negacionistas que visitam o museu não vão sair daqui e vão falar nossa, mudei de ideia, agora eu sei que funciona, agora eu sei o que é verdade. Mas possivelmente eles vão sair daqui um pouco incomodados, a gente brinca que não é uma pulga atrás da orelha, é um camelo atrás da orelha, e aí a pessoa pode depois procurar um livro, procurar outras fontes de informação e ir paulatinamente mudando a sua percepção. A gente sabe que hoje os negacionistas eles têm diferentes perfis e motivações para se tornarem negacionistas. Então eu acho que como os museus são esses espaços que eu iniciei falando, são grandes fóruns de conversa, de olho no olho, de escuta, porque tem esse tempo que é permitido, de você trocar uma ideia a partir de uma exposição, a partir de uma atividade educativa, permite que eu vá construindo outras relações com aquele visitante e fazendo com que ele traga outros pensamentos que não passaram por ali*”.

Esse relato permite enxergarmos os museus como espaço de escuta e mediação, nos quais o tempo da visita e a proximidade com as exposições e atividades educativas permitem processos de reflexão crítica e transformação social, ainda que graduativos. Assim, a participação social indica não apenas na presença, mas na construção compartilhada de significados, em que visitantes e profissionais do museu dialogam, tensionam e possibilita novas formas de compreender e atuar na realidade social (Primo, 2014).

Na finalização das discussões deste eixo da participação social, refletimos a inclusão materializada a partir das interações, diálogos e coprodução de sentidos com diferentes públicos. A participação social envolve tanto a atuação da comunidade quanto a colaboração de profissionais, universidades e outros parceiros, consolidando o museu como espaço de aprendizagem coletiva e de mediação crítica. Essa dimensão de engajamento social fortalece o

papel do museu como agente de transformação, capaz de tensionar discursos estabelecidos, abrir horizontes para outras perspectivas e contribuir para a construção de uma cidadania inclusiva e plural, reafirmando seu compromisso com a justiça social, a memória coletiva e o protagonismo das comunidades que o constituem (Sandell; Nightingale, 2012).

5.2.3 Eixo3 das epistemologias plurais: território de encontro entre mundos e saberes

O Eixo III, ao qual denominamos Epistemologias Plurais, é talvez o que mais abrace o movimento de decolonização nos museus, postulando práticas museais que vão ao encontro das multiplicidades das pessoas e saberes. O pilar que o sustenta busca ampliar os horizontes das ações museais e situar o museu na esteira de instrumento das mudanças sociais.

O movimento de decolonização está intimamente ligado às epistemologias plurais, por contestar a colonização fundante dos museus, ao colocar em pauta e valorizar outras formas de conhecimento e de relação com os objetos e artefatos que não sejam eurocêtricas. As pressões e pautas dos grupos sociais minorizados têm atravessado as portas dos museus não como visitantes, mas como atores sociais que reivindicam presença e voz (Ribeiro, Mendonça e Wichers, 2024).

Trata-se de um movimento que questiona não apenas o que está exposto, mas quem fala, quem narra, quem legitima e quem é autorizado a saber (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024). Os museus, nesse processo, são lugares que os saberes, os afetos e as práticas sociais se entrelaçam para reinventar o próprio sentido de patrimônio, de memória e de humanidade (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024).

Assim, como destacam Ribeiro, Mendonça e Wichers (2024, p. 3), descolonizar museus e patrimônios implica reconhecer que “não se trata apenas de revisar narrativas ou incluir novos sujeitos, mas de deslocar as estruturas epistemológicas que sustentam as desigualdades e silenciamentos”. O processo de descolonização, ancorado nas epistemologias plurais, levam os museus a se repensarem enquanto instituições políticas, tensionando suas bases históricas e propondo outras possibilidades de produção e circulação de saberes.

Neste estudo, levantamos as ações que tem trilhado essas discussões, buscando perseguir que “os rastros desses passos estão em caminhos diversos, mas que têm em comum a busca por picadas de fuga do museu como instituição colonizadora”, assim como enunciado por (Ribeiro; Mendonça; Wichers, 2024, p. 3).

Uma primeira ação que trazemos nesse eixo é a revisão curatorial, presente na narrativa do Museu Afro Emanuel Araújo, que coloca: “*Outra questão que se destaca é a relação da arte*

negra unicamente vinculada à dor e à escravidão, o que levou o museu a refletir sobre a exposição dos objetos sensíveis, símbolos de tortura e opção por retirá-los das exposições”. Essa revisão não se trata de retirar peças que estavam em exposição e colocá-las na reserva técnica, mas de mudar os pressupostos da missão e dos valores que orientam o olhar sobre o acervo, modificando de uma lógica centrada na violência para outra que afirma a produção, os saberes, as religiosidades e as lutas dos povos afrodiaspóricos.

Trata-se de um gesto de resistência ao epistemicídio, reconhecendo a potência criadora e intelectual das populações negras e reinscrevendo a presença do negro na história brasileira como produtores de conhecimento, arte e memória (Carneiro, 2005; Pereira; Silva, 2021). Conforme apontado por Pereira e Silva (2021, p. 51) “A representação dos horrores da escravidão, sem levar em consideração as dimensões éticas, corre o risco de ser apenas o que Grada Kilomba (2019) denomina de reencenação de um passado traumático”. Isso não torna uma medida de enfrentamento ao racismo, tampouco modifica as mudanças dos marcadores sociorraciais, mas pode corroborar para a manutenção desse lugar de dor e subserviência da população negra (Museu Afro Brasil, 2023; Pereira; Silva, 2021).

O ex-diretor Helio Meneses (*apud* Ferraz, 2024) ainda aponta uma reflexão importante sobre a temática, afirmando que a

[...] história afro brasileira ou afro diaspórica, de maneira mais ampla, não começa na escravidão – tem toda uma história que lhe é anterior –, não termina com o fim da escravidão e tampouco se resume a ela. É fundamental que outros aspectos da vida negra, que outros aspectos da cultura brasileira, da produção estética e artística afro brasileiras, encontrem espaço no museu para além de uma narrativa sobre a escravidão. A retirada do espaço expositivo, por exemplo, de alguns objetos de tortura, de alguns objetos de violência racial, abre espaço para uma discussão, para um debate. Esses objetos seguem disponíveis para consulta, tanto virtual quanto presencial, para quem quiser. Mas eles estão no momento retirados da exposição permanente e essa foi das primeiras modificações que fizemos nesses primeiros meses de trabalho na exposição de longa duração. Para abrir literalmente espaço para mais narrativas, que não tentem subsumir a história afro brasileira ou afro diaspórica à escravidão. Não se trata de negá-la, se trata de enfrentá-la a partir de estratégias que não busquem reencenar a dor, mas falar dela.

E se estamos discutindo a inserção das questões sociais nos museus, bem como suas possibilidades de contribuir para a quebra de estereótipos e a ampliação das representações sociais, trazemos a narrativa do Museu das Favelas, que indica que *“As favelas, elas já produzem conhecimento, já produzem artisticamente, historicamente, e elas, inclusive, guardam a sua memória nos seus espaços. Então, quer dizer, o Museu das Favelas, ela se torna um lugar de ponto de encontro. Um lugar onde essas pessoas possam a se encontrar, se articular... articular muitos coletivos, muitos artistas, muitas pessoas; o museu enquanto espaço conector. A favela produz muita coisa, ela é plural. Acho que a gente também aqui, estando aqui, a gente também descobre muita coisa. E a gente fica assim, nossa, que legal que isso está acontecendo. É expor esse movimento é promover a cidadania.*

Então, acho que esse museu tem um papel, assim, muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade. Acho que esse museu tem um papel, assim, muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade”.

Esse excerto de narrativa apresenta outros saberes e produções protagonizados pelos territórios populares e periféricos, que elaboram suas próprias epistemologias, linguagens e formas de existir. O Museu das Favelas, ao se constituir como espaço articulador de coletivos, artistas e saberes, coloca que os museus podem ser territórios de escuta e valorização das experiências vividas, instaurando um diálogo entre práticas culturais e memória social.

Nessa perspectiva, o museu apresenta epistemologias plurais que brotam dos saberes que desafiam o centro, deslocam hierarquias e afirmam as favelas como lugares de produção de pensamento, arte e resistência.

Nesta discussão, tratamos da importância do Museu das Favelas como espaço de reconhecimento e empoderamento das pessoas da periferia que coadunam com a escola de pensamento da Sociomuseologia (Laurentino; Trovão, 2023). Caminhando na vertente da sociomuseologia, essa escola de pensamento, que apresenta a necessidade de constituição de estratégias para que novos atores sociais sejam protagonistas nas ações museológicas e demarcam o direito as diferenças de lidar com o patrimônio, se sentirem representados e construir narrativas de si (Moutinho, 2025).

Esse giro na perspectiva da periferia não a coloca apenas como objeto de exposição, mas como produtora de saberes e significados. É uma ação que se insere no campo da inclusão de que tratamos ao longo desta discussão e que sustenta o debate sobre as tipologias museais. Os museus comunitários, por funcionarem como instrumentos de agenciamento da valorização das narrativas subalternizadas, e ao possibilitar que valores, memórias e narrativas sejam contados a partir das decisões coletivas das comunidades, fortalece seus processos de empoderamento e de desenvolvimento social (Brulon Soares, 2020).

Dentro das discussões sobre as especificidades das tipologias museais e os caminhos relacionados ao seu próprio nascimento que fazem os museus comunitários se aproximarem de uma museologia engajada, a questão do protagonismo comunitário e de o museu ser canal de denúncias apareceu na narrativa do Museu das Favelas.

Em relação ao protagonismo comunitário, foi narrado que *“acho que o ponto alto desse museu é que muitos museus tradicionais podem falar de favela, mas quem está no centro do debate promovendo aquela discussão enquanto um museu, e quem tem que estar no centro promovendo memórias, referências, discursos tem que ser a favela. E aí quando eu digo a favela é pensar essa equipe*

que precisa ser mantida e essa rede tecida com as diferentes redes nas favelas. [...] Porque favela não é só território.

Nesta ação de inclusão, suscita o protagonismo comunitário e a experiência do museu ganhar a cara, cores, sons e a identidade da realidade (Santos, 2019).

Nesta ação, “há um movimento de valorização da experiência vivida. O sentimento de pertencimento e orgulho desperta o desejo de transformação da realidade” (Vieira, 2006 *apud* Santos, 2019, p. 5). Esses movimentos nos situam também em questionar a ausência de alunos de escolas particulares, o incômodo velado ou escancarado da vizinhança do museu em conviver com as pautas e moradores da periferia, a necessidade de mudanças de endereço e de gestão do espaço.

Outra questão que trazemos dentro deste eixo III são as discussões a respeito da corporeidade nestes espaços. Dentro da noção do corpo que está integrado ao território, afeto, e que não se subordina à mente (Brulon Soares, 2020). A narrativa presente nos museus das Favelas compartilha que *“Favela não vai se constituir somente pelo território. Existe esse corpo que também transita. Então quando a gente olha no centro da cidade de São Paulo, onde a favela está, ou quando chega um grupo aqui e um educador pergunta gente, onde está a favela? Aqui, nesse palácio. Onde vocês veem favela nesse palácio? E aí é muito bonito quando uma educadora chega e fala à favela sou eu, é como eu me visto, é essa música que está tocando, ela expande essa relação”*

O corpo se torna um lugar da expressão das práticas sociais periféricas e excluídas da realidade museal. Ele carrega gestos, vozes, danças, estéticas e sonoridades que escapam à lógica do discurso escrito ou do objeto exposto, mas que, ainda assim, constroem significados e modos de pertencimento que rompem com a representação objetiva e neutra. Assim, o museu passa a ser também um espaço sensível, em que o aprendizado se dá pelo movimento, pela música e pela experiência compartilhada (Brulon Soares, 2020).

“Meu som, por você criticado / Sempre censurado pela burguesia / Tomou a cidade de assalto / E hoje, no asfalto / A moda é ser cria / Quer imitar meu riscado / Descolorir o cabelo / Bater cabeça no meu terreiro”. O trecho do samba-enredo da Mangueira (2019) nos convida a refletir sobre o tensionamento entre o reconhecimento e a apropriação das vivências e experiências periféricas, deslocando as práticas antes estereotipadas e que se tornam produto de consumo e espetacularização.

Assim, a presença da favela no museu é também um ato político: ela reafirma o direito de existir e de ser escutada, ao mesmo tempo que denuncia a invisibilidade e a banalização das suas lutas em outros espaços culturais e midiáticos.

Ao discutirmos estas ações que promovem a cidadania, a função social desses espaços em serem espaço das denúncias sociais também se é importante. O Museu das Favelas narra que *“Se hoje a gente está mostrando que a favela se articula, se organiza, ela só faz isso por quê? Pela ausência do estado. Então a partir do momento que a gente está evidenciando as suas potencialidades, a gente também fala da falta. Então tem uma função social nessa perspectiva, não é simplesmente só aqui, mas é falar da falta também. Se ela resiste, ela resiste porque tem algo que ela precisa. Ela precisa resistir à falta. É o primordial, que é a falta, é a ausência”*

A dimensão política presente neste excerto de narrativa demonstra a potência das instituições enquanto espaços de enfrentamento das ausências produzidas historicamente e uma possibilidade de comprometimento com as urgências do seu tempo. Trata-se então de formular as demandas e dar visibilidade a partir do museu, enquanto espaço atuante na promoção da cidadania (Teixeira, 2021).

Outro ponto que ainda se insere na dimensão política que ecoa nas narrativas do Museu das Favelas é a composição da equipe do espaço que espelha e representa a temática do espaço. A narrativa apresenta que *“Pensando em composição de equipes, então, uma das primeiras coisas que acaba acontecendo no museu é a contratação, na sua maioria, de pessoas negras, periféricas e intelectuais – da expografias, do design, departamento pessoal, financeiro, os educadores - e também isso vai transbordar para os prestadores de serviço”*.

A composição da equipe, não é apenas uma decisão administrativa, mas uma escolha política e epistemológica de reconhecimento dos saberes construídos a partir das experiências e dos territórios. O museu se coloca enquanto espaço legítimo para incluir saberes situados e vinculados à experiência de vida. Assim, o que se evidencia é uma política da presença que transforma o próprio fazer museológico em inclusão, pertença e afeto.

Essa discussão entrecruza com as reivindicações expressas na *Carta Negra dos Museus e da Museologia no Brasil* (2025), documento que dentre outras pautas denunciam a ausência e a sub-representação de pessoas negras nas instituições museais e nos espaços de decisão. Ao trazer a composição de suas equipes, enxergamos como uma ação concreta de enfrentamento ao racismo institucional, que busca enfrentar a histórica desigualdade no campo museal. A *Carta* afirma:

É imperativo que isso aconteça, pois, a desigualdade no campo museal é também sentida no mercado de trabalho, quando quase sempre os cargos que esporadicamente nos convidam a assumir estão diretamente relacionados às questões raciais. Sem que pareça ser uma recusa ou arrogância nossa, na contramão, nos negam o direito de ocupar cargos de maior envergadura em outras instâncias dentro de um mesmo órgão, o que limita a nossa atuação no âmbito da esfera pública e nos impede de promover mudanças estruturais e, portanto, mais efetivas, o que se configura nas entrelinhas

como mais uma das estratégias do racismo institucional no país (Observatório Negro dos Museus e da Museologia, 2025)

Nesse sentido, as práticas do Museu das Favelas são uma resposta política e simbólica a essa denúncia, promovendo a presença dos moradores das favelas no trabalho e coordenação do espaço, apresentando outras possibilidades de gerir, representar e decidir dentro do campo patrimonial. Essas são uma das ações que demarcam a amplitude da promoção da cidadania nestes espaços e como ela está inserida em um campo irregular, marcado por disputas e resistências.

As epistemologias plurais, ainda que sejam mais visualizadas nos museus comunitários, também se concretizam em outras tipologias museais, inclusive nos museus de ciência, quando esses se abrem a narrativas e práticas que desafiam a colonialidade do saber. No Museu da Vida, por exemplo, a decolonização da ciência se manifesta na capacidade de reconhecer a própria ciência como uma linguagem entre outras possíveis, não como a única e superior.

Conforme apresenta na narrativa: “*A luta de contrapor um tecnicismo para **promover a cidadania social** a partir dos espaços dos museus é uma luta que tem que começar a olhar para a formação dos educadores para as bases desses educadores e como eles vão atuar e se enxergar enquanto aprendentes durante toda a vida e isso faz uma nova conexão com a minha trajetória[...] Eu viajei com um planetário e a gente tinha um roteiro de apresentação das constelações eurocêntricas e a gente apresentava escorpião, apresentava Órion, fazíamos algumas contações de história e eu lembro como se fosse hoje a gente estava em um atendimento noturno era um grupo que tinha vindo de uma zona rural de Caruaru e a gente estava lá fazendo atividade e eu lembro de um senhor que falou assim: Como que chama esse desenho? (Não me lembro qual era) Ele falou não menina, quando esse desenho aparece no céu eu sei que está na hora de eu plantar esse desenho está no céu, eu já junto tudo já vou abrir minhas coisas, minhas rochas e já vou plantar... pensei, o que eu estou fazendo? Eu estou aprendendo aqui porque ele pegou a ciência das constelações que foram dominadas e nomeadas por uma cultura que não é a nossa e ele fez aquilo funcionar para o dia a dia dele ele, aplicou totalmente o conhecimento e fez a vida dele funcionar, ele que estava fazendo educação cidadã comigo não era eu que estava fazendo divulgação científica para ele. Ele estava me formando enquanto cidadã, porque enquanto cidadã é meu dever entender que não interessa que aquela constelação foi nomeada por um país europeu daquele jeito, a importância é que aquilo rege o ciclo de alimentação dele, entendeu? Ele me ensinou alguns pilares básicos de cidadania”.*

O acontecimento narrado aponta para um processo de modificações das posições de quem fala e quem escuta; quem aprende e quem ensina (Brulon Soares, 2024). O encontro entre a ciência institucional e o saber do agricultor cria uma zona de interculturalidade, na qual o conhecimento deixa de ser hierarquizado e passa a circular de modo recíproco. O que se

desponta é o saber construído na convivência, em que aprender e ensinar se tornam dimensões indissociáveis da experiência cidadã.

Nesse sentido, a ciência é reinscrita como prática cultural e social, situada em diversos territórios, corpos e saberes e o museu torna-se o local da possibilidade desses encontros e agenciamentos de cosmovisões; um lugar em que a pluralidade epistêmica é reconhecida, escutada e legitimada (Gonzalez, 2022).

Valorizar os saberes locais e as experiências vividas, compreendendo que o padrão epistêmico ocidental constitui apenas uma das possibilidades de produção de conhecimento, é um modo de enfrentar o discurso colonialista (Britto, 2021). Nesse sentido, a Sociomuseologia se insere como campo que problematiza os limites entre ciência e vida, promovendo relações e diálogos horizontais entre diferentes formas de saber. Ao reconhecer pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos como produtores de conhecimento, amplia o horizonte da inclusão, legitimando outras formas de experiências cidadãs, além de afirmar a possibilidade dos museus enquanto espaços pluriepistêmicos (Britto, 2021).

Outra discussão possível de se realizar desse excerto é o quanto o museu pode aprender com essas outras vivências e formas de leitura do meio ambiente. Integrado a natureza, as práticas de cultivo que respeitam a tempo dos astros e a da terra e destitui do consumismo exacerbado e mercadológico, o relato do agricultor relaciona-se com a dimensão da florestania, cidadania alternativa pensada nesta integralidade da pessoa com a natureza, em que todos são seres vivos.

Enquanto ser vivo e integrado à natureza, diferente da ciência eurocêntrica que se coloca no exercício racional, pautado pela segregação, e domínio da natureza pelo ser humano, a itinerância do Museu da Vida Fiocruz demonstra a confluência de distintas maneiras de compreender o mundo, evidenciando o diálogo e não a sobreposição entre formas de conhecimento (Marandino; Kauano; Martins, 2022).

Nessa perspectiva dos encontros, as ciências podem ser humanizadas e valorizadas a partir da lógica do diálogo e da troca. Falar sobre a produção do conhecimento científico nestes lócus implica discutir questões sobre tecnologias, interatividade e linguagem científica, mas, também, dialogicidade, horizontalidade das trocas de visões de mundo, retirando as Ciências de seu pedestal de completude e imutabilidade (Marandino; Kauano; Martins, 2022). A narrativa do Museu da Vida apresenta que *“Humanizar as ciências e promover o encontro dela com a sociedade isso é o ponto para a inclusão e para favorecer a ação dos museus. Por exemplo, já a algum tempo nós temos discutido os nossos processos de elaboração de exposições ou de atividades”*.

A narrativa do Museu Histórico Nacional também trouxe reflexões importantes para o eixo III. Uma delas a relação entre o acervo e a necessidade de ressignificar o acervo e as narrativas museais. O excerto da narrativa apresenta que: “[...] pensando no nosso acervo e como isso pode ser promotor da cidadania, a gente tem uma diversidade de tipologia de acervo muito grande [...] o museu tem trabalhado é para ter uma diversidade não só do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista de representação de grupos, de diversidade, de novos atores sociais ”

Ao ultrapassar a lógica da mera preservação, o acervo passa a atuar como mediador de sentidos e identidades, sendo um instrumento importante na produção de laços de pertencimento. Nesse movimento, o museu busca não apenas diversificar os objetos, mas também repensar quais histórias, grupos e experiências são legitimadas e visibilizadas em suas coleções (Brulon Soares, 2024). A relação entre acervo e representatividade expressa um compromisso político e ético de reconfigurar o acervo como território de múltiplas vozes, em diálogo com novos atores sociais e com a pluralidade que compõe a sociedade brasileira (Chagas, 2015).

Essa discussão nos possibilita também compreender o museu como espaço de reinvenção e como instituição “filha do seu tempo”, conforme destaca Chagas (2015, p. 35):

os museus não é a verdade pronta e acabada, e sim uma leitura possível e historicamente condicionada, resgata para o campo museal a dimensão do litúgio: é sempre possível uma nova leitura; é sempre possível abrir gavetas no corpo das vênus museais e reabrir processos engavetados por interesses nem sempre nobres.

Essas outras leituras, não se tratam apenas de um ato técnico, mas de ações de inclusão que respondem aos movimentos sócio-históricos que temos vivenciado e capazes de favorecer para que os diferentes públicos se sintam ouvidos e valorizados a partir da história e enredo dos acervos (Moraes; Monteiro; Silva, 2024). Essas reinterpretações, que podem assumir tanto uma dimensão crítica quanto celebrativa da presença da diversidade, ampliam o campo de significações e afetos no espaço museal.

Os objetos, ao representar diferentes grupos e provocar outras emoções e afetos, tornam-se portadores de experiências, memórias e identidades que transparecem a realidade social em sua complexidade. Eles podem ser lidos de outras maneiras, ser parte da dimensão espiritual, relacional, afetiva de grupos, e estar inseridas dentro das disputas em relação ao passado e suas histórias (Brito; Britto; Santos, 2024).

A ressignificação do acervo pode indicar trilhas para a promoção da cidadania, ao transformar objetos e documentos em fios condutores de diálogos entre os fluxos do tempo, o direito à memória e a da História (Bruno, 2021). Esse movimento só é possível coma a

participação das comunidades e do estabelecimento de relações significativas e inclusivas (Bruno, 2021; Brulon Soares, 2025).

O MHN ao apresentar como a inclusão tem sido efetivada em seu espaço, narrou o movimento de ressignificar o acervo, trazendo que *“Ressignificar nosso acervo, trazer outras leituras. Trazer a presença indígena, negra, do cidadão comum para a constituição da sociedade brasileira é entender a importância ao acesso de direitos de forma igualitária que todos os cidadãos devem ter, e o museu tenta fazer a sua parte. Temos nesse sentido organizado nossas exposições dentro de um outro modus operandi, tendo as cocuradorias e a participação dos diferentes grupos sociais presentes”*.

Ao discutir essa questão da ressignificação dos acervos aproximando da questão da Sociomuseologia, Tolentino (2024) trouxe que para esta escola do pensamento esse movimento acontece a partir do reconhecimento da não neutralidade desses espaços e se situar politicamente. Tolentino (2024, p. 373), amparado em outros autores, discute que:

É também premissa dessa escola de pensamento descortinar quando a musealização e a patrimonialização de bens reforçam ou reproduzem as diferentes injustiças sociais e as relações de dominação estruturalmente impregnadas na nossa sociedade, ou seja, as nossas “feridas coloniais” (MIGNOLO, 2017) decorrentes das matrizes fundantes da colonialidade.

Por fim, ainda dentro do eixo das epistemologias plurais, trazemos a questão das pautas sociais se fazendo presentes nos museus. O movimento, crepitado na Mesa Redonda de Santiago e refletido nas modificações promovidas pelos profissionais, no fortalecimento dos estudos da temática e na atuação interdisciplinar das diferentes áreas que influenciam a museologia, sem contar com a pressão dos grupos sociais que buscam protagonismo e o direito à memória e à cultura, colocou os espaços museais enquanto locais propícios para debates sobre temáticas sociais relevantes (Primo, 2014).

O Museu Afro apresentou em sua narrativa a importância do espaço para a discussão dos conhecimentos e cultura afro brasileira. Dessa forma, ele coloca que *“O museu pode trazer discussões muito importantes para pensar como o racismo é bem elaborado e atravessa diversas nuances... Considerando o olhar para técnicas de artistas negros que é descredibilizada e reduzida a arte popular, não a das artes; a representatividade do negro nas obras artísticas ao longo dos anos (estereótipo do homem negro, inferior, com traços étnicos exóticos e limitados); e o não lugar de protagonismo desses artistas para a constituição da arte brasileira. [...] O museu, então, contribui com a cidadania levando a refletir a mão afro ao longo de toda a constituição da sociedade brasileira contribuindo com tecnologia, desde da época dos engenhos, nas artes, literatura, na espiritualidade e nas ciências. E é preciso visibilizar tudo isso.... A questão das religiões de matrizes africanas também...*

Apresenta-la demonstrando a riqueza e diversidade dos cultos e retirando-as do lugar do folclórico e algo importante e da inclusão que propomos a realizar”.

Essas ações do museu se colocando como comprometido socialmente, articulam acervos, narrativas, pautas, atores sociais colocando o museu enquanto espaços de discussão que a partir de diferentes visões confronta, provoca e estimula as mudanças. Ou ainda, conforme reflete Primo (2014, p. 9):

Não se trata mais da sistematização estritamente técnica da cultura. Pesquisas e exposições são realizadas a partir do objetivo de tornar atual a vida social, sem perder as suas referências culturais, que é aquilo que a caracteriza. O social passa então a ser priorizado em relação aos conteúdos museológicos, às formas de acessibilidade/metodologias de trabalho e destinatários e/ou participantes do processo museológico.

A questão das temáticas sociais também nos estimulou a refletir que, para além da missão específica de cada museu, como o Museu Afro, voltado à discussão e à criação de políticas de enfrentamento antirracista e a valorização da produção negra ao longo da história do país, se colocar como fóruns de discussões deve transcender a função tipológica principal de cada instituição.

Essas discussões nos colocam dentro do escopo da museologia crítica, que estrutura suas reflexões a partir da força dos contras narrativas e dos múltiplos agenciamentos que o museu pode se colocar ao reconhecer sua própria colonialidade do saber. Nessa perspectiva, apontam as estratégias de enfrentamento que precisam ser construídas em diálogo com as comunidades e outros atores sociais, capazes de questionar as formas hegemônicas de produção e legitimação do conhecimento (Bocayuva, 2018). Trata-se, portanto, de uma prática museológica comprometida com o diálogo e com o reconhecimento da diversidade epistêmica, que transforma o museu em um território de escuta, partilha e construção coletiva de memória e cidadania.

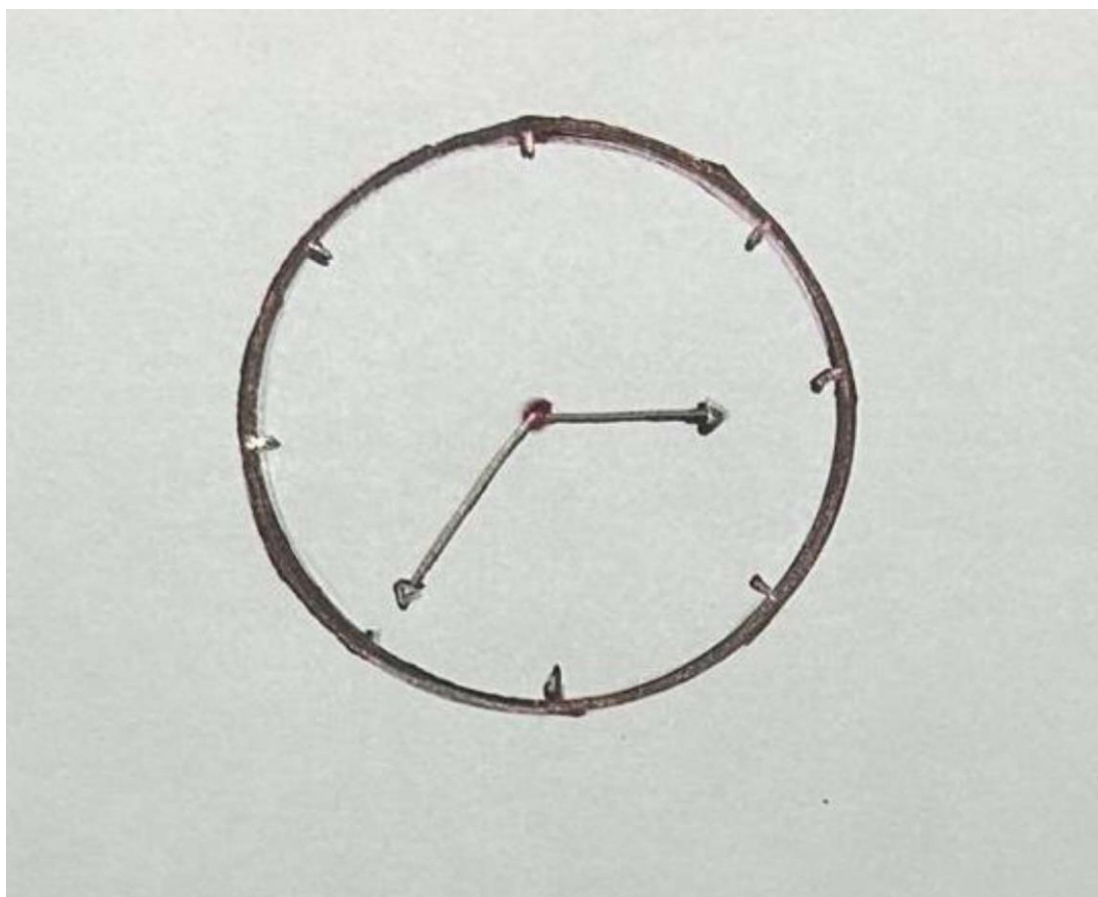
Na confluência dos tempos, o museu se faz na articulação do passado, presente e futuro, na sua capacidade de reformular e resistir ao tempo. Essa relação o constitui como uma instituição singular, que mira o passado o situando no campo das disputas, do direito à memória, às representatividades e às histórias; que encara o presente como um território de urgência e de invenção de outras práticas museológicas e leituras para a sua função na sociedade; e que encara o futuro como terreno movediço, de incertezas e possibilidades. É alguém que “tem todo o tempo do mundo”, mas também é ciente que o tempo é breve, e por isso precisa constantemente reinventar e reencontrar-se com outras possibilidades e demandas.

O *Sempre em Frente* do museu nos recorda que ele não se faz de garantias, mas de possibilidades e lutas, movidas por pressões, resistências e encontros. Pensar suas ações é reconhecer o movimento inconstante, dinâmico, que narra o instante presente sem se prender a ele. As ações de inclusão social desses espaços são caminhos em construções, que se desfazem e se refazem no próprio ato de existir. O levantamento dessas ações indica o que o museu tem realizado, mas também aquilo que pode se esvaziar, se transformar, ou simplesmente se encerrar porque, assim como o tempo, o museu também pulsa, cessa e recomeça.

Fundamentados na teoria sentipensante, que compreende o saber na integralidade do sentir e pensar, que coloca que a objetividade não provém do distanciamento, mas da construção do conhecimento de forma sensível, afetiva e crítica, contextualizamos a epigrafe desta seção que atravessou, provocando múltiplas sensações, a escrita desta parte do texto (Fals Borda, 2017).

A figura a seguir (Figura 15) apresenta um relógio ilustrando essa noção dos tempos do museu (presente; passado e futuro) que a todo tempo são (re)significados e estão em constante disputas demonstrando os diferentes posicionamentos que o museu vai assumindo. Assim como coloca Brulon Soares (2024, p.15) “Os museus mudam à medida que muda a nossa relação com passado, presente e futuro. E, então, nós os recriamos para podermos nos recriar no tempo”.

Figura 16- O tempo dos museus



Fonte: elaborada por Eduardo Teles Bezerra Moura, a pedido da autora (2025).

5.3 DIMENSÃO II – DESAFIOS E DISPUTAS NA EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL

Ao longo deste estudo, articulamos as ações que os museus têm realizado considerando-as dentro de uma dinâmica que envolve disputas e tensões, e situam as discussões a partir das intencionalidades e não neutralidade. Os desafios das ações para a efetivação da inclusão social, então, estão atrelados as dimensões simbólicas, estruturais e políticas que moldam o campo museológico. Falar em inclusão, nesse contexto, significa reconhecer as desigualdades históricas, os silenciamentos e as assimetrias de poder que atravessam as práticas institucionais (Moraes; Monteiro; Silva, 2024).

Nesta subseção, observando como essas ações estão presentes em uma teia, em que os desafios se colocam ora expressos, ora nas entrelinhas. Essas discussões nos estimularam a observar o contexto histórico social desses espaços e articular as dimensões sócioterritoriais, políticas e epistemológicas para a análise.

Sistematizamos as discussões relacionadas aos desafios a partir dos eixos que delineamos para discutir as ações: eixo I Acessibilidade Material/Simbólico; eixo II Participação social; eixo III Epistemologias plurais.

Antes de realizar as discussões aqui propostas, destacamos o desafio que sentimos neste exercício de análise: o de balancear as ações, suas efetividades e os “não é bem assim” presente nas narrativas. Ir além do primeiro olhar, do fascínio pela trama, do gosto pelo que foi visto nas andanças da pesquisa. O incômodo da investigação, de enxergar o não dito, de compreender as intencionalidades, de fisgar o que é narrado para enfeitar aquilo que, por vezes, não tem cor é um exercício árduo e processual.

5.3.1 Os desafios presentes no eixo I da acessibilidade material/ simbólica

Compreendemos a partir das narrativas, que os desafios do “abrir as portas dos museus” e incluir as diferentes memórias e narrativas pode ser visualizado a partir da triangulação: gratuidade, territórios e valorização do espaço museal.

Neste sentido, consideramos que construir políticas de gratuidade, de acessibilidade física, sensorial, dentre outras, precisa ser aproximado das reflexões relacionadas ao território e ao sentido de pertença e vínculos que estar no museu podem propiciar às pessoas. Como uma

engrenagem que necessita de todas as peças para funcionar, os desafios da acessibilidade material/ simbólicas precisam ser enxergados nessa lógica.

Estamos refletindo que as políticas de acesso precisam ser colocadas dentro de um contexto, que problematiza como as pessoas vão chegar, em qual território o museu está inserido e, para além disso, a quem esse museu faz sentido (Moraes; Monteiro; Silva, 2024; Ferreira, 2014). Considerar as estratégias de despertar o interesse e mover os passos das diferentes pessoas, possibilidades de narrativas e criação de vínculos com os espaços.

Embora não sejam a única estratégia para promover a inclusão e a participação nos museus, as políticas de acesso desempenham um papel na ampliação do público e na redução das desigualdades sociais. Elas podem assumir diversas formas, como a gratuidade, horários flexíveis, adaptações táteis e arquitetônicas, ações colaborativas com as comunidades, programas educativos.

Essas políticas se colocam como condições básicas para que outras iniciativas de engajamento possam ocorrer, garantindo que diferentes segmentos da sociedade tenham a possibilidade de usufruir dos espaços museais e de suas experiências educativas.

Destacando a questão da gratuidade, o colaborador do Museu Histórico Nacional apresenta que *“A questão da gratuidade no ano do centenário e também acolher e abraçar os diferentes públicos. Mesmo com a gratuidade, somos cientes das dificuldades. Então, pensando no público escolar, o transporte público do Rio de Janeiro não é gentil... imagina um professor pegando o metrô com 20 crianças.... Uma família também... por mais que o museu tenha uma política de entrada gratuita, uma família de renda baixa se você colocar da zona norte ao centro da cidade só na passagem ela já gastou um dinheiro dispendioso. São muitos desafios que precisam ser levados em questão para falar do não público e da inclusão...”*, colocando que a gratuidade é importante, mas se torna relevante se inseríssemos na discussão do território e da mobilidade. A acessibilidade material/simbólica não é apenas não cobrar ingressos.

O Museu Afro também evidencia a questão da gratuidade, os desafios relacionados ao dia dessa política de acesso, além da questão territorial do espaço: *“Qual é o lugar que o museu situa? Ele está inserido no Parque Ibirapuera, região nobre da cidade e rodeada dos bairros mais luxuosos de São Paulo. Existem dificuldades de as escolas periféricas conseguir estar no museu pela distância, transporte. Pensando na gratuidade do museu, é em uma quarta-feira, totalmente inviável para as famílias conseguirem visitá-lo. Além disso, a região não tem transporte coletivo por perto, devido a uma questão de como a cidade é ocupada. Tudo isso são desafios a serem refletidos para pensar em relação à inclusão...”*

Embora não sejam a única estratégia para promover a inclusão e a participação nos museus, a gratuidade é fator importante. Bevilaqua (*apud* Ferreira, 2014), evidencia isso

apresentando que “Quando perguntamos o que, de fato, permitiu que as pessoas fossem ao museu, elas respondem que é a gratuidade. Então, se apenas a gratuidade não garante a mudança do perfil demográfico, é garantido também que sem ela não há mudança”.

Estamos refletindo, então, que a gratuidade é uma ação de acesso aos museus, ainda que não seja, por si só, suficiente para garantir a inclusão. Quando existe, representa uma barreira simbólica e material ultrapassada, pois assegura que, independentemente das condições socioeconômicas, umas multiplicidades de pessoas possam adentrar o espaço.

A partir da na nossa triangulação dos desafios dos caminhos até o museu, esta conta também com o vértice do território, o conjunto de condições que permitem, ou impedem, que determinados grupos circulem pela cidade, atravessem seus territórios e cheguem aos museus (Bocayuva, 2018).

Muitos desses desafios, mesmo escapando à capacidade de resolutividade dos museus, precisam ser problematizados e discutidos em seus espaços, a partir da perspectiva do compromisso desses espaços com as mudanças sociais (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024), ou como aponta Moraes, Monteiro e Silva (2024, p. 16)

é importante a imersão e o engajamento nas demandas e realidades exógenas aos museus, rompendo com o autocentrismo característico do arquétipo museal hegemônico e a busca por conexões com diferentes sujeitos e segmentos sociais capazes de reimaginar e esgarçar fronteiras da dimensão pública das instituições.

A dimensão do território que aqui preconizamos está relacionada à noção de espaço vivido, apropriado e significado pelas relações sociais (Santos, 2006). Nesse sentido, ele se vincula ao chão da pertença e sentidos, que estampa as desigualdades estruturantes na sociedade, marcadas pela diferença no acesso ao transporte, espaços de lazer público, áreas verdes, dentre muitos outros, que tem relação direta com os museus.

Os museus investigados neste estudo nos auxiliam a refletir sobre as relações entre espaço, acessibilidade, identidade e contradição. O Museu Afro Brasil Emanuel Araujo, referência da cultura afrodiaspórica, está localizado em um bairro nobre de São Paulo distante e, muitas vezes, “inacessível” para grande parte da população negra e periférica. O inacessível presente nesta discussão tem a ver com o transporte público distante do museu, a invisibilização dos grupos negros neste espaço, presença de monumento de “heróis nacionais” símbolos da violência e opressão contra negros e indígenas, dentre outros (Motta, 2024).

O Museu das Favelas também coloca essa relação, já que discute a valorização das periferias, mas encontrava-se (no momento da pesquisa) instalado em um palácio situado em

um bairro historicamente ligado aos barões do café e aos empresários do século XX e distante das periferias (Melo, 2022).

Já o Museu da Vida, localizado próximo a grandes complexos de favelas cariocas e frequentemente o primeiro contato museal de muitos moradores do entorno, aborda temas de educação em saúde e cidadania científica, temáticas que, em certos aspectos, podem se mostrar distantes da realidade cotidiana da sua vizinhança. Por fim, o Museu Histórico Nacional, situado no centro histórico do Rio de Janeiro, região turística central, comunica a formação da nação brasileira, a diversidade e as identidades culturais que compõem o Brasil, as vezes é de difícil acesso para os próprios moradores da cidade, devido às condições de transporte e mobilidade urbana (Gonzalez, 2022).

O território, assim, torna-se um marcador das desigualdades que estruturam as cidades (Santos, 2006). Essas contradições demonstram as tensões entre a frequência, a ocupação e a visibilidade dos espaços museais pela multiplicidade de pessoas que, por um lado, resiste e reivindica presença, reafirmando que podem e devem estar em todos os lugares; e, por outro, enfrenta condições adversas que demonstram como as barreiras de acessibilidade também passam pelos fluxos e deslocamentos que margeiam a ocupação dos espaços urbanos. É nessas não-confluências que as ações museais se constroem ora tensionando, ora sendo pressionadas pelo próprio território.

A outra engrenagem que articulamos à discussão dos desafios de acessibilidade material/ simbólica é a própria valorização do espaço museal, entendida como a forma como diferentes grupos encontram ou não sentido em estar no museu (Melo, Rosa e Possomai, 2024). A acessibilidade material/simbólica também está relacionada ao modo como o museu é reconhecido simbolicamente pela população: deslocar-se longas distâncias, assumir custos indiretos e reorganizar a rotina só se torna possível quando o espaço se apresenta como significativo. Assim, a construção de vínculos, narrativas e presenças que tornem o museu significativo, acolhedor e na lógica do cuidado.

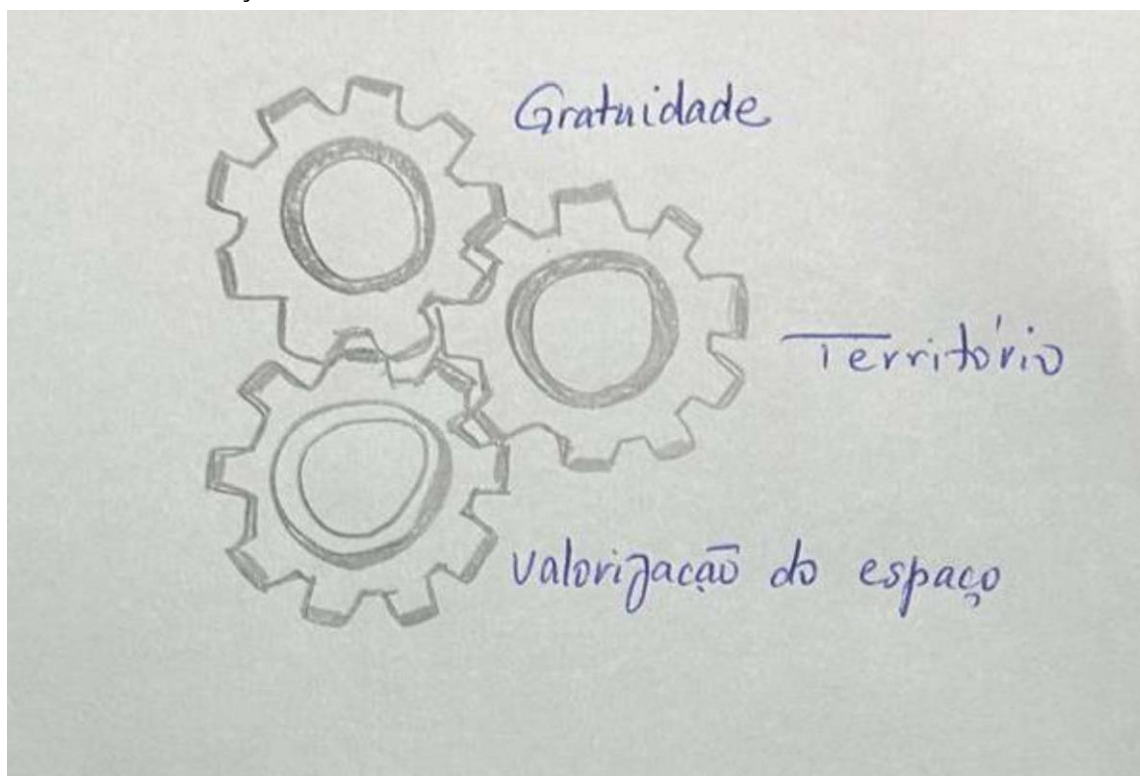
Compreendemos os desafios dos museus, neste eixo da acessibilidade material/simbólica a partir da triangulação destas engrenagens aqui apresentadas: a gratuidade, o território e o sentimento de pertencimento que se operacionalizam conjuntamente. O desafio está em entrelaçar a dimensão política das lutas, do reconhecimento, da reparação e das políticas de acesso, à dimensão poética, da criação e do pertencimento, que dão sentido à experiência e mantêm vivos esses espaços (Pereira, 2018; Chagas, 2016; Bocayuva, 2018).

A Sociomuseologia então se valendo das diferentes abordagens museológicas, e aqui listamos a museologia engajada, crítica e colaborativa, tem considerado as diferentes políticas

de acesso, as múltiplas possibilidades de ler, se relacionar e se afetar com as peças e objetos presentes no museu. Os desafios da promoção da cidadania, pensando os eixos da acessibilidade material/simbólica deve se valer de uma des(re)construção que considere as outras alternativas de cidadania e pense na dimensão estrutural dos museus que “aponta para alteridade, respeito e valorização de todas as formas de vida, a outras formas de organização social, combatendo o consumismo, os privilégios e a desigualdade” (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024, p.52).

A figura abaixo, figura 17, materializa a ideia que consideramos estes três desafios: gratuidade, território e o sentimento de pertencimento enquanto engrenagens que precisam ser refletidas juntas para serem superadas dentro do eixo I acessibilidade material/simbólica.

Figura 17- Desafios das ações de inclusão social no eixo da acessibilidade material/ simbólica



Fonte: elaborada por Eduardo Teles Bezerra Moura, a pedido da autora (2025).

Dentro dos desafios refletidos a partir do eixo da acessibilidade material/ simbólica, conjecturamos esse museu humano que tem a malícia de escolher, por vezes, permanecer de olhos vendados para certas questões da realidade social. Trata-se de um museu que pode demonstrar preferência por um público silencioso, aquele que observa sem questionar, que sabe “olhar” as peças e simplesmente contemplar, sem perturbar a ordem estética ou simbólica ali instituída (Brulon, 2020).

No entanto, à luz da perspectiva sentipensante que orienta este trabalho, propomos deslocar o olhar: sentir o museu é também perceber essas zonas de silêncio e as tensões que se escondem sob a aparente harmonia. É nesse entrelaçamento entre sentir e pensar que o museu traduz suas contradições, suas escolhas e os modos como produz ou nega experiências de pertencimento.

Há uma malícia na manutenção do seu funcionamento dentro da lógica colonial, em resistir às mudanças que exigem desconforto. E esse é um dos grandes desafios: o desconforto de transformar-se. O desconforto de ver seus prédios arquitetônicos modificados para se tornarem acessíveis; de perceber sua linguagem tensionada e reformulada para dialogar com diferentes públicos; de encarar suas práticas e discursos em disputa. Há, no museu, uma esperteza e uma estranheza em falar sobre invenção, criatividade e mutabilidade enquanto, em muitos casos, preserva uma narrativa do passado violento e sombrio.

Entretanto, novos caminhos e alternativas vão sendo forjados. E, a partir deles, suscitam também outros desafios. Para cada ação, para cada caminho aberto, há sempre novas questões que se impõem. Se falamos dos museus que se aproximam das comunidades, tanto pelo acesso territorial, quanto pelas narrativas que compõe os museus, desafios como a instabilidade dessas estruturas, as lutas pelo reconhecimento institucional, a falta de profissionais para o desenvolvimento dos projetos, a ameaça da monetarização da cultura desafia o campo a todo momento (Pereira, 2018).

Se assinalamos as mudanças na forma de comunicar as ciências, trazemos também o desafio de apresentar o conhecimento sem esvaziá-lo, de manter o rigor, o diálogo e a convivência com as diferenças e enxergar e extirpar desses espaços as discriminações e violências muitas vezes presentes. Menezes, Bevilaqua e Silva (2022), contribui com a discussão refletindo que “ [...] alguns museus e centros de ciência ainda acreditam que basta manter suas portas abertas, e isso é o suficiente para ser inclusivo com seus públicos, mesmo que suas exposições reproduzam violências simbólicas”.

Se estamos ampliando o acesso físico aos museus adaptando estruturas, promovendo sinalizações e criando percursos acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, novos desafios também se colocam. É preciso garantir a manutenção constante desses espaços, a sustentabilidade das adaptações e, sobretudo, o redimensionamento da noção de acessibilidade para além da dimensão arquitetônica (Sarraf, 2022). A inclusão não se encerra no acesso ao prédio; ela se expande quando o museu se torna também um espaço sensorial, tátil e afetivo, capaz de acolher as múltiplas formas de perceber e sentir o mundo (Sarraf, 2022).

O desafio está em fazer com que as rampas, os pisos táteis, as legendas e os áudios não sejam apenas instrumentos técnicos, mas partes de uma política de sensibilidade, que reconheça o corpo, o toque, o som, o silêncio e o olhar como modos de presença e participação. Pensar a acessibilidade física e sensorial é pensar o museu como espaço que precisa ser cuidado, mantido e reinventado para continuar acolhendo outros corpos, outras formas de estar e de existir (Sarraf, 2022).

Cada alternativa, portanto, carrega em si uma nova tensão: entre o desejo de ampliar o acesso e a dificuldade de sustentar o que foi conquistado; entre o sonho da transformação e o peso das condições materiais que a limitam. Esses desafios se renovam, se refazem e se sobrepõem, compondo o próprio movimento de existir e resistir dos museus, um movimento que, ao mesmo tempo em que se expande, aparece nas frestas e contradições que o alimentam (Chagas, 2016).

Os desafios das ações que os museus desenvolvem a partir deste eixo de acessibilidade material/simbólica precisam ser compreendidos como parte de um movimento mais amplo de revisão das estruturas e sentidos do próprio museu (Brulon Soares, 2024). A acessibilidade material e simbólica não se restringe a eliminar barreiras físicas ou oferecer gratuidade, mas envolve repensar o modo como o museu se coloca no território, dialoga com as pessoas e se frente as desigualdades históricas que o atravessam. Essa revisão exige novas disposições institucionais e epistemológicos, que tocam na linguagem, na forma de comunicar, do mover-se das pessoas e as dificuldades de o museu fazer sentido pelos vínculos, aprendizagens e prazer do estar.

Pontuamos que muitas das questões discutidas neste eixo, de acessibilidade material/simbólica também apareceram nas contribuições apresentadas nas reuniões do programa (Re)Conexões²³ do Ibram e estão expressas no Plano Setorial de Museus 2025-2035,

²³ Conforme presente na de apresentação do Programa (re) Conexões é um “espaço permanente de diálogo entre Estado e sociedade civil, promovendo articulação, mediação, qualificação e cooperação entre instituições, entidades e coletivos. Seu objetivo é fomentar a construção de agendas de trabalho, diretrizes e políticas públicas para o campo museal, sempre em sintonia com os temas mais relevantes da área. Uma das marcas do programa é sua itinerância pelos estados e regiões do país, buscando superar um dos grandes desafios da participação social nas políticas museais: a necessidade de descentralização e regionalização. Dessa forma, o (re) Conexões fortalece a democratização do setor, garantindo que vozes de diferentes territórios contribuam para o desenvolvimento de uma museologia mais plural e inclusiva” Ibram, 2025. O programa já passou diferentes estados brasileiros com o objetivo de ouvir as realidades e sistematizar políticas públicas para o campo museal que contemple a pluralidade e a diversidade das realidades.

documento “estruturante do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e referência para o planejamento de todo o setor museal, por meio de uma gestão compartilhada” (Ibram, 2025, p. 6). Essas discussões resultam de olhares que sinalizam que os espaços museais, as políticas públicas e os diferentes profissionais têm investido tempo, reflexão e esforços coletivos na criação de estratégias para enfrentar os múltiplos desafios que se impõem à inclusão e à democratização dos museus.

5.3.2 Desafios do eixo II- participação social

É a partir dessas tensões que nos aproximamos do próximo eixo de análise o da participação social, que busca transformar o questionamento do “museu para quem” para o “museu com quem” (Kreps, 2009). Nesse movimento, os visitantes não mais ocupam o lugar de espectador e visitante para estar no espaço de colaborador e coautor das experiências museais (Cury, 2022). Trata-se de transformações que problematizam estruturas, práticas e linguagens institucionais, abrindo novas possibilidades, contudo trazendo desafios e contradições (Kreps, 2009).

Moraes, Moreira e Monteiro (2024, p. 18) chama a atenção da complexidade desse trabalho discutindo que

É preciso, no entanto, chamar atenção para o constante risco de esvaziamento e manipulação acerca do conceito de participação e de suas práticas, de maneira a não contribuir para o incremento a violências simbólicas e processos de dominação travestidos de iniciativas de concessão participativa limitada. Neste ponto, é conveniente que os agentes de mediação dos museus sempre tenham muito claro: em favor de qual interesse e/ ou grupo social são agenciados os itinerários participativos e como podem se sustentar e transformar no decorrer do tempo?

Dessa forma, iniciamos as discussões sobre esse eixo apontando que os desafios da participação social são de diferentes ordens, incluindo as econômicas. Assim, um dos obstáculos que se coloca é o necessário investimento financeiro para promover encontros, viabilizar deslocamentos, possibilitar a presença de diferentes públicos e sustentar o diálogo entre pessoas, profissionais e objetos.

A continuidade das ações e dos projetos depende, muitas vezes, de escolha orçamentária e das parcerias entre os diferentes órgãos e instituições. Nesse sentido, Carvalho; Falanga (2016, p.31) aponta que “uma última barreira se prende com a constatação de uma postura mais passiva por parte dos museus, que decorre, por um lado, da atual situação conjuntural de maiores dificuldades financeiras”.

Sabemos que os investimentos na manutenção desses espaços são altos e em muitos casos envolvem políticas públicas e editais de fomentos que na maioria das vezes não são suficientes; investimentos particulares e empresariais e as intencionalidades presentes; a escolha descentralizada e coletiva das prioridades orçamentárias.

A museologia crítica no horizonte desta temática vai trazer a necessidade de formação dos profissionais para lidar com a decisão compartilhada de recursos, do olhar crítico frente as práticas neoliberais, e as estruturas desiguais que compõe e afetam estes espaços (Prado, 2025).

Adentrando nos desafios observados a partir das narrativas que situamos neste eixo II da participação social, iniciamos com uma das barreiras presentes é a criação de espaços de escuta e envolvimento, como o excerto da narrativa do Museu Afro Brasil, apresenta que *“constrói pontes e se propõe a uma escuta ativa, abrindo-se a artistas, à militância e a coletivos que se debruçam sobre a questão do racismo e da presença/invisibilidade afro-brasileira desde a formação do país até os dias atuais”*. Embora a participação apareça como um ideal amplamente defendido nas práticas museológicas, ela também está entrelaçada por contradições, o caso da demissão do ex-diretor Hélio Menezes tornou visível as fissuras de um campo ainda marcado por desigualdades estruturais (Select art, 2025).

A repercussão pública e o posicionamento de artistas, militantes e coletivos negros demonstraram que, mesmo em um espaço dedicado à valorização da cultura afro-brasileira, persistem dinâmicas de exclusão e questões nubladas (Select art, 2025).

A aparente harmonia que perpassa o discurso da participação apresenta fissuras quando o debate sobre quem ocupa os lugares de decisão e de fala é colocado em questão. Essa situação nos leva a refletir a que a construção de um museu participativo exige enfrentar os desconfortos que se colocam quando a instituição é chamada a revisitar suas próprias estruturas e práticas.

A partir dessa discussão, uma outra situação que se coloca relacionada a participação social é em relação a presença desses profissionais nos museus. O Museu da Favela destaca esse aspecto como uma potência de sua experiência, ao afirmar-se como um espaço feito majoritariamente de corpos negros periféricos, o que representa uma conquista no intercruzamento das práticas e narrativas representativas e as profissionais que estão ocupando esse espaço.

E isso também acende a necessidade de levantar o desafio relacionado as pessoas que estão ocupando os cargos de gestão, os espaços de decisão e as curadorias dentro das instituições museais (Vergès, 2023). Vergès (2023) contribui com essa reflexão ao questionar onde estão os profissionais pretos, periféricos, marginalizados, LGBTQIA+ e outros corpos que não se enquadram no paradigma colonial que ainda estrutura a maioria dos museus. A

participação social, portanto, passa também pelo rompimento com essa lógica excludente e pela revisão dos modos de produção, mediação e gestão museal, discussões presentes nas discussões da Sociomuseologia.

Tolentino (2024) coloca que sociomuseologia, abastecida pelos pressupostos decoloniais, tem refletido e estimulado práticas e investigações que visam superar os desafios e reverter a gestão centralizada e que desconsidera as diferentes lutas pelo protagonismo e direito a memória dos grupos. Essas discussões sublinham o legado colonial e a necessidade das reparações históricas, instigando as insurgências de saberes, manifestações e relações com o patrimônio que sempre esteve ali disputando o direito a memória.

Uma outra questão importante que relacionamos aos desafios da participação social é referente as dificuldades dos profissionais dos museus em lidar com o “direito as diferenças”, conforme aponta Britto (2025). Refletir sobre curadorias compartilhadas e práticas colaborativas implica desenvolver capacidades específicas, compreender os pontos de partilha e as especificidades, lidando com as diferenças, sem apagá-las, ou melhor, compreendendo-as enquanto possibilidade de transformar as práticas museais, além de descolonizar outras experiências sociais (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024). Essas experiências exigem preparo, enredo e disposição para o diálogo (Carvalho; Falanga, 2016; Cury, 2022).

Como já colocamos ao longo deste texto, as tensões são inerentes a esse processo, uma vez que os grupos partem de diferentes leituras e modos de compreender o mundo. Essa multiplicidade de pensamentos não deve ser entendida como um obstáculo impeditivo ao diálogo, mas como uma possibilidade de encontro e criação (Cury, 2024).

A construção de uma museologia participativa, portanto, demanda que os profissionais estejam preparados e sensíveis a essas complexidades. Carvalho e Falanga (2016), ao tratarem dessa discussão, aponta que esse cenário ainda é cercado de dificuldades por parte dos profissionais para lidar com as pessoas e os grupos sociais, além de um certo receio de infringir normas previstas no Estatuto dos Profissionais da área.

Essa discussão nos provoca a retomar a narrativa do Museu da Vida, em que a colaboradora da pesquisa colocou que muitos projetos que se apresentam como cidadãos e pautados pela horizontalidade dos saberes, na prática, nem sempre se concretizam dessa forma, seja pela dificuldade de operacionalização, seja pelo despreparo dos profissionais envolvidos. Ela reflete que *“E eu vejo muitas vezes que algumas instituições apresentam projetos e resultados de ciência cidadã que se você for explorar os meandros e os caminhos, eles não são verdadeiramente ciência cidadã.”*

Eles foram construídos de uma forma verticalizada, a partir de um conhecimento canônico, de quem sabe para quem não sabe, então em um modelo de déficit. Ele não tem uma perspectiva de engajamento, de participação, de uma coisa cíclica de avaliação conjunta e de publicação de dados, de reconhecimento de autoria da sociedade. Então, assim, acho que quem se compromete a fazer projetos e ações de ciência cidadã tem que conhecer quais são verdadeiramente ciências cidadãs. Porque os cidadãos precisariam estar incluídos em todas as etapas que são pertencentes a um processo de produção de conhecimento.

O excerto da narrativa traz uma reflexão que estamos discutindo no texto de que nem todas as ações que se intitulam cidadãs se realiza com esses princípios. A relação verticalizada, com “pitadas” de participação ainda caracteriza na prática ações que levam o nome de cidadãs e participativas, conforme refletido pela colaboradora da pesquisa. Ela prossegue sua análise colocando que:

Do nascimento à realização, à avaliação, à publicação. Se a sociedade não está incluída em todas essas etapas, a gente não está falando de ciência cidadã. E eu acho que museus e seus educadores, na perspectiva de uma formação humanizante, devem ouvir, acolher e apresentar outras perspectivas de debate. Então, aqui o que nós fazemos é, preparar os nossos materiais e preparar os nossos educadores para acolher, ouvir, conversar e apresentar outras possibilidades de leitura de mundo.

Isso conflui com a discussão realizada por Queiróz (2016, p. 84), que discute o descompasso entre a autorrepresentação de muitos projetos como participativos e a dificuldade de efetivar, na prática, essa lógica de envolvimento coletivo.

Há um desassossego participativo em que o termo raramente passa de uma expectativa, de uma promessa, ou de uma prática pontual que dificilmente se prolonga no espaço e no tempo, mantendo a navegação sob níveis democráticos de baixa intensidade [...] ouvimos falar em participação por tudo e por nada e são poucas as vezes em que a ação que acompanha o discurso resulta verdadeiramente efetiva.

Essa problemática demonstra que a participação social, para além do discurso, necessita de condições de capacidade técnica e institucionais que sustentem sua prática. É nesse ponto que situamos a narrativa do Museu Afro Brasil, que destacou o estabelecimento de parcerias com universidades, ressaltando a ampliação do diálogo permanente entre ensino, pesquisa e extensão a partir dessa aproximação.

E isso é um ponto necessário para a superação dos desafios das formações dos profissionais dos museus, além de possibilitar outros olhares para a atuação dos museus. No entanto, permanece o desafio de expandir tais experiências para outros cursos e espaços formativos dos espaços museais.

Preparar profissionais para atuar nesse campo constitui um desafio acadêmico estrutural, que envolve repensar currículos, metodologias e práticas de formação, a fim de favorecer uma atuação mais comprometida com a diversidade e com as múltiplas dimensões que compõem o tecido museal (Bruno, 2022).

Nesse entrecruzamento entre participação social, desafios e formação de profissionais, colocamos ainda a questão das iniciativas pessoais ou de pequenos grupos em fazer acontecer a museologia colaborativa. A participação de diferentes grupos e pessoas nos processos museais ainda está, muitas vezes, atrelada à figura de um profissional ou de um núcleo muito restrito, e não a uma prática institucionalizada (Carvalho; Falanga, 2016).

Carvalho; Falanga apontam que (2016), “acresce a atribuição restrita da responsabilidade do trabalho com grupos e/ou comunidades a só uma pessoa, cargo ou departamento, em detrimento de uma abordagem que implique a responsabilidade partilhada, ou seja, o envolvimento do museu como um todo”. Esse cenário que nos mostra que algumas ações colaborativas dependem da iniciativa individual de poucos profissionais, o que compromete a sustentabilidade e continuidade.

Dentro disso, problematizamos, as dificuldades de romper com a zona do conforto institucional, o desinteresse em integrar essa lógica a toda a estrutura museal e os limites impostos pelos recursos, fomentos e discordâncias internas. São desafios que se impõem quando pensamos a participação social não como exceção, mas como um princípio constitutivo das práticas museológicas.

Ou ainda como apresenta Alderoqui (2015 *apud* Moraes; Monteiro; Silva, 2024, p. 17):

É preciso muito mais do que desejo, iniciativas pontuais ou a atuação de um ou outro setor individualmente. [...] compartilhar o poder do conhecimento sobre o patrimônio gera certos temores associados com a confiabilidade dos conteúdos, o prejuízo do saber especializado e a perda de autoridade, todas essas noções sensíveis à forma como os museus vêm se relacionando com as sociedades ao longo dos séculos.

Um outro desafio apontado tem a ver com os limites éticos e econômicos da participação social. O Museu da Favela, por exemplo, coloca que utiliza seu espaço para fortalecer ações comunitárias e econômicas, trazendo que: “*E aí, a gente faz uma feira/Barraquinhas. São as pessoas que expõem seus produtos. Temos também a jornada cultural, que é para pensar em editais para fomentos de projetos culturais nas favelas*” Essas iniciativas demonstram a busca por um modelo que una cultura, geração de renda e fortalecimento comunitário, mas também expõem questionamentos como a dificuldade de manutenção desse tipo de ação que exige recursos, organização e continuidade, o que nem sempre é garantido; o desafio de equilibrar o caráter

social e educativo do museu com as práticas de comercialização da cultura, para que o espaço não se torne apenas um local de venda, mas siga sendo um ambiente de troca e valorização das expressões culturais periféricas.

Levantamos ainda dentro das práticas de participação social, os museus comunitários, que por si nasce da pressão social por visibilidade e pelo direito de narrar a própria história (Pereira, 2018). Esses espaços germinam em muitos casos de contextos de vulnerabilidade e enfrentamento, marcados pela falta de fomento, de reconhecimento institucional contextos de violência nos territórios em que se inserem.

O Museu das Favelas se insere nesta questão tendo o desafio de falar e ser a periferia situada territorialmente em um ponto central, reivindicando o protagonismo das populações periféricas. Assim, convive com tensões e negociações, como a recente mudança de sede, oficialmente apresentada como uma estratégia de visibilidade e facilitação do acesso, mas que também suscita reflexões sobre as dinâmicas de ocupação da cidade, as relações com o entorno e as formas pelas quais o espaço urbano hierarquiza a presença e a circulação dos corpos e saberes periféricos (Assis, 2024).

Além disso, os museus comunitários enfrentam o desafio de enxergar a falta de formação profissional enquanto reforço do caráter político ou lacunas que impactam as práticas museológicas do espaço. A ausência de profissionais com formação específica em museologia pode limitar algumas dimensões técnicas, mas também abre espaço para práticas insurgentes, baseadas em saberes locais e experiências coletivas. O II Fórum Nacional dos Museus realizado em Ouro Preto no ano de 2006 (Ibram, 2006, p. 8) problematizou a estruturação dos museus comunitários e reflete que esses precisam ser baseados por uma museologia popular:

Tem-se necessidade de uma museologia popular, que possa dar conta não apenas dos museus identificados como tais, mas também e talvez sobretudo o conjunto de processos saídos da museologia comunitária, e indo até o desenvolvimento local, à educação popular. A formação teria por objeto a capacitação, um neologismo inspirado do espanhol e do português, diferente da qualificação que faz referência aos diplomas universitários e /ou profissionais que se dirigem a futuros museólogos clássicos.

A profissionalização nestes espaços se coloca sobre dois pontos controversos: pode fortalecer a atuação e a sustentabilidade desses espaços, mas também corre o risco de diluir seu potencial crítico e transformador se descolado das realidades e lutas que estão nos embutidos na criação do museu. Além disso, se insere ao debate a disputa por editais e fomentos, que coloca os equipamentos culturais em uma corrida desigual por recursos, impactando diretamente sua autonomia e capacidade de ação.

A questão da instabilidade e da descontinuidade de projetos e programas dentro dos museus não está presente apenas nos museus comunitários, que historicamente enfrentam dificuldades de manutenção e fomento. Museus de diferentes tipologias também vivenciam essa fragilidade institucional.

A narrativa do Museu Histórico Nacional trouxe que “*Anteriormente à pandemia tínhamos um trabalho incrível de parceria com uma vara do Tribunal de Justiça (TJ) [...] com jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas*”, e que esta ação foi interrompida com a pandemia e não chegou a ser retomada. Nesse sentido, um desafio às práticas de participação social é a insustentabilidade dos projetos dependentes de editais pontuais, ou da vontade política de gestões específicas, ou ainda de parcerias com outros órgãos/empresas. Essa lógica de descontinuidade dificulta a consolidação de ações de longo prazo e compromete a construção de vínculos consistentes entre museus, comunidades e públicos diversos.

Na finalização das discussões referentes aos desafios deste eixo suscitados das narrativas, é importante reconhecer que muitos dos desafios intrínsecos à participação social não estão explicitamente presentes nas falas institucionais, mas estão imersos no cotidiano dos museus e nas experiências de quem os constrói e está presente no espaço. São desafios de ordens econômicas, estruturais, formativas, dentre outras e envolvem desde a escassez de recursos até a necessidade de profissionais preparados, sensíveis e abertos às possibilidades de diálogo e criação conjunta. Há ainda os limites éticos e institucionais, as constantes negociações entre o desejo de participação e as estruturas que as restringem.

A Sociomuseologia tem se alimentado de ações museológicas e formulações que se apropriam da interculturalidade, cidadanias alternativas, ativismos museais, etc....., já que ela acredita na função dos museus na construção de uma sociedade com mais justiça social (Britto, 2025).

5.3.3 Desafios do eixo III- das epistemologias plurais

Dentro do eixo das epistemologias plurais, o primeiro desafio que nos vem à mente está relacionado à multiplicidade de públicos que adentram os museus, pressionando estes espaços a imprimir suas identidades e o desejo de participar dos processos decisórios (Motta, 2024). Essas abordagens, filhas das proposições da Nova Museologia, tem encontrado diversas formas de ser fazer valer nos museus. “Uma delas é o questionamento sobre o próprio sentido, pertinência e função das instituições museais no mundo contemporâneo, principalmente quando

o cânone eurocêntrico é tensionado com outros modelos possíveis de pensar e definir o que vem a ser um museu” conforme discute Motta (2024, p. 100).

Nesse movimento, os museus são questionados sobre sua função, sendo desafiados a rever seus posicionamentos, assumindo sua não neutralidade e a gerir públicos e demandas cada vez mais heterogêneos. Nos apoiamos então nas reflexões de Pires (2014, p. 77) que apresenta

É neste sentido que precisamos ir para além do discurso (sob este prisma, moderno) da “inclusão” nos museus: ir para além da transcendentalidade do indivíduo-povo proprietário, rumo ao reconhecimento da potência e da autonomia das singularidades que compõem a multidão. Assim, mais do que o direito de fazer parte e de se ver representado como aquilo que se é (em uma exposição, em uma coleção de museu), é preciso reconhecer o direito de sermos qualquer coisa que se queira ser, onde se queira ser, no momento em que se queira ser, inclusive resistindo a toda e qualquer captura que promova a inclusão pela exclusão, pela subtração, pela individuação, pelo congelamento no identitário, pela interrupção do movimento, por sua inserção em um contenedor. Direito inclusive à não representação, portanto, a um consumo (produtivo) de formas de vida na relação direta com as diferenças, na relação direta com o “outro”, sem mediações. A luta agora talvez seja não apenas por um museu que “inclua” (ou ainda seria “captura”?) O comum, mas sim por um museu que não seja apenas continente, mas conteúdo também: que não seja apenas espaço, mas que seja ato, acontecimento, que seja o reconhecimento e expressão de um encontro, uma prática constituinte do ser e instituinte de outros devires.

A discussão de Pires (2014) nos instiga que mais do que o direito de “fazer parte” ou “ser representado”, trata-se de afirmar o direito de ser e estar de múltiplas formas inclusive resistindo às capturas identitárias que congelam e normatizam. Essa provocação nos estimula a compreender os desafios das epistemologias plurais na revisão das estruturas, das linguagens e das formas de escuta e de relação com o mundo (Trindade; Martins, 2024).

Neste horizonte, enxergamos pelo menos duas dimensões desafiadoras que se apresentam a partir das epistemologias plurais. A primeira está relacionada às curadorias de temáticas sensíveis, à ressignificação dos acervos, à decolonização dos museus, questões presentes nas narrativas analisadas, que nos levam a problematizar as formas de lidar com pautas sociais nos museus. A segunda envolve a compreensão de que muitos públicos não desejam estar nesses espaços ou não se reconhecem neles, o que exige dos museus o reconhecimento de outras práticas sociais de produção de memória e pertencimento que ocorrem fora de suas paredes.

Ou seja, esta discussão articula à necessidade de reconhecer e valorizar outros arranjos de patrimonialização, modos de guardar e narrar que estão presentes nos territórios, nas práticas cotidianas, nas relações com natureza, com o “outro”, com a ancestralidade, convidando o museu a se humanizar, a se “abaixar” e escutar o mundo que o cerca, o que não coloca em xeque sua relevância enquanto instituição social.

Uma das primeiras questões que observamos ao debruçarmos sobre as narrativas deste estudo relacionados a esta subseção, trata dos desafios da promoção dos saberes e da cultura afro no Museu Afro Brasil Emanuel de Araujo. As narrativas deste espaço demonstraram por exemplo a presença de escolas particulares, público majoritário naquele território no qual o museu está localizado, frequentemente chegando acompanhadas de guias próprios contratados para conduzir as visitas.

Essa prática, mencionada nas narrativas, levanta questionamentos sobre quem fala, de onde se fala e como se fala dessas temáticas, especialmente quando a mediação se distancia dos educadores e profissionais do museu, que possuem um compromisso formativo e ético com o espaço e com as memórias que ele abriga.

Nesse sentido, o excerto da narrativa que traz que *“as escolas particulares são o grande público e muitas delas vêm acompanhadas de guias contratados...”* sinalizado pelos colaboradores do museu expõe inquietações importantes. Ao contar com a mediação externa do espaço, há um risco de transformação de um espaço de diálogo e construção coletiva do conhecimento em um momento de reprodução de discursos prontos e, por vezes, superficiais, que mais se aproximam de passeio turístico do que as práticas educativas museais.

A suposta “comercialização” dessas visitas e o uso instrumental da Lei 10.639/2003, tratados apenas como cumprimento de uma obrigação curricular, fragilizam o sentido formativo e político de se trabalhar as temáticas afro-brasileiras e indígenas nos museus. O desafio, portanto, está em construir pontes profícuas entre as escolas e as instituições museais de tal modo que a visita constitua como experiência educativa e de partilha, e não como mera atividade terceirizada.

O excerto da narrativa acima também aponta para o desafio da necessidade de formular estratégias a fim de viabilizar a presença das escolas públicas neste museu, sobretudo, as localizadas na periferia de São Paulo.

Outro desafio que observamos a partir da narrativa do Museu Afro Brasil tem a ver com a revisão curatorial, que demonstram posicionamentos políticos, os dilemas de ocultar e exhibir determinadas temáticas, e a disputa pelo passado, sempre em jogo (Chagas, 2016). A narrativa dos colaboradores do museu traz que *“outra questão que se destaca é a relação da arte negra unicamente vinculada à dor e à escravidão, o que levou o museu a refletir sobre a exposição dos objetos sensíveis, símbolos de tortura, e a optar por retirá-los das exposições”*.

O desafio de lidar com temáticas sensíveis e memórias de dor transversaliza as discussões do museu e torna evidente os debates a respeito dos limites éticos e políticos de suas práticas. Entre expor as memórias de dor e escancarar as atrocidades de períodos históricos ou

proteger os públicos de uma possível revitimização e espetacularização do sofrimento, os museus se veem na dúvida, buscando equilibrar memória, reparação e responsabilidade social (Hoffman, 2019; Ferreira; Serres, 2025).

Essa questão nos propicia reflexões sobre as narrativas e representatividades construídas a partir dessas escolhas curatoriais, nos lembrando que o passado é também um campo de disputa, conforme aponta Chagas (2016). As tensões entre poder, dominação e violência são reatualizadas nos museus sobre seus modos de expor e construir enredos, discutindo posicionamentos para que não permaneça as opressões e violências simbólicas. Esta ressignificação do acervo tem nos pressupostos decoloniais o “porto seguro” por se valer que é possível outros sentidos, pertencas e afetos a partir dos objetos que estão presentes nos museus (muitos são objetos que carregam dentro das diferentes cosmovisões espíritos, vida, elementos ritualísticos), para além do imaginário eurocêntrico. (Brito; Britto; Santos, 2024).

Como nos relembra Janes (2019), o compromisso social dos museus não está apenas em preservar ou expor objetos, mas em promover justiça social e cidadanias, sendo espaços de responsabilidade ética e de ação pública. Revisitar o passado, no contexto das epistemologias plurais, é também valorizar as micronarrativas sociais, a biografia histórica territorial, as questões éticas que mantem os objetos e seus discursos dentro dos espaços museais (Motta, 2024).

A narrativa do Museu das Favelas ainda nos suscitou refletir um outro desafio dentro do eixo III das epistemologias plurais: pensar como a visibilidade e a representatividade podem se colocar em práticas efetivas de fortalecimento das comunidades, e não em discursos esvaziados. Os colaboradores do museu ressaltam que *“esse museu tem um papel muito importante na sociedade de apresentar o que é a favela e sua pluralidade”*, reconhecendo o valor simbólico e educativo das ações museológicas. Dessa forma, nos relembra dos riscos de romantização da temática, a desvinculação das questões críticas e da complexidade social que estrutura as favelas (Brulon Soares, 2025). A centralidade da favela pode ser transformada em um objeto de exibição, mais do que em um espaço com engajamento político de quebrar estereótipos e reivindicar as mudanças sociais (Pereira, 2018).

A Sociomuseologia enquanto ciência que busca pensar as estruturas dos museus a partir dos desafios contemporâneos, atenta para a questão do consumo cultural e da apropriação mercadológica, discute formas para que não se compre os discursos e exclua as pessoas, afinal, o horizonte da sociomuseologia é oportunizar os encontros “a alteridade, respeito e valorização de todas as formas de vida, a outras formas de organização social, combatendo o consumismo, os privilégios e a desigualdade” (Sarmiento; Julião; Bruno, 2024, p. 58).

Referimos a outro desafio que problematiza os limites éticos e políticos dessa inserção comunitária e a lógica neoliberal: como sustentar a autonomia e o compromisso comunitário em meio às exigências impostas pelos aparatos culturais do Estado e pelas dinâmicas de financiamento? O perigo de vincular a narrativa do museu a projetos partidários ou a lideranças personalistas fragiliza o seu caráter coletivo e plural?

Além disso, o processo de institucionalização pressiona para que o que o museu “se molde” às estruturas administrativas e burocráticas, reduzindo seus aparatos criativos, estéticos, transformador. Trazemos assim o desafio do não apenas reconhecimento dos espaços, neste caso, o do Museu das Favelas, mas, sobretudo, a possibilidade do respeito a autonomia discursiva, estética e de gestão desses espaços (Pereira, 2018).

Tratar desses desafios também nos auxiliam perceber os desafios a partir das tipologias. Os museus comunitários, por sua própria natureza participativa e territorializada, correm riscos de serem enquadrados a partir da institucionalização, diferentemente dos museus de tipologias tradicionais, que encontram dificuldades de decolonizar suas agendas e práticas e realizar o giro sociomuseológico (Brulon Soares, 2025).

O legado colonial entranhado em suas estruturas, se coloca nos modos de organização e mediações e programa educativos que apresentam as áreas do conhecimento universais e neutros, mas que, na verdade, reproduzem exclusões históricas. A superação desse modelo exige não apenas vontade institucional, mas também a criação de estratégias capazes de problematizar os formatos canônicos de produção e divulgação do conhecimento (Brulon Soares, 2025).

Assim, a questão que se coloca é: como superar os desafios de um conhecimento que se apresenta como único e absoluto? Como articular o diálogo da divulgação científica com a educação popular; a história com as narrativas do território e o saber técnico com as experiências de vida? Quais são as dimensões pedagógicas que podem auxiliar? Como outras proposições para olhar para a natureza, ancestralidade, com a lógica do cuidado e das relações podem contribuir para descolonizar este espaço?

Essas questões perpassam o campo educativo dos museus, pois a dimensão formativa é central nesse processo de decolonização. A narrativa do Museu da Vida expressa essa questão ao colocar que “*a luta de contrapor um tecnicismo para promover a cidadania social a partir dos espaços dos museus é uma luta que tem que começar a olhar para a formação dos educadores, para as bases desses educadores e como eles vão atuar e se enxergar enquanto aprendentes durante toda a vida*”. Esse excerto mostra que a formação dos profissionais dos

museus é um dos maiores desafios para consolidar práticas de inclusão social, já que depende modificar formas tradicionais de ensinar, comunicar e aprender.

A Sociomuseologia colabora com as nossas discussões ao indicar que as instituições museais, deve basear sua lógica de funcionamento e olhar para as estruturas sociais enxergando os desafios emergentes do contexto socioeconômico que tem a ver com as intencionalidades governamentais, do mercado e das elites. Por isso os debates sobre a sustentabilidade, o racismo ambiental, a justiça social e as desigualdades, necessitam de estarem presentes nos museus desafiando a aparente neutralidade desses espaços e se colocando dentro do necessário giro decolonial (Perrone; Pires, 2025).

Esse giro decolonial das instituições tem se mostrado em curso, mobilizando agendas museológicas, fóruns e discussões em busca de novas e boas práticas. Diferentes pontos de vistas, enxergam esse momento: alguns pesquisadores indicam que tais ações ainda não são suficientemente efetivas, defendendo a necessidade de um “pós-museu” para que o programa de decolonização se realize plenamente, como a pensadora francesa Vergès (2023).

Por outro lado, outros teóricos acreditam que esse processo é orgânico e gradual, construído a partir de negociações, disputas e pressões sociais, mas que, mesmo diante dos desafios, tem entrado na rota de um caminho sem retorno, como reflete Brulon Soares, 2025; Melo, 2024; Cury, 2024.

São nas ações de um museu que se descoloniza e abandona o pedestal, e que reconhece outras formas de fazer e viver o direito à memória, à história, a partir de outros lugares, modos de narrar que que pode se operar o diálogo e as trocas entre as instituições museais e os territórios sociais. Assim, os museus podem se aproximar das escolas de samba, dos saberes e fazeres dos povos do campo, dos indígenas, dos quilombolas, que vivenciam suas riquezas imateriais/materiais nas suas festas, encontros, dias sagrados, rituais a partir e no corpo, na dança, no canto, na luta. Diferentes agenciamentos que podem ser retroalimentados.

Essas experiências anunciam que o museu pode ser atravessado por outras epistemologias, que ele pode ser casa e caminho, espaço e acontecimento. Contudo, ainda que se apresentem como horizontes possíveis, elas continuam marcadas pelos desafios de reconhecimento, de institucionalização, de diálogo efetivo com as estruturas que insistem em permanecer rígidas.

Por fim, precisamos dizer que todos esses apontamentos constituem o coração desta tese e respondem aos objetivos da pesquisa, identificando as ações narradas pelos profissionais, que apresentam a inclusão social acontecendo, entre compassos e descompassos, em meio as

tensões e possibilidades, sendo agenciadores da promoção da cidadania, esta que se opera na heterogeneidade.

Sabemos, e somos cientes, de que este é apenas um recorte possível a partir das conversas com os profissionais, combustível para a produção das narrativas. Muitos outros desafios permanecem nas entrelinhas, em lugares que talvez não tenhamos alcançado. Este é, afinal, um trabalho contaminado, contaminado pelo afeto, pelos encontros, pelas conversas e pelas experiências vividas não apenas nos museus, mas também nos grupos de pesquisa e nas trocas informais que nos formaram.

Enquanto narrativas construídas com intencionalidades e situadas, sabemos que ela nos ensina que o ruir se faz o tempo todo, nas práticas, nas estruturas e nas memórias. E que tudo, inclusive o passado, está em disputa nessas possibilidades de ação. Por isso, o museu é sempre jovem. É sempre possibilidade. É sempre espaço e formação. É sempre um lugar em que novas práticas podem acontecer.

6 ENTRE PERSPECTIVAS E ECOS: CONTEXTOS, DÚVIDAS E DESDOBRAMENTOS”

Porque se chamava moço/Também se chamava estrada
 Viagem de ventania/Nem lembra se olhou pra trás
 Ao primeiro passo, aço, aço, aço, aço, aço, aço
 Porque se chamavam homens/Também se chamavam sonhos
 E sonhos não envelhecem/Em meio a tantos gases lacrimogênicos
 Ficam calmos, calmos, calmos, calmos, calmos, calmos
 E lá se vai/Mais um dia
 E basta contar compasso/E basta contar consigo
 Que a chama não tem pavio/De tudo se faz canção
 E o coração na curva de um rio, rio, rio, rio, rio, rio, rio, rio
 De tudo se faz canção/E o coração na curva de um rio, rio, rio, rio, rio

A tese é um braço importante do doutorado, mas simplesmente um braço, que, nesse caso específico, culminou, foi alimentado e também alimentou os inúmeros outros braços dessa experiência de *doutorar-se*. O estágio em Doutorado Sanduíche, os eventos, os artigos, as trocas informais, as discussões nos grupos de pesquisa, as disciplinas frequentadas, mobilizaram reflexões, questionamentos, caminhos, para que vivenciássemos esse exercício de escrever, pesquisar, recomeçar e encontrar outras pistas.

A estrada nos mobilizou e desmobilizou nossos caminhos. Por vezes, ela foi traiçoeira fomos tão longe que esquecemos do nosso objetivo inicial e da nossa pergunta de partida. Era preciso voltar. Fincar o pé ali. Não deixar que avançássemos por outros rumos.

Buscamos responder como as ações desenvolvidas pelos museus participantes da pesquisa: Museu das Favelas e o Museu Afro Brasil Emanuel Araujo, ambos em São Paulo, e o Museu da Vacina e o Museu Histórico Nacional, localizados no Rio de Janeiro, trazem caminhos para a promoção da cidadania, na perspectiva da inclusão social, a partir de olhares e percepções de seus profissionais. Com isso mapeamos ações, vinculando-as aos seus impactos reais e possíveis, além de serem situadas em seus contextos e desafios. Impossível descontextualizar essas narrativas. Impossível não trazer tensões e negociações as quais estão inseridas.

As dimensões criadas *a posteriori* realizadas no contato com as narrativas e do diálogo com a banca de qualificação nos levaram a enxergar as ações dos museus enquanto eixos da inclusão, irradiados em 3 (três) direções, que chamamos de Eixos: **I- a acessibilidade material/simbólica; II- a participação social; e III- epistemologias plurais**. É a partir desses eixos que visualizamos as potencialidades, bem como desafios das ações narradas.

Dessa forma, afirmamos que enxergamos a cidadania neste trabalho, em constante construção, desconstrução e disputa, em um terreno que se move, em formato não monolítico, mas continuamente construída e desfeita. Estruturamos as ações, refletindo a cidadania enquanto formulações e o reconhecimento dos direitos e vivências sociais, baseado na dignidade humanidade, na representatividade na qual pode e deve suscitar a inclusão dos diferentes grupos sociais. Por isso, foi importante na nossa investigação falar das alternativas à cidadania eurocêntrica, pois estamos enxergando-a na pluralidade e a partir de outras linhas que considerem a superação de fragmentações mente/corpo, conhecimento/afeto. Conforme coloca Menezes (2024, p .9)

Valeria a pena que os museus se aproveitassem dessas fecundas perspectivas para superar dicotomias como natureza/cultura (ou sociedade) material/imaterial, corpo/mente, sujeito/objeto, coisa/processo. Elas são excludentes, quando deveriam ser dialéticas. Por coerência, é nesse quadro que situo a educação, no sentido muito mais amplo que a educação formal ou doutrinária. Ela deveria ser basicamente mudança de vida.

No movimento de identificar as atividades que tem caminhado para a inclusão encontramos um conjunto expressivo de ações, sistematizadas a partir do eixo da acessibilidade material/simbólica; participação social; epistemologias plurais, conforme apresentamos abaixo:

No **eixo da acessibilidade material e simbólica**, destacam-se:

- Implementação da gratuidade no acesso ao museu;
- Implementação da acessibilidade física, comunicacional e sensorial;
- Busca de parcerias para o transporte gratuito;
- Acolhimento do entorno;
- Itinerância;
- Popularização das ciências.

Já no **eixo da participação social**, identificamos práticas como:

- Curadorias colaborativas;
- Parcerias para inserção de grupos em situação de vulnerabilidade social no cotidiano museal;

- Espaços de diálogo e do “camelo atrás da orelha”;
- Colaboração interna e integração entre setores do museu;
- Criação e fortalecimento de espaços formativos;
- Criação de novos museus;
- Estabelecimento de parcerias com universidades;
- Criação de espaços de escuta e participação.

Por fim, no **eixo das epistemologias plurais**, nossa compreensão nos levou a destacar ações que demonstram o compromisso dos museus no reconhecimento de outros saberes e com a decolonização:

- Promoção do conhecimento e da cultura afro-brasileira;
- Revisão curatorial;
- Composição de equipes majoritariamente negras e periféricas;
- Promoção do conhecimento e da cultura periférica;
- Insurgência e resistência das populações periféricas;
- Protagonismo comunitário;
- Museus enquanto espaços de denúncia;
- Divulgação científica em trânsito e em duas vias;
- Humanização da ciência a partir da construção coletiva;
- Descolonização das ciências;
- Revisão e ampliação das narrativas museológicas;
- Ressignificação dos acervos.

Todas essas ações apontam que, sim, os museus têm se afirmado como ferramentas sociais na promoção da cidadania, a partir da inclusão social, apesar das contradições e disputas que atravessam o campo. Ainda que não transformem, por si só as estruturas desiguais da sociedade, os museus estão promovendo experiências que sensibilizam, educam e mobilizam, contribuindo para a formação de pessoas críticas e para justiça social, conduzidos pelas diferentes abordagens museológicas que tem se apresentado e que neste trabalho destacamos a museologia engajada, colaborativa e crítica.

Consideramos o museu como espaço de encontro, diálogo e resistência, onde o “sim” à diversidade, à memória e à pluralidade se faz gesto político e poético (Chagas; Bogado, 2017).

As tipologias museais, por sua vez, se colocaram como um elemento central nas análises, sendo consideradas no primeiro momento uma caracterização dos espaços e ao longo do trabalho enxergamos enquanto elemento fundamental para investigarmos as ações, já que a

criação, a função precípua, os acervos e exposições principais indicam caminhos para a atuação cidadã e na realização das práticas museológicas.

Essas discussões que realizamos foram subsidiadas pelas leituras da Sociomuseologia, escola de pensamento com raízes no movimento da Nova Museologia, incorporando em nosso trabalho por se apresentar como uma possibilidade que de acervo, teorizações e alavanca para ações e inúmeras estratégias que posicionam o museu comprometido com as demandas sociais e com a promoção da cidadania, articulando teoria e prática. Ela tem princípios de direito às diferenças, à diversidade e à justiça social, a museologia relacional, a lógica do cuidado, aspectos que também atravessam as experiências analisadas nesta tese (Perrone; Pires, 2025).

Não consideramos este trabalho como uma produção decolonial, mas ele só foi possível a partir de reflexões decoloniais que tem foram realizadas e que nos permitiram olhares situados, nos apropriar do fazer investigativo a partir do sentir e pensar.

A leitura de Ailton Krenak (2019 a; 2019b) nos sustentou metodologicamente, reforçando a lógica do encontro, esse espaço de suscitar práticas, de abrir horizontes, de olhar para o futuro que já está sendo construído agora, dentro de outras cosmovisões, saberes e alternativas. São essas outras cidadanias que emergem nas frestas das institucionalizações, nos gestos cotidianos de resistência e nas ações criativas motivadas por posicionamentos políticos que afirmam o direito às diferenças.

O olhar de Krenak, junto as reflexões do sentipensante (Arias, 2012), e as contribuições da banca de qualificação foram fundamentais para o exercício de humanizar o museu: escutar em suas dores, perceber suas malícias, suas intencionalidades, suas estranhezas, suas espertezas, e reconhecer as possibilidades de fazê-lo sentir-se escutado, visualizado, pela presença e pela escuta atenta que o encontro permite.

Junto a Krenak, autores Boaventura de Sousa Santos, Mário Chagas e Bruno Brulon Soares, entre outros que caminham nessa teia, nos ajudando a construir uma lógica de análise em busca da inclusão que se faz também no reconhecimento dos retrocessos e intencionalidades que marcam as ações museológicas que aqui trouxemos.

É preciso reconhecer essa cidadania movediça, impregnada de lutas, disputas e conquistas, que se apresenta nas ações aqui analisadas. Não é possível falar de uma ação sem considerar as transformações que ela provoca no campo, nas práticas de inclusão e nas estruturas que a sustentam. É impossível dissociar as ações dos desafios que as atravessam, pois o campo museal se constitui justamente nessa negociação e disputa.

Percebemos a ideia de cidadania presente nesta tese ligada ao reconhecimento e, sobretudo, à participação social. É nesse horizonte que se visualiza as cidadanias outras,

inspiradas pelo Ubuntu, pela Afrodiasporidade e pela Florestania, formulações e estratégias alternativas de convivência e de pertencimento. São essas noções que desestabilizam a rigidez do instituído e dão forma a um museu que se reconhece relacional e com possibilidades de devires (Motta, 2024).

Queremos, assim, celebrar as ações e ousadias dos museus que, mesmo entre desafios, têm experimentado caminhos novos: revendo suas curadorias, abrindo espaços de escuta, assumindo o desconforto da mudança e dialogando com perspectivas da museologia engajada, crítica e colaborativa que têm feito o campo sacolejar e experimentar novas dimensões de sentido.

Como apontamos ao longo do texto, é possível que, ao escrever estas linhas, algumas dessas ações já tenham se transformado, outras desaparecidas ou renovadas sob outros formatos. E é justamente isso que promove fertilidade ao campo museal, o movimento constante e processual. Assim, este trabalho se reconhece como um ponto de passagem, um registro provisório de um tempo em movimento. Entre dúvidas, desconfortos e primeiros apontamentos, são apenas linhas iniciais de outros diálogos, escritas e outros posicionamentos possíveis que, como o museu, continuam a nascer.

Esse caminho que “foi feito sem saber”, na travessia de incertezas e afetos, teve na teorização e no confluir dos encontros seu aliado, e também seu dificultador. Foi entre o rigor e o sentir, entre o pensar e o viver, que este trabalho se delineou enquanto possibilidade acadêmica, mas sobretudo, político e cidadão. É nas lutas e recomeços que enxergamos os museus como contribuintes de cidadania.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, Gabriela. Acessibilidade em museus: ideias e práticas em construção. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.39810>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39810>. Acesso em: 8 jan. 2026.
- ALVES, Adeir Ferreira; FILICE, Renísia Cristina Garcia. Ancestralidade africana na afrodiáspora: conhecimento, existência e vida. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade - RELACult**, Covilhã, v. 7, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: . Acesso em: 18 out. 2025.
- ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. **Cidadania digital e democratização electrónica**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- ALVES, Elaine. Desafios e conquistas dos museus brasileiros: sucateamento, financiamento e reconstrução. **Arte e Cultura**, São Paulo, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2023/07/20/desafios-e-conquistas-dos-museus-brasileiros-sucateamento-financiamento-e-reconstrucao/>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ALVES, Mário Correia. **Convergência de visões na fundação de um país: Benjamin Franklin e Thomas Jefferson**. 2009. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/3477/1/ulsd58193_td_Mario_Alves.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ARGENTA, Denise. Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras. **Revista Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 26, n. 39, p. 149-167, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1737>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar desde el calor de las sabidurías insurgentes, la frialdad de la teoría y la metodología. **Sophia, Colección de Filosofía de la Educación [en línea]**, v. 13, p. 199-228, 2012. Disponível: . Acesso em: 16 out. 2025.
- ASSIS, Marcelo de. **Museu das Favelas terá nova sede no centro histórico de São Paulo**. [S. l.]: Terra, 26 ago. 2024. Disponível em: . Acesso em: 7 nov. 2025.
- ASSOCIAÇÃO MUSEU AFRO BRASIL EMANOEL ARAUJO – AMAB. **Esclarecimentos sobre a transição na Direção Artística** [nota pública]. São Paulo: AMAB, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://museuafrobrasil.org.br/noticias/museu-afro-brasil-emanoel-araujo/>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89-117, ago. 2013. DOI: . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; BRIGIDI, Bianca Bee. Em Tempos Pandêmicos de HIV/AIDS e COVID-19: Museologia Queer BIPOC e Corpos Pedagógicos entre necromuseus e museus pela vida. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.).

Sociomuseologia: Para uma Leitura Crítica do Mundo. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento – CeIED; Departamento de Museologia-Universidade Lusófona; Cátedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 121-138.

BARROS, José D’Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, v. 15, n. 15, p. 235-256, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/lph/article/view/6263>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BATTESTIN, Cláudia; DARIVA, Bernard Guedes; LIMA, Bruno Huffelde. Percursos Metodológicos Coloniais: rompendo lógicas epistêmicas coloniais. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v. 9, n. 18, p. 1-16, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/258959/44442>. Acesso em: 6 jan. 2024.

BERNARDINO, Carla Grião da Silva. Confluências e coerências do acesso a museus: reflexões críticas sobre as “boas práticas de acessibilidade” como orientações manuais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2025.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Museologia e o fenômeno urbano: reflexividade e recombinação para pensar o novo ciclo social. In: CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla (org.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. p. 43-70.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Organização das Nações Unidas (org.). **A Carta das Nações Unidas**. 2017. Publicado por ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRITO, Kátia Silene Souza de; BRITTO, Clovis Carvalho; SANTOS, Deborah Silva. “Para mim já começa não sendo um objeto, ele vem de um presente de um céu”: desafios da repatriação e da restituição digital de coleções museológicas. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/rmr.v16i31.27387>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/27387>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BRITTO, Clovis Carvalho. As palavras continuam com os seus deslimites: reflexões sobre Sociomuseologia e linguagem de especialidade. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 65-86.

BRITTO, Clovis Carvalho. Museologias a serviço da diferença e linguagem de especialidade: Uma revisão integrativa sobre as ressonâncias do termo diferença na Sociomuseologia.

Cadernos de Sociomuseologia, v. 70, n. 26, p. 73–89, 2025. DOI:

10.36572/csm.v70i26.10658. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/10658>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BRULON SOARES, Bruno. Acolhendo a “comunidade”: a museologia profissional diante do giro sociomuseológico. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 70, n. 26, p. 21-33, 2025.

DOI: 10.36572/csm.v70i26.10653

BRULON SOARES, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-30, set. 2020. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2025.

BRULON SOARES, Bruno. Re-definir a partilha: o museu, entre o local e o global. In: ICOM BRASIL (org.). **Um caminho com múltiplos olhares**: as estratégias e as reflexões sobre a participação do Icom brasil na nova definição de museu. Brasília: Icom Brasil, 2024. Cap. 1. p. 12-23. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus universitários e a comunicação museológica: características e perspectivas futuras. **Interfaces – Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 503-514, jul./dez. 2022. Disponível em:. Acesso em: 30 out. 2025.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a museologia da sociomuseologia. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 39-64.

CARNEIRO, Sueli. Epistemicídio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 97-117.

CARVALHO, Ana; FALANGA, Roberto. Da democratização das formas de governação na política à partilha de autoridade no campo dos museus e do património. In: CARVALHO, Ana (coord.). **Participação**: partilhando a responsabilidade. Lisboa: Acesso Cultura, 2016. p. 29-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/18658>. Acesso em: 4 out. 2025.

CARVALHO, Cinthia de Sousa. **A escuta de memórias nos labirintos da favela**: reflexões metodológicas sobre uma pesquisa-intervenção. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111697_2015_completo.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

CASTELLEN, Christiane Maria. Ações culturais em museus para pessoas privadas de liberdade do sistema carcerário. **Latin American Journal of Development**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 3241-3262, set./out. 2021. ISSN 2674-9297.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. **“O que o museu tem a ver com educação?”**: educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de

Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2013/dfernandarabello.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello de. **Construindo o campo da educação museal**: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40078885/CONSTRUINDO_O_CAMPO_DA_EDUCA%C3%87%C3%83O_MUSEAL_um_passeio_pelas_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_de_museus_no_Brasil_e_em_Portugal. Acesso em: 4 dez. 2023.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009a.

CHAGAS, Mário de Souza. Las dimensiones política y poética de los museos: fragmentos de la museología social. In: MUSEO NACIONAL DE COLOMBIA (org.). **Memorias de la XX Cátedra Anual de Historia “Ernesto Restrepo Tirado”**. Bogotá, 2016. p. 93-113. Disponível em: . Acesso em: 8 nov. 2025.

CHAGAS, Mario Souza. Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos Museus (1958): sessenta anos depois. In: CHAGAS, Mario Souza; RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. **A função educacional dos museus**: 60 anos do seminário regional da Unesco. Rio de Janeiro: Museu da República, 2009b. p. 10-33. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_seminario_WEB.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. 2. ed. Chapecó: Argos, 2015.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 19, p. 43-81, 2002. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2025.

CHAGAS, Mario. **Museus e sua serventia**. Lisboa: Mario Chagas, 2025. Color. Aula na Universidade Lusófona.

CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALEBRE, Lia; CABRAL, Eula; SIQUEIRA, Mauricio; FONSECA, Vivan (org.) **Memória das Olimpíadas no Brasil**: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 139-146. Disponível em: . Acesso em: 20 set. 2017.

CHAGAS, Mario; RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri (org.). **A função educacional dos museus**: 60 anos do seminário regional da Unesco. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26465039_A_pesquisa_qualitativa_em_ciencias_humanas_e_sociais_evolucao_e_desafios. Acesso em: 8 jan. 2026.

CLANDININ, Dorothy Jean; CONNELLY, Francis Michael. **Pesquisa narrativa: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CLEMENTE, Augusto Junior. **O conceito de cidadania nas ciências sociais brasileira: uma análise a partir do Scielo (1989-2013)**. 2015. 252 f. Tese (Doutorado do Curso de Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. Autodeterminação nacional. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 311-342. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

COSTA, Aline Maciel da. **Museus e diversidade**. Rio de Janeiro: Observatório de Museus e Patrimônios, 2023. (Coleção Museus, Identidades e Diversidade Cultural).

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. A dialética do conceito de exclusão/inclusão social. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, p. 75-101. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2025.

COSTA, Sandy Lima da; OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Sabel Maria Sabino de. Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?. **Teoria e Prática da Educação**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 221-225, set/dez, 2021. Resenha. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/59742/751375153267>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento, conhecimento museológico: uma perspectiva dentre muitas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 25-42, maio/jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v3i5.15470>. Acesso em: 14 set. 2025.

CURY, Marília Xavier. Narrativas museográficas e autorrepresentação indígena: a museologia colaborativa em construção. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, v. 7, n. 2, p. 73-82, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7839197>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/7839197>. Acesso em: 14 nov. 2025.

CURY, Marília Xavier; NORONHA, Elisa; MARTINS, Patrícia Roque. Repensar o museu e a museologia a partir da prática colaborativa com os povos indígenas: entrevista com Marília Xavier Cury. **MIDAS: Museus e Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], n. 18, 2024. DOI: 10.4000/11tjv. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/5097>. Acesso em: 5 out. 2025.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. **FACES**, Caracas, p. 95-110, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DI FELICE, Massimo *et al.* Manifesto pela cidadania digital. **Lumina: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, Juiz de Fora, v. 12, n. 3, p. 3-7, set. 2018.

DI FILICE, Renísia Cristina G. **Tecendo redes antirracistas III**: Entre resistências e emancipações. São Paulo: Autêntica, 2024. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559282357/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIAS, Alaides Cardoso; ALVES, Sirlene Maria da Silva; AMARAL, Leila Dias P. do. A contribuição do pensamento decolonial na afirmação da cidadania. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 7, p. 110-118, jun. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1311>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DJU, Antonio Oliveira; MURARO, Darcísio Natal. Ubuntu como modo de vida: contribuição da filosofia africana para pensar a democracia. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 45, p. 239-264, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/10652>. Acesso em: 8 jan. 2026.

DRONFIELD, Jeremy. **O garoto que seguiu o pai para Auschwitz**: uma história real. São Paulo: Objetiva, 2019.

DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Espirales – Edição Especial: VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe**, Foz do Iguaçu, p. 174-193, jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>. Acesso em: 8 jan. 2026.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Museu Afro Brasil completa 20 anos**: 3 exposições para conhecer. 3 exposições para conhecer. 2024. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/museu-afro-brasil-completa-20-anos-3-exposicoes-para-conhecer/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA. O necessário giro decolonial da pesquisa em Educação Museal – Profa. Dra. Martha Marandino; YouTube, 14 set. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxWk2qhQyY>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ENCICLOPÉDIA HUMANIDADES (org.). **Mortos na Primeira Guerra Mundial**. 2023. Elaborado por Teresa Kiss. Traduzido por Cristina Zambra. Disponível em: <https://humanidades.com.br/mortos-na-primeira-guerra-mundial/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

FALS BORDA, Orlando. **Concepto sentipensante**. Vídeo de Tomás Rodríguez Villasante, publicado em 9 out. 2017. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mGAy6Pw4qAw>. Acesso em: 1 out. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Milton Nascimento e Noé Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). 2017.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; ALVES, Nilda. Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

FERRAZ, Marcos Grinspum. Diretor do Museu Afro Brasil, Hélio Menezes defende “tratar do racismo sem reencená-lo”. *Arte Brasileiros*, 13 ago. 2024. Disponível em: . Acesso em: 1º nov. 2025.

FERREIRA, Gisele. Museus pensam em soluções para atrair novos públicos. **Portal PUC-Rio**, 24 set. 2014. Disponível em: <https://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=25086&sid=178>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FERREIRA, José Miguel Santos Cardoso. **A Nova Museologia como impulsionadora da Reabilitação do Património Arquitetónico**. 2020. 183 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

FERREIRA, Lorhana Serpa Ribeiro. **Reflexões sobre a teoria crítica e pós-crítica aplicada à Museologia**. 2024. 142 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/14210?show=full>. Acesso em: 8 jan. 2026.

FERREIRA, Lorhana Serpa Ribeiro; SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Pensando a Museologia na Pós-Modernidade: transformações críticas e pós-críticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 24., 2023, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2023. GT 9: Museu, Patrimônio e Informação. p. 1-17. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2025.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; SERRES, Juliane Conceição Primon. Museus e memoriais do pós-guerra ou como representar o horror. **Revista Confluências Culturais**, v. 14, n. 1, p. 169-191, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21726/rcc.v14i1.2614>. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2614>. Acesso em: 14 nov. 2025. Acesso em: 14 nov. 2025.

FERREIRA, Tassio. **Pedagogia da Circularidade Afrocênica: diretrizes metodológicas inspiradas nas ensinagens da tradição do candomblé congo-angola**. 2019. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30994>. Acesso em: 14 nov. 2025.

FONSECA, Francisco. A trama conflituosa das políticas públicas: lógicas e projetos em disputa. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.14, p.406-417, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sFmhLgDfRcYmpD3hdzXRHcy/?lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2026.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Museus Indígenas, Museus Etnográficos e a Representação dos Índios no Imaginário Nacional: o que o museu tem a ver com educação. **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura de São Paulo, p. 33-38, 2016.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Encontro com a docência: narrativas de autoformação que revelam aprendizagens autorreguatórias. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, São Gonçalo, v. 2, n. 2, p. 204-221, 2016. DOI: 10.12957/riae.2016.25507. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/25507>. Acesso em: 8 jan. 2026.

FRUCHTENGARTEN, Luisa. **Museus de memória traumática e a musealização do imaterial**. 2021. Master's Thesis. - Universidade de Lisboa, 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 49-79. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GLOBAL HERITAGES. **Amazônicas XXI**: Ubuntu: eu sou porque nós somos. [S. l.]: Global Heritages, 2016. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/tag/ubuntu>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GOES, Diogo. Democratização e gratuidade no acesso aos bens culturais: questões de princípio. **A Pátria: Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa**, Funchal (Madeira), 8 jun. 2020. Disponível em: . Acesso em: 29 out. 2025.

GONZALEZ, Ana Carolina de Souza. **Museus que aprendem?: A itinerância e a coprodução de conhecimentos na fronteira entre Ciência e Sociedade**. 2022. 271 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

GONZALEZ, Ana Carolina. **Estação Primeira da Mangueira**. Rio de Janeiro, 28 abr. 2024. Instagram: @anacarolinagonzalez. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C6STFJTJKic98xXO1WzhcaGr2KcTjDbrxbCje80/?img_index=1. Acesso em: 30 abr. 2024.

GOTO, Matheus. Este museu é resultado de uma longa história de luta”, diz Hélio Menezes Leia mais em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/helio-menezes-museu-afro-brasil-emanoel-araujo-amarelinhas>. **Veja São Paulo**, [S. l.], v. 1, n. 3896, p. 1-4, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/helio-menezes-museu-afro-brasil-emanoel-araujo-amarelinhas>. Acesso em: 2 mar. 2024.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 29-48. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. O Museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre as memórias do trauma, museus e direitos humanos. **Percursos**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 129-158, 2019. DOI: 10.5965/1984724620422019129. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620422019129>. Acesso em: 8 jan. 2026.

HOLOCAUSTO, Enciclopédia do. **A subida dos nazista ao poder**. 2019. Elaborado por Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power>. Acesso em: 9 fev. 2025.

HOORNAERT, Eduardo. As comunidades cristãs dos primeiros séculos. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 81-96. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ICOM BRASIL. **Dados para navegar em meio às incertezas resultados da pesquisa com profissionais e públicos de museus**: Sumário Executivo. 2020. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201120_Tomara_ICOM_SumarioExecutivo_FINAL.pdf . Acesso em: 23 maio 2024.

ICOM PORTUGAL (Portugal). **Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM**. 2009. Elaborado por Natália Correia Guedes. Disponível em: <https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2015/03/Historia-ICOM-1986-2001-Guedes.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ICOM PORTUGAL (Portugal). **Museus e Cidadania**: experiências, conceitos e desafios. Conferência internacional, 10 e 11 de abril 2024, Museu Nacional dos Coches. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2024/03/08/museus-e-cidadania-experiencias-conceitos-e-desafios-conferencia-internacional-10-e-11-de-abril-2024-museu-nacional-dos-coches/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ICOM PORTUGAL (Portugal). **O poder dos museus**: dia internacional dos museus, 18 de maio 2022. Dia Internacional dos Museus, 18 de maio 2022. 2022. Elaborado por Maria de Jesus Monge. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2022/05/17/o-poder-dos-museus-dia-internacional-dos-museus-18-de-maio-2022/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ICOM PORTUGAL. **Contributos para uma urgente necessária política museológica nacional**. Lisboa: ICOM, 2017. Disponível em: https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2017/09/2017_ICOMPT_PoliticaMuseus.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil Censo 2023**. Rio de Janeiro: IBGE. Publicado em: 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, [202?]. Disponível em: . Publicado em: 28 jun. 2023. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) (org.). **FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS**, 8., Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://forum.museus.gov.br/>. Acesso em: 2 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **7º Fórum Museus**. Porto Alegre: IBRAM, 2019. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/7o-forum-nacional-de-museus-2/>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Acessibilidade**. Brasília: IBRAM, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/acessibilidade> . Acesso em: 29 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Brasil Plano **Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2025-2035**. Brasília: IBRAM, 2025. Disponível em: . Acesso em: 8 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Brasil. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília: Ibram, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Conclusões do GT Museus Comunitários e Ecomuseus. *In: FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS*, 2., 22 a 26 ago. 2006, Ouro Preto, MG. **Anais [...]**. Ouro Preto: Disponível em: . Acesso em: 7 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Vigésima Semana Nacional Dos Museus: O poder dos Museus**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/semana-nacional-de-museus/20-semana-nacional-de-museus/20snm-texto-de-referencia.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. (org.). **Direito à Memória, Direito a Museus: relatório**. Brasília, DF: MinC. IBRAM, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Rio de Janeiro (RJ)**. Brasília: IPHAN, 2017. (Monumentos e Espaços Públicos Tombados). Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/383>. Acesso em: 19 nov. 2025.

JANDIRA, Diego. **Museu Afro Brasil: A lembrança como uma arte de esquecer**. [S. l.]: IREE, 2 jul. 2024. Disponível em: <https://iree.org.br/museu-afro-brasil-a-lembranca-como-uma-arte-de-esquecer/>. Acesso em: 10 out. 2025.

JANES, Robert R. The Value of Museums in Averting Societal Collapse. **Curator: The Museum Journal**, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 1–17, 2022. DOI: 10.1111/cura.12503, 2009. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2025.

JANES, Robert R.; SANDELL, Richard (org.). **Museum Activism**. London: Routledge, 2019.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. *In: PINSKY, Jaime (org.). História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 135–158. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Revista Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, jul. dez. 2011, p. 581-597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/XCjWQf5JrtfxNCF8tqwYvtf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2026.

KRENAK, Ailton. **A vida é selvagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022a.

LAURENTINO, Marina; TROVÃO, Victor. O Museu das Favelas como tentativa de colocar a periferia no centro. **Contraponto Digital**, São Paulo, 31 out. 2023. Disponível em:. Acesso em: 2 nov. 2025.

LEITE, Leonardo Perdigão. Museologia Social e novos atores no Rio de Janeiro: o caso do Museu de Favela. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 273-294, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v28i1p273-294. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/153701/154321/356426>. Acesso em: 8 jan. 2026.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira de. Museus, desenvolvimento e emancipação: o paradoxo do discurso emancipatório e desenvolvimentista na (nova) museologia. **Museologia e Patrimônio**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 85-106, 2015. Disponível em:. Acesso em: 12 set. 2025.

LIMA, Valdemar de Assis. Pensamento decolonial: fundamento ético-epistemológico para a luta antirracista na construção de um sistema-mundo biófilo. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 64-78, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/43498/34969/142863>. Acesso em: 8 jan. 2026.

LÖSCH, Silmara.; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17958>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 8 jan. 2026.

LOVAY, Silvana Maria. Decolonizar o museu a partir das múltiplas presenças. In: ENCONTRO IBERMUSEUS, 10., 2022, Argentina. **Painel Decolonização e patrimônio museológico**. [S. l.]: Programa Ibermuseus; Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2022. p. 105-109. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2023/12/eim-libro-pdf-digital-port-1-1312.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.

LUCAS, Taís Campelo. Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-4. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659403_ARQUIVO_nazismo_anpuh.pdf. Acesso em: 9 fev. 2025.

LUZ, Lindomar Teixeira. A origem e evolução da cidadania. **Colloquium Humanarum**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 91-104, 19 jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5747/ch.2007.v04.n1/h038>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Violência e folclorização: a musealização da escravidão e da cultura negra no Museu Histórico Nacional. **Samba em Revista**, Rio de Janeiro, n. 13, dez. 2022, p. 90–98. Disponível em: [https://www.faperj.br/rp/downloads/Miolo-Samba-em-Revista-N13-REV3_\(1\).pdf](https://www.faperj.br/rp/downloads/Miolo-Samba-em-Revista-N13-REV3_(1).pdf). Acesso em: 19 nov. 2024.

MARANDINO, Martha. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: FEUSP, 2008.

MARANDINO, Martha; KAUANO, Rafael; MARTINS, Luciana Conrado. Paulo Freire, Educação, Divulgação e Museus de Ciências Naturais: relações e tensões. **Cadernos De Sociomuseologia**, v. 63, n. 19, p. 91-103, 2022. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2025.

MARCELINO, Karina Francine; MORAES, Mário César Barreto. Pesquisa qualitativa como proposta metodológica para os estudos com enfoque decolonial. **Saber Humano**, [S. l.], v. 14, n. 25, p. 96-112, jul./dez., 2024. Semestral. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/708/673>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MEDEIROS, Geisa da Silva. **Olhar para o sol: concepção da análise fenomenológica hermenêutica**. 2016. 59 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6896/2/DIS_GEISA_DA_SILVA_MEDEIROS_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

MELO, Clayton. **Museu das Favelas: a potência periférica que busca um novo olhar para o Palácio dos Campos Elíseos**. [S. l.]: A Vida no Centro, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/cultura/museu-das-favelas-centro-sp/>. Acesso em: 02 out. 2025.

MELO, Diogo Jorge de; SANTANA, Lúcia; BRITTO, Rosangela Marques de. “Não venha forte que eu sou do Norte: memórias da construção da nova definição de museu em uma perspectiva colaborativa amazônica”. In: ICOM Brasil. **Um caminho com múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu**. [S. l.]: ICOM Brasil, 2024. p. 68-77. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 10 de out. 2025.

MELO, Roberta Madeira de; ROSA, Elza Viera da; POSSAMA, Zita Rosane. Para decolonizar os museus: desafios e possibilidades. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 31, n. 16, p. 345-362, jul. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MENEGHELLI, Luis Mauro Neder; GABILÃO, Adriana de Jesus; SALES, Antonio; SILVA, Fabiula da. Comunicação: a contribuição dos museus na popularização da ciência. **Anais do VI Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, Naviraí – MS, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2022. Publicado em: 05 jan. 2023.

MENEZES, Débora Teixeira dos Santos; BEVILAQUA, Diego Vaz; SILVA, Douglas Falcão. O desafio da inclusão social nos museus de ciências. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, jul. 2022. Disponível em: . Acesso em: 8 nov. 2025.

MENEZES, Hélio. **Texto da publicação [Instagram]**. Instagram, 25 de junho de 2025. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2025.

MENEZES, Suzana. Memória do trabalho e os trabalhos da memória.: o caso do museu da indústria de chapelaria. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 26, n. 26, p. 19-50, jun. 2006.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio: Um lugar de vivências necessárias. In: ICOM BRASIL. **Um caminho com múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a**

participação do ICOM Brasil na nova definição de museu. São Paulo: ICOM Brasil, 2024. p. 6-9. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2026.

MINOM – MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA. **MINOM Portugal**, 2025. Disponível em: <https://www.minom-portugal.org/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 115–124. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MORAES, Julia Nolasco de; MONTEIRO, Bruna Pinto; SILVA, Carolina de Oliveira. Entre (des)encontros, controvérsias e inovações: a participação social em museus a partir da exposição *Ândé: aqui estávamos, aqui estamos*. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2025.

MORAES-WICHERS, Camila A. de; SANTOS, Karlla Kamylla Passos dos. Gênero e diferença na educação museal brasileira: provocações feministas sobre ausências e assimetrias. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 159-180.

MORAIS, Adrielly Ribas. **Práticas, fundamentos e conceitos da educação museal: um estudo sobre as práticas educativas nos museus da República, da Maré e do Amanhã**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2022. 202 p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/26188/Tese%20Adrielly%20Ribas%20%28%20%29.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2025.

MOTTA, Antonio. “O Museu por Vir.” In: ICOM Brasil. **Um Caminho com Múltiplos Olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação no processo da nova definição de museu**. Rio de Janeiro: ICOM Brasil, 2024. p. 98-110. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

MOTTA, Renata; SARAIVA, Roberta; MANGAS, Vera. Memorial dos caminhos percorridos. In: ICOM BRASIL. **Um caminho com múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu**. Brasília: ICOM Brasil, 2024. p. 24-35. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

MOUTINHO, Mário. A Declaração do Quebec de 1984. In: ARAUJO, Marcelo; BRUNO, Cristina (org.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo (Documentos e Depoimentos)**. [S. l.]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta para reflexão. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 28, n. 28, 2007. (Actas do XII Atelier Internacional do MINOM).

MOUTINHO, Mário; BRULON SOARES, Bruno. Introdução – A Museologia Social e os novos desafios do ICOM. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 70, n. 26, p. 5-7, 2025. DOI: 10.36572/csm.v70i26.10650.

MUSEU AFRO BRASIL. **Museu Afro Brasil: um conceito em perspectiva**. Elaborado por Emanuel Araujo. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/um-conceito-em-perspectiva>. Acesso em: 1º mar. 2025.

MUSEU AFRO BRASIL. **Apresentação**. Museu Afro Brasil, 2025. Disponível em: <https://museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MUSEU AFRO BRASIL. **Singular Plural**: Rubem Valentim. São Paulo: Museu Afro Brasil, 24 ago. 2024 a 31 jan. 2025. Disponível em: <https://museuafrobrasil.org.br/exposicao/singular-plural-rubem-valentim/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MUSEU DAS FAVELAS. **CORRE**: Centro de Formação, Trabalho, Renda e Empreendedorismo. Museu das Favelas, 2 jul. 2024a. Disponível em: <https://www.museudASFavelas.org.br/corre/>. Acesso em: 10 set. 2025.

MUSEU DAS FAVELAS. **Museu das Favelas terá nova sede na região do Pátio do Collegio**. São Paulo: Museu das Favelas, 26 ago. 2024b. Disponível em: <https://www.museudASFavelas.org.br/museu-das-favelas-tera-nova-sede/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MUSEU DE ARTE SACRA DE SÃO PAULO. MAS SP. **Webinário**: O Futuro dos Museus em Comunidades em Rápida Transformação. Mesa 1. São Paulo, 23 maio 2025. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=I_vkBTSpViw. Acesso em: 14 nov. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Coleção Educação Museal**. 2025 Disponível em: Acesso em: 10 out. 2025.

MUSEU SANFOKA. **Museu Sanfoka**: memória e história da Rocinha. Disponível em: <https://museusankofarocinha.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

NGUYEN, Sophia; SCRIBNER, Herb; CAPPS, Kriston. Depois da National Gallery of Art, também a Smithsonian faz marcha-atrás na diversidade. **Público**, Lisboa, 1 fev. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/02/01/culturaipsilon/noticia/national-gallery-of-art-tambem-smithsonian-faz-marchaatras-diversidade-2121001>. Acesso em: 4 fev. 2025.

NOEL, Lesley-Ann. **Teaching and learning design thinking through a critical lens at a primary school in rural Trinidad and Tobago**. Dissertation (Graduate) - North Carolina State University, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/7e0e18e07f3e053bd1129feb2bde72cd/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>. Acesso em: set. 2024.

OBSERVATÓRIO NEGRO DOS MUSEUS E DA MUSEOLOGIA. **Carta Negra da Museologia do Brasil**. 29 maio 2025. Disponível em:

<https://observatorionegrodosmuseusedamuseologiacom.wordpress.com/2025/05/29/apresentacao-dos-dados-do-questionario-e-leitura-da-carta-negra-da-museologia-do-brasil/>. Acesso em: 13 set. 2025.

OLIVEIRA, Jonathan Wilians de; LARIZZATTI, Lucas Auad da Silva. **O fascínio eterno pelo nazismo**: uma análise de conteúdo da ideologia nazista e seus vetores no mundo contemporâneo. 2021. 87 f. TCC (Graduação do Curso de Bacharel em Relações Públicas Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Bauru, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/69a98202-4964-4e8d-b813-ccdbde96ba1e/content>. Acesso em: 10 fev. 2025.

OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta. **Os saberes da mediação humana em centro de ciências**: contribuições à formação inicial de professores. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2512/2752.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PASQUALUCCI, Luciana *et al.* Sociomuseologia, Diversidade e Educação: **e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 319-346, jan. 2022. Disponível em

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762022000100319&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 21 nov. 2025.

<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i1p319-346>. Acesso em: 11 out. 2025.

PEREIRA, Fernando António Batista. A ‘explosão museológica’ pós 25 de Abril: origens, desenvolvimento e legado. In: ENCONTRO NACIONAL MUSEUS NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, 1974-1990, 1., 2024, Lisboa. **Livro de Resumos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024. p. 1-12. Disponível em:

https://www.museus.ulisboa.pt/sites/default/files/documents/content_docs/2024-03/museusdemocracialivro-de-resumosfinal_0.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação Museal**: entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª seção de assistência ao ensino de história natural do museu nacional. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado do Curso de Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Marcele Regina. **Museologia Decolonial**: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Departamento de Museologia, 2018. Tese (Doutorado). Disponível em: https://museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/tese_marcele_pereira.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

PEREIRA, Vinícius Oliveira; SILVA, Alexandra Lima da. Braços nas argolas e sorrisos nos rostos: narrativas museais sobre a escravidão. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 80, p. 33-54, dez. 2021. Disponível em:

<https://share.google/INloVRHwBIXQ9LHjR>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PERRONE, Giovanna Gomes; PIRES, Vladimir Sibylla. Museologia social, sociomuseologia e um tiquinho de tecnologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 70, n. 26, p. 251-267, 2025. DOI: . Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/10676>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PINSKY, Jaime. **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003. E-book. p. 1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572442176/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PIRES, Vladimir Sibylla. Museus e território para além do consumo cultural: o desafio do “comum”. **dObra [s]—revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, v. 7, n. 16, p. 70-78, 2014. Disponível em:

<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/34>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PONS, Juliana Macedo Llopis. **O Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus de 1958 no Rio de Janeiro e a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional: tecendo relações**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado do Curso de Interunidades em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-24062022-104049/publico/julianamacedollopisponscorrigida.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

PORTO EDITORA. **Descolonização de África na Infopédia [em linha]**. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-01-02 15:25:00]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$descolonizacao-de-africa](https://www.infopedia.pt/artigos/$descolonizacao-de-africa). Acesso: 12 mar. 2025.

PRADO, Marla Michelle Nascimento Portela Do. A fermentação de uma museologia crítica no Brasil. **Margens**, [S. l.], v. 19, n. 32, sep. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/18547/12754>. Acesso em 25 out. 2025. A

PRIMO, Judite. A importância dos museus locais em Portugal. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, v. 25, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/422>. Acesso em: 8 jan. 2026.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 46, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4520>. Acesso em: 8 jan. 2026.

PRIMO, Judite. O social como objecto da museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 47, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529>. Acesso em: 12 set. 2025.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Referências teóricas da Sociomuseologia. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Introdução à Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, ULHT, 2020.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.).

Teoria e prática da Sociomuseologia. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 19-39.

QUEIROZ, Igor Lucena Fernandes de; COSTA, Luciana Ferreira da. Museus e entes parceiros: boas práticas de ações inclusivas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-140006, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.140006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/b5GkpSKmMXTkCxZXtwHDDvn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, n. 37, p. 4-28, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 14 nov. 2025.

RABELO, A. O. A importância da investigação narrativa na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, 171-188, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a11v32n114.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

RACHID, Laura. Ailton Krenak: florestania para aprender a ouvir o rio e a montanha. **Revista Educação**, v. 1, n. 299, p. 0-0, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/11/24/ailton-krenak-florestania/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

RÉ, Henrique Antonio. Resenha O Quacre Benjamin Lay e os primórdios do antiescravismo na América do Norte. **Revista de História (São Paulo)**, n. 179, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.161886. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2025.

REISDOEFER, Deise Nivia; LIMA, Valderez Marina do Rosário. A pesquisa narrativa como possibilidade metodológica no âmbito da formação docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 795-820, abr. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2021000200795&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2025.

RIBEIRO, António Pinto. **Podemos descolonizar os museus?** Afrontamento, 2016. Disponível em https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/4.1_PUBLICATIONS/2016/ARTICLES/Ribeiro%2C%20Antonio%20Pinto_2016_Podemos%20descolonizar%20os%20museus.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

RIBEIRO, Diego Lemos; MENDONÇA, Elizabete de Castro; WICHES, Camila A. de Moraes. Decolonizar museus e patrimônios: breve manifesto. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, p. 1-11, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v16i31.27387>. Acesso em: 30 out. 2025.

RIBEIRO, Rita; RODRIGUES, Sónia. Cidadania e imigração na União Europeia: a força das fronteiras nacionais. In: VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: SOCIEDADE, CRISE E RECONFIGURAÇÕES, 2012, Porto. **Anais [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2012. p. 1-11. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22725/1/Cidadania%20e%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20na%20Uni%C3%A3o%20Europeia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIETHDORF, Cornelius Maximilian. **Citizenship, Exile, and Natural Rights in Medieval Roman Law, ca. 1200–1400**. Cambridge: University of Cambridge, 2016. Disponível em: <http://repository.cam.ac.uk/bitstreams/62180502-3b78-4b43-9a97-661429a1c4a8/download>. Acesso em: 11 out. 2025.

ROBERGE, Livia Bernardes. “O povo pobre e oprimido da Inglaterra”: as representações Diggers na Inglaterra Revolucionária (1607-1652). In: Simpósio Nacional De História, 29., 2017. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502847388_ARQUIVO_ArtigoFinalAnpuh.pdf. Acesso em: 11 junho. 2025.

RODRIGUES DE SANTANA, Sérgio; MARTINS, Eliane Epifane; CRUZ, Annebelle Pena Lima Magalhães; TAVARES, Anderson Alberto Saldanha. Justiça social no campo da museologia social e museologia LGBTQIA+: reflexões sobre os novos quadros das teorias do conhecimento do campo. **Revista Memória LGBT**, [S. l.], v. 10, n. 01, p. 3-32, 2025. Disponível em: <https://revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/94>. Acesso em: 3 out. 2025.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. Museologia colaborativa: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 293-322, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CPrCPbWpCJPY5KjhW7fFmCx/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANDELL, Richard. Displaying Difference: Revealing and Interpreting the Hidden History of Disability. In: SANDELL, Richard. **Museums, Prejudice and the Reframing of Difference**. New York: Routledge, 2007. p. 138-213.

SANDELL, Richard; NIGHTINGALE, Eithne. **Museums, equality and social justice**. [S. l.]: Taylor & Francis, 2012.

SANTANA, Robson de. A criação do instituto brasileiro de museus e do programa pontos de memória: uma análise sobre discurso e prática. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Associação Nacional de História – Anpuh, 2019. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565310704_ARQUIVO_RobsondeSantana-AcriacaodoInstitutoBrasileirodeMuseusedoProgramaPontosdeMemoria-Umaanalisesobrediscursoepratica.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2009. p. 678-678.

SANTOS, Boaventura Souza. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SANTOS, Luciana Mendes dos. Os museus comunitários como performance: o arquivo e o repertório na construção de narrativas históricas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUH Brasil, 2019.

SANTOS, Márcio de Souza; FOURAUX, Carolina Gonçalves da Silva; OLIVEIRA, Valéria Marques de. Narrativa como método de pesquisa. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 1, n. 5, p. 37-51, nov. 2019. Edição especial.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Formação em Museologia e as conquistas da sociedade democrática: o curso de museologia da universidade federal da Bahia. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 8, n. 16, p. 258-275, jul./dez., 2019. DOI: 10.26512/museologia.v8i16.27324. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/27324>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Política Cultural e Museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 7, n. 7, p. 23-97, jul. 1996.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Júlio (org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 133-144.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. Edusp, 2007.

SANTOS, Vanicleia. **Vanicleia Santos**. [S. l.]: linktr.ee/, 2025. Disponível em: https://linktr.ee/Vanicleiasantos?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaa0f22rp_-DCDJ8BpFHK1J9XzAFPIh121NIIBg2ZOWWw9pz3fTrUomJCoM_aem_3OFt6QA7Ay4R6DwP0CuD_A. Acesso em: 30 mar. 2025.

SARMENTO, Eduardo; JULIÃO, Letícia; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A definição de museu em tempos de revisão e de imaginação. In: ICOM BRASIL. Um caminho com múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu. Brasília: **ICOM Brasil**, 2024. p. 48-65. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

SARRAF, Viviane Panelli. Museus para a Igualdade – Diversidade e Inclusão: como as premissas da Acessibilidade Cultural corroboram com a Função Social dos Museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 63, n. 19, p. 21-30, 2022. DOI: 10.36572/csm.2022.vol.63.02. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/8289/4915>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SELECT ART. Carta de repúdio à situação vivida pelo Museu Afro Brasil. **Select Art**, 21 jul. 2025. Disponível em: . Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Alinne Ferreira. Patrimônio Cultural no Rio de Janeiro: Uma Concepção Turística e Multicultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO E EDUCAÇÃO EM PATRIMÔNIO, 3., 2021. **Anais [...]**. Porto: Editora Cravo, 2021.

SILVA, Flora Pereira da. **O fundo tradicional do mundo contemporâneo**: 5 conceitos milenares da cultura africana: 5 Conceitos milenares da cultura africana. [S. l.]: Zimbabwe's

Cultural Heritage, de Pathisa Nyathi, 2025. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/o-fundo-tradicional-do-mundo-contemporaneo/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, Isabel Barroso da; AMENDOEIRA, José. O uso da narrativa no paradigma da investigação qualitativa. **Revista da Uiips: Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém**, Santarém, n. 2, p. 29-49, out. 2018. DOI: 10.25746/ruiips.v6.i2.16127. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/16127>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SILVA, Maria Betânia Moreira Carvalho; JUNIOR, Pedro Donizete Colombo. Descortinando o Museu dos Dinossauros: Narrativa Interpretativa Para Além de sua Exposição. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e44582-27, 2022. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2023u11111137. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/44582>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SILVA, Mauricio André da; COSTA, Andréa Fernandes. **História da Educação Museal no Brasil**. [S. l.]: ICOM, 2024. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Livro-Educac%CC%A7a%CC%83o-Museal-BR-Final.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 339-348, maio/ago. 2022. DOI:. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/csc6FRBDPnz4Y6FMkkwtCGt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVEIRA, Andre. **O museu entre os séculos XVIII e XIX**. [S. l.]: Associação de Professores de História, 2021. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/o-museu-entre-os-seculos-xviii-e-xix/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SILVEIRA, Lélian Patrícia de Oliveira; BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estudos culturais, pós-colonialismo e a (des)construção do Outro: A orientalização do Novo Mundo – O caso do Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 355-373, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/25/21>. Acesso em: 1º out. 2025.

SIQUEIRA, Juliana. A educação museal e seu papel num projeto decolonial da museologia. In: CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa (org.). **Educação museal: conceitos, história e políticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. p. 18-27.

SORRILHA, Marcos. **Abigail Adams e o papel das mulheres na Revolução Americana**. [S. l.]: Deviante, 2021. Disponível em: <https://www.deviante.com.br/noticias/abigail-adams-e-o-papel-das-mulheres-na-revolucao-americana/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, Beatriz; GURGEL, Julia; ANDRADE, Nivea. Com as juventudes: conversas como metodologia de pesquisa e uma aula como conversa. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. **Anais**. Salvador: UFBA, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112281.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SOUZA, LUCIANA CHRISTINA CRUZ E. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. **Anais do Museu Paulista**:

História e cultura material, [S. l.], v. 28, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaism/a/sh3gYhzFZH8SJwBNZt3qc6j/#>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SOUZA, Luciana. Museu integral: potência e crítica ao fato museal. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Sociomuseologia: Para uma Leitura Crítica do Mundo**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento – CeIED; Departamento de Museologia – Universidade Lusófona; Cátedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 225-246.

TAPPARELLI, Gino. Reivindicação, cidadania e direitos humanos. Bahia **Análise & Dados**, p. 111-120, 2001. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/tapparelli_r_cidadania_dh.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

TEIXEIRA, Lusvanio Carlos; SILVA, Wescley Xavier. Estratégias de democratização de projetos culturais incentivados pela lei de incentivo à cultura. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 27, n. 2, 2023, Julio-Diciembre, p. 622-642.

TEIXEIRA, Maria das Graças. Uma exposição denúncia: experiências de museologia social no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 281-308.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A guerra que mudou o mundo. **Público**, Lisboa, s/p, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/11/mundo/noticia/guerra-mudou-mundo-1850280>. Acesso em: 9 fev. 2025.

TEIXEIRA, Sidelia. Nova Museologia. **Cadernos do CEOM**, [S. l.], v. 35, n. 56, p. 87-97, 6 jun. 2022. DOI: . Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/about/contact>. Acesso em: 14 nov. 2025.

TOLENTINO, Atila. Os Museus e seu(s) Poder(es). **Revista Museu**, [S. l.], 18 maio 2022. Disponível em: . Acesso em: 2 out. 2023.

TOLENTINO, Átila. Sociomuseologia: perspectivas de uma disciplina pretensamente decolonial. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: 1º out. 2025.

TRINDADE, Elaine; MARTINS, Moisés de Lemos. Constelações decoloniais: o pós-museu como espaço de interculturalidade e resistência. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.5739>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TUZZO, Simone Antoniacci; SANTOS, Inês Guerra; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O Caráter Dialógico da Pesquisa Qualitativa. **NTQR**, Oliveira de Azeméis, v. 19, e864, mar. 2024. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2184-77702024000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2025.

VARAJIDÁS, Henrique. Além das Caricaturas: nazismo, racismo e ciências raciais (1924-1936). **Revista Portuguesa de Ciência Política: Portuguese Journal of Political Science**,

Lisboa, n. 16, p. 49-68, jan. 2021. Observatório Político. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33167/2184-2078>. Acesso em: 14 nov. 2025.

VARINE, Hugues de; CHAGAS, Mario. Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. **Cadernos do CEOM**, [S. l.], v. 27, n. 41, p. 9-24, 2014. Disponível em: <https://unichapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2605/1504> . Acesso em: 24 set. 2025.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Prefácio. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (org.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cátedra UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, 2021. p. 11-16.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. A Perspectiva de Gênero Redimensionando a Disciplina Histórica. **Revista Ártemis**, Florianópolis, n. 3, 2005. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu, 2023. 272 p.

VIEIRA, Maria Manuel. Modernidade, cidadania e educação: das dinâmicas aos desafios. **Revista Interacções**, [S. l.], v. 11, n. 36, 2015. DOI: 10.25755/int.7246. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/7246>. Acesso em: 14 nov. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el insurgir, re-existir y re-vivir. **Educación Online**, [S. l.], n. 4, p. 1-29, 2009. Disponível em: <https://redinterculturalidad.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/interculturalidad-crc3adtica-y-pedagogc3ada-decolonial-walsh.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2026.

ZACARI, Lucas. Qual história Trump quer contar por meio dos museus. **Nexo Jornal**, [S. l.], 25 ago. 2025. Disponível em:. Acesso em: 3 out. 2025.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Ricardo Silva e; SOBRAL, Almerinda Cristina Oliveira de Souza. Pensamentos Afrodiaspóricos na Educação: Sobre outros saberes e outras epistemologias. **Esferas**, Brasília, ano 13, v. 3, n. 28, set./dez. 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14622>. Acesso em: 14 nov. 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE MOTIVAÇÃO PARA CONVERSAS COM OS COLABORADORES DA PESQUISA, PROFISSIONAIS DOS MUSEUS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - Uberaba-MG
Comitê de Ética em Pesquisa-CEP
Rua Madre Maria José, 122 - 2º. Andar - Bairro Nossa Senhora da Abadia
CEP: 38025-100 – Uberaba (MG) Telefone: (0**34) 3700-6776
E-mail: cep@pesqpg.uftm.edu.br

Diálogos com os profissionais dos museus.

1. Conhecer os profissionais;
2. A atuação do profissional nos museus;
3. As ações que são desenvolvidas nos museus que na visão do profissional corroboram auxiliam na promoção da cidadania;
4. O olhar do profissional para o conceito de cidadania; como ele enxerga o conceito;
5. Desafios que os museus encontram para a promoção da cidadania;
6. Qual o momento que ele observa que o museu vem atravessado em relação às práticas de inclusão social.

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFTM

A - Aprovação do comitê de ética UFTM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO - UFTM



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Instituições museais e suas contribuições para a formação cidadã.

Pesquisador: Pedro Donizete Colombo Junior

CAAE: 70471223.1.0000.5154

Instituição Proponente: Universidade Federal do Triangulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.153.550

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita de Apreciação da CONEP: Não

UBERABA, 30 de Junho de 2023